



**ONDE REPOUSA O BERÇO DAS GERAIS:
REFLEXÕES E PERSPECTIVAS ACERCA
DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL EM MATIAS CARDOSO-MG**



ANDERSON RICARDO DOS ANJOS



UBERLÂNDIA, JULHO DE 2016

ANDERSON RICARDO DOS ANJOS

**ONDE REPOUSA O BERÇO DAS GERAIS: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS
ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MATIAS
CARDOSO-MG**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura.

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marília Maria Brasileiro
Teixeira Vale

**UBERLÂNDIA-MG
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A599o
2016 Anjos, Anderson Ricardo dos, 1980
 Onde repousa o berço das Gerais: reflexões e perspectivas acerca da
 preservação do patrimônio cultural em Matias Cardoso-MG / Anderson
 Ricardo dos Anjos. - 2016.
 236 f. : il.

 Orientadora: Marília M. B. Teixeira Vale.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
 Inclui bibliografia.

 1. Arquitetura - Teses. 2. Patrimônio cultural - Matias Cardoso (MG)
 - Teses. 3. Paisagens culturais - Matias Cardoso (MG) - Teses. I. Vale,
 Marília M. B. Teixeira. II. Universidade Federal de Uberlândia.
 Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

**ONDE REPOUSA O BERÇO DAS GERAIS: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS
ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MATIAS
CARDOSO-MG**

Dissertação aprovada para a obtenção do título de
Mestre no Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de
Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada
por:

Uberlândia, 26 de agosto de 2016.

Prof^ª. Dra. Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale (Orientadora - FAUED/UFU)

Prof^ª. Dra. Cláudia dos Reis e Cunha (FAUED/UFU)

Prof. Dr. Ítalo Itamar Caixeiro Stephan (DAU/UFV)

*À minha querida esposa Cristina,
Alma mía! Alma mía! Raíz de mi sed viajera,
gota de luz que espanta los asaltos del mundo.
Flor mía. Flor de mi alma. Terreno de mis besos.
Campanada de lágrimas. Remolino de arrullos.
Agua viva que escurre su queja entre mis dedos.
Azul y alada como los pájaros y el humo.
Te parió mi nostalgia, mi sed, mi ansia, mi espanto.
Y estallaste en mis brazos como en la flor el fruto.
(Pablo Neruda)*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dr^a. Marília Valle, pela dedicação, atenção, credibilidade e confiança durante toda a execução deste trabalho.

Aos professores da banca, Ítalo e Cláudia, por contribuírem com o compartilhamento do seu conhecimento.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, sobretudo aqueles ao qual tive o privilégio de ser aluno.

Aos meus colegas do mestrado, pelo carinho, amizade e pela troca de experiências.


À minha família querida, esteio do meu viver: minha esposa Cristina, minha mãe Fátima, meu pai João e minha irmã Hellen.

Ao IFNMG - Campus Pirapora, por proporcionar o meu afastamento remunerado, tão providencial para a conclusão do Mestrado. Aos meus colegas do IFNMG, em especial os meus colegas arquitetos e engenheiros, que assumiram minhas aulas para que eu pudesse seguir esta empreitada.

À Prefeitura de Matias Cardoso, pelo apoio dado à pesquisa, em especial pela ajuda dos amigos Luís Mário e João Montalvão.

Ao IPHAN, na pessoa da arquiteta Mônica Medeiros, pela entrevista concedida e pela disponibilização do material de pesquisa.

A todos aqueles, que embora não tenha citado os seus nomes, contribuíram de maneira direta e indireta para a concretização deste sonho.



*Na aridez destas terras
Nascera o berço das Gerais
Às margens do Velho Chico
Mesclaram-se culturas desiguais.*

*Existiram seus tempos de glória
Das Bandeiras que lá chegaram
Neste ponto estratégico
Esses bravos se assentaram.*

*O comércio ali prosperava
E de Morrinhos foi chamado
Em nome da fé de um povo
Um templo foi levantado.*

*Imponente Igreja de Morrinhos
Um colosso em meio ao sertão
Tanta beleza em seu estilo
Dos Jesuítas daquela missão.*

*Os ornamentos foram feitos
Em meio ao trabalho escravo
No seu porte de fortaleza
E na beleza de seu retábulo.*

*Mas a decadência veio àquelas terras
E o povoado ficando quase deserto
Restando os devotos de Nossa Senhora
Devido ao ouro d'outros lados descoberto.*

*Um local perdido no passado
Que guarda riquezas de grande importância
O folclore, os costumes e a igreja
Onde tempo e presente parecem sem relevância.*

*E hoje quando olho para este sertão
Vejo um rio São Francisco assoreado
E sinto no semblante do pobre pescador
As boas lembranças das pescas do passado.*

*No bucolismo do seu estilo de vida
E na complacência daquela gente
Sentem os que visitam Matias
Uma acolhida boa e diferente.*

*Os forasteiros que conhecem esta terra
Com certeza não mais esquecerão
Um povo alegre e esperançoso
Apesar das dificuldades daquela região.*

*Preservar a história de Matias Cardoso
é o anseio desse povo barranqueiro
Para que não se perca esse patrimônio
Raiz histórica do norte mineiro.*

(ANJOS, A.R. 2000)

RESUMO:

Este trabalho traz como objeto de estudo o município de Matias Cardoso, berço da colonização portuguesa em Minas Gerais e que possui grande importância histórica e cultural para o Norte de Minas. Apesar desta importância, a atual política de preservação do patrimônio cultural vigente no município, não tem garantido a preservação efetiva do seu único bem tombado - a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construção do final do século XVII, que conta com proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - e não considera os demais bens patrimoniais que conformam uma riqueza cultural e natural de extrema importância para a afirmação da identidade, relevância e peculiaridade da região norte mineira no processo formador das Minas Gerais. A partir da compreensão da formação histórica e cultural do município, e ainda considerando os seus aspectos sociais, ambientais, territoriais e legais, procuraremos evidenciar a existência de outros elementos simbólicos em Matias Cardoso que compõem o seu patrimônio cultural e natural e que precisam ser reconhecidos e preservados. Para uma maior valorização do patrimônio cultural de Matias Cardoso, faz-se necessária a mudança na visão da gestão do patrimônio cultural do município, que amplie o atual modelo de preservação - vigente há mais de 60 anos - para um novo modelo de gestão patrimonial mais inclusivo. Para que isso possa ocorrer, estamos propondo uma nova abordagem patrimonial para o município, a partir do conceito de paisagem cultural. Esperamos demonstrar que esse novo modelo de gestão patrimonial, se aplicado a esse território, poderá trazer instrumentos de reconhecimento do valor cultural e natural de seus bens patrimoniais e que constituem um fato notável das relações do homem com o meio ambiente, que até então, no atual modelo de gestão adotado no município, assinala para a inexistência de mecanismos de proteção adequados.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio Cultural, Paisagem Cultural, Matias Cardoso, Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT:

This work has as object of study the city of Matias Cardoso, birthplace of the portuguese colonization in Minas Gerais and has great importance and cultural history to the "Norte de Minas". Despite this importance, the current policy of preserving the existing cultural heritage in the city has not secured the effective preservation of its unique and fallen - the Church of Our Lady of Conception, construction of the late seventeenth century, which has Heritage Institute Protection National Historical and Artistic - IPHAN - and does not consider other capital assets that constitute a cultural and natural wealth of the utmost importance for the affirmation of identity, relevance and peculiarity of the northern mining region in the forming process of Minas Gerais. From the understanding of the historical and cultural background of the city, and considering its social, environmental, territorial and legal aspects, we seek to highlight the existence of other symbolic elements in Matias Cardoso that make up its cultural and natural heritage and need to be recognized and preserved. For a greater appreciation of the cultural heritage of Matias Cardoso, it is necessary to change the view of the management of cultural heritage of the municipality, which extends the current preservation model - existing for over 60 years - to a new asset management model more inclusive. For this to occur, we are proposing a new approach to balance the city, from the concept of cultural landscape. We hope to demonstrate that this new asset management model, if applied to this territory, can bring recognition instruments of cultural value and natural of their assets and constitute a remarkable fact of man's relationship with the environment, which until then the current management model adopted in the city, points to the lack of adequate protection mechanisms.

KEYWORDS: Cultural Heritage, Cultural Landscape, Matias Cardoso, North of Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ruínas do assentamento dos Povos Anasazi.....	38
Figura 2. Plantio Inca em através de curvas de nível.....	38
Figura 3. Shopping Center em Montes Claros-MG, exemplo de um "não lugar".....	40
Figura 4. Pinturas rupestres no Vale do Peruaçu, Norte de Minas.....	62
Figura 5. Encontro de índios Xacriabás e quilombolas em São João das Missões, Norte de Minas.....	63
Figura 6. Ruínas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos em Barra do Guaicuí.....	65
Figura 7. Ruínas de capela em Porteiras (século XVIII).....	65
Figura 8. Ruínas de capela do Arraial Velho de Matias Cardoso – Final do Séc. XVII – Localização: Distrito de Mocambinho- Jaíba.....	70
Figura 9. Ruínas de capela do Arraial Velho de Matias Cardoso – Final do séc. XVII – Localização: Distrito de Mocambinho- Jaíba.....	70
Figura 10. Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso (Final do século XVII).....	71
Figura 11. GORHAM, Reginald. Morrinhos, 42. Matias Cardoso, MG: [s.n.], [ca. 1927].....	75
Figura 12. GORHAM, Reginald. Morrinhos, 41: [Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição]. Matias Cardoso, MG: [s.n.], [ca. 1927].....	76
Figura 13. Núcleo histórico da cidade de Matias Cardoso, antigo Arraial de Morrinhos..	76
Figura 14. Imagem de Matias Cardoso em 1972 vista do Rio São Francisco.....	82
Figura 15. Produção de frutas irrigadas.....	88
Figura 16. Produção de feijão irrigado.....	88
Figura 17. Travessia no "porto da balsa" entre Matias Cardoso e Manga.....	90
Figura 18. Vista do centro de Matias Cardoso.....	94
Figura 19. Vista do centro de Jaíba.....	94
Figura 20. Vista aérea da área central de Matias Cardoso.....	97
Figura 21. Trecho da área central de Matias Cardoso.....	97
Figura 22. Vista aérea da comunidade rural de Porto da Balsa.....	97
Figura 23. Vista de Porto da Balsa.....	97
Figura 24. Vista aérea de área de fruticultura irrigada na zona rural de Matias Cardoso..	97
Figura 25. Vista de sistema de irrigação.....	97
Figura 26. Vista aérea de fazenda na região de Lajedão, zona rural de Matias Cardoso..	98
Figura 27. Vista de uma propriedade rural.....	98
Figura 28. Vista aérea do Rio São Francisco.....	98
Figura 29. Vista para o Rio São Francisco.....	98
Figura 30. Vista aérea de afloramento rochoso na região de Lajedinho.....	98
Figura 31. Vista para os afloramentos rochosos em Matias Cardoso.....	98
Figura 32. Vista aérea de massa vegetal no Parque Estadual Verde Grande.....	99
Figura 33. Vista para mata do Parque Verde Grande.....	99
Figura 34. Edificações sem recuo na área central de Matias Cardoso.....	101
Figura 35. Praça do cemitério da Saudade.....	101
Figura 36. Uso comercial da área central.....	103
Figura 37. Uso comercial da área central.....	103
Figura 38. Mata seca em Matias Cardoso.....	106
Figura 39. Lagoa do Cajueiro.....	107
Figura 40. Canal de irrigação dentro do Projeto Jaíba.....	108
Figura 41. Fazenda de Gado.....	108
Figura 42. Vista aérea para a Ilha e a Lagoa do Cajueiro.....	112
Figura 43. Visada para o relevo plano da região de Lajedão.....	114
Figura 44. Formações Rochosas afloradas nas Grunas do Lajedão.....	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 45. Planície fluvial do rio São Francisco - trecho entre Matias Cardoso e Manga..	116
Figura 46. Residência do Século XIX, antes da demolição.....	124
Figura 47. Imagem após a demolição da residência.....	124
Figura 48. Sítio Arqueológico Cemitério Caixa D'água em Buritizeiro.....	129
Figura 49. Círculos de pedras feitos por populações pré-colombianas em São Romão.....	129
Figura 50. Ruínas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos – Final do séc. XVII – Localização: Distrito de Barra do Guaicuí – Várzea da Palma.....	129
Figura 51. Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Final do Séc. XVII – Localização: Distrito do Brejo do Amparo - Januária.....	129
Figura 52. Igreja de Nossa Senhora do Rosário– séc. XVIII – Localização: São Romão..	129
Figura 53. Igreja matriz de Santo Antônio – Séc. XVIII – Localização: Itacambira.....	129
Figura 54. Casarão da Rua Visconde de Ouro Preto– Séc. XIX – Localização: Januária..	130
Figura 55. Antiga Escola de Aprendizes Marinheiros (1905) - Localização: Buritizeiro...	130
Figura 56. Vapor Benjamim Guimarães (1913) - Localização: Pirapora.....	130
Figura 57. Ponte Marechal Hermes de Paula (1913) – Localização: Pirapora e Buritizeiro.....	130
Figura 58. Paisagem Sãofranciscana - Localização: Januária.....	130
Figura 59. Artesanato em madeira.....	130
Figura 60. Situação de abandono da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1688) em Brejo do Amparo, Januária.....	131
Figura 61. Imagem do desabamento de parte do telhado da Igreja de N. Senhora do Rosário em Brejo do Amparo.....	131
Figura 62. Caverna no Parque Estadual da Lapa Grande.....	133
Figura 63. Gruta do Janelão no Parque do Peruacu.....	133
Figura 64. Levantamento Arquitetônico da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos.....	134
Figura 65. Levantamento Arquitetônico da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos.....	135
Figura 66. Vista para a Igreja de N. S. da Conceição a partir da Praça Cônego Maurício.	135
Figura 67. Vista para a Igreja de N. S. da Conceição a partir da Praça Cônego Maurício.	135
Figura 68. Vista para a Igreja de N. S. da Conceição a partir da Praça Cônego Maurício.	136
Figura 69. Vista para a Igreja de N. S. da Conceição a partir da Av. Machado de Assis...	136
Figura 70. Vista interna da Igreja de N. S. da Conceição, com detalhe para o coro ao fundo.....	136
Figura 71. Vista para o altar da Igreja de N. S. da Conceição.....	136
Figura 72. Detalhe para a má conservação dos elementos internos em madeira que compõem o altar mor da igreja.....	137
Figura 73. Forros em madeira apresentando problemas com cupins e infiltrações.....	137
Figura 74. Antigo cemitério.....	143
Figura 75. Casarão conhecido como "Casa dos Padres".....	143
Figura 76. Antigo casarão de 1818.....	144
Figura 77. Antigo casarão do século XIX.....	144
Figura 78. Conjunto urbano do núcleo histórico de Matias Cardoso.....	145
Figura 79. Vista para a paginação de piso da praça.....	145
Figura 80. Antenas ao fundo da igreja.....	145
Figura 81. Vista da orla em Matias Cardoso.....	147
Figura 82. Vista da orla em Matias Cardoso.....	147
Figura 83. Vista do centro de Matias Cardoso a partir do Morro dos Jesuítas.....	149
Figura 84. Vista para a possível entrada do túnel que ligaria a igreja ao morro.....	149
Figura 85. Sequência de imagens do trajeto pela cidade de Matias Cardoso.....	150

LISTA DE FIGURAS

Figura 86. GORHAM, Reginald. Morrinhos. Matias Cardoso, MG.....	152
Figura 87. Fazenda de criação de gado.....	154
Figura 88. Área de fruticultura irrigada.....	154
Figura 89. Quilombolas sem-terra em ofício de debulhar feijão.....	155
Figura 90. Comunidade de Porto da Balsa, local de travessia para a cidade de Manga.....	155
Figura 91. Imagem de satélite da comunidade de Porto da Balsa.....	155
Figura 92. Entrada da Comunidade da Lapinha.....	157
Figura 93. Terreiro central da Comunidade da Lapinha.....	157
Figura 94. Imagens de pássaros do Parque Lagoa do Cajueiro.....	158
Figura 95. Vista para a mata verde (período das chuvas), com detalhe para duas paineiras rosas, árvores símbolo da caatinga.....	158
Figura 96. Vista para a mata seca.....	158
Figura 97. Imagem de satélite do Distrito de Lajedão.....	159
Figura 98. Vista para a praça de Lajedão.....	160
Figura 99. Grunhas de Lajedão.....	160
Figura 100. Vegetação das grunhas - cacto.....	160
Figura 101. Imagem de satélite do Distrito de Lajedinho.....	161
Figura 102. Imagem de satélite do Distrito de Rio Verde de Minas.....	162
Figura 103. Competição de argolas em Gado Bravo.....	163
Figura 104. Área de lazer no Rio Verde Grande.....	163
Figura 105. Por do Sol em uma fazenda em Matias Cardoso.....	164
Figura 106. Fazenda centenária na zona rural de Matias Cardoso.....	164
Figura 107. “Vazanteiros” em Matias Cardoso plantando junto as margens do Rio São Francisco.....	165
Figura 108. Pescador ribeirinho em Matias Cardoso.....	165
Figura 109. Comunidade Quilombola da Lapinha.....	171
Figura 110. Ilha fluvial da Ressaca.....	171
Figura 111. Mirante da Ilha Fluvial da Ressaca.....	171
Figura 112. Ilha Fluvial do Curimatá.....	171
Figura 113. Rio Verde Grande, pequeno pantanal de Minas em Matias Cardoso.....	171
Figura 114. Povoado de Lajedão.....	171
Figura 115. Rio Verde Grande.....	171
Figura 116. Grunhas do Lajedão.....	171
Figura 117. Artesãos na Comunidade de Praia.....	173
Figura 118. Artesanato em cerâmica.....	173
Figura 119. Procissão durante a Festa do Divino.....	173
Figura 120. Missa durante a Festa de Nossa Senhora da Conceição.....	173
Figura 121. Caretagem em Matias Cardoso.....	175
Figura 122. Grupo de Cantiga de Roda.....	175
Figura 123. Cavalgada em Gado Bravo.....	176
Figura 124. Dança do batuque na Comunidade da Lapinha.....	176
Figura 125. Vista aérea de parte da área urbana de Matias Cardoso.....	196
Figura 126. Pescador e violeiro no Rio São Francisco.....	197
Figura 127. Vista para o cruzeiro do Morro dos Jesuítas, importante local simbólico e de peregrinação religiosa.....	197
Figura 128. Comunidade quilombola da Lapinha.....	199
Figura 129. Estudantes em travessia no Rio São Francisco da Ilha da Ressaca para a escola.....	199
Figura 130. Porção de área agrícola privada reivindicadas pelos remanescentes quilombolas de Praia.....	200

LISTA DE FIGURAS

Figura 131. Celebração de procissão católica na comunidade de Praia.....	200
Figura 132. Complexo lagunar do Parque Estadual Verde Grande.....	201
Figura 133. Incêndio em área do Parque Estadual Verde Grande.....	202
Figura 134. Torre de monitoramento de incêndios no Parque Estadual Verde Grande.....	202
Figura 135. Vegetação de caatinga durante o período da seca na região de Rio Verde de Minas.....	203
Figura 136. Cavalgada anula realizada em Rio Verde de Minas.....	203
Figura 137. Formações rochosas afloradas nas grunas de Lajedão.....	203
Figura 138. Vista aérea de parte da região das grunas, que possui mais de 1 milhão de metros quadrados.....	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Definições do Patrimônio Cultural e natural.....	36
Quadro 2. Categorias de uso do solo no município de Matias Cardoso.....	97
Quadro 3. Bens classificados como patrimônio imaterial e material no município de Matias Cardoso.....	124
Quadro 4. Relação de bens a serem inventariados pelo Município de Matias Cardoso.....	125
Quadro 5. Medidas propostas para a gestão da paisagem cultural de Matias Cardoso.....	188
Quadro 6. Conjunto de paisagens nativas e domesticadas que poderiam formar a paisagem cultural de Matias Cardoso.....	191

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa de localização de Matias Cardoso.....	22
Mapa 2. Trecho do mapa "DEMONSTRAÇÃO dos Afluentes do Rio São Francisco, em Minas Gerais". (17--)......	73
Mapa 3. Trecho do mapa com o título “Mappa da Capitania de Minas (1777) com a localização dos arraiais de Matias Cardoso.....	74
Mapa 4. Trecho ampliado do mapa nº 7, elaborado por Halfeld, onde é possível compreender a forma urbana do Arraial de Morrinhos (Matias Cardoso).....	76
Mapa 5. Principais penetrações em território mineiro.....	78
Mapa 6. Evolução da expansão territorial de Minas Gerais.....	80
Mapa 7. Mesorregião Norte de Minas e suas sete microrregiões.....	84
Mapa 8. Trecho do Mapa Político do Norte de Minas Gerais, modificado pelo autor, onde destacou-se os municípios de Matias Cardoso e Jaíba, a localização do distrito de Mocambinho e as etapas do Projeto Jaíba.....	87
Mapa 9. Divisão territorial no município de Matias Cardoso - MG.....	95
Mapa 10. Delimitação do perímetro urbano de Matias Cardoso e divisão de bairros.....	102
Mapa 11. Uso e ocupação do solo na área urbana da sede municipal de Matias Cardoso..	104
Mapa 12. Áreas Protegidas no Território do Município de Matias Cardoso.....	110
Mapa 13. Mapa com as Unidades Geoambientais do Município de Matias Cardoso.....	117
Mapa 14. Parte da cidade de Matias Cardoso com o percurso do <i>flâneur</i> , com detalhe para o centro histórico, o Rio São Francisco e o Morro dos Jesuítas.....	146
Mapa 15. Representação dos elementos da paisagem urbana em Matias Cardoso.....	168
Mapa 16. Representação dos elementos da paisagem em Matias Cardoso.....	171
Mapa 17. Proposta de Perímetro para a Paisagem Cultural de Matias Cardoso.....	194
Mapa 18. Síntese das unidades de paisagens propostas para o recorte espacial da Paisagem Cultural de Matias Cardoso.....	195
Mapa 19. Elementos da paisagem urbana de Matias Cardoso.....	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA. Área de Proteção Ambiental
APP. Área de Preservação Permanente
AMS. Área Mineira da SUDENE
BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEMED. Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CEDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CODEMA: Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CRAS. Centro de Referência em Assistência Social
DEPAM. Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
DIJ. Distrito de Irrigação do Jaíba
DPHAN. Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ECO-92. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - 1992.
GGN. Rede Global de Geoparques
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFNMG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
ICOMOS. Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios Históricos
IEF. Instituto Estadual de Florestas
EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFLA. Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas
IHGB. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAe. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA. Ministério do Meio Ambiente
ONU. Organização das Nações Unidas
PA. Projeto de assentamento
PE. Projeto de assentamento em estudo
RMNe. Região Mineira do Nordeste
RURALMINAS. Fundação Rural Mineira
SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPAN. Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros
UP. Unidades de paisagem
ZEE-MG. Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
 CAPÍTULO 1. DISCUSSÃO SOBRE OS CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL.....	 31
1.1. A construção do conceito da preservação do patrimônio cultural.....	32
1.2. As cartas patrimoniais da UNESCO e a ampliação da visão patrimonialista.....	35
1.3. A paisagem cultural.....	36
1.4. A preservação do patrimônio cultural no Brasil.....	43
1.5. O surgimento do conceito de paisagem cultural nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil.....	48
1.6. A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira.....	50
1.7. Desafios e perspectivas para a implementação do conceito da paisagem cultural no Brasil.....	53
 CAPÍTULO 2. O MUNICÍPIO DE MATIAS CARDOSO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E ASPÉCTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	 61
2.1. O povoamento do Norte de Minas e o surgimento do Arraial de Morrinhos.....	62
2.2. Ascensão e decadência do Arraial de Morrinhos.....	77
2.3. As transformações econômicas no Norte de Minas pós 1950 e os impactos econômicos e sociais provocados pela introdução da agricultura mercantil no território de Matias Cardoso.....	83
 CAPÍTULO 3. ASPECTOS TERRITORIAIS, FÍSICOS, AMBIENTAIS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE MATIAS CARDOSO.....	 92
3.1. Aspectos territoriais urbanos e rurais do Município de Matias Cardoso.....	93
3.2. Uso e Ocupação do Solo Municipal.....	95
3.3. Uso e Ocupação do solo na Área Urbana.....	99
3.4. Características físicas e ambientais do município de Matias Cardoso.....	105
3.4.1. Aspectos Climatológicos.....	105
3.4.2. Recursos Hídricos e Acesso à Água.....	106
3.4.3. Áreas Ambientais protegidas no município.....	108
3.4.4. Unidades Geoambientais - Geologia, Geomorfologia e Pedologia.....	113
3.4.4.1. Superfície de Aplainamento.....	114

3.4.4.2. Relevô Residual Associado ao Grupo Bambuí.....	114
3.4.4.3. Planícies Fluviais e Terraços.....	115
3.5. Análise da legislação municipal referente à proteção do patrimônio cultural do município de Matias Cardoso.....	118
CAPÍTULO 4. O PATRIMÔNIO CULTURAL E A PAISAGEM EM MATIAS CARDOSO.....	127
4.1. Um breve contexto acerca do patrimônio cultural e natural no Norte de Minas.....	128
4.2. O tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a constatação da existência de outros bens de interesse do patrimônio cultural em Matias Cardoso.....	133
4.3. O patrimônio cultural e natural de Matias Cardoso não reconhecidos pelos órgãos de proteção patrimonial.....	140
4.3.1. O Flâneur e o território: Vivenciando o patrimônio cultural matiense e a percepção sua paisagem.....	141
4.3.2. Os elementos simbólicos da paisagem matiense.....	165
4.3.3. O patrimônio imaterial em Matias Cardoso.....	172
CAPÍTULO 5. REFLEXÕES E PERSPECTIVAS ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MATIAS CARDOSO.....	178
5.1. A gestão da paisagem cultural no município de Matias Cardoso.....	179
5.1.1. O Pacto de Gestão da Paisagem.....	184
5.1.2. Agentes a serem envolvidos no Pacto de Gestão.....	185
5.1.3. Medidas propostas.....	188
5.2. Uma proposta para a delimitação da paisagem cultural matiense.....	190
5.2.1. A paisagem cultural matiense.....	190
5.2.2. O recorte territorial da paisagem cultural de Matias Cardoso.....	192
5.2.3. Abordagem que será dada ao recorte espacial da Paisagem Cultural de Matias Cardoso.....	204
5.2.4. Fatores que podem ser limitantes a uma eventual implementação da chancela da paisagem cultural em Matias Cardoso.....	205
CONCLUSÃO.....	209

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215
ANEXOS.....	225
Documentos referentes ao tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	225



*Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas
de repente ele volta a rodear o senhor dos lados.*

*Sertão é quando menos se espera; digo.
(Guimarães Rosa – Livro Grande Sertão:
Veredas)*

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Matias Cardoso, extremo norte de Minas Gerais. Relato de viagem de um forasteiro em um dia qualquer quente e ensolarado de um inverno seco do ano de 2000:

Quando um forasteiro chega a Matias Cardoso, após percorrer as imensas e áridas distâncias que cortam esses sertões, ao descer do empoeirado ônibus, a primeira impressão que se tem é de um sentimento de desconfiança e resignação, ao se ver observado pelos moradores que se encontram sentados à porta de suas humildes casas. Casinhas essas sem muros, com suas pequenas janelas de madeira, portas de baixos batentes, telhas coxas na cobertura e paredes que se alinham à rua ladrilhada de pedras. Tudo é simples; a vida aqui é muito simples. Paisagem bucólica, tudo parece andar devagar. Devagar vou andando pelas ruas... Sentado à porta de sua casa, embaixo de uma mangueira e sobre um velho banco de madeira, um homem tece uma rede de pescar. À frente, crianças brincam de “palmo na teca”, brincadeira essa, que me faz recordar os momentos mais felizes da infância perdida. Mais ao longe, velhas mulheres com suas saias rodadas, blusas de renda e lenço na cabeça, vem descendo rua abaixo e parecem ensaiar uma pequena procissão. Os seus cantos coletivos, mistos de oração e danças africanas, sobretudo encantam. Sob a impressão do forasteiro, o sentimento é da quebra da rotina daquela vida pacata, onde a desconfiança logo dá lugar à curiosidade. É o desejo por parte do morador de abandonar os fatos cotidianos e se lançar ao novo, como se o novo viesse imbuído de novos ares de esperança e transformação àqueles que foram relegados ao esquecimento da história. É a vontade de se fazer ouvir, de se fazer notado e a expectativa de se escutar as boas novas vindas de outros ares. É a hora do forasteiro bater a poeira da viagem e de se impressionar com aquele lugar perdido no tempo. Ao adentrar no grande largo central ladeado por construções de baixa altura, parece não acreditar ao ver a imponência de sua igreja bandeirista, marca mais gloriosa de um passado esquecido. Além da igreja e do belo conjunto de casarios do seu entorno, cada qual como se estivessem a contar um relato edificando em cada período do tempo em que foram sendo concebidos -, na sua paisagem vê-se o rio e os morrinhos. O Rio São Francisco: a via do desbravamento desses sertões, que alimenta e sacia a sede do ribeirinho. Os Morrinhos: a primeira denominação deste lugar em um tempo remoto no passado. Devaneio-me acordado a contemplar a paisagem; então me lembro que a cidade também é feita do seu povo. A cor do ébano queimada pelo sol, aglutinação de raças onde prevalecem o negro e o índio, mas também o branco e o nordestino. Povo cafuzo e caboclo, mistura mais autêntica do sertanejo ribeirinho. Povo receptivo, o morador logo convida ao forasteiro para “vir chegando...” Após alguns dedos de prosa e copos de café com biscoito de goma, agora o sentimento que fica é por parte do forasteiro, que depois de despedir-se da desconfiança do gentil morador, vê-se envolvido por toda aquela comunidade, que, embora consciente do seu não pertencimento, passa a se sentir como uma pequena parcela acolhida por um todo. É hora de se lançar ao desconhecido e mergulhar de ouvidos e de mente aberta nos contos e causos epopeicos e fantasiosos daqueles que construíram essa importante parcela da história norte mineira. Construção feita de suor, sangue, lutas, perdas e resistência, mas, sobretudo, de alegria e sobrevivência (ANJOS, 2000)¹.

¹ Manuscrito de Anderson Anjos escrito em 08 de Setembro de 2000. *Relato de uma viagem à Matias Cardoso*. Trabalho de História da Arte e Estética I. Curso de Arquitetura e Urbanismo. UFJF, 2000. Este manuscrito faz parte do acervo pessoal do autor.



Ao ler esse relato, o leitor pode ser induzido a crer que o locutor da narrativa possa ser um forasteiro de uma terra distante, que se impressiona com a beleza e o bucolismo de vida de um local nunca antes visitado. Pois bem, esse relato poderia aplicar-se a um forasteiro de qualquer cidade do Norte de Minas Gerais, que se encanta ao descobrir a pequena cidade de Matias Cardoso, haja vista que parte significativa do passado norte mineiro ainda se encontra desconhecido da maior parte da sua população.

O desconhecimento sobre a história e a cultura norte mineira faz com que lugares tal qual Matias Cardoso e outros locais como a cidade de São Romão, os distritos de Barra do Guaicuí, Brejo do Amparo, dentre outras localidades que pertenceram ao núcleo inicial da colonização portuguesa no Norte de Minas, sejam apenas sombras de um passado esquecido e ainda pouco valorizado.

No grandioso universo histórico e cultural que é o território mineiro, que possui importantes cidades históricas com seus monumentos edificadas, belas paisagens, diversidade de povos e culturas entre as suas regiões e um valioso patrimônio imaterial, ainda há uma supervalorização da cultura da região central do estado de Minas Gerais² e de determinados estilos artísticos em detrimento de outras tantas regiões mineiras e suas construções socioculturais. Esta supervalorização, impressa na diferença cultural entre um estereótipo preconcebido de "ser mineiro" e as outras diversas mineiridades, que valoriza uma cultura em detrimento das outras, pode ser percebida na concepção de Homi Bhabha, entre o direito de se expressar dos excluídos:

Os embates de fronteira acerca da diferença cultural, tem tanto a possibilidade de serem consensuais, quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso (BHABHA, 1998, p.17).

Entre essas regiões mineiras menos valorizadas culturalmente, destacaremos neste trabalho o Norte de Minas, que historicamente foi conhecido como região dos "Sertões das Gerais" ou simplesmente "das Gerais". Essa região teve um importante papel na formação do território mineiro, conforme veremos no Capítulo 2, cujo legado histórico e cultural ainda é pouco valorizado em Minas Gerais. Como já dizia o grande escritor mineiro João Guimarães Rosa, em seu livro *Ave, Palavra*: "Minas são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais", dada as riquezas culturais e belezas expressas em suas

² Região que se refere à área mineradora de ouro e pedras preciosas, cuja sociedade desenvolveu-se no século XVIII e deixou um importante legado cultural reconhecido mundialmente através de suas cidades históricas do período colonial brasileiro.



paisagens que esta porção sertaneja do território mineiro nos oferece e que procuraremos melhor explorar no Capítulo 4 desta dissertação. Palavras essas, que são reexpressadas pela filósofa e jornalista Ana Medeiros, ao afirmar que, "no caso do sertão, o dizível torna-se um coadjuvante diante da riqueza de imagens que saltam aos nossos olhos, quando nos embreamos pelas gerais adentro" (MEDEIROS, 2008, p.6).

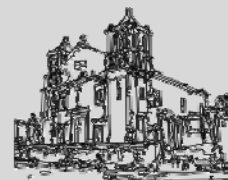
Ao nos referirmos à região norte mineira, a mesma dos sertões de Guimarães Rosa, genericamente formada por um povo geraizeiro³, as suas diferenças em relação a outras regiões mineiras, também são percebidas pelo clima predominantemente quente e seco e pela sua paisagem marcada por grandes planícies, poucas montanhas e chapadas a perderem de vista e onde a vista se perde. A região também é cortada pelo rio São Francisco, seu principal curso d'água, que corre no sentido do sul para o norte, sendo um importante meio de sobrevivência para parte significativa deste território. Assim Rosa (1993, p.663) descreveu a paisagem desse seu sertão: "Aos campos. Sentei que estava. Estrela gosta de brilhar é por cima do Chapadão. Tanta doideira fiz? A prazo. Como aquela vista reta vai longe, longe, nunca esbarra. Assim eu entrei dentro da minha liberdade".

Esta porção do território mineiro, tão belamente descrita por Guimarães Rosa em seu épico "Grande Sertão: Veredas" e em outros romances, como "Sagarana", "Manuelzão e Miguilim e, o já citado "Ave, Palavra", também é conhecida como sertão catrumano⁴. Este sertão catrumano, conforme afirma Costa (2003, p. 13) mistura do baiano, do pernambucano, do bandeirante paulista, mas também do negro e do índio, conta com um vasto e diversificado patrimônio cultural, que compreende sítios arqueológicos de populações anteriores à colonização, edifícios do período colonial, imperial e da República Velha, conjuntos urbanos e rurais históricos e as manifestações tradicionais do seu povo. Trata-se de uma região com um passado ainda cheio de estórias e mitos, onde desde os anos 2000 começou a se descortinar um movimento de resgate de sua história e de sua cultura, que nasceu a partir de uma nova geração de intelectuais, artistas e agentes culturais norte mineiros, conforme será discutido mais adiante.

Dada a impossibilidade de discutirmos toda a questão do patrimônio cultural no Norte de Minas, para o recorte territorial desta pesquisa, escolhemos como objeto de estudo o

³ Segundo Oliveira (2008) Geraizeiros são populações tradicionais que vivem nos cerrados do norte de Minas Gerais. Este termo deriva do fato de que, no norte do estado de Minas Gerais, as regiões de Cerrado são conhecidas como Gerais.

⁴ De acordo com o dicionário Michaelis, quer dizer o mesmo que caipira. Este termo é bastante utilizado no meio acadêmico e cultural norte mineiro para se referir a essa região - o Norte de Minas.



município norte mineiro de Matias Cardoso, local onde se encontra o mais antigo arraial de Minas Gerais em ocupação contínua (Costa, 2003), e que é detentor de importante patrimônio cultural material e imaterial, onde se destaca a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construção com características da arquitetura jesuíta possivelmente datada do final do século XVII e único bem tombado neste município pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural.

Matias Cardoso localiza-se na microrregião norte mineira da Serra Geral (mapa 1), à margem direita do Rio São Francisco, fazendo divisa com o Estado da Bahia ao norte. A cidade, que no passado chamou-se Arraial de Morrinhos, compõe o núcleo inicial da colonização portuguesa no Norte de Minas Gerais.



Mapa 1. Mapa de localização de Matias Cardoso.

Fonte: Wikipédia. Disponível em:

<[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/3a/MinasGerais_Municip_MatiasCardoso.svg/280px-](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/3a/MinasGerais_Municip_MatiasCardoso.svg/280px-MinasGerais_Municip_MatiasCardoso.svg.png)

[MinasGerais_Municip_MatiasCardoso.svg.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/3a/MinasGerais_Municip_MatiasCardoso.svg/280px-MinasGerais_Municip_MatiasCardoso.svg.png)>
acesso em 11 Dezembro 2014.

O problema que se coloca ao analisarmos a questão da preservação do patrimônio cultural no município de Matias Cardoso, é que, dada a importância histórica e cultural desta cidade para Minas Gerais, e devido a existência de outros bens de interesse do patrimônio cultural neste território que não são oficialmente protegidos, constatamos que, o atual modelo de preservação patrimonial adotado no município, não tem sido capaz de garantir a preservação dos seus bens culturais. Entre esses bens, está a já citada Igreja de Nossa Senhora da Conceição, cujo tombamento foi realizado em 1954 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os outros bens de interesse do patrimônio cultural no município são os edifícios que compõem o núcleo inicial da cidade, os equipamentos urbanos mais antigos, algumas sedes de fazendas centenárias, comunidades tradicionais de populações ribeirinhas e de remanescentes quilombolas, as manifestações culturais da sua população



urbana e rural, alguns marcos paisagísticos como o rio São Francisco, o rio Verde Grande e o Morro dos Jesuítas, entre outros conjuntos de paisagens.

Depois de identificados os bens de interesse de preservação patrimonial em Matias Cardoso, constatamos que a atual política de preservação do patrimônio cultural adotada no município tem privilegiado apenas a preservação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, cuja política de proteção a tem isolado do restante da cidade, não garantindo a conservação adequada desta edificação e não respondendo às dinâmicas de transformação de seu entorno, onde tem sido substituídas as antigas permanências, sobretudo casarios, por novas edificações, quase sempre de pouca ou reduzida expressão arquitetônica. A atual política de preservação do patrimônio cultural em Matias Cardoso também não apresenta avanços na preservação dos demais bens de interesse patrimonial citados, sobretudo com relação ao patrimônio imaterial.

A partir destas constatações, a hipótese que propomos é a de que um novo conceito patrimonial - a paisagem cultural -, possa ultrapassar os limites da atual política de preservação do patrimônio cultural adotada pelo município, estabelecendo novos valores que considerem para além do seu único bem tombado, o restante do território municipal, os seus marcos paisagísticos, as paisagens de interesse cultural e ambiental, o seu patrimônio imaterial e os atores sociais detentores da cultura local. De acordo com Ribeiro (2007, p.9) "a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço" e a vantagem da utilização desse conceito está "na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural" (RIBEIRO, 2007, p.111).

Levantada a hipótese de que a abordagem a partir da ótica da paisagem cultural poderá trazer uma visão mais abrangente sobre a preservação do patrimônio cultural em Matias Cardoso, o objetivo geral da dissertação é apresentar as nossas reflexões e as nossas perspectivas acerca desta nova abordagem patrimonial que possam contribuir para um novo olhar sobre a preservação patrimonial neste município. Desta forma, os objetivos específicos deste trabalho são:

- Demonstrar, através de uma ampla revisão sobre a história da ocupação da região norte mineira, a importância de Matias Cardoso para o contexto histórico e cultural de Minas Gerais;
- Apresentar a temática sobre o patrimônio cultural e as atuais perspectivas para a sua preservação;



- Apresentar uma reflexão abrangente a respeito dos bens patrimoniais a se preservar no município de Matias Cardoso;
- Identificar os problemas relativos à preservação do patrimônio cultural da área em estudo e sugerir proposições de intervenções.

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados, realizamos uma pesquisa exploratória, pois buscamos como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p. 42), destacando-se que a pesquisa aborda uma área sobre a qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por isso, foi de fundamental importância o desenvolvimento de uma ampla pesquisa bibliográfica e consultas às fontes primárias nos arquivos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e do IPHAN – Superintendência de Minas Gerais, a partir do qual foi realizada a revisão bibliográfica acerca dos temas pesquisados.

Fizemos uma pesquisa de campo no município de Matias Cardoso, que consistiu em levantamento fotográfico e realização de vídeos dos bens de interesse patrimonial. Para tal, percorremos todo o território municipal para conhecimento dos bens tangíveis e intangíveis presentes no município. A prefeitura de Matias Cardoso prontamente nos forneceu acesso aos documentos e imagens do seu acervo. A partir do material analisado e das pesquisas de campo, realizamos um levantamento dos bens de interesse patrimonial no município e procuramos elaborar um diagnóstico dos problemas relativos à preservação do patrimônio cultural da área de estudo, seguindo-se de um prognóstico, a partir do qual foram discutidas algumas proposições para a conservação do patrimônio cultural em Matias Cardoso a partir da abordagem da paisagem cultural.

Apresentada nesta introdução a problemática a qual nos propomos a discutir sobre a preservação do patrimônio cultural no município de Matias Cardoso, a dissertação estará dividida em mais cinco capítulos e as nossas considerações finais.

Buscando referenciar o conceito que permeia a nossa proposta, no Capítulo 1 discutiremos o desenvolvimento e a ampliação do conceito de patrimônio cultural e os mecanismos mais recentes que vem sendo debatidos e utilizados para a preservação patrimonial, entre os quais se insere a paisagem cultural.

Veremos que a visão de preservação do patrimônio cultural no Brasil privilegiou, durante um bom tempo, apenas as obras arquitetônicas de cunho religioso ligado ao nosso



passado colonial - como foi no caso de Matias Cardoso e a sua igreja, valorizando o estilo barroco, e os monumentos históricos que exaltavam a pátria.

A visão patrimonial do IPHAN foi sendo ampliada e revista ao longo do tempo, incluindo novos bens, sobretudo os de natureza imaterial e, mais recentemente, a paisagem. Autores como Leonardo Castriota (2009) ao comentar sobre a ampliação do conceito de patrimônio, tem afirmado que, além dos monumentos consagrados, outros bens, entre eles as tradições culturais, saberes e paisagens tem tido o seu reconhecimento como patrimônio nacional, seguindo tendência mundial de ampliação deste conceito. Com a ampliação do pensamento da proteção do patrimônio cultural, surgiu, a partir do ano de 1992 (UNESCO, 2012), a categoria patrimonial da paisagem cultural, que segundo Ribeiro (2007, p. 14) passava a ser entendida como testemunho do trabalho do homem e de sua relação com a natureza, e como um retrato da ação humana sobre o espaço ou ainda como panorama e cenário. Esta ação humana cria uma identidade cultural nas relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais, o território e a natureza. Esta nova categoria patrimonial, ainda segundo Castriota (2009, p.259), pode servir para ampliar a visão sobre a preservação dos centros históricos, criando novas leituras que compreendam as interações estabelecidas entre os aspectos natural e cultural.

Procuraremos compreender também, o rebatimento da evolução das políticas patrimoniais no caso brasileiro, e como a paisagem cultural tem sido tratada no Brasil. Ao final do capítulo, apresenta-se uma reflexão sobre a contribuição que a paisagem cultural poderá trazer para a ampliação da visão sobre a preservação do patrimônio cultural, especificamente para o Brasil e para o território aqui estudado.

Trataremos no Capítulo 2 da caracterização do município de Matias Cardoso, onde serão abordados assuntos como a sua importância histórica, a sua inserção regional e os aspectos socioeconômicos deste município. Começaremos o capítulo discutindo uma breve contextualização da região norte mineira, onde serão apresentados os processos históricos que levaram ao surgimento da povoação em Matias Cardoso, buscando compreender a sua origem e a sua importância histórica e cultural para Minas Gerais. Devido ao pouco reconhecimento deste município no contexto histórico estadual, apresentamos aqui algumas notas sobre a importância em se realizar uma pesquisa historiográfica sobre o Norte de Minas, no sentido de destacar os principais autores que o fizeram e a sua ausência em muitas obras de referência sobre a historiografia mineira.



Importantes referências bibliográficas sobre o assunto colocam o surgimento da região Norte de Minas, ou "dos currais do São Francisco" no processo de colonização do território mineiro em segundo plano, dando pouca ou nenhuma ênfase às particularidades e especificidades que levaram paulistas e baianos a povoarem a região do médio São Francisco em terras que hoje se localizam na região norte mineira. Uma dificuldade em se realizar esses estudos é que se trata de uma região de difícil delimitação geográfica, social e política, pois foi dividida em seus primórdios, entre as capitanias baianas e pernambucanas, sendo no transcorrer dos séculos XVIII e XIX incorporada paulatinamente ao território mineiro, mas com jurisdições, principalmente as religiosas, que permaneceram por um bom tempo ainda subordinadas com as Capitanias da Bahia e Pernambuco (ANASTASIA, 1998, p. 61).

As primeiras referências historiográficas à região norte mineira são atribuídas ao historiador mineiro Diogo de Vasconcelos (1974)⁵ que publicou, em 1904, importante obra em que delineia todas as expedições e entradas realizadas pelo território mineiro durante os Séculos XVI e XVII, que partiam da Bahia e de São Paulo, bem como descreve o processo de ocupação da região dos currais do São Francisco em território mineiro. Posteriormente, Capistrano de Abreu (1982)⁶ escreveu, em 1907, um livro sobre o Brasil colonial, dando grande enfoque ao Século XVII, onde buscou compreender como se deu o povoamento da zona entre o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba, tida por ele como a questão mais importante da história do país. Outras obras importantes são as de Afonso de Taunay (1924-1950) e de Salomão de Vasconcellos (1944), em que são apresentadas as motivações e os personagens dessa empreitada bandeirista sobre a ótica dos historiadores paulistas.

Uma das obras mais importantes da historiografia Norte Mineira, escrita por um pesquisador norte mineiro, é o livro "Raízes de Minas", do engenheiro, historiador e arqueólogo amador Simeão Ribeiro Pires (1979). Em "Raízes de Minas" são entrelaçados os acontecimentos e fatos históricos dos dois movimentos simultâneos de ocupação do território norte mineiro ainda em fins do século XVII, quais sejam: a expansão dos currais da Bahia e o empreendedorismo do bandeirismo paulista em busca de pedras preciosas, onde o autor destaca que esses últimos foram responsáveis pela fundação de diversas fazendas e arraiais, entre eles o Arraial de Morrinhos. A riqueza de detalhes e a quantidade de fontes primárias consultadas, transformaram esse livro em uma obra antológica para a historiografia mineira,

⁵ Data de publicação da 4ª edição do livro.

⁶ Data de publicação da edição do livro.



ao dar aos "currais norte mineiros do Rio São Francisco" a devida importância na formação e desenvolvimento do território mineiro.

A historiografia norte mineira encontrou na contemporaneidade um ambiente que começa a tornar-se bastante fértil em publicações através do surgimento de uma nova geração de autores, ligados principalmente à Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), que tem se dedicado à reescrever a sua história. Mais recentemente, com a criação dos Mestrados em História, Geografia e Desenvolvimento Social da UNIMONTES, e em Sociedade, Ambiente e Território - parceria UNIMONTES / Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem-se produzido importantes trabalhos e estudos a respeito da história, cultura, e desenvolvimento social da sociedade norte mineira. Dentre esses novos autores, citamos o antropólogo João Batista de Almeida Costa⁷, que tem realizado importante trabalho sobre a formação do povo norte mineiro, cujo foco de estudo deu-se principalmente no município de Matias Cardoso.

Infelizmente, no campo da história da arquitetura e do urbanismo e do patrimônio cultural produziu-se muito pouco, dada à ausência desta linha de pesquisa nos cursos de arquitetura e urbanismo da região, bem como a falta de núcleos de pesquisas e pós-graduações ligadas a essas áreas de estudos. A realização de estudos mais apurados sobre a formação e o desenvolvimento dos núcleos urbanos no Norte de Minas, dada as inconclusões, teorias e o mosaico de informações fragmentadas sobre o assunto, certamente se apresenta como um campo com muitas possibilidades para se explorar novas teses e dissertações no campo da história das cidades e do urbanismo. O mesmo pode ser dito em relação ao estudo do patrimônio cultural norte mineiro.

A partir do conhecimento do processo de formação histórica do Norte de Minas, pretendemos situar o nosso objeto de estudo dentro de um contexto mais amplo, que justifique a sua importância histórica e do patrimônio cultural desta municipalidade no contexto norte mineiro e do Estado de Minas Gerais. Discutiremos os processos históricos e econômicos que levaram à ascensão e declínio do Arraial de Morrinhos (Matias Cardoso) ao longo de mais de três séculos de sua existência. A partir da emancipação política de Matias Cardoso em início da década de 1990, veremos que uma nova dinâmica econômica tem levado ao aceleração das transformações urbanas na cidade, descaracterizando o seu núcleo histórico e pondo em risco a preservação do seu patrimônio cultural.

⁷ Doutor em antropologia e professor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.



No Capítulo 3 apresentaremos os aspectos territoriais, físicos, ambientais e legais que caracterizam o município de Matias Cardoso, com a intenção de compreender as dinâmicas socioeconômicas, espaciais e ambientais que imprimiram a atual conformação do seu espaço territorial. Para tanto, recorreremos aos estudos técnicos já realizados sobre o município e a análise das leis municipais sobre ordenamento territorial e preservação do patrimônio cultural. Procuraremos expor as principais características deste município para a formação de um entendimento conciso sobre a configuração do território matiense na atualidade.

Trataremos no Capítulo 4 sobre o patrimônio cultural do município de Matias Cardoso. Apresentaremos um breve contexto sobre o patrimônio cultural no Norte de Minas, onde destacaremos suas principais características e algumas questões relativas a sua preservação e salvaguarda. Entre os bens do patrimônio cultural norte mineiro, destaca-se a sua arquitetura religiosa do período colonial que difere bastante daquela produzida na região central de Minas, encontrando maiores semelhanças àquelas construções coloniais do Nordeste brasileiro. Essa peculiaridade estava ligada à influência cultural das capitanias da Bahia e Pernambuco da qual esta região fez parte até 1720 (a partir desta data foi incorporada à Capitania de Minas Gerais) e inspirada pela estética dos missionários jesuítas e capuchinos que estiveram na região entre o final do século XVII e início do XVIII. Além do patrimônio edificado do período colonial, a região conta com um rico patrimônio arqueológico e espeleológico, e paisagens naturais de grande beleza cênica e de peculiares características ecológicas. O patrimônio imaterial divide-se entre aquele ligado ao artesanato, mescla de técnicas indígenas, africanas e da cultura ribeirinha do Rio São Francisco, que encantam pela beleza e pela diversidade de técnicas empregadas, bem como aquele que diz respeito a grande quantidade de manifestações culturais de sua gente. Esta mescla de bens e atividades culturais, conformam a possibilidade de se explorar múltiplas paisagens culturais na região norte mineira.

Conforme será descrito no Capítulo 4, o município de Matias Cardoso possui diversos elementos que configuram um rico patrimônio material e imaterial e que nos permite trabalhar o conceito de paisagem cultural, que vão muito além do seu único bem tombado, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. No núcleo histórico da cidade existem diversas edificações em estilos arquitetônicos distintos, que dialogam com a paisagem ao longo da evolução urbana da cidade, dentre elas casarões centenários, residências com técnicas construtivas vernaculares, um espaço urbano remanescente do núcleo inicial - a Praça Cônego Maurício, e um antigo cemitério. A paisagem é marcada pela forte presença do Rio São

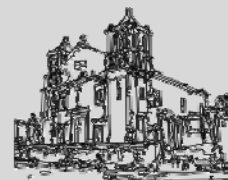


Francisco, que foi desde o Século XVII o indutor da ocupação desta região e continua influenciando fortemente o desenvolvimento regional nos últimos anos, devido a presença de um grande projeto de irrigação no município. Há ainda o conjunto natural, formado pelo Morro dos Jesuítas, marco referencial de localização do antigo arraial nos mapas de navegação elaborados no período setecentista, quando a comunidade era um importante entreposto comercial de gado, carne e couro para a colônia. Esse morro tem presença marcante no imaginário e na religiosidade do morador local, onde no seu cume se assenta um cruzeiro, que faz parte de um circuito de celebrações religiosas da comunidade.

A partir do conhecimento do acervo de bens de interesse do patrimônio cultural em Matias Cardoso, discutiremos como tem sido feita a gestão do patrimônio cultural neste município, sobretudo da crítica ao modelo atual de preservação de seu patrimônio e das possibilidades que se descortinam ao se considerar um novo modelo de preservação mais amplo e inclusivo, que leve em consideração a cultura local, os edifícios mais expressivos e a paisagem composta pelo Rio São Francisco, outros elementos naturais significativos, os fragmentos do desenho urbano do núcleo histórico da cidade e de outros núcleos populacionais tradicionais de sua zona rural. Para criarmos um diálogo mais coerente entre o município e o seu patrimônio cultural, foi preciso que o interlocutor dessa dissertação se lançasse como um *flâneur*⁸ de Baudelaire, que caminhou pelo seu território a observar as pessoas, os edifícios, as coisas e a paisagem, buscando compreender e descrever quais os elementos da paisagem urbana e rural matiense que compõem seu repertório patrimonial mais diversificado. Para complementação dessa análise, utilizamo-nos de conversas com os moradores, autoridades municipais, o estudo de projetos públicos, além de fontes bibliográficas referentes à pesquisas e estudos antropológicos realizados na região, entre os quais destacamos o trabalho de Costa (2003), principal referência nos estudos sobre a formação antropológica da população de Matias Cardoso e do Norte de Minas.

No Capítulo 5, serão apresentadas as nossas reflexões que se materializarão em uma proposta acadêmica para a gestão do patrimônio cultural do município de Matias Cardoso, a partir da ótica da paisagem cultural. Apontaremos como a utilização do conceito de paisagem cultural poderá colaborar para a aplicação de novos instrumentos de reconhecimento do valor cultural que constituem um fato notável das relações do homem com o meio ambiente, contrapondo-se ao atual modelo de preservação que apenas se preocupou em preservar um

⁸ O poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867) desenvolveu um significado para *flâneur* de "uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la".



único bem neste município. Com base nas leituras realizadas nos capítulos anteriores, desenvolvemos uma proposta de "Paisagem Cultural para o município de Matias Cardoso", onde foram abordadas as dificuldades atuais da gestão do patrimônio cultural neste território, o pacto de gestão da paisagem cultural, a delimitação desta paisagem, a proposição de medidas para a sua conservação, e por fim, os fatores que podem ser limitantes a uma eventual implementação de uma chancela da paisagem cultural neste município.

Nas considerações finais deste trabalho, discutiremos as contribuições desta pesquisa para outros estudos e trabalhos acadêmicos sobre o tema na região norte mineira, mas, sobretudo, esperamos instigar no âmbito da gestão municipal em Matias Cardoso, a questão da preservação do patrimônio cultural como uma reflexão que merece ser discutida e revista, sobre as possibilidades que a ampliação dos mecanismos atuais da gestão do patrimônio cultural no município poderá trazer de avanços para a preservação do seu rico acervo histórico, cultural e natural.



No norte de Minas, lugares como mercados, praças, largos, praias e cais fazem parte da memória, criando e recriando unidade e identidade e tornando imaginários os limites e as fronteiras físicas e geográficas. A força simbólica sanfranciscana é tecida por sua história e pela ritualização de suas tradições culturais moldadas pelo rio. Essa dinâmica é a base para a construção, ao longo dos séculos, de práticas cotidianas relativas aos lugares de memória de suas cidades e comunidades.
(IEPHA, 2016)

DISCUSSÃO SOBRE OS CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL



CAPÍTULO 1. DISCUSSÃO SOBRE OS CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

1.1. A construção do conceito da preservação do patrimônio cultural

O termo patrimônio possuiu definições distintas ao longo da história ocidental. Tradicionalmente, esse termo teve conotação de herança paterna, caracterizada pela transmissão da carga hereditária de um grupo social a suas gerações futuras. Para a tradição, o significado de patrimônio derivou da apropriação privada dos bens que se originou do termo latino *patrimonium*, que para os antigos romanos referia-se a tudo que pertencia ao pai. "O patrimônio era tudo que estava sob o domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais" (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p.11). O seu conceito, que surgiu entre os romanos na esfera privada do direito de propriedade, ligava-se intimamente aos interesses e à visão aristocrática.

Com a ascensão do cristianismo, durante a Idade Média europeia (séculos VI a XV), surgia na visão religiosa da Igreja Católica, o simbólico e o coletivo, que se juntou ao caráter aristocrático do patrimônio, onde este se elevou à categoria dos valores sociais compartilhados: os sentimentos religiosos. A aristocracia da Idade Média mantinha como preocupação a transmissão hereditária de seus bens e construções. (CARLAN & FUNARI, 2010)

Passado o período considerado como de “Idade das Trevas⁹” e com o Renascimento despontando na Europa em fins do Século XIV, houve a substituição dos valores religiosos pelos valores humanos, onde se buscava uma revalorização das culturas clássicas, inspirada na antiguidade grega e romana. Surgia então, entre os humanistas da renascença, o interesse em se catalogar tudo que viesse dos antigos: moedas, inscrições em pedras, vasos de cerâmica, ruínas de edifícios, dentre outros bens. Com a invenção da imprensa, permitiu-se a

⁹ “Idade das Trevas” foi uma expressão adotada pelos renascentistas do século XVII, aonde generalizaram toda a civilização da Europa do século IV ao século XV como um tempo de ruína e flagelo. Esta ideologia de obscuridade das trevas é resultado de fatos e acontecimentos negativos ocorridos no longo período da Idade Média, tais como, as guerras, as invasões bárbaras, as crises da agricultura, as epidemias, a imposição da Igreja, a inquisição em relação aos hereges, a centralização da economia restrita aos feudos, as desigualdades sociais, dentre outros aspectos, mas que não justificam criar uma terminologia pejorativa para uma gigante e envolvente civilização que em contraste com esse lado negativo muito criou, muito inventou e muito desenvolveu, lembrando que o período medieval é o carro chefe da historiografia contemporânea (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 83-101).



difusão das obras clássicas da literatura da antiguidade. O interesse renascentista não esgotou, porém, todas as dimensões que o conceito de patrimônio evocava.

A partir do século XVIII, com as revoluções e quedas das monarquias na Europa, a concepção de patrimônio passava a adquirir novos elementos, vinculando-se de forma interessante à ideia de nação e cultura. Essa conexão ocorria a partir do momento em que se criou a noção de herança nacional, com a formação de grupos mais organizados social e politicamente e, efetivamente, com o surgimento dos Estados-nações. Isso se deu no final do século XVIII, momento em que o conceito de patrimônio passava a ser visto como um bem nacional que reforça a ideia do nacionalismo - a valorização dos monumentos históricos e artísticos de épocas passadas.

Durante o século XIX, no contexto dos Estados Nacionais, o conceito de patrimônio passou a ser utilizado como uma construção social de grande importância política, através da criação de símbolos e da exaltação dos monumentos¹⁰ nacionais, que ajudaram a construir a noção de unidade territorial a esses Estados. Neste período, foram as importantes e simbólicas obras da arquitetura religiosa, civil e militar, os espaços de uso público de intenso convívio social, a música, os documentos, os livros e as obras de arte de feição erudita, que contribuíram para a formação da memória coletiva da época e para afirmar a identidade nacional e criar a unidade política necessária para a construção do ideário da nação. Para Fonseca (1997, p. 9-60) o termo patrimônio cumpriu nesse período o papel de criar funções simbólicas: reforçou a noção de cidadania, posto que os bens tradicionais eram tratados como nacionais, de interesse da população e sujeitos à gestão estatal; deu visibilidade no cenário mundial à nova nação a partir da identificação de seus bens patrimoniais mais representativos; criou provas materiais das versões oficiais da história nacional, por meio dos bens patrimoniais documentados; e educou novos cidadãos através da conservação desses bens.

O uso da palavra patrimônio expandiu-se durante o Século XIX na Europa para os bens que passaram a ser protegidos por lei e pela criação de órgãos de proteção especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens patrimoniais de uma nação. Essa preocupação com a proteção nasceu em 1837, quando foi criada, na França, segundo Choay (2011, p.12), a primeira Comissão dos Monumentos Históricos.

¹⁰ Para Choay (2011, p.18), o conceito de monumento é “tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”.



Com a expansão do conceito patrimonialista, podia-se relacionar o termo patrimônio com a identidade, a memória, a coletividade e a herança (Choay, 2001, p.11). Por estar relacionado à história e a cultura, este passava a ser visto como Patrimônio Histórico, que era entendido como,

[...] um bem estimado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p. 11)

Até a primeira metade do Século XX, o entendimento que se tinha sobre patrimônio histórico estava pautado no sentido da valorização do monumental e do histórico e artístico. A preocupação primeira de preservar voltava-se para os monumentos e objetos artísticos de valor excepcional, onde se tinha grande influência dos arquitetos e dos críticos de arte.

Um avanço à nível internacional para o reconhecimento da importância do patrimônio histórico deu-se em outubro de 1931, durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, com a Carta de Atenas. Ali se constituiu o primeiro ato normativo internacional exclusivamente dedicado ao patrimônio, incluindo a problemática da preservação dos monumentos. Esse congresso expressou o desejo de valorizar, restaurar e recuperar os monumentos degradados, cabendo aos estados, a autoridade pública, a criação de legislação que garantisse as medidas de salvaguarda necessárias, sendo que grande parte dos países da Europa passaram a ser signatários deste acordo.

O quadro em que se apresentavam os bens preservados nas primeiras décadas do século XX demonstrava uma perspectiva extremamente reducionista, “que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos” (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p.31). Após a 2ª Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas - ONU, e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, passou-se a se desenvolver abordagens mais abrangentes e menos restritivas sobre o patrimônio. O conceito de patrimônio passou a ser visto a partir das referências culturais dos povos, pelo reconhecimento dos bens culturais em sua dimensão testemunhal do cotidiano e das manifestações intangíveis de determinada cultura.



1.2. As cartas patrimoniais da UNESCO e a ampliação da visão patrimonialista

A Carta de Atenas de 1931 (IPHAN, 2000), embora não seja uma Carta Patrimonial da UNESCO, representou um marco, introduzindo pela primeira vez na história o conceito de patrimônio internacional. Procurando uniformizar o discurso acerca da preservação do patrimônio cultural, a UNESCO instituiu as Cartas Patrimoniais. As Cartas, apesar de não possuírem força de lei - pois a UNESCO considera a soberania de cada nação – propõem atitudes frente aos desafios da preservação patrimonial, fazendo-se necessário a análise dos conceitos nelas contidos, para uma formulação consciente de políticas preservacionistas em cada país. A primeira das Cartas Patrimoniais da UNESCO, foi a Recomendação de Nova Déli (IPHAN, 2000), de 5 de dezembro de 1956, que versou sobre a proteção e pesquisa acerca do patrimônio arqueológico.

A Carta de Veneza de 1964 (IPHAN, 2000), ou “Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios”, veio trazer novos parâmetros de análise do patrimônio, ampliando a visão sobre os bens de interesse cultural, servindo como documento base do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS) que viria a ser criado um ano depois. A Carta de Veneza estabelecia que a preservação se destinasse “não mais as obras de excepcional importância e qualidade artística, [...] mas também a todos os bens que [...] com o tempo adquiriram significação cultural” (KÜHL 2006, p.20, apud CERÁVOLO, 2013, p. 32), recomendando a preservação de “obras consideradas modestas que tenham adquirido significação cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentem interesse histórico e cultural”. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.33)

Posteriormente, em 1972, a UNESCO celebrou uma conferência para a proteção do patrimônio cultural e natural. A Recomendação de Paris de 16 de novembro de 1972 (IPHAN, 2000) reconhecia a importância da diversidade cultural, considerando que os sítios declarados como patrimônio da humanidade pertenciam a todos os povos do mundo. Segundo essa convenção, ratificada por mais de 150 países, o patrimônio da humanidade consistia de bens patrimoniais culturais e naturais conforme quadro a seguir:



Patrimônio Cultural
<p>os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;</p> <p>os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;</p> <p>os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.</p>
Patrimônio Natural
<p>os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;</p> <p>as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.</p> <p>os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.</p>

Quadro 1. Definições do Patrimônio Cultural e natural. Fonte: IPHAN (2000).
Recomendação Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

A partir da Recomendação de Paris, o Patrimônio Mundial, passava a ser visto pela UNESCO como um bem de valor universal excepcional signatário de uma importância cultural e/ou natural tão extraordinária que ultrapassava as fronteiras nacionais, revestindo-se de caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. A proteção permanente deste patrimônio era da maior importância para toda a comunidade internacional.

O Comitê Internacional da UNESCO, através do documento intitulado “Orientações Técnicas para Aplicação da Conservação do Patrimônio Mundial”, definiu dez critérios¹¹ para se inscrever os bens na Lista do Patrimônio Mundial. Estes critérios são revisados regularmente por este comitê, para que possam refletir a evolução do próprio conceito de Patrimônio Mundial.

1.3. A paisagem cultural

¹¹ Estes dez critérios podem ser lidos no site da UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14> Acesso em 18 Agosto 2015.



No transcorrer do Século XX a evolução do conceito de patrimônio transpassou a valorização do monumental e do histórico e artístico, para abarcar uma nova visão, que passou a considerar a dimensão imaterial, representada pelas manifestações culturais, pelos usos e costumes de um povo, e de forma ainda mais ampla, como será discutido a seguir, com a inserção da paisagem e de sua relação com a cultura na visão patrimonial.

O conceito de paisagem tem sido interpretado de diversas maneiras ao longo do tempo, sendo este termo empregado há mais de mil anos através da palavra *Landschaft* – paisagem - de origem alemã. Segundo Lineu Bley, “para uns, o termo paisagem significa a expressão concreta de uma área, isto é, os objetos materiais, para outros o termo é sinônimo de área” (BLEY, 1990, p.122). No Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986), a etimologia de paisagem “deriva do francês *paysage*, que significa espaço do terreno que se abrange num olhar”. Aproxima-se do termo italiano *paesaggio*, que surgiu durante o período do renascimento. Desse termo italiano derivam em outras línguas latinas, como *paysage* na França, *paisaje* na Espanha e paisagem em Portugal.

No final da década de 1960, dentro da geografia, surgiu um grupo que trabalhava com os aspectos simbólicos da paisagem. Esse grupo ficou conhecido como movimento humanista, por valorizar a subjetividade na pesquisa em geografia. De forma resumida, conforme afirma Melo (2009, p.1) o movimento humanista era “uma mistura das ideias anarquistas, estruturalistas, marxistas, das ideias da fenomenologia, do existencialismo, do idealismo, do pragmatismo”, sendo o resultado de “um processo longo de renovação e revisão de conceitos e bases filosóficas da geografia cultural e histórica norte-americana”. Com o desenvolvimento dessa linha de pesquisa, nos anos de 1980, os estudos sobre a simbologia da paisagem passaram a ser uma das principais características dos geógrafos que instituíram o termo “Nova Geografia Cultural”. A principal característica da Nova Geografia Cultural é a de inserir o homem em seus estudos, entendendo que ele tem papel fundamental no desenvolvimento de todo o processo (CLAVAL, 2001). Para o geógrafo Rafael Winter Ribeiro, “os autores dessa nova perspectiva foram os responsáveis pela introdução da análise de símbolos e de aspectos subjetivos dentro da geografia cultural de língua inglesa e, por conseguinte, dentro das abordagens da paisagem na geografia anglo-saxônica”(RIBEIRO, 2007, p. 16).

De acordo com esta visão mais cultural, a paisagem resultaria de uma sucessão de eventos de ordem natural e ou antrópica sobre um determinado espaço (SILVA, 2012, p.2). Isso significa que na paisagem encontra-se inscrito, de modo indelével, os sinais das ações da



população que aí esteve ou viveu. Como afirmava George Bertrand, “a paisagem é um produto social, é uma resultante da história local ou regional” (BERTRAND, 1978 apud ALMEIDA, 2006, p.34). Aliada às marcas humanas acumuladas pela história, devia-se considerar o caráter próprio que cada cultura imprimiu no território e em sua paisagem, bem como da necessidade de adaptação que cada paisagem determinou nos assentamentos humanos.

Podemos citar como exemplo dessa necessidade de adaptação, os povos Anasazi (figura 1), nos Estados Unidos da América, que viveram no atual estado do Colorado até cerca de 1.300 (D.C.) A construção do seu assentamento sob uma grande formação rochosa, ao mesmo tempo em que protegia as construções do vento frio do inverno, mantinha a temperatura amena ao possibilitar grande área sombreada durante o verão. A civilização Inca, que floresceu na América do Sul até a conquista espanhola, procurou tirar partido da paisagem acidentada, principalmente na agricultura, onde plantio era feito em terraços, utilizando-se de avançada técnica das curvas de nível (figura 2).



Figura 1. Ruínas do assentamento dos Povos Anasazi. Disponível em:<<http://www.selectstone.com/wpcontent/gallery/historic-masonry-anasazi/anasazi-0050.jpg>> acesso em 20 Agosto 2015.



Figura 2. Plantio Inca em através de curvas de nível. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/images/stories/historia/incas.jpg>> acesso em 20 Agosto 2015.

Dada a ação humana sobre o meio ambiente, a paisagem vem sofrendo um processo de transformação devido à expansão do fenômeno urbano no território e do desenvolvimento da capacidade tecnológica de transformação da natureza, que durante todo o Século XX e no XXI tem alcançado um ritmo de mudanças antes desconhecido. A geração de paisagens estandardizadas¹² e impessoais, onde se tem como resultado uma banalização da paisagem¹³,

¹²A paisagem estandardizada é aquela que não define lugar nenhum, tendendo à repetição; logo, quebra as diferenças que diferenciam o espaço, desprezando o estrito termo de lugar pautado na individualidade (IANNI, 1999).



tem se tornado, na maioria dos casos, o resultado dessas transformações. Como consequência, algumas paisagens começaram a tornarem-se raras, adquirindo um valor de bem escasso e sendo objeto de valorização por parte da sociedade, que tem exigido a sua proteção como patrimônio social. Por outro lado, a crise ecológica que afeta todo o planeta, tem se manifestado também na paisagem. Parte da sociedade, atenta a essa crise, tem percebido a perda da qualidade das paisagens como um sinal inequívoco dos desequilíbrios que afetam na atualidade o meio ambiente. De uma maneira geral, a perda da diversidade das paisagens da terra tem sido visto como um dano irreparável, ao qual precisa-se remediar o quanto antes.

O processo de globalização tem criado uma dicotomia entre a escala global e a local, fato que tem induzido a dar-se maior importância à uma articulação entre ambas para o desenvolvimento mais equilibrado do território. A globalização tem se caracterizado pela unificação dos mercados para a circulação de capital e mercadorias, que leva a aceleração do processo de reestruturação urbana apoiada em necessidades cada vez mais externas à população local. Estes novos processos de urbanização criaram uma estrutura social que se baseia em redes, em um sistema dinâmico e aberto que tem gerado uma nova morfologia territorial e a um novo modo de uso do território (CASTELLS, 1999). Com isso, provocam-se grandes alterações na paisagem e nos fatores locais que a caracterizavam, tendendo a uma uniformização do espaço que se transforma para atender as novas demandas do mundo globalizado.

No processo de internacionalização das cidades, são criados não lugares¹⁴ ou espaços genéricos (figura 3), aonde se desenvolvem diversos contextos sociais e geográficos. A abstração passou a ser a expressão formal do espaço dos fluxos de pessoas, levando a arquitetura e o desenho urbano a deixar de ser um reflexo da identidade, da tradição, da história e dos costumes da cidade em que se insere. Na dicotomia imposta entre a escala global e a local, fizeram-se necessárias novas estratégias de desenvolvimento territorial para que uma determinada região pudesse desenvolver-se de forma mais equilibrada. Entre essas estratégias de desenvolvimento territorial, apresentou-se a proposta da paisagem cultural, que segundo Ribeiro (2007, p. 14) passou a ser vista "como um retrato da ação humana sobre o espaço", ação esta que criou uma identidade cultural nas relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais, o território e a natureza. A paisagem

¹³ A banalização das paisagens, segundo Nogué (2007) é o processo pelo qual são gerados territórios sem discurso e paisagens sem imaginário, levando a paisagem a uma evidente degradação e banalização, devido a perda de seus valores patrimoniais e simbólicos tradicionais.

¹⁴ Termo cunhado pelo antropólogo francês Marc Augé em 1935, em seu livro "Não Lugares" (AUGÉ, 1994), referindo-se a lugares transitórios que não possuem significado suficiente para serem definidos como "um lugar".



cultural, pelo forte apelo que traz para a valorização do território, apresentou-se como uma alternativa a este cenário de transformação da sociedade.



Figura 3. Shopping Center em Montes Claros-MG, exemplo de um "não lugar". Fonte: Arquivo do Autor, 2005.

A possibilidade da abordagem "mais cultural" acerca do território possibilitada pela paisagem cultural, em consonância com a ampliação da visão patrimonialista pelos órgãos de proteção, levou a adoção da paisagem como subárea do patrimônio a partir de 1981 pelo ICOMOS e a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA), na Carta de Florença de 21 de maio de 1981, "sobre os jardins históricos". Um ano após a publicação dessa carta, durante a Convenção de Bruxelas de 1982, "sobre a conservação da natureza e a proteção das paisagens", realizada no âmbito de três países, a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, também se percebeu a intenção dessas nações em se vincular o patrimônio natural com o cultural sobre a figura da paisagem. Esta convenção trazia como objetivo proteger a percepção estética que o homem tinha das belezas panorâmicas naturais. A valorização da paisagem como bem patrimonial era uma das premissas dessa convenção, conforme definido no seu artigo 1º como sendo:

Parte perceptível da terra definida pela relação e a interação entre diversos fatores: o solo, o relevo, a água, o clima, a flora, a fauna e o homem. No seio de uma unidade paisagística determinada, esses fenômenos dão lugar a um esquema resultante da combinação de aspectos naturais, culturais, históricos, funcionais e visuais. A paisagem pode ser considerada como o reflexo de atitude da coletividade em face de seu meio natural e da forma como ela age sobre ele. (UNESCO, 1982)

A paisagem passou a ser vista como patrimônio pela UNESCO em princípios da década de 1990, momento em que este conceito configurou-se como algo singular, e as suas qualidades passaram a ser vistas como únicas por este órgão de proteção do patrimônio. Esse "algo singular" decorreu de duas referências: "do apelo ao solo, ou seja, a valorização do que



se vê - que é a paisagem em sentido mais estrito ou usual- e do apelo ao "passado", ou seja, a história única que fez o lugar" (LAZZAROTTI, 2003 apud ALMEIDA, 2006, p.35).

Em 1992, o Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO incluiu a categoria de paisagem cultural nas suas "Orientações Técnicas", definindo-a como "obra conjunta entre o ser humano e a natureza" (UNESCO, 2012). As paisagens culturais foram classificadas pela UNESCO em três categorias, para fins de inscrição como patrimônio da humanidade:

- I. Paisagem claramente definida: intencionalmente concebida e criada pelo homem, englobando as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.
- II. Paisagem essencialmente evolutiva: Resulta de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias: - uma paisagem relíquia (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis; - uma paisagem viva é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.
- III. Paisagem cultural associativa: A inscrição destas paisagens na Lista do Patrimônio Mundial justifica-se pela força da associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes. (UNESCO, 2012, p.70-71)

Essas categorias da UNESCO abrangem, desde paisagens integralmente desenhadas pelo homem, até aquelas imateriais ou intangíveis. A paisagem cultural, quando possuir um grande valor universal, poderá ser considerada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Para que isso ocorra, o sítio deve satisfazer a pelo menos um dos dez critérios técnicos que a instituição estabelece para este fim. Estes critérios dizem respeito à capacidade da paisagem em representar as características geoculturais da região em que ela está inserida.

O conceito de "paisagem cultural" passou a abranger uma diversidade de manifestações da interação entre o homem e o meio ambiente natural. Segundo entendimento da UNESCO¹⁵ (2015), as paisagens culturais refletem com frequência, técnicas específicas de uso sustentável da terra, levando em consideração as características e limites do entorno natural em que se encontram estabelecidas, e uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção dessas paisagens seria, portanto, importante para a manutenção da diversidade biológica do planeta.

¹⁵Página da UNESCO. Disponível em:< <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape>> acesso em 25 Agosto 2015.



Para Nuñez (2007), a discussão sobre esta nova categoria, nos últimos anos, tem sido um ponto de partida para “repensar proyectos y propuestas de alcance urbano regional que promuevan una visión holística del territorio” (NUÑES, 2007, p. 75), por se tratar de propostas que irão mobilizar uma grande variedade de recursos e atores envolvidos (públicos e privados). Ainda segundo a autora,

Pueden interpretarse a estas formas de intervención como representativas de la cultura posmoderna pero en un sentido distinto al de aquellas que propiciaban la homogeneidad cultural y la fragmentación social, en este caso las intervenciones se orientan al rescate de contenidos locales a partir de la valorización de los recursos culturales usando como estrategia la promoción turística o apuntando al objetivo del desarrollo local. (NUÑES, 2007, p. 75)

Além da abordagem "mais cultural" apresentada por Nuñez, a paisagem cultural, enquanto possibilidade de reconhecimento dos valores culturais pode responder a uma demanda específica a partir da qualidade do entorno, da identidade do local e da valorização do território, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região. Sobre a relação da paisagem cultural com a área de estudo do meio ambiente, Ribeiro (2007, p.38) comenta a respeito dos fatores ambientais que levaram a sua adoção:

[...] o desenvolvimento de disciplinas como a ecologia política e a discussão em torno de categorias como a de desenvolvimento sustentável provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente. Foi em resposta a esse contexto que a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela UNESCO.

A partir do comentário de Ribeiro, cabe aqui destacar a relação da paisagem cultural com a sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade foi introduzido no início da década de 1980 por Brown¹⁶ que definiu comunidade sustentável como aquela “capaz de satisfazer às próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras.” (BROWN, 1981 apud TRIGUEIRO, 2005, p. 19). A sustentabilidade pode ser entendida como uma forma de desenvolvimento que une as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações usufruírem de sua herança natural e cultural.

No ano de 1983, dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMED. O objetivo dessa comissão era investigar os impactos das atividades humanas sobre o planeta. Como resultado dessa investigação, publicou-se o relatório "Nosso Futuro Comum" em 1987.

¹⁶ Lester Brown é formado em ciências agrícolas com mestrado em economia agrícola e administração pública. Já atuou como analista assessor de órgãos do governo americano na área de agricultura até fundar o Worldwatch em 1974. É autor de mais de duas dezenas de livros, além de revistas e publicações anuais como o Estado do Mundo, editado em várias línguas e que se tornou uma espécie de bíblia do movimento ambiental internacional. Fonte: Programa Roda Viva – Disponível em: <<http://www.wwiuma.org.br/entrevistas/rodaviva.html>> Acesso em 18 agosto 2015.



Esse relatório, apontava problemas ambientais como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, e propunha soluções e medidas a serem adotadas pelos Estados-membros para tentar reverter a situação. Este Relatório formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável e o tornou conhecido do público como sendo: "satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades "(ONU, 1987).

O marco internacional desse conceito se deu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, que abordou o desenvolvimento sustentável como o grande desafio a ser atingido na atualidade, e assinalou a primeira tentativa internacional de elaborar planos de ação e estratégias para alcançá-lo. Entre os campos componentes do desenvolvimento sustentável, conforme afirma Sachs (1993) apud Montibeller Filho (1993, p.133) estava o campo da cultura, que significa para o autor, traduzir o "conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local" (MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 134). Este componente "cultural" levou em conta como os povos tratavam os seus recursos naturais e como se davam as relações construídas com outros povos, onde objetivava-se a construção de um mundo mais sustentável.

A relação da paisagem cultural com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, parte de uma concepção mais ampla e integradora entre a ação do homem, a natureza, e entre os patrimônios material, imaterial e natural. Conforme comenta Figueiredo (2013, p.9), a paisagem cultural integra a "abordagem territorial e interdisciplinar entre os patrimônios cultural e natural, material e imaterial, preocupando-se não em se opor às mudanças, mas em direcioná-las a favor do patrimônio, buscando-se o desenvolvimento sustentável do território.

1.4. A preservação do patrimônio cultural no Brasil

No Brasil, desde o século XIX, havia uma preocupação com a construção da memória do patrimônio nacional, que se concretizou mais precisamente com a criação de duas instituições culturais - o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e o Arquivo



Nacional, ambas de 1838, no período pós-independência, dentro de uma nova ótica nacionalista que buscava valorizar a história nacional.

Essa preocupação em se construir uma memória e uma identidade nacional, intensificou-se nos anos de 1920, com a discussão sobre a preservação do patrimônio brasileiro realizada por parte de um grupo de intelectuais que estavam envolvidos com o movimento modernista brasileiro, que se caracterizou pela vontade de renovação, do desprendimento ao passado e pela construção de um estilo artístico totalmente novo nas artes, música e literatura. Ao mesmo tempo em que os modernos eram os vanguardistas de novas possibilidades artísticas, foram estes os que estiveram à frente da promoção da proteção do passado cultural no Brasil. Entre os intelectuais estavam Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Manoel Bandeira, Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Tarsila do Amaral e Lúcio Costa.

A importância que passava a ser dada a preservação do patrimônio histórico brasileiro neste período refletia a política iniciada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, nos anos da década de 1930, onde se buscava um mecanismo que reafirmasse a nacionalidade e que promovesse a unificação do povo brasileiro fragmentada pela herança oligárquica, fundamentadas no regionalismo. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, em seu artigo 148, já trazia a necessidade da proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico nacional:

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934)

De acordo com os ideais nacionalistas do Estado Novo, fez-se necessário criar um instrumento, regido por força de lei que elegeisse um acervo que representasse a tradição brasileira e a imagem do passado no imaginário do povo, criando-se um ideal de brasilidade. Para a construção de uma lei para a preservação do patrimônio nacional, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936, solicitou ao escritor Mário de Andrade que redigisse um anteprojeto de lei sobre a política de preservação do patrimônio brasileiro. Neste anteprojeto, além de determinar as atribuições do órgão de proteção do patrimônio nacional, que seria inicialmente denominado de Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), Mário de Andrade definiu o patrimônio artístico nacional como “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiras,



residentes no Brasil” (ANDRADE, 2002). Segundo Fernandes (2010, p.11) o texto sugerido por Mário de Andrade era,

bastante avançado para a época, pois incorporava ao conceito de patrimônio artístico, as manifestações populares e os bens culturais imateriais. Sofreu injunções políticas no Ministério da Educação e somente parte dele é aproveitado posteriormente na edição do Decreto-Lei nº 25/37, já no contexto ditatorial do Estado Novo (1937-1945).

Ainda que tenha sido extremamente debatido e transformado pelo Estado, o anteprojeto de Mário de Andrade ainda é uma referência para as atuais políticas patrimoniais, por ter dado atenção especial ao caráter plural e diverso do patrimônio cultural do Brasil. A partir do anteprojeto de Mário, ocorreu a institucionalização da política patrimonial no Brasil. O Decreto Lei 25/1937 em seu Artigo 1º, Capítulo I, trouxe a definição de patrimônio sob o ponto de vista legal:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Apesar de ter redigido o anteprojeto para o SPAN e de ter indicado o nome do seu primeiro diretor - Rodrigo de Melo Franco, conforme afirma Bonamim (2011, p.23), “Mário de Andrade teve pouco acesso ao debate e à recepção de suas propostas, assim como sobre o próprio processo de redação do projeto de lei”.

O projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que passava a ganhar o "H" de histórico, contemplava, além de monumentos e obras de arte, os bens históricos e arqueológicos, as manifestações da cultura popular e indígena. Para a salvaguarda desses bens, o Decreto Lei 25/1937, foram estabelecidos quatro livros para registro de bens protegidos: o Livro do Tombo das Belas Artes, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O tombamento é o instrumento de proteção legal que visa a preservação de um determinado tipo de bem ou conjunto de bens culturais. Para Santos (2001, p.43) o tombamento deve ser a primeira medida a ser adotada para a preservação dos bens culturais, pois impede legalmente a sua destruição. Segundo Lemos (1987, p.85), “o tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada a garantia de perpetuação da memória”. Mas como veremos no Capítulo 3, só o tombamento não foi capaz de garantir a preservação dos bens do patrimônio cultural como no caso do Município de Matias Cardoso.



Durante várias décadas, a proteção do patrimônio cultural limitou-se a salvaguardar apenas os bens de natureza material. Este problema, apontado por Fernandes (2010) na política de preservação do SPHAN, foi que esta política consagrou, durante décadas, uma memória nacional vinculada apenas a determinados segmentos da sociedade, na qual as construções de grupos historicamente privilegiados tiveram a preferência da proteção do Estado. Foi priorizada a preservação do patrimônio edificado e arquitetônico, a chamada "pedra e cal" (FONSECA, 2003), em detrimento de bens culturais significativos que não se enquadravam, naquele contexto, no conjunto de bens importantes para a formação da memória da nação. Esses bens preservados eram em sua maioria igrejas barrocas, fortes militares, casas-grande, sobrados etc. Conforme comentado por Fernandes (2010, p. 12), “[...] esqueceram-se de se preservar, também, as senzalas, os quilombos, as vilas Operárias e os cortiços [...]”

Em 1946, o SPHAN se transformou em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, recebeu a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As recentes políticas públicas implementadas pelo governo federal a partir da promulgação da Constituição de 1988, de reconhecimento do patrimônio material e imaterial, envolvendo tanto os bens imóveis, os fazeres e os processos e manifestações culturais, como das paisagens naturais ou que sofreram a intervenção da ação humana com passíveis de registro em livro de tombo, levou os pesquisadores a novas reflexões acerca da implementação e manutenção dessas políticas. A Constituição Federal da República (1988), no seu Art. 216 apontava essa mudança de paradigma ao definir que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988, Art. 216)

Castriota (2009) comenta a respeito do desenvolvimento e ascensão do tema "patrimônio" no Brasil, quando o discurso consolidado no termo “monumento histórico e artístico”, referindo-se aos “grandes monumentos do passado”, se ampliou nas últimas décadas, passando a ser entendido como conjunto dos “bens culturais” alusivos às diversas identidades coletivas. Sobre a ampliação desse conceito, Castriota (2009, p.12) ainda afirma que “desse modo, não apenas os monumentos consagrados, mas diversas paisagens, tradições, expressões de arte, saberes populares, e documentos passaram a ser reconhecidos como



patrimônio nacional, acompanhando a tendência mundial de expansão do conceito.” (CASTRIOTA, 2009, p. 12)

Com a ampliação da visão patrimonialista, ampliaram-se também as atribuições vinculadas aos órgãos e preservação do patrimônio. O IPHAN tem dividido a tarefa de preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico com estados e municípios.

Em Minas Gerais, o IEPHA, criado em 1971, é o órgão estadual responsável por pesquisar, proteger e promover o patrimônio histórico e cultural mineiro. A criação do IEPHA se deu em um contexto de reformulação da política de preservação do patrimônio cultural, onde havia a preocupação por parte do IPHAN em se pactuar a gestão patrimonial entre a União, os estados e os municípios. Nesta política de pactuação, cabe aqui destacar os documentos "Compromisso de Brasília", de 1970 (IPHAN, 2000), que reconhecia a necessidade da participação de estados e municípios nas ações de preservação do patrimônio cultural, e o "Compromisso de Salvador", de 1971 (IPHAN, 2000), que recomendava a criação do Ministério da Cultura, de órgãos de cultura no âmbito dos estados e de fundos para proteção dos bens naturais e de valor cultural.

Para Rangel (2008, p. 42) a criação do IEPHA foi "contemporâneo de um momento em que a Nação via a retomada do processo de urbanização de cidades então consideradas como "históricas" como uma ameaça a mais para a preservação da memória nacional". O IEPHA tem atuado no apoio às ações do IPHAN e na proteção dos bens tombados pelo Estado de Minas Gerais.

A partir da criação da Lei Estadual nº 12.040 / 1995 em Minas Gerais, conhecida como Lei Robin Hood, foi instituído pelo governo do estado um incentivo fiscal para participar de forma mais incisiva os municípios mineiros na gestão patrimonial. Este programa de incentivo ficou conhecido como "ICMS Patrimônio Cultural". Com a implantação do ICMS Patrimônio Cultural, coube ao IEPHA elaborar e analisar os critérios para o repasse dos recursos, além de prestar assessoria aos municípios mineiros para que, juntos, pudessem estabelecer e implantar uma política de preservação do patrimônio cultural adequada às características de cada municipalidade. Entre os principais interesses das prefeituras está a possibilidade de aumento das arrecadação financeira municipal. O Programa prevê a criação de conselhos municipais do patrimônio cultural, onde a sociedade civil tem a oportunidade de participar das ações em prol da preservação patrimonial nas comunidades.



Para receber os recursos do ICMS Patrimônio Cultural, os municípios precisam cumprir uma série de ações na área de preservação patrimonial previamente estabelecidas em manuais fornecidos pelo IEPHA. Entre essas ações, podemos citar a elaboração de inventários, tombamentos municipais, programas de educação patrimonial, dentre outros.

Para Olender & Olender (2012, p.863) "não restam dúvidas de que o programa implementado a partir do denominado ICMS Patrimônio Cultural mudou completamente o panorama da preservação do patrimônio histórico e cultural do Estado de Minas Gerais". Os autores apoiam essa afirmação ao justificarem que outros estados brasileiros procuram formas de adaptar essa experiência mineira em suas políticas de preservação. De fato, o incentivo fiscal é uma importante ferramenta para que os municípios mantenham os seus conselhos do patrimônio e desenvolvam continuamente ações de preservação, posto que todo ano os municípios precisam enviar documentação ao IEPHA referente as ações desenvolvidas, que são pontuadas conforme critérios estabelecidos pela instituição, sendo o recurso financeiro disponibilizado aos municípios de forma proporcional a esta pontuação. Uma das críticas em relação ao Programa, é a não obrigatoriedade de aplicação dos recursos recebidos para a proteção do patrimônio cultural nos municípios.

1.5. O surgimento do conceito de paisagem cultural nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil

No Brasil, a preocupação com o patrimônio paisagístico se fez presente desde a criação da legislação patrimonial na década de 1930 (Decreto-lei nº 25), sendo esta categoria objeto de análise para inserção em um dos quatro livros do tomo – o etnográfico, arqueológico e paisagístico. Mario de Andrade (2002, p.275), em seu anteprojeto patrimonial de 1936 definia as paisagens como "determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brazis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc". Apesar da amplitude do caráter patrimonial delineado por Mario, as políticas e ações no campo da preservação no Brasil, prioritariamente, voltaram-se para a preservação dos “bens de pedra e cal”. Foram necessários seis décadas para que a paisagem passasse a ter a sua salvaguarda regulamentada por instrumentos legais de preservação.



Embora a paisagem tenha aparecido como coadjuvante em diferentes situações de tombamento no Brasil, Ribeiro (2007) considera que,

[...] na maior parte das vezes, a história de ação da Instituição revela pouca clareza em relação àquilo que se entendia por paisagem, e poucos foram aqueles que procuraram tornar mais clara sua aplicação. Assim, a utilização da noção de paisagem cultural para a atribuição de valor de patrimônio apresenta um campo fértil e deve suscitar uma rica discussão na área de identificação e preservação do patrimônio cultural (RIBEIRO, 2007, p. 10).

Ainda segundo Ribeiro (2007, 2010), apenas nos últimos anos essa discussão se ampliou no Brasil mas que tem-se ainda um "longo caminho de reflexão a ser percorrido, para que se possa tornar a ideia de paisagem cultural uma categoria operacional nas instituições de preservação do patrimônio cultural brasileiro" (RIBEIRO, 2007, p. 9), onde "além de inúmeros estudos em diferentes esferas do governo tem-se notado esforços para transformar a paisagem numa categoria para a identificação do patrimônio cultural e formulação de políticas públicas". (RIBEIRO, 2010, p. 4104)

A ampliação dos conceitos patrimoniais tem gerado reflexões importantes sobre a atribuição de valores que são inerentes aos bens a serem preservados. Frutos dessa reflexão, conforme veremos a seguir, surgiram, a partir dos anos 2000 no Brasil, a carta de Bagé e a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Esta nova visão, de que os bens patrimoniais precisam ser entendidos a partir de uma visão mais integradora, se vincula à proposta de que a gestão do patrimônio cultural poderia ter uma representação mais democrática, incluindo nesta a participação das populações tradicionais detentoras da cultura de um determinado território.

A carta de Bagé ou "carta de Paisagem Cultural", surgiu durante a realização da jornada "Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios", que foi realizada na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, em 2007, em comemoração ao dia do patrimônio. A carta foi uma iniciativa do IPHAN, e teve como parceiros as universidades da região, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE e prefeitura local. Na Carta de Bagé foi formulada a primeira definição brasileira acerca do conceito de paisagem cultural, que passou a ser entendido como:

"o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;" (IPHAN, 2007, art. 2)

Em seu artigo 11, a Carta definiu os bens que se incluíam como paisagem cultural: os "sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico,



artístico, literário, místico, esotérico, legendário, cultural, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano” (IPHAN, 2007).

A carta previa ainda a implantação de um sistema para se avaliar a qualidade da paisagem, através da criação de normas e critérios que poderiam monitorar a evolução ou modificação das paisagens, de forma a impedir que produtos sem conformidade não fossem utilizados. Dessa forma sugeria a criação de uma chancela do patrimônio aplicada à qualidade da paisagem cultural, que seria regulamentada e monitorada pelos órgãos de proteção patrimonial. Para a gestão da paisagem cultural chancelada recomendava ainda, que esta fosse realizada por um conselho formado pelos órgãos de proteção, representantes de órgãos públicos, sociedade civil, proprietários de terras e populações tradicionais residentes na área chancelada.

Ainda no ano de 2007, outro documento foi formulado em decorrência da discussão acerca do conceito de paisagem cultural, a Carta da Serra da Bodoquena (2007), que foi uma reflexão do Seminário “Serra da Bodoquena-MS – Paisagem Cultural e Geoparque”, promovido pelo IPHAN e Prefeitura Municipal de Bonito, e que se realizou nesta cidade do Mato Grosso do Sul. Durante o seminário promoveu-se uma profunda discussão sobre a paisagem cultural e a sua preservação, e ainda a proposta de criação de um geoparque¹⁷ nessa região do centro-oeste brasileiro.

1.6. A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira

Os debates acadêmicos e institucionais sobre o conceito de paisagem cultural no Brasil culminaram com a publicação da Portaria nº 127/2009, que criou a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Esta portaria incorporou o conceito de paisagem cultural à legislação brasileira, criando seu instrumento de proteção legal, cujo respaldo é dado através da Constituição Federal (1988), que determina a proteção das paisagens e o meio ambiente. A "Chancela da Paisagem Cultural Brasileira" se tornou mais uma ferramenta de preservação do

¹⁷ Geoparque (ou *geopark*, em inglês) é uma marca atribuída pela Rede Global de Geoparques (GGN), sob os auspícios da UNESCO, a uma área onde sítios do patrimônio geológico (geossítios) representam parte de um conceito notável de proteção (geoconservação), educação (geoeducação) e desenvolvimento sustentável (geoturismo e desenvolvimento territorial). Fonte: GEOPARK ARARIPE. Disponível em: <<http://geoparkararipe.org.br/geopark-araripe-patrimonio-da-humanidade/>> Acesso em 28 Agosto 2015.



patrimônio cultural no Brasil. Além de apresentar o conceito de paisagem cultural, dispõe sobre os meios de obtê-la e sobre a necessidade de seu monitoramento.

Em seu artigo primeiro, a Portaria nº 127/2009 define a paisagem cultural brasileira como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem como seu meio cultural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Brasil, 2009).

Para Vasconcelos (2012, p. 61) “a chancela é um ato administrativo que atribui valor a uma porção do território nacional, reconhecendo em sua paisagem características singulares da relação do homem com seu meio”. Através de parcerias entre o IPHAN, as esferas governamentais, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, tem-se como finalidade a atração de recursos para se salvaguardar a região chancelada.

Esta Portaria vem se somar aos instrumentos de proteção patrimoniais já usuais proporcionando meios para a salvaguarda de extensas porções territoriais dotadas de valor cultural e ambiental. Com base em princípios de sustentabilidade, ela propõem o estabelecimento de um pacto entre a iniciativa pública e privada, e a sociedade civil para a gestão compartilhada da paisagem que venha a ser protegida pela chancela. (VASCONCELOS, 2012, p.53)

Castriota (2009, p.7) comenta que a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira “não só indica as interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural, combinando de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais do patrimônio, muitas vezes pensados separadamente.” Ao comentar sobre essas interações, Melo (2014, p-4662), apoia-se na constatação de que,

A relação das condições naturais e culturais, dos fatores físicos relacionados aos históricos, com suas estruturas econômicas e sociais permitiram a organizações e utilização do espaço, desta forma, a análise integrada dos atributos da natureza e da cultura passa antes pela formulação e análise do conceito de unidade, que permite uma percepção importante de que a natureza é constituída de processos ao invés de objetos e esses processos relacionados são sempre eventos dentro da esfera da ação de um observador.

Para o recebimento da chancela, faz-se necessário o estabelecimento de um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada para a gestão compartilhada da paisagem cultural. Este pacto é uma ferramenta estratégica para a sua preservação e gestão. Para Weissheimer (2010), “o estabelecimento de pactuação prévia mínima, antecedendo a chancela, força os atores envolvidos a estabelecer um diálogo entre si e dar início a um processo de planejamento regional”. Com a pactuação, a responsabilidade das ações de preservação e valorização da paisagem cultural decorrentes da chancela são partilhadas entre todos os envolvidos.



No mesmo ano da instituição da chancela, foi criada a Coordenação de Paisagem Cultural no IPHAN, que tem atuado no desenvolvimento de proposições para a chancela, usando a consolidação desse instrumento, bem como a sua aplicação prática.

Em 2011, o IPHAN lançou o texto “reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira”, onde traz a definição de paisagem cultural brasileira e sobre a aplicação do instrumento da chancela sobre esta, buscando propor uma estratégia para a preservação das paisagens culturais no Brasil. A partir da discussão de experiências concretas do IPHAN em estudos de determinadas paisagens culturais, são propostas estratégias de atuação para o futuro por meio do instrumento da chancela (IPHAN, 2011, p1).

O texto, ao trazer a definição de paisagem cultural, conforme o Artigo 1º da Portaria nº 127/2009, traz ainda a preocupação dos proponentes não caírem no generalismo de que tudo é paisagem cultural. Ressalta a abordagem que será dada à peculiaridade que uma porção do território deverá ter para que seja chancelada pelo IPHAN. Lembra ainda que, "assim como o tombamento e o registro", à chancela da paisagem cultural "deve-se aplicar os mesmos conceitos de excepcionalidade, exemplaridade e singularidade, que costumam ser a base para a diferenciação de um bem cultural patrimonializável de outro que não o é" (IPHAN, 2011, p.3). Na Abordagem para o uso da chancela, propõem que deve-se estabelecer o recorte territorial e definir a abordagem que particulariza o território para se avaliar quais medidas deverão ser tomadas para se manter as características que definem a paisagem cultural e que a justificam.

O texto esclarece que a chancela não se constitui em um instrumento de proteção legal como é o caso do tombamento, não recaindo sobre o trecho chancelado sanções ou restrições administrativas ou jurídicas. A chancela prevê um pacto de gestão entre as partes envolvidas, cujo objetivo é traçar um plano de atuação de curto, médio e longo prazo na porção do território chancelada, considerando o caráter dinâmico da cultura e da ação humana, de forma a buscar o convívio harmonioso do trecho chancelado com as transformações impostas pelo desenvolvimento econômico e social. Esse pacto deverá preceder a chancela, e será avaliado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio, que dará o parecer sobre sua aprovação ou não. O texto deixa claro, que para o IPHAN se faz,

[...] necessário trabalhar a preservação do patrimônio a partir de uma nova abordagem, buscando atuar sobre os aspectos dinâmicos que estão implicados na relação entre natureza e cultura, cujo resultado se evidencia através de manifestações materiais e imateriais e sobre as quais não basta a aplicação de instrumentos apenas, mas onde, para se obter sucesso é preciso o estabelecimento de um pacto. Desta forma, a Chancela da Paisagem Cultural deve funcionar muito mais como um



instrumento catalisador de um processo planejado e integrado de proteção e gestão territorial do que propriamente de um novo instrumento de proteção (IPHAN, 2011, p.13).

Um dos objetivos da chancela da paisagem cultural brasileira é a de conferir um selo para reconhecimento de porções singulares do território onde a inter-relação entre a cultura do homem e o ambiente cultural dá a paisagem uma identidade singular. O texto prevê ainda, que qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado pode, mediante requerimento, instaurar um processo de chancela da paisagem cultural, devendo para tal encaminhar o requerimento e a documentação exigida para a superintendência do IPHAN no seu estado, onde este processo será analisado e dado um parecer.

A paisagem cultural que recebe a chancela, para utilizar o título concedido, precisará manter as características que a fizeram ser merecedora desse reconhecimento. Para que isso ocorra, far-se-á necessário desenvolver o plano de gestão da paisagem cultural, onde dever-se-á cumprir com as ações e metas planejadas para a manutenção dos valores ambientais e culturais que caracterizam essa paisagem.

1.7. Desafios e perspectivas para a implementação do conceito da paisagem cultural no Brasil

Conforme demonstrado por Poulot (2009, p. 223), durante o transcorrer do século XX, "assistiu-se ao desaparecimento de um modelo de leitura do espaço que era um modelo estético e, essencialmente pictural" que foi sendo substituído por outro que passou a aceitar "a diversidade das formas de expressão e de enfatizar os modelos inspiradores das paisagens comuns", onde estas foram colocadas "em um plano semelhante às paisagens elitistas e desvencilhando-as do peso dos mitos estéticos". O autor comenta ainda o interesse que a área da preservação patrimonial passou a ter em tentar reconhecer o território "em sua invisibilidade, mostrando um reconhecimento inédito do espaço vivenciado e dos territórios culturais".

Nesta mudança de paradigmas da área da preservação do patrimônio cultural, Choay (2011, p.38-39) traz um olhar bastante crítico sobre o processo de expansão da “cultura do



patrimônio” na atualidade em função da cultura de massa¹⁸, processo que a autora chama de "Revolução Electro-telemática". Entre as incidências provocadas por esta cultura massificada estão o "envolvimento progressivo das sociedades humanas num mundo virtual" a "ruptura com a duração e o uso da memória viva a favor da instantaneidade" e a "normalização das culturas em detrimento das diferenças".

Para resistir a esta pasteurização das culturas, Choay (2011) propõe três frentes de ação para o combate: a da educação patrimonial, que objetiva oferecer uma introdução às artes, à arquitetura e ao urbanismo; a reutilização, ou a "reabilitação" dos lugares de memória para funções sociais, que para ela seria a única forma de se evitar a musealização desses locais e, por último, propõem uma retomada das relações entre o universal e o singular, o global e o local, o que permitiria a perpetuação da diversidade uma vez que reinseriria a comunidade no seu tempo e espaço próprios.

Com o avanço da cultura de massa devido principalmente à revolução tecnológica por que tem passado a sociedade brasileira nos últimos anos, em que as pessoas tem mais acesso à informação em tempo real e existe a diminuição das fronteiras físicas e culturais, posto que as possibilidades de comunicação encurtaram as distâncias geográficas, tem-se assistido a um processo de enfraquecimento da cultura local, que perde o seu espaço frente as imposições da cultura global. Se a população de um determinado território não tem uma preparação adequada para fazer resistência a essas imposições, assiste-se a substituição da cultura local ali constituída durante várias gerações por outra consumista, global, imediatista e efêmera. Veremos no Capítulo 2, uma preocupação semelhante neste trabalho, no caso do município de Matias Cardoso, principalmente com o avanço tecnológico da agrícola mercantil neste município, que tem comprometido o *modus vivendi* em algumas partes deste território. No tocante ao papel da área do patrimônio cultural, a inserção do conceito de paisagem cultural, por englobar em sua visão todo "o território" e os atores que o construíram, constitui-se como uma das alternativas para o combate a essa massificação cultural.

O conceito de paisagem cultural, trouxe para a área do patrimônio cultural brasileiro, novas perspectivas de abordagem mais inclusivas e uma ampliação sobre o rol dos bens a serem preservados. Podemos citar como avanços proporcionados pela categoria da paisagem cultural, a ampliação dos conceitos e das tipologias do patrimônio, oportunidade na qual se

¹⁸ Citando o trabalho de Morin (1997), a cultura de massa marca o homem pelo individualismo, influenciado pela cultura da propaganda e a estimulação do consumo. Cria-se com ela, objetos de desejos que devem ser consumidos por todos, ou pelo menos por aqueles que tem condição de pagar por eles.



passou a reconhecer a diversidade cultural presente no território, sobretudo o reconhecimento das paisagens rurais e os valores imateriais das populações tradicionais. A associação desses elementos materiais, imateriais e naturais, trazem ainda como contribuição uma abordagem patrimonial mais integrada sobre a gestão do território, que como veremos no Capítulo 5 desse trabalho, poderá mudar a forma como tem sido feita a política de preservação do patrimônio cultural no município de Matias Cardoso. Castriota (2009, p.259) ao discorrer sobre as possibilidades da aplicação do conceito de paisagem cultural no Brasil, afirma que este conceito pode,

[...] servir, por exemplo, para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendam justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos [...]

Conforme vimos anteriormente, a paisagem cultural no Brasil enquanto instrumento de gestão, se configura como uma aposta para se promover o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que se torna um instrumento mais amplo para a salvaguarda conjunta dos patrimônios natural e cultural. O sucesso da sua aplicação dependerá da atuação dos três níveis do governo, de políticas governamentais articuladas e da pactuação entre a gestão pública, a sociedade, a iniciativa privada, e a população tradicional envolvida, conforme foi estabelecido na chancela.

Uma das possibilidades que vislumbramos com a perspectiva de se trabalhar com a paisagem cultural está na possibilidade da defesa do patrimônio cultural de cada comunidade pela própria população, uma vez que estas comunidades tradicionais participam do plano de gestão da paisagem. A participação das populações tradicionais, que são as que detêm a cultura e os principais interessados na sua manutenção, poderá ainda atuar como uma reafirmação das identidades próprias de cada território, frente a imposição do uniformismo cultural da sociedade contemporânea. A aposta em se valorizar os costumes locais, a gastronomia, a arquitetura, os rituais, as técnicas tradicionais, as artes populares, as expressões dos povos e os demais elementos que compõem cada cultura, vão se reverter em referências identitárias para as comunidades, sendo que aí está o grande trunfo de se trabalhar com a paisagem cultural (CASTRIOTA, 2009).

Apesar destas perspectivas promissoras, conforme tivemos a oportunidade de conversar com os técnicos do IPHAN ligados à promoção da categoria da paisagem cultural, no Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), em Brasília, estas possibilidades se encontram dificultadas devido à problemas de ordem operacional dentro do



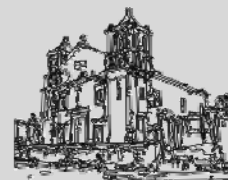
próprio órgão que deveria se encarregar de conceder a chancela da paisagem cultural e de fiscalizá-la.

Nestes sete anos de publicação da Portaria nº 127/2009 que estabelece a "Chancela da Paisagem Cultural Brasileira", no IPHAN, até o presente momento, ainda não se chancelou nenhuma paisagem cultural no Brasil. Segundo Mongelli (informação verbal)¹⁹ os processos e pedidos de chancela da paisagem se encontram sobrestados devido ao pequeno quadro de técnicos especialistas em paisagem cultural dentro do IPHAN, contando a DEPAM, neste ano de 2016, com dois profissionais da área. De acordo com o documento "Carta ao Cidadão" (IPHAN, 2014), qualquer cidadão, organização da sociedade civil ou instituição poderá requerer junto ao IPHAN a instauração do processo de chancela de uma paisagem como bem cultural, conforme disposto na Portaria IPHAN nº 127/2009. Os requisitos exigidos para tal solicitação são: entrega de uma solicitação formal expressando a relevância do bem e contendo a identificação completa do solicitante (nome, endereço, CPF ou CNPJ), uma foto atual que permita a identificação do bem e informação sobre a sua localização. Uma vez recebida a solicitação, o IPHAN dará início à instrução do processo administrativo a fim de identificar os valores pertinentes da proposta e elaborar o pacto com vistas à gestão do bem. Após a devida análise técnica, caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural decidir sobre a declaração de chancela. O prazo dado à DEPAM é de até trinta dias para informar a abertura de processo administrativo. e de um a cinco anos, para informar o deferimento ou indeferimento do pedido.

A Carta ao Cidadão veio esclarecer uma dúvida não respondida pela portaria da chancela, a de quem seria a responsabilidade de elaboração do dossiê de candidatura da paisagem cultural no Brasil. De acordo com a Carta, uma vez solicitado o pedido de chancela, esta responsabilidade de elaboração dos levantamentos técnicos de caracterização da paisagem cultural de determinado local seria do próprio IPHAN. Os técnicos do DEPAM/IPHAN, ao entenderem que dentro da atual estrutura administrativa não poderiam atender a demanda de pedidos de chancela, encaminharam à sua diretoria o Memorando de nº 384/2015, solicitando a exclusão do serviço “Estabelecer a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira” da Carta de Serviços ao Cidadão. Segundo entendimento dos técnicos da DEPAM,

trata-se de um serviço que não pode ser prestado no prazo estabelecido pela Carta, pois o fluxo do processo a ele relacionado carece de redesenho completo, o que inclui discussão conceitual coletiva entre representantes de diferentes unidades do

¹⁹ Entrevista concedida por Mongelli, Mônica de Medeiros. Entrevista I. [Abr. 2016]. Entrevistador: Anderson Ricardo dos Anjos. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (122 min.).



Iphan para revisão do marco legal que o estabelece a Portaria IPHAN nº127/2009 (IPHAN/DEPAN, 2015).

Há ainda a discussão no DEPAN a respeito de questões não resolvidas institucionalmente, e que estão previstas na Portaria nº 127/2009 como: a estratégia deste órgão para articulação junto a parceiros locais na elaboração do pacto; a elaboração do plano de gestão da paisagem cultural – que não tem contado com incentivos e com base apenas na sensibilização de parceiros para a causa da preservação do patrimônio; o fato de o instrumento ser estabelecido por Portaria interna, portanto sem a força de uma regulamentação por Decreto; os limites de capacidade instaurada no IPHAN para o envolvimento no gerenciamento de ampliadas porções territoriais e para exercício do papel de mediação e articulação de políticas públicas; o fato de o método para o estabelecimento da chancela não estar fixado; a ausência de manuais e orientações sobre procedimentos para o estabelecimento da chancela; o quadro atual de ainda não haver nenhum bem chancelado seguindo o rito estabelecido pela Portaria 127/2009, dentre outros.

Da publicação da Portaria nº 127 / 2009 até o presente momento, tem-se acumulado no IPHAN muitos requerimentos formais de pedidos de chancela da paisagem em diversas porções territoriais no Brasil. A grande maioria destes ainda se encontram não respondidos por este órgão. O balanço geral de processos em andamento e de pedidos de chancela, são no total de 53 processos. Pelo menos 10 desses processos se encontram regulares e possuem os requerimentos ou indicações técnicas para a chancela. Mesmo com os processos de chancela sobrestados, o IPHAN continua recebendo os pedidos de chancela que são encaminhados pela sociedade, onde o procedimento têm sido de abrir processo administrativo, controlar dados, e aguardar até a ordem de responder às solicitações.

A partir da constatação dos problemas apontados pelo DEPAN, podemos concluir que o maior entrave neste momento para a implementação da chancela da paisagem cultural no Brasil, diz respeito a própria dificuldade do IPHAN em definir melhor os parâmetros e responsabilidades na elaboração dos pedidos de chancela, bem como da sua pouca capacidade operacional no momento, devido à falta de pessoal em quantidade necessária para atender tamanha demanda de pedidos. Outro problema apontado, é a impossibilidade de fiscalização do pacto de gestão, caso venha a ser implantada a chancela, pois o IPHAN não possui técnicos em quantidade suficiente nos estados da federação, e também pela indisponibilidade atual de recursos financeiros na instituição para custear viagens técnicas aos municípios solicitantes.



Além dos problemas institucionais no IPHAN, temos ainda muitos desafios com relação à paisagem cultural, por se tratar de um novo conceito, onde está sendo construído o seu processo de aprendizagem no Brasil através de erros e acertos. Para Torelly (2008), as dificuldades conceituais e sobreposições com as quais nos defrontamos com a mesma, são compartilhadas por instituições e pesquisadores de vários países. Para o autor, o conceito de paisagem cultural é muito abrangente, "com delimitações indicativas sem contornos claramente definidos, permitindo avaliações com elevada subjetividade e sua utilização em um espectro de situações muito amplo".

Entre os vários discursos acerca dos avanços proporcionados ou "prometidos" pela categoria da paisagem cultural no Brasil, estão à participação popular, a gestão pactuada do território, a ação articulada das instâncias governamentais, as políticas públicas de incentivo e regulamentação, os investimentos continuados, a possibilidade de geração de emprego a partir da obtenção da insígnia de porção peculiar do território, a expectativa de geração de renda e de novas oportunidades econômicas principalmente na cadeia turística, de ações educativas permanentes, dentre outros. Mas como afirmamos anteriormente, a aplicação prática da paisagem cultural ainda enfrenta desafios de diversas ordens, principalmente as institucionais, como no caso do IPHAN, dos órgãos estaduais de preservação e também nas prefeituras municipais. Entre outros desafios, conforme afirma Weissheimer (2012) se destaca o delineamento, assinatura e execução do pacto de gestão.

A pactuação, além da delimitação e caracterização da paisagem cultural que se pretende chancelar, requer o alinhamento de parceiros com responsabilidades e atuação em áreas diversas que, muitas vezes, não possuem prévia vinculação com a temática do patrimônio cultural. Em alguns casos, os parceiros indispensáveis para a chancela não enquadram o patrimônio nem dentre suas atribuições nem dentre suas prioridades. (WEISSHEIMER, 2012, p. 12)

Para a implementação da paisagem cultural no Brasil, há ainda o desafio de criar metodologias mais eficazes e mais didáticas em que seja possível identificar os critérios para a delimitação da paisagem de interesse cultural, a destinação de recursos públicos e parcerias institucionais com universidades para a realização de inventários dos bens materiais e imateriais, e ainda a redefinição do marco legal - a revisão da Portaria nº 127/2009 para a proteção dessas paisagens. Devem ser viabilizados também a criação de conselhos do patrimônio cultural nos municípios, e o fortalecimento institucional daqueles já criados, através da capacitação dos seus conselheiros. Em Minas Gerais, devido ao ICMS Patrimônio Cultural, foram criados conselhos do patrimônio em todos os municípios que participam do programa, e por meio desse instrumento, buscou-se incentivar os municípios a adotarem uma



política local de proteção do patrimônio cultural. Nesta política estadual, "destaca-se o posicionamento do IEPHA com relação à importância da gestão na questão da municipalização da política de patrimônio" (BIONDINI et al, 2014, p. 21).

Devemos considerar também uma melhor articulação entre a política de implementação da paisagem cultural do IPHAN com os órgãos de proteção do patrimônio cultural nos estados brasileiros e também com os órgãos de proteção do meio ambiente. No caso de Minas Gerais, apesar do IEPHA já ter incorporado o discurso da paisagem cultural através da sua participação na realização de alguns seminários sobre o tema, dada a melhor estrutura operacional desta instituição em relação ao IPHAN mineiro, e por já se articular com os municípios mineiros, poderia esse órgão estadual dar maior contribuição para esta temática. Esta contribuição poderia por exemplo, auxiliar os municípios mineiros interessados na elaboração dos pedidos de chancela e também a inclusão da categoria paisagem cultural na tabela de pontuação do ICMS Patrimônio Cultural (IEPHA, 2015). Já a interação do IPHAN com os órgãos ambientais, conforme defendem NARDI & CASTELLS (2010, p. 10) precisaria romper as definições patrimoniais que trataram a natureza de dois modos,

através do viés da preservação ambiental, compreendendo-a de maneira desvinculada da ação do homem, sendo valorizada sua permanência intacta; e através de seu papel cenográfico, que emoldura bens patrimoniais considerados de maior relevância, configurados pelos edifícios, monumentos, conjuntos urbanos, elementos construídos em que a natureza conforma apenas seu entorno ou ambiência.

Diversas áreas de interesse da paisagem cultural se localizam dentro de reservas ambientais, parques nacionais e estaduais dentre outras. Por isso, faz-se necessário a participação destes órgãos de proteção ambiental na elaboração do pacto de gestão da paisagem para a definição de estratégias de ação que possam ser comuns aos dois órgãos dentro das áreas protegidas.

Observamos os desafios que ainda se impõem nas definições de possíveis parceiros do IPHAN e as suas atribuições com relação à construção de uma política de conservação da paisagem cultural no Brasil. Para Castriota (2009, p-23), a conservação das “paisagens culturais é um dos desafios mais complexos com que se depara a área do patrimônio hoje”. Tal complexidade se dá pela dificuldade em se formular estratégias para o tratamento de uma categoria tão ampla, dentro de territórios muitas vezes em continua transformação. Ainda segundo o autor, entre os elementos que podem comprometer determinadas paisagens culturais estão as mudanças demográficas do território, o aumento do valor da terra, o processo de industrialização da produção agrícola e a competição dos mercados mundiais.



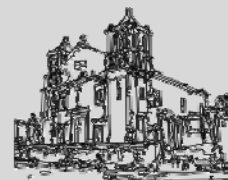
Todas as indefinições apresentadas anteriormente com relação a categoria paisagem cultural no Brasil tem levado os estudiosos do patrimônio a muitas dúvidas, expectativas e incertezas em relação ao tema. Apesar do descrédito de alguns autores com relação à implementação da "Chancela da Paisagem Cultural Brasileira" Vasconcelos (2012, p. 66) acredita que todas estas lacunas com relação à sua gestão "tendem a serem sanadas à medida que a Portaria nº 127/2009 for sendo incorporada nas práticas de preservação patrimonial". Para Torelly (2008) "a aplicação bem sucedida do conceito de paisagem cultural no Brasil, como instrumento de gestão e planejamento, onde há forte tradição de controles e exigências burocráticas e lentidão nos processos de tomada de decisões", vai ocorrer na proporção em que as ações de sua implementação forem bem articuladas e houver motivação, coesão e participação social.

Esperamos que a instituição do conceito de paisagem cultural no Brasil possa trazer importantes avanços na gestão do patrimônio natural e cultural brasileiro. A aplicação deste conceito dependerá de políticas institucionais dos órgãos de proteção do patrimônio cultural que possam promover modelos de gestão e regulação que de fato estejam alinhados com as reais necessidades de proteção dos bens materiais e imateriais e suas articulações na paisagem e na conservação integrada do território. Far-se-á necessário também a inclusão das comunidades tradicionais na cadeia produtiva local, afim de fortalecer os seus arranjos produtivos, ligando-os à indústria do turismo e das políticas de promoção social que possam fortalecer a identidade dessas comunidades, tornando-as mais resistentes aos processos de pasteurização das culturas que vem ocorrendo em uma escala nunca antes vista.



*Para o arraial de Mathias Cardoso, depois arraial velho, convergiam vários caminhos: o do Sertão do norte, maginando o São Francisco pela direita; o do interior, a reunir-se em Tranqueira com o do Paramirim, seguindo para a Cachoeira; o das Minas do Borba, que se alongva pelo rio Verde Grande, rio Gorutuba, Itacambira (melhor Tucambira), cabeceiras do Verde, Campo da Garça e rio das Velhas, até chegar às minas, conhecidas mais tarde como dos serros do Sabarábucú.
(Urbino Viana, 1935)*

O MUNICÍPIO DE MATIAS CARDOSO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS



CAPÍTULO 2. O MUNICÍPIO DE MATIAS CARDOSO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E ASPÉCTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

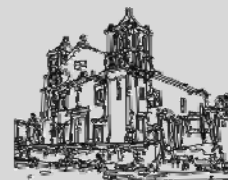
2.1. O povoamento do Norte de Minas e o surgimento do Arraial de Morrinhos

A área hoje denominada como Norte de Minas foi no passado o berço da colonização portuguesa no estado de Minas Gerais, conforme afirma Vasconcellos (1974, p. 93-94). Mas antes da chegada do homem branco, esta região já era povoada por diversos povos indígenas nômades e algumas tribos assentadas próximas às margens do Rio São Francisco. A ocupação indígena nesse território data de pelo menos dez mil anos (CAMPOS, 1983) por tribos nômades que viviam nas proximidades do rio São Francisco e de seus afluentes, onde existem sítios arqueológicos dessas populações em diversos municípios norte mineiros (PROUS et al, 2007, p.194). A maioria desses sítios arqueológicos ainda são pouco estudados, onde são encontrados cemitérios, utensílios usados pelos índios e um rico acervo de pinturas rupestres (figura 3) encontradas em lapas nas proximidades dos rios que cortam a região.



Figura 4. Pinturas rupestres no Vale do Peruaçu, Norte de Minas. Fonte: Blog Arte Rupestre. Disponível em: <<http://arterupestremineira.blogspot.com.br/>> Acesso em 17 Junho 2016.

O choque entre culturas indígenas, ocorrido entre as tribos que já habitavam essas terras antes da colonização, e as que vieram adentrando a região do médio São Francisco (Sul da Bahia e Norte de Minas) fugindo da exploração portuguesa no litoral, geraram diversos conflitos e miscigenações entre os índios a partir do século XVI (COSTA, 2003), sendo esse choque cultural intensificado com a inserção de um terceiro grupo - os negros aquilombados - que passaram a ocupar a região norte mineira cerca de um século depois, fugindo das



fazendas e engenhos do Nordeste brasileiro e posteriormente da região mineradora da Capitania de Minas (CEDEFES, 2008). A influência dos povos indígenas e de remanescentes quilombolas (figura 5) é percebida ainda hoje nas tradições de várias populações tradicionais do vasto território norte mineiro, cujo legado pode ser observado em seus cultos, mitos, danças, artesanato, dentre outras formas de manifestações.



Figura 5. Encontro de índios xacriabás e quilombolas em São João das Missões, Norte de Minas. Fonte: Projeto Mão Amiga. Disponível em:

<<https://projetomaoamiga.files.wordpress.com/2009/12/p10409791.jpg>> Acesso em 17 Junho 2016.

As primeiras explorações portuguesas à região norte mineira datam de meados do Século XVI, todas partindo da Capitania da Bahia, e cujo objetivo era a exploração e conhecimento do território. Assim, segundo Pires (1979, p.63) se sucederam pelo menos três expedições a essa região: a de Espinoza (1553/1554), Tourinho (1572) e a de Adorno (1576), sendo a primeira a mais conhecida delas, por ter sido acompanhada e descrita pelo Padre Jesuíta João de Aspilcueta Navarro. A Carta deste padre remetida à Corte no ano de 1555, descreve a exploração ocorrida entre 1553 a 1554, com duração de um ano e meio, também conhecida como Exploração de Spinoza Navarro, quando partiram de Porto Seguro doze homens brancos guiados por índios, desbravando os sertões norte mineiros até chegarem à foz do Rio das Velhas, no encontro com o rio São Francisco (atual Barra do Guaicuí, município de Várzea da Palma-MG), e logo em seguida retornando ao local de partida. Assim, o Padre Navarro descreveu em um trecho de sua carta o encontro com o Rio São Francisco:

[...] Daí partimos e fomos até um Rio mui caudal, por nome "Pará", que segundo os índios nos informaram é o rio de São Francisco e é mui largo [...] as terras que cercam este rio, em trinta léguas ou mais são muito planas e fermosas. Parece que nascerá nelas bem quanto lhes plantarem ou semearem [...] (NAVARRO, 1555 apud FAGUNDES; MARTINS, 2004, p. 9-12)



Para os desbravadores, o Rio São Francisco se colocou como a primeira grande via para a ocupação do interior do Brasil, tendo este rio, papel preponderante no processo de ocupação do Brasil e do Norte de Minas pelos colonizadores portugueses. A grande facilidade de navegação desse rio, ainda em fins do Século XVI possibilitou o estabelecimento da única rota possível entre as capitanias do Nordeste e as do Centro Sul, que não fosse por via marítima. A criação de outras rotas nesse período era impossibilitada devido as matas (caatingas e cerrados gerais) quase intransponíveis para a época, e também pela existência de índios ruidosos fora dessa rota são franciscana e ainda por haver grandes trechos sem água na região da caatinga. As facilidades possibilitadas pela rota do São Francisco, que também ficou conhecida como "Caminho Geral do Sertão", contribuíram para a ocupação das margens desse rio.

Durante o século XVII, os portugueses incentivaram a ocupação das duas margens do rio São Francisco espalhando-se por seus afluentes tanto na margem esquerda (Pernambuco), quanto direita (Bahia) até chegar em terras norte mineiras, na confluência deste rio com o Rio das Velhas, trecho onde se dava os limites mais ao sul dessas capitanias. Essa ocupação foi possível através da doação de sesmarias aos potentados²⁰ baianos, sendo a "Casa da Ponte", de Antônio Guedes de Brito, e a "Casa da Torre", de Garcia d'Ávila, as famílias responsáveis pela distribuição de terras para a ocupação dos currais de gado nas duas margens do Rio São Francisco, cujos domínios das duas casas se estendiam, segundo Lacerda (1964, p.22) "até a nascente do Rio das Velhas".

Outra frente de ocupação do território norte mineiro se deu também em finais do Século XVII, partindo da Capitania de São Paulo, através das bandeiras paulistas, a procura de pedras preciosas. Entre estas, destaca-se a Bandeira de Fernão Dias Paes (1674), que partiu de Guaratinguetá, na Capitania de São Paulo à pedido da Coroa, para desbravar os sertões de Minas Gerais em busca da lendária lagoa das esmeraldas de Sabarabuçu. O capitão Matias Cardoso de Almeida partiu meses antes com sua tropa, com a incumbência de plantar roças e fundar arraiais para dar suporte para a empreitada de Fernão Dias, durante a procura das esmeraldas, servindo também como ponto de abastecimento de mantimentos caso as prováveis lavras viessem a ser encontradas e exploradas, conforme afirmam autores como CARRARA (2007) e COSTA (2003).

²⁰ Segundo o dicionário Michaelis, potentado significa "1: soberano de um Estado poderoso; príncipe soberano, de grande autoridade ou de grande poder material. 2: Pessoa muito rica ou de grande influência ou que afeta sê-lo". No caso do Norte de Minas, eram os potentados as famílias ricas de criadores de gado que dominavam a região.



Em sua passagem pela região norte mineira, a Bandeira de Fernão Dias Paes teria fundado o povoado da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas da Barra do Rio das Velhas²¹, atual distrito de Barra do Guaicuí. Este se localizava na confluência do Rio das Velhas com o Rio São Francisco, pertencente hoje ao município de Várzea da Palma. Para Costa (2003), Matias Cardoso criou esse acampamento para aguardar a chegada de Fernão Dias e sua bandeira. Segundo as lendas locais, o próprio Fernão Dias já com 73 anos teria morrido de febre amarela e enterrado no local que depois abrigou a Igreja de Bom Jesus de Matozinhos (figura 6), templo que teria sido construído em finais do Século XVII, contudo nunca foi concluído e hoje se encontra em ruínas. O povoado teria sido abandonado devido a um prolongado surto de febre amarela ainda em princípios do Século XVIII, sendo transferido para um outro local, o povoado de Porteiras (figura 7), em local mais salubre, a alguns quilômetros dali.

Alguns estudiosos do processo de formação do Norte de Minas como Costa (2003) afirmam que o bandeirante Matias Cardoso de Almeida já teria estabelecido fazendas e fundado seu arraial às margens do Rio São Francisco ainda nos anos de 1660, antes mesmo da Bandeira de Fernão Dias. Para Costa, Matias Cardoso já percorria a região norte mineira em bandeiras anônimas caçando índios e negros fugitivos, e teria estabelecido seu arraial e suas fazendas como ponto de apoio para esta empreitada. O combate aos índios, permitiu a expansão dos currais pelas terras norte mineiras pelos pecuaristas baianos.



Figura 6. Ruínas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos em Barra do Guaicuí (século XVII). Fonte: Arquivo do Autor, 2015.



Figura 7. Ruínas de capela em Porteiras (século XVIII). Fonte: Prefeitura de Várzea da Palma, 2015.

²¹ A data de fundação do povoado ainda é controversa, pois ainda não foram encontrados documentos históricos com a data precisa de sua ocupação, bem como se teria sido realmente fundada pela Bandeira de Fernão Dias, pois o estilo construtivo da Igreja se assemelha ao das construções das missões Jesuítas da Bahia. Na tradição oral da população local, é recorrente os causos sobre uma missão jesuíta ocorrida na localidade em fins do Século XVII para a catequese dos índios Cariris que habitavam a região. As missões Jesuítas teriam se estendido por outras localidades do território norte mineiro, como os arraiais de Matias Cardoso, do Brejo do Salgado e de São João das Missões na tribo dos Xacriabás. Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1201-iephamg-informa-conheca-um-pouco-sobre-a-companhia-de-jesus-ou-jesuítas>> acesso em 10 Julho de 2015.



O que parece ser consenso entre os historiadores pesquisados, é que, depois de estabelecidas as fazendas de gado na região norte mineira, no local denominado Arraial Velho de Matias Cardoso - cuja localização gera divergências entre os pesquisadores como veremos a seguir - foi fundado o primeiro povoado²² do atual estado de Minas Gerais, possivelmente entre as décadas de 1660 a 1680²³, às margens do rio São Francisco.

A primeira menção oficial do nome do bandeirante Matias Cardoso em terras norte mineiras ocorreu no ano de 1684, quando foi dada a ele a missão de exterminar tribos indígenas próximas ao Rio São Francisco até a região de Porto Seguro pelo Governador da Capitania da Bahia. O objetivo era ampliar as áreas de fazendas de gado e dar mais segurança aos fazendeiros que paulatinamente eram atacados pelos índios. Neste mesmo ano, foi concedido pelo Governador Geral a patente de "Governador e Administrador dos Índios" à Matias Cardoso, título que lhe conferia poderes para exterminar, escravizar e comercializar os índios apreendidos por ele. Após findadas as guerras que este bandeirante travou contra os indígenas entre 1684 e 1688, principalmente os índios Anayós, foi dado como pagamento por parte da Coroa à Matias Cardoso grande porção de terras, conforme se encontra prometido em uma "Carta de 1684, do Governador Geral Souza e Menezes:

Tendo eu respeito a tudo e as grandes experiências que o dito Mathias Cardoso tem daqueles sertões, sendo perito nas línguas dos índios para os persuadir; e havendo ocupado o posto de tenente-general quando foi com o administrador geral dom Rodrigo Castelo Branco ao descobrimento das minas de São Paulo, onde procedeu com satisfação; e a se oferecer a fazer a dita redução a sua custa, aldeando na parte que parecer mais cômoda todas as nações bárbaras que se achassem e reduzissem; esperando dele que se corresponderá nos efeitos à confiança que faço de seu merecimento e a todas as mais obrigações que lhe tocarem o dito cargo, hei por bem de o eleger e nomear, como em virtude da presente elejo e nomeio governador e administrador de todas as aldeias de nações que reduzir e situar desde Porto Seguro, até além do Rio São Francisco, para ele e seus descendentes, exceto a capitania dos Ilhéus e tudo mais a ela pertencente, de que é donatário o Conde de Castanheira, dando-se-lhe terras competentes ao número de casas para sua vivenda e conservação (MENEZES, 1994 apud FAGUNDES; MARTINS, 2002, p.52-53).

Após a campanha de Matias Cardoso em que as tribos indígenas foram massacradas, as terras conquistadas foram tomadas por integrantes da sua expedição que estabeleceram fazendas de gado na região são franciscana norte mineira. Conforme afirma Dayrell (1998, p.181):

²² Este povoado, à época, pertencia à Capitania da Bahia, por se encontrar à margem direita do Rio São Francisco. Os povoados localizados à margem esquerda do rio pertenciam à Capitania de Pernambuco.

²³ A data de fundação do Arraial de Matias Cardoso gera divergências entre diversos historiadores como será discutido na pesquisa.



Os conquistadores, para ocuparem a região, cometeram um verdadeiro genocídio, matando os guerreiros às centenas e reunindo o restante em aldeamentos situados às margens dos rios e administrados por religiosos de diversas ordens.

Outra menção ao estabelecimento de Matias Cardoso em terras do Rio São Francisco, em local onde é possível deduzir que lá já havia de existir um povoado, é a Carta do Arcebispo D. Frei Manoel da Ressurreição, então governador geral, que lhe escreveu em 24 de outubro de 1688, solicitando ajuda por ocasião da guerra contra os bárbaros do Rio Grande do Norte:

Procurando por Vossa Mercê para lhe encarregar [...] o socorro que com a gente havia de se fazer à guerra dos bárbaros do Rio Grande; suppondo estar Vossa Mercê no Rio São Francisco; me disse o Mestre de Campo Antônio Guedes de Britto, que já as ordens que eu mandasse a Vossa Mercê o não haviam de achar na povoação do dito Rio, por ter notícia que era Vossa Mercê partindo para essa Capitania a buscar mais farinhas para a dita povoação. (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 1929 apud RANGEL, 2012, p.121)

Matias Cardoso participou na luta contra os índios rebelados durante as "Guerras Bárbaras" das capitanias do Nordeste, entre 1690 e 1694, sendo também a sua ajuda providencial, através do fornecimento de homens a Domingos Jorge Velho, durante o enfrentamento dos negros aquilombados em Palmares, em 1691.

Em sua empreitada contra os índios rebelados, a bandeira de Matias Cardoso acampou as margens do Rio São Francisco, em local denominado "Arraial do Cardoso"²⁴, esperando por um ano a bandeira do também paulista Coronel Amaro, que ali chegou com 600 homens. Dali partiram para o nordeste e enfrentaram tribos rebeladas durante as "Guerras Bárbaras" em uma campanha que durou cinco anos. Rangel (2012, p.125), comenta sobre os motivos da saída de Matias Cardoso da guerra: "Em 1694 [...] se retirava do Rio Grande, devido a impossibilidade de continuar a campanha por falta de recursos [...]". Essa retirada se deu pois o governo não arcara com os subsídios necessários para a manutenção da guerra. Ainda nesse episódio, durante a sua retirada, um de seus filhos que o acompanhava foi morto em um ataque de índios em terras cearenses. Após a saída da guerra, Matias Cardoso se estabeleceu definitivamente em seu arraial às margens do Rio São Francisco.

Apesar dos documentos que indicam o estabelecimento de Matias Cardoso na região do Rio São Francisco, existem várias teorias sobre a localização do seu arraial, e de outros arraiais que teriam sido fundados por ele. Historiadores como Santos (2010) e Costa (2013) dão como localização do antigo Arraial de Matias Cardoso, uma área próxima à Barra do Rio São Francisco com o Rio Verde Grande, que dista cerca de 20 quilômetros da atual cidade de

²⁴ O "Arraial do Cardoso", ou Arraial de Matias Cardoso, segundo pesquisa de Rangel (2012), já existiria antes de 1690.



Matias Cardoso, que no passado foi o Arraial de Morrinhos. Segundo Santos, o extinto povoado (Arraial de Matias Cardoso) teria sido conhecido também como Arraial Velho de Matias Cardoso. A argumentação de Santos baseia-se nos caminhos ou rotas entre os currais do São Francisco e as minas, descritos por exploradores do início do Século XVIII contratados pela Coroa, tais como o padre jesuíta André João Antonil (1649-1719) que publicou um roteiro que descreve os caminhos passando pela região norte mineira em 1711, e o de Quaresma Delgado, cuja publicação é conhecida como "Roteiro do Quaresma" de 1737. Estes roteiros dão cabo da localização do Arraial de Matias Cardoso na foz do Rio Verde Grande, divisa natural entre os estados de Minas Gerais e Bahia. Ainda segundo Santos, pouco tempo depois de estabelecido este arraial, por questões ligadas às cheias do rio, o Arraial Velho foi transferido para uma nova área rio abaixo, conforme informava o Roteiro do Quaresma (1737): "Do Arraial Velho ao Arraial Novo dos Morrinhos de Domingos do Prado²⁵, há por estrada duas léguas e um quarto de distância é de uma légua e três quartos; bom caminho à beira do rio São Francisco" (FAGUNDES; MARTINS, 2002, p. 59).

Contudo, conforme foi constatado *in loco* durante a nossa pesquisa de mestrado, a distância por terra entre o Arraial Velho na foz do Rio Verde Grande apontado por Santos (2010) para o novo Arraial de Morrinhos é quase o dobro da distância estabelecida pelos roteiros do "Quaresma" e do "Antonil".

Conforme mencionado anteriormente, Costa (2013), acredita que Matias Cardoso já percorria a região norte mineira anos antes da Bandeira de Fernão Dias, em bandeiras anônimas na década de 1660, caçando índios e negros em quilombos, e se refere à expressão "Arraial do Meio" para definir o nome do arraial de Matias Cardoso, onde procuraremos entendê-la após esse seu comentário,

Ao chegar, por volta de 1660 na região do rio Verde Grande, Mathias Cardoso de Almeida e seu grupo aí se estabeleceu. Foram fundados alguns arraiais e algumas fazendas, dentre eles, o Arraial do Meio ou de Mathias Cardoso e a fazenda Jaíba de Antônio Gonçalves Figueira nas cabeceiras do rio das Rãs. Entretanto, pouco depois de estabelecidos os arraiais nas margens do rio Verde Grande tiveram que mudar suas localizações devido às inundações e à insalubridade da área. Fundou-se então, nas margens do rio São Francisco e amparado por algumas elevações rochosas, o povoado de Morrinhos, hoje cidade de Matias Cardoso. Essa a primeira povoação duradoura a se estabelecer no território mineiro, apesar de na época pertencer à Capitania da Bahia. (COSTA, 2013, p.3)

Tanto Santos (2010), quanto Costa (2013) acreditam que por questões ligadas às cheias do Rio São Francisco, o primitivo arraial de Matias teria se transferido para um ponto

²⁵ Domingos do Prado era sobrinho de Matias Cardoso, e seria o administrador do Arraial à época.



mais alto e a montante do rio, em Morrinhos, na atual cidade de Matias Cardoso, contudo, discordam quanto a data desta mudança, que para Costa (2013) seria ainda antes do último quartel do Século XVII e para Santos (2010) em princípios do Século XVIII. O nome "Arraial do Meio", colocado por Costa, de acordo com os moradores da atual cidade de Matias Cardoso, os mesmos informam que o Arraial do Meio se trata de um extinto arraial que estaria localizado um pouco abaixo do atual porto de travessia para a cidade de Manga, que coincide com a indicação do Roteiro de Quaresma, pela distância deste até Morrinhos - de 2 léguas e 1 quarto, cerca de 13 a 14 Km atuais. Pela descrição dos moradores, o Arraial do Meio se localizaria entre o Arraial Velho, na foz do Rio Verde Grande e Morrinhos, atual Matias Cardoso. Contudo, ao visitarmos este possível local, não encontramos resquícios arqueológicos visíveis deste antigo arraial durante a realização desta pesquisa que pudessem confirmar a veracidade desta informação.

Costa (2003), defende ainda a teoria de que a fundação do Arraial de Morrinhos teria iniciado antes do último quartel do século XVII, atingindo desenvolvimento tal, a ponto que justificou a instituição da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos, em 8 de dezembro de 1695, por ato do arcebispo de Salvador, Dom Frei Manuel da Ressurreição.

Alguns historiadores, como Pires (1979), Castellanos-Solá (1991) e Rangel (2012) acreditam que o arraial velho de Matias Cardoso estaria localizado no atual distrito de Mocambinho, pertencente ao município de Jaíba. A argumentação para essa afirmativa vem de um manuscrito de 1724²⁶, onde se tem um relato do Padre Paulino Pestana e Souza, que teria sido pároco desse arraial até o ano de 1699. Esse relato descreve uma conversa que ele ouvira da boca do próprio Matias Cardoso sobre sua empreitada contra os índios daquela região, quando o padre "[...] no tal tempo estava ele testemunha sendo pároco na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, sita no rio de São Francisco, no arraial de Matias Cardoso, duzentas léguas de sertão à Cidade da Bahia..." (CARRARA, 1997, p. 589)

Nesse antigo Arraial, ainda encontram-se as ruínas de uma das primeiras igrejas construídas em território mineiro, conhecida como "Ruínas de Mocambinho", cuja igreja era dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso²⁷ (figura 8 e 9). De acordo com o relato do Padre

²⁶ Sumário de Informação. Autos de inquirição de testemunhos feitos pelo corregedor Luís de Souza Valdez, da Comarca do Rio das Velhas, sobre Isabel Maria Guedes de Brito, filha do Mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, descobridor dos sertões da Bahia, rio de São Francisco e rio das Velhas, 11 de agosto de 1724. AHU. Manuscritos Avulsos de Minas Gerais. cx.5, doc.47. (CARRARA, 2007, p.589)

²⁷ Essas ruínas foram descobertas na década de 1970, durante os desmatamentos para a implantação do Projeto de Irrigação do Jaíba, sendo considerado, à época, a maior descoberta arqueológica em Minas naquela década.



Paulino, ligando o nome da igreja ao lugar, os historiadores do IEPHA desenvolveram a hipótese de que este local poderia ter sido o Arraial de Matias Cardoso. Contudo, uma das hipóteses para que esse local não seja o arraial velho de Matias Cardoso diz respeito a análise da distância do local dessas ruínas ao arraial de Morrinhos, que é bem maior que a distância apontada pelo roteiro do Quaresma. Essa distância é de cerca de 30 quilômetros pelo rio, ou cerca de 5 léguas para a época. A provável denominação da atual Mocambinho à época, é que tenha sido o antigo e extinto Arraial do Retiro, fundado por um dos paulistas parentes de Matias Cardoso, segundo pesquisa de Fagundes e Martins (2011).



Figuras 8 e 9. Ruínas de capela do Arraial Velho de Matias Cardoso – Final do Séc. XVII –
Localização: Distrito de Mocambinho- Jaíba. Fonte: Acervo do autor, 2015.

Há um outro documento que menciona o nome "Freguesia do Bom Sucesso do Arraial de Mathias Cardoso", que foi criada em 1699, pelo Arcebispo da Bahia, Dom João Franco de Oliveira, que é uma carta escrita à Corte, de autoria do Padre Manuel Álvares, que denuncia o capitão Estevão Raposo Bocarro de calúnia à igreja:

Em os 21 do mês de novembro de 1732, em minha presença e na de Manuel da Silveira, mestre pedreiro assistente por ora na fatura de uma capela na fazenda do Retiro da Ilha no rio de São Francisco, Freguesia de Bom Sucesso do Arraial, Arcebispado da Bahia, disse o capitão Estevão Raposo Bocarro, morador na dita fazenda, que todos os ministros dos tribunais de Sua Majestade, que Deus guarde, eram uns ladrões. [...] (ÁLVARES, 1732)

O historiador Salomão de Vasconcellos acreditava que o primeiro Arraial de Matias Cardoso, denominado pelo autor como "Arraial Velho" estaria localizado em área próxima ao atual porto fluvial da cidade de Matias Cardoso, distância que confere com a descrição do Roteiro do Quaresma (VASCONCELLOS, 1944, p.15). Ainda segundo o autor, com a mudança para o novo Arraial, o de Morrinhos, na década de 1690, teria sido construída a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (figura 10).

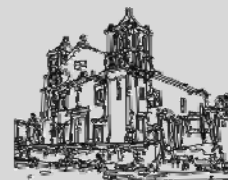


Figura 10. Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso (Final do século XVII).
Fonte: Acervo do autor, 2016.

Dadas as muitas versões existentes sobre a fundação e a localização do Arraial de Matias Cardoso, para Carrara (1997), a localização precisa deste primeiro arraial ainda é uma incógnita, conforme comentário a seguir:

A transferência de Matias Cardoso para o arraial que depois passou a levar seu nome – e cuja localização até o momento não foi identificada de maneira conclusiva – começou a ser feita antes de 1689, pois nessa época o lugar já contaria com bastante povoação". (CARRARA, 1997, p. 587)

Nesse imbróglio que é a localização do primitivo Arraial de Matias Cardoso, há ainda autores como Diogo de Vasconcelos (1974), Affonso de Taunay (1924-1950) e Brasiliano Braz (1977) que acreditam que o arraial de "Mathias Cardoso" não seria o arraial de Morrinhos, sendo que este último teria sido fundado e construído por Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso, entre o final do século XVII e princípios do XVIII, assim como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

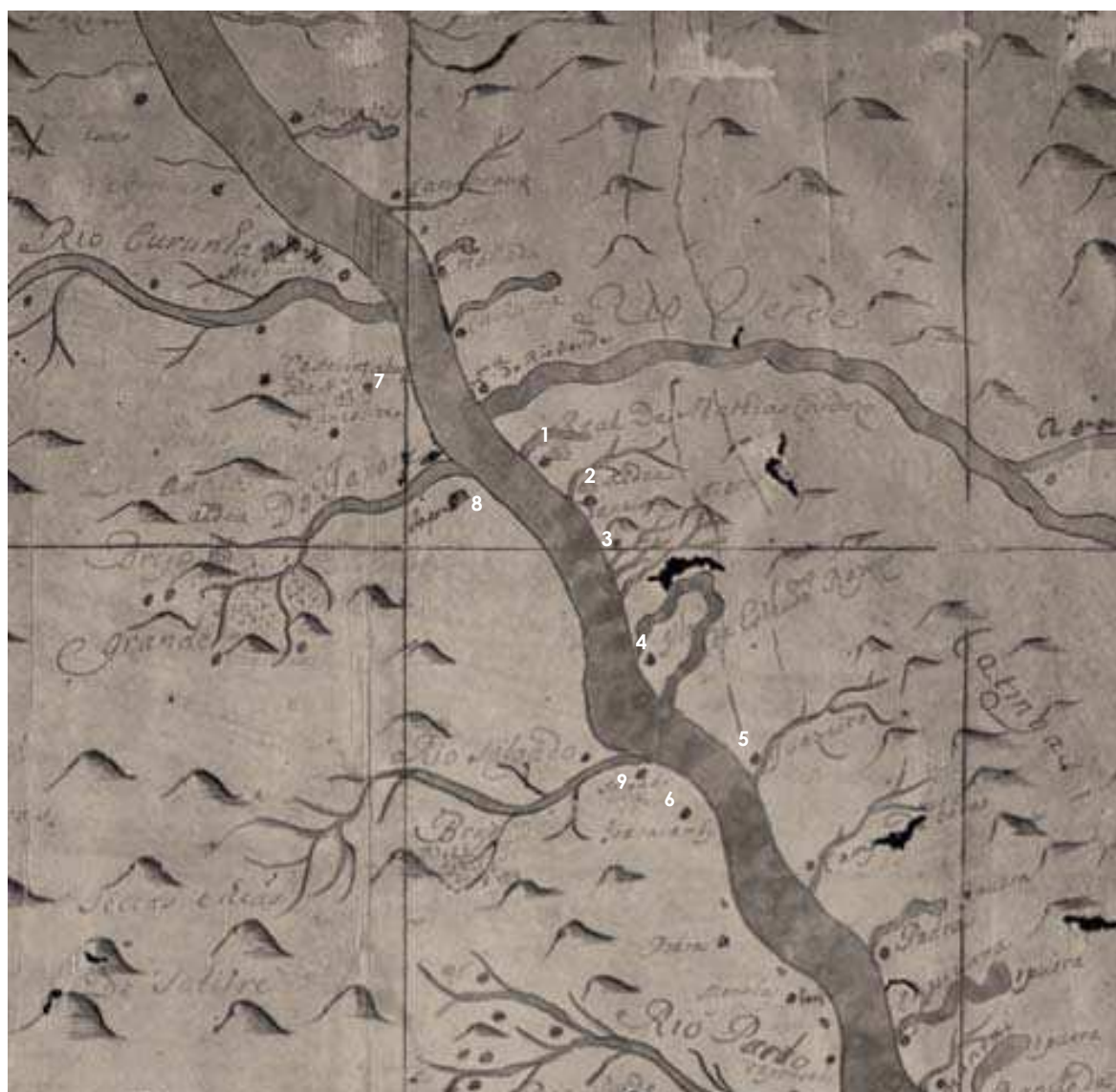
Na pesquisa, encontramos muitos nomes dados ao arraial de Matias Cardoso, tais como São João do Sumidouro, Arraial do Meio, Arraial Velho, Juazeiro, Retiro e Morrinhos e possíveis localizações conforme mapas de viajantes do Século XVIII, o que torna o estudo historiográfico sobre a formação do arraial de Matias Cardoso uma aventura nebulosa e, ao mesmo tempo, desafiadora.

Os mapas históricos que tivemos acesso, datados dos séculos XVIII e XIX divergem com relação aos nomes de alguns desses arraiais, mas nos dão uma boa visão acerca do processo de ocupação da região norte mineira, sobretudo às margens do Rio São Francisco e



seus afluentes. Conforme podemos perceber nos mapas, a importância dessa região para o comércio de carne, couro e sal para a colônia, demonstra, ainda em princípios do século XVIII um processo de ocupação intensa, com diversos povoados, arraiais e fazendas localizados às margens desses rios, além da criação de rotas terrestres de tropeiros que mantinham um comércio contínuo entre as capitanias do norte e do sul do Brasil e que passavam pelos povoados da região norte mineira.

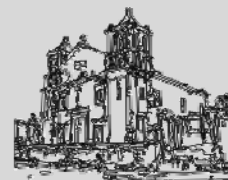
Para tentarmos entender a localização dos arraiais aqui indicados vamos nos utilizar de um mapa do início do século XVIII (Mapa 2) que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional, e cujo autor é indefinido. Este mapa mostra o Rio São Francisco e seus afluentes na atual região norte mineira. Estão demonstradas também as povoações, fazendas e aldeias que se encontravam às margens e nas proximidades destes rios. Ao analisarmos o mapa, observamos a partir do encontro do Rio São Francisco com o Rio Verde Grande, as seguintes indicações: na margem direita do Rio São Francisco, o Arraial de Matias Cardoso (1) que seria o extinto Arraial Velho, bem próximo à barra desses dois rios; em seguida a localização de uma aldeia (2), onde acreditamos ser o atual porto do município de Matias Cardoso; logo depois, o Arraial de Morrinhos (3) atual cidade de Matias Cardoso; A ilha de Estevão Raposo (4) que hoje corresponde a ilha da Ressaca; e por fim, Juazeiro (5), atual distrito de Mocambinho, que pela proximidade com a localização de Itacaramby (6), atual cidade de Itacarambi, na outra margem, acreditamos ser esse o extinto Arraial do Retiro. Na Margem Direita, partindo do Rio Caririnha, temos o Castello da Tábua ou Calindé (7) que foi de propriedade de Manuel Nunes Viana (séculos XVII/XVIII), a Aldeia do Japoré (8), quilombo próximo da atual cidade de Manga; Salgado (9) e Itacaramby.



Legenda: (1) Arraial de Matias Cardoso; (2) Aldeia; (3) Arraial de Morrinhos; (4) Ilha de Estevão Raposo; (5) Juazeiro; (6) Itacaramby; (7) Castello da Tábuia; (8) Aldeia do Japoré; (9) Salgado.

Mapa 2. Trecho do mapa "DEMONSTRAÇÃO dos Afluentes do Rio São Francisco, em Minas Gerais". (17--). Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart523954.htm>. Acesso em: 23 Novembro 2015.

O próximo mapa, de 1777 (Mapa 3), já traz o nome "Arraial do Meio" que seria o Arraial Velho de Matias Cardoso, próximo a foz do Rio Verde Grande. Abaixo dele, um desenho de três morrinhos e a marcação de uma igreja, possivelmente a área do atual porto de Matias Cardoso; e, logo depois, Retiro, onde entendemos ser Morrinhos; depois Ilha, que entendemos ser a Ilha de Estevão Raposo, e Joazeiro, onde se encontra Mocambinho.



Mapa 3. Trecho do mapa com o título “Mappa da Capitania de Minas (1777) com a localização dos arraiais de Matias Cardoso. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em < <http://bndigital.bn.br/artigos/mappa-da-capitania-de-minas-gerais-que-mandou-fazer-o-ilmo-exmo-senhor-d-antonio-de-noronha-governador-e-capitao-genal-da-mesma-capitania> > Acesso em: 23 Novembro 2014.

Apontadas as teorias sobre a localização do arraial de Matias Cardoso, o que de fato permaneceu dessa história foi o antigo Arraial de Morrinhos, atual cidade de Matias Cardoso. Dos primórdios de sua ocupação, no entanto, muito pouco restou como testemunhas oculares de sua nebulosa história. Entre as edificações, permaneceram apenas a sua igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição e um sobrado conhecido como "Casarão dos Padres". A cidade de Matias Cardoso conserva ainda em seu núcleo histórico o traçado original da época da sua fundação. Esta constatação vem do trabalho realizado por dois exploradores do Rio São Francisco no Século XIX, Burton e Halfeld. Burton (1983), na década de 80 do Século XIX, produziu importante levantamento de todo o Rio São Francisco, descrevendo o *modus vivendi* dos povoados, aldeias, arraiais e vilas ribeirinhos. Chegando em Morrinhos pelo rio, Burton faz a seguinte descrição do Arraial:

Após uma sucessão de acidentes habituais à 1,30 da tarde avistamos Cascalho (Morrinhos), na margem direita, e as lavadeiras, sinal costumeiro de povoação próxima. Subimos a rampa natural e entramos numa espécie de rua, muito estragada pela água. Dali, virando à direita, chegamos à grande praça, com seu cruzeiro central e o começo de outro. Aqui nunca chegam as inundações. Ao norte fica a casa de Câmara, de janelas fechadas, e a cadeia, com a porta aberta. As 21 casas, inclusive duas em ruínas, são das mais humildes e, rio abaixo, há duas linhas paralelas de uns treze a quatorze casebres. O Lado oriental da praça é ocupado por Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos, que dá nome à praça. É um deslumbrom mirae



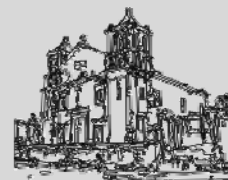
magnitudinis, que goza de grande fama, o que leva o forasteiro a perguntar como isso veio parar aqui. (BURTON, 1983, p. 82-83)

Na descrição de Burton, foram observadas e contrapostas a humildade e simplicidade das casas do arraial, em contraponto com a surpresa que o mesmo teve em encontrar ali a imponente Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Foi destacada também a existência de uma grande praça, que alguns historiadores atribuem a sua dimensão e tamanho comparando-a com as praças das armas das vilas coloniais espanholas. Uma das hipóteses para a grande dimensão desta praça, se dava pelo fato de Matias Cardoso e seus parentes passarem em revista o seu exército formado por índios, mestiços e negros, em suas guerras travadas contra as tribos das capitanias do Nordeste. O trabalho fotográfico de Reginald Gorham (1927) nos dá uma noção da visão que Burton teria tido do Arraial de Morrinhos (figura 11) em seu acesso do porto em direção à sua praça.



Figura 11. GORHAM, Reginald. Morrinhos, 42. Matias Cardoso, MG: [s.n.], [ca. 1927]. 1 foto, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 7,9 x 13,3 em Cartão-suporte: 15,8 x 22,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon669864/icon669864.jpg>. Acesso em: 8 Janeiro 2016.

O trabalho de Halfeld (1860), cujo objetivo de sua missão era descrever os aspectos geofísicos da paisagem do Rio São Francisco, deixou como contribuição um desenho inserido em um de seus mapas (mapa 4), onde é possível compreender a forma urbana daquele pequeno arraial. No mapa de Halfeld, podemos observar uma grande fileira de casas paralelas ao Rio São Francisco, e mais três fileiras perpendiculares. Ao centro do largo formado por essas fileiras se encontra a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (figura 12). Existem ainda outras fileiras de casas que em seu conjunto correspondem ao traçado atual da cidade (figura 13).



Mapa 4. Trecho ampliado do mapa nº 7, elaborado por Halfeld, onde é possível compreender a forma urbana do Arraial de Morrinhos (Matias Cardoso). No mapa percebe-se uma fileira de construções dispostas em frente e nas duas laterais ao grande largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, além de outras vias cujo traçado urbano desse núcleo original ainda permanece nos dias atuais. O arraial encontra-se locado na sua parte mais alta, onde percebe-se ainda a inexistência de edificações próximas às margens do rio, possivelmente devido as cheias deste. Fonte: Halfeld (1860).

Dessa forma, podemos materializar na descrição de Burton, a forma do Arraial de Morrinhos com suas edificações nos croquis de Halfeld. Ainda foi por ele localizado o antigo arraial do meio, hoje não mais existente, com suas casas dispostas de forma linear às margens do Rio São Francisco.

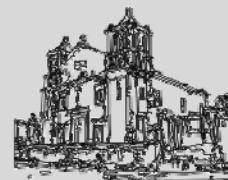


Figura 12. GORHAM, Reginald. Morrinhos, 41: [Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição]. Matias Cardoso, MG: [s.n.], [ca. 1927]. 1 foto, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 8 x 13,5 em
Cartão-suporte: 15,8 x 22,5. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon669863/icon669863.jpg>. Acesso em: 8 Janeiro 2016.



Figura 13. Núcleo histórico da cidade de Matias Cardoso, antigo Arraial de Morrinhos. Fonte: Arquivo do autor, 2015.

Uma das dificuldades em situarmos e datarmos essa historiografia matiense, é a ausência de documentos eclesiásticos, tais como livros de batismo e casamentos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Segundo os moradores da cidade de Matias Cardoso, houve na comunidade um padre que, no início dos anos 1900, teria ateado fogo nos arquivos



eclesiásticos, estes que seriam os mais antigos documentos e que, poderiam oferecer informações esclarecedoras sobre a data de fundação do arraial.

Outros possíveis arraiais fundados por Matias Cardoso foram abandonados e posteriormente foram reocupados, como o Arraial do Bom Sucesso da Barra do Guaicuí e o Arraial do Retiro. O primeiro foi desocupado no início do Século XVIII devido a surtos de febre amarela e transferido para uma área mais salubre, cerca de três Km acima do curso do Rio das Velhas - o Arraial de Porteiras. Depois de passados os surtos, foi reocupado em data incerta, onde hoje é o atual distrito de Barra do Guaicuí no município de Várzea da Palma. Do período de sua ocupação, restaram apenas as ruínas da capela de Bom Jesus de Matozinhos. Já o Arraial do Retiro foi abandonado também em data incerta, possivelmente no início do Século XIX, sendo reocupado a partir da década de 1960, com a implantação do Projeto de Irrigação do Jaíba. No final da década de 1970, durante os desmatamentos desse projeto, foram encontradas as ruínas da antiga capela onde os historiadores do IEPHA acreditam ser o antigo Arraial do Retiro. Os vestígios de outras áreas onde a Bandeira de Matias Cardoso, seus integrantes e seus parentes se estabeleceram ainda não foram encontrados, se é que as mesmas ainda existem, o que necessitaria uma profunda pesquisa arqueológica na região. Essas áreas tratam-se de propriedades rurais privadas, ou áreas de preservação ambiental de difícil acesso às pesquisas de campo.

2.2. Ascensão e decadência do Arraial de Morrinhos

O arraial de Morrinhos prosperou, em finais do século XVII, como um importante entreposto comercial de carne, couro e sal através do seu porto fluvial, antes mesmo da descoberta do ouro na região das Minas, articulado ao interesse da coroa Portuguesa em abastecer as povoações e engenhos da Bahia e Pernambuco. Analisando o processo de desenvolvimento do arraial de Matias Cardoso, Neves (1998, p.32) observa: "Aqui o que se deve reter de fundamental é a articulação entre o São Francisco e as cidades da Bahia e de Pernambuco, verdadeiras cabeças de ponte do processo colonizador". Também Resende (2007), ao estudar a relação das vilas da Capitania de São Paulo e a região do Rio São Francisco após a descoberta do ouro na região central do território colonial, destaca a importância do arraial de Morrinhos para o suprimento da região das minas com escravos, tecidos, gado, cavalo, sal e farinha, nos anos finais do século XVII e princípios do XVIII.

[illegible]

Mapa 5. Principais penetrações em território mineiro. Fonte: RESENDE, M.E.L.; VILLATA, L.C., 2007.



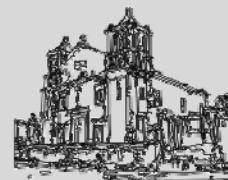
De fato, a partir da descoberta do ouro em Minas no final do século XVII, as relações comerciais se intensificaram nos Sertões das Gerais, que passaram a fornecer à região aurífera - neste período, o maior mercado consumidor da Colônia - além da carne e do couro, todo o tipo de produtos oriundos das regiões nordestinas. Lacerda (1964) comenta a respeito da importância da região dos Sertões do São Francisco para a economia da colônia:

Durante toda a época colonial, era abundante o comércio que ali se fazia. Gado e mercadoria para as minas, comunicações entre o sul e norte, índios para os bandeirantes e até um comércio ativo de escravos; o interior do norte se comunicava mais com o sul por ali do que mesmo pelo litoral. Todas as deduções que se pode fazer da verdade histórica, de quanto se pode apurar ou concluir, e do que ainda resta, decorre uma verificação fundamental à compreensão do que representou para o Brasil o S. Francisco: êle foi caminho único e natural, fácil e espontâneo, através do qual os sertões do Brasil se comunicavam entre si e com o litoral. (LACERDA, 1964, p.36)

Contudo, a relação comercial entre os potentados dos Sertões do São Francisco e a região mineradora foi em parte interrompida devido à proibição do comércio pelo Caminho do Sertão, com exceção do comércio do gado, com o propósito de se evitar o contrabando e extravio de ouro por aquele caminho. Essa proibição se deu em 1701, através de Carta Régia, mas, na prática, o contrabando continuou pela dificuldade da Coroa em cobrir as fronteiras da Capitania de Minas Gerais que se ramificavam em vários novos caminhos e rios desse sertão (CARRARA, 2007, p.591). Por volta de 1706, o então governador da Bahia, Luís César de Meneses, contestou o fechamento dessas fronteiras por prejudicar e dificultar o abastecimento da colônia e por acreditar que pelo Caminho do São Francisco (Caminho do Sertão) se dava a melhor e mais barata via de escoamento de produtos entre as capitanias do norte e do sul. Mata-Machado (1991), acredita que a região norte mineira, começou a se isolar das Minas a partir da proibição desse comércio. “A carta régia de 1701, que proibia o comércio pelo caminho do sertão, pode ser considerada o marco inicial do fenômeno do isolamento porque, mesmo não tendo sido respeitada, demonstrou a preocupação de isolar a região” Mata Machado (1991, p.59). Para Querino (2006, p.3),

[...] Esse isolamento associava-se, como já foi dito, aos interesses mercantis metropolitanos, uma vez que, grande parte do ouro extraído na região de Ouro Preto e Sabará, afluía para os sertões às custas do abastecimento de gado bovino e de gêneros agrícolas para a região de mineração e à preocupação com o controle fiscal, já que a população da região se recusava a pagar os impostos instituídos pelas autoridades metropolitanas.

Em decorrência ao forte comércio dado pelos Caminho do Rio São Francisco, Barbosa (1995) comenta sobre a formação de alguns arraiais na região do Norte de Minas durante o século XVIII. Segundo o mesmo, foram criados durante a primeira metade do século XVIII, os arraiais de São Caetano do Japoré (Manga), Brejo do Amparo (Januária),



Paracatu e Santo Antônio da Manga (São Romão). Na segunda metade do referido século, surgiram os arraiais de Formigas (Montes Claros), Rio Pardo (Rio Pardo de Minas), e Serrinha (Grão Mogol).

Com relação a definição dos seus limites territoriais, a região norte mineira, antes pertencente as Capitanias da Bahia (margem direita do Rio São Francisco) e Pernambuco (margem esquerda), incorporou-se à Capitania de Minas durante o Século XVIII e XIX. Em 1720 parte da região norte mineira, então pertencente à Capitania da Bahia, foi incorporada à Província das Minas, que se elevou a posição de Capitania de Minas Gerais em 2 de dezembro deste mesmo ano. A parte pertencente à Capitania de Pernambuco, só foi incorporada ao território mineiro em 1824. Os mapas de Moura (2002) demonstram a evolução do território mineiro e a incorporação de terras norte mineiras ao longo dos séculos XVIII e XIX (Mapa 6).



Mapa 6. Evolução da expansão territorial de Minas Gerais. Fonte: Moura, 2002.

As relações entre os potentados da região norte mineira e a Coroa se abalaram ainda mais a partir de 1735. Isso se deu por causa da extensão dos tributos da mineração, que passaram a ser cobrados sobre as atividades agrícolas do sertão, levando, no ano de 1736, a



eclosão de revoltas em diversos povoados norte mineiros, situação descrita por Botelho & Anastasia 2012,

O colapso da acomodação derivado do aumento de impostos, estabelecimento de contratos de gêneros de primeira necessidade, abuso de poder pelas autoridades, etc., tomou a forma de motins reativos, marcados pela tradição, dentro das regras do jogo colonial. Nestes levantamentos, os participantes defendiam a manutenção das regras estabelecidas, desde o alvorecer das minas, para o convívio entre as comunidades e a Metrópole. Enfim, estes movimentos tinham por objetivo restaurar o equilíbrio tradicional dos atores políticos no cenário colonial. (BOTELHO & ANASTASIA, 2012, p.19)

Entre estes motins, o que ficou mais conhecido foi o ocorrido no povoado de São Romão, a Sedição de 1736. Os motins do sertão, também conhecidos como "Conjuração Sãofranciscana" tiveram como líderes a elite rural da época, que era formada por vários descendentes de Matias Cardoso, tendo como figura de destaque Dona Maria da Cruz, casada com Domingos Cardoso - que era sobrinho de Matias - entre os articuladores dos amotinados. Esses motins foram controlados pelo governo da Capitania de Minas Gerais ainda em 1736 e os seus principais articuladores presos e depois exilados. Autores como Mata-Machado (1991) acreditam que esse episódio contribuiu ainda mais para o afastamento da região norte mineira, pela geração de desconfiança do norte mineiro para com o governo da capitania Mineira, que voltou as suas relações comerciais principalmente para a região nordestina.

Vencidos em conflitos conhecidos como Guerra dos Emboabas e, posteriormente, Conjuração Sanfranciscana, os homens do Sertão Norte Mineiro passaram a estabelecer relações internas com a organização socioeconômica regional e externa, preferencialmente, com o nordeste e com o centro oeste brasileiro (MATA MACHADO, 1991 apud COSTA, 2007, p.32).

As trocas comerciais do Norte de Minas com as regiões nordestinas se deram através da facilidade de navegação do Rio São Francisco e de seus principais afluentes. Para competir com a criação de gado, foi inserida na região norte mineira a cotonicultura em princípios do Século XIX, aproveitando-se a alta no preço do algodão devido a grande demanda desse produto nas indústrias têxteis da Europa pós-revolução industrial. Outro produto bastante explorado na região foi a borracha, cuja extração do látex se deu na região do Rio São Francisco. Mata-Machado (1991, p.56) compara o desenvolvimento dessa atividade com o que ocorreu na região amazônica, onde o município de Januária, principal produtor e porto de comercialização desse produto, teve importante desenvolvimento econômico e urbano no período.

O algodão e a borracha trouxeram um desenvolvimento isolado à algumas localidades norte mineiras, que se tornaram cidades em fins do Século XIX, como Montes Claros (1832) e Januária (1860). A principal via de ligação à região norte mineira continuava



sendo o Rio São Francisco, o que, com a introdução da navegação das embarcações a vapor no final do Século XIX impulsionou alguns portos da região, como os das cidades de Januária, São Francisco e Pirapora.

Neste contexto, o povoado de Morrinhos, que entre o final do Século XVII e em boa parte do XVIII foi o principal arraial e entreposto comercial da região, progressivamente ia perdendo sua importância econômica e comercial, devido ao maior dinamismo econômico dessas novas culturas agrícolas e extrativistas.

Em finais do Século XIX e princípios do XX, o povoado vizinho à Morrinhos, denominado de "Manga do Amador", também começou a se desenvolver. Esse desenvolvimento foi devido à sua posição privilegiada, por ser o último porto de Minas até a Bahia, e por possuir ligação, através de estradas, com Januária, Bahia (nordeste) e Goiás, caminhos por onde passavam os tropeiros. Esse povoado teve grande desenvolvimento populacional e econômico, emancipando-se de Januária e elevado a município de Manga em 1924. Com a elevação de Manga a município, o distrito de Morrinhos, que passou a se chamar Matias Cardoso, foi incorporado a ele. No transcorrer do século XX, Morrinhos (figura 14) foi apenas uma silhueta sem importância para aqueles que navegavam pelo Velho Chico entre Petrolina e Pirapora, paisagem que era marcada pelo seu morro e as duas torres de sua igreja, testemunhas mudas de um passado glorioso e esquecido.



Figura 14. Imagem de Matias Cardoso em 1972 vista do Rio São Francisco. Fonte: Acervo do fotógrafo Ray Langsten, 1972.

Vimos anteriormente que sociedade norte mineira desenvolveu sua economia a partir de uma base agrícola, sobretudo a pecuária e a cotonicultura. Desde a sua ocupação pelos colonizadores até meados do Século XX, o estado mineiro teve pouco domínio e controle sobre esta região. A lei era ditada por grandes fazendeiros, que estendiam seu domínio aos



seus escravos, meeiros (trabalhadores das fazendas) e pequenos sitiantes dentro da sua área de influência, conforme comentado por Silva (2007).

Ali, no Vale do São Francisco, viu-se, então, surgir uma forma de sociabilidade cujo controle estará nas mãos dos grandes fazendeiros e coronéis (as personagens retratadas na obra de Guimarães Rosa), que vão constituir a jagunçagem que, não reconhecendo a autoridade colonial, vão resistir ao domínio português, ou melhor, à modernização que se espalhava com a chegada dos portugueses. (SILVA, 2007, p.16)

Devido à existência desse poder paralelo ao Estado, durante o século XIX até o terceiro quartel do Século XX, a região Norte Mineira, onde se inclui a microrregião de Matias Cardoso, também foi palco de conflitos armados ligados à propriedade das terras, que passaram a ser reivindicadas pelo governo mineiro, que repassava esses títulos aos barões e coronéis de outras regiões, na alegação que essas ações seriam para desenvolver o Norte de Minas. O ocorrido foi retratado no maior épico da literatura brasileira, "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa, que conta a história de sertanejos norte mineiros que se organizavam em milícias armadas para defenderem suas terras contra a expropriação do estado. Em uma passagem do seu livro, descreve: "O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal..." (ROSA, 1993, p.20).

A partir da segunda metade do Século XX, a realidade econômica do Norte de Minas e da região de Matias Cardoso passou por mudanças com a inserção desta região nas políticas governamentais de incentivo à agricultura mercantil. Procuraremos a seguir descrever os impactos dessas mudanças, e o quadro socioeconômico em que se insere o município de Matias Cardoso na atualidade.

2.3. As transformações econômicas no Norte de Minas pós 1950 e os impactos econômicos e sociais provocados pela introdução da agricultura mercantil no território de Matias Cardoso

O Norte de Minas (mapa 7) é a maior região²⁸ administrativa do estado de Minas Gerais. Sua atual configuração espacial e administrativa só se deu em 1990, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de fazer parte da região Sudeste do

²⁸ A divisão do território de Minas Gerais, adotada oficialmente pelo governo estadual, estabelece dez Regiões de Planejamento, entre as quais: Alto Paranaíba, Central, Centro-Oeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Zona da Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Rio Doce, Sul de Minas e Triângulo Mineiro.



Brasil, por questões ligadas ao clima, esta região se encontra localizada no Polígono das Secas²⁹, denominação dada às regiões do semiárido brasileiro, por possuírem baixo índice pluviométrico e clima predominantemente quente e seco durante a maior parte de ano. O clima seco e a baixa pluviosidade são uma das características que mais diferenciam esta região das demais regiões do estado de Minas Gerais.



Mapa 7. Mesorregião Norte de Minas e suas sete microrregiões. Fonte: Fundação João Pinheiro. Disponível em:
< <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood> >
Acesso em 25 Julho 2015.

Os índices de desenvolvimento econômico e social do Norte de Minas são baixos se comparados à maioria das regiões mineiras, aproximando-se, nesse sentido, aos estados mais pobres do Nordeste brasileiro. Esta região ainda conta com áreas semi-industrializadas ou sem nenhuma industrialização, pois as políticas públicas de desenvolvimento a partir da indústria foram levadas apenas a poucas cidades - àquelas localizadas mais próximas aos eixos rodoviários que ligam o Norte de Minas à Belo Horizonte e à Brasília. A principal atividade econômica da maioria dos seus 89 municípios ainda está baseada na agricultura e pecuária de subsistência, ou em grandes latifúndios, onde predominam a monocultura do eucalipto e as grandes empresas agropecuárias. Nesta região, destacam-se as cidades de Montes Claros, maior pólo de serviços, econômico e industrial; Pirapora e Várzea da Palma no setor industrial, e Janaúba e Jaíba no setor de agronegócios impulsionadas pela fruticultura irrigada.

A partir do ano de 1965, por possuir características sociais, econômicas e de clima mais semelhantes ao Nordeste brasileiro, a região do Norte de Minas foi inserida na área de

²⁹ A região Norte de Minas foi inserida no Polígono das Secas em 1948, através do Decreto nº 9.857.



atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE³⁰), onde o território norte mineiro também passou a ser conhecido como Região Mineira do Nordeste (RMNe) ou Área Mineira da SUDENE (AMS). Naquele momento, se iniciou no Brasil um processo de modernização de vários setores da economia, cujo objetivo, segundo Moura (2014, p. 217), era “de uma maior integração com o modelo de desenvolvimento internacional que estava em curso na Europa e Estado Unidos.” Dentre esses setores, se inseria a agricultura, que passou a ser financiada ou apoiada com recursos do Estado brasileiro. Esse processo de modernização do campo, segundo ANAYA et al, (2006, p.21), foi estruturado a partir de quatro eixos principais: agricultura / fruticultura, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura do algodão.

Com a atuação da SUDENE, o Norte de Minas recebeu incentivos fiscais para a instalação de algumas indústrias nas maiores cidades da região e de pólos de agricultura irrigada nas microrregiões de Pirapora, Janaúba e Jaíba. Na microrregião norte mineira da Serra Geral / Mata Seca da Jaíba, onde se localiza o município de Matias Cardoso, foram feitos vultosos investimentos a partir dos anos de 1970, para a implantação de um desses pólos agrícolas irrigados. Através dos investimentos na agricultura irrigada, uma nova realidade econômica começava a ser instaurada nessa microrregião, o que promoveu um grande fluxo migratório de pessoas e a necessidade de criação de novas infraestruturas urbanas e rurais. Em decorrência desse processo econômico, em 1992, foram criados nessa microrregião dois novos municípios: Matias Cardoso, se desmembrando de Manga, e Jaíba, se desmembrando de Monte Azul.

O projeto de irrigação "Jaíba" implantado na região de Matias Cardoso, é o maior projeto público de irrigação de áreas agrícolas da América Latina e o segundo maior do mundo³¹. Esta região sempre foi conhecida pela pobreza, o clima seco, as distribuições irregulares das precipitações e o isolamento dos grandes centros. A partir da década de 1950, esta região passou a ser vista pelo Estado brasileiro como uma região de grande potencial para o desenvolvimento da agricultura irrigada, devido a sua grande extensão de terras planas e férteis.

³⁰ A SUDENE foi criada em 1959 com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil. Sua área de atuação engloba além dos estados nordestinos, as regiões norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Foi extinta em 2001 dando lugar à Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e recriada em 2007 como Nova SUDENE.

³¹ Fonte: Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ). Disponível em: <<http://www.projetojaiba.com.br/index.php/noticias/detalhe/21>> Acesso em 12 Maio 2016.



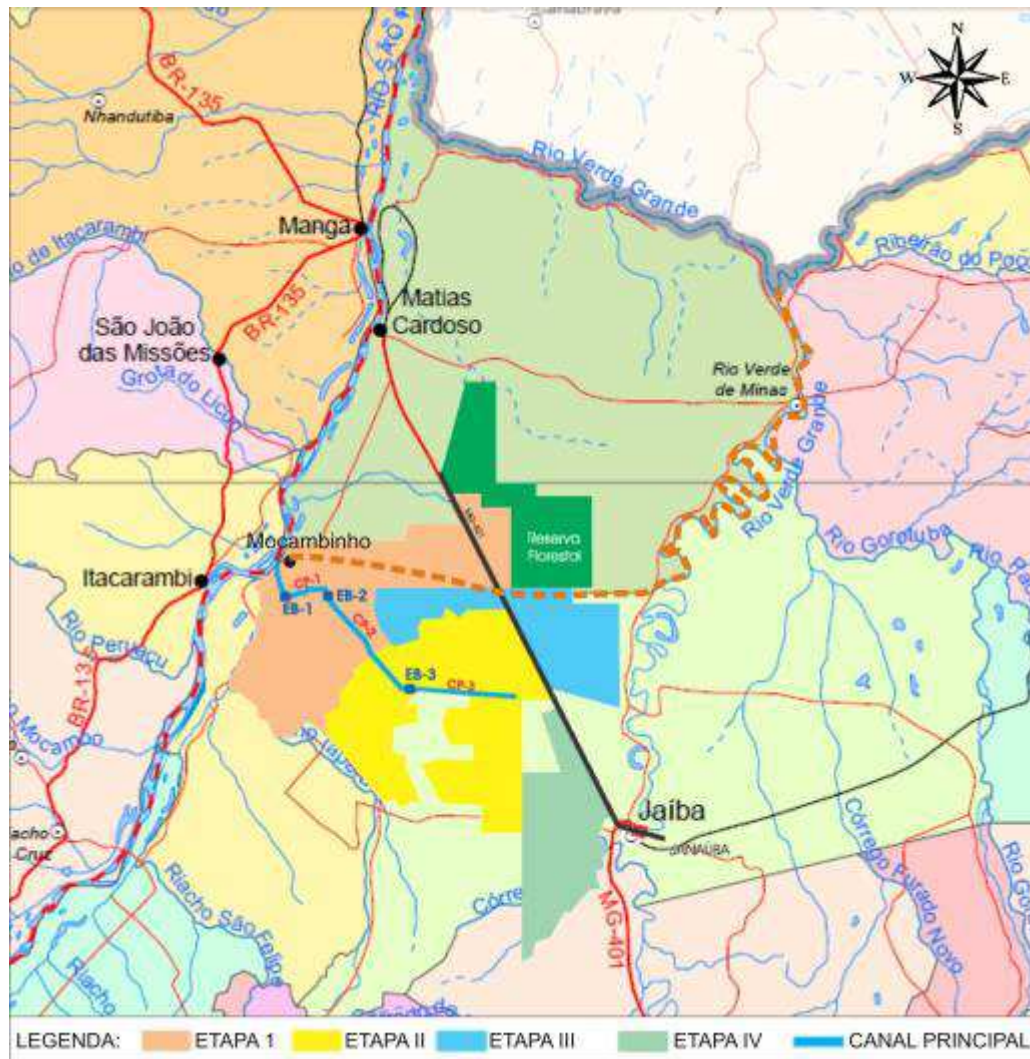
Através de estudos realizados pelo *Bureau of Reclamation*³² dos Estados Unidos da América, foi identificada uma grande porção de terras localizada entre o Rio São Francisco e seu afluente, o Rio Verde Grande, com grande potencial para se implantar um projeto agrícola de irrigação. Essa área, antes pertencente ao município de Manga, abrange os municípios de Jaíba e Matias Cardoso. O seu projeto, concebido na década de 1960, inspirava-se nos grandes projetos de agricultura irrigada dos Estados Unidos³³ e começou a ser implantado no município de Manga em 1975. Coube a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS³⁴), a elaboração do primeiro plano de trabalho para o Projeto Jaíba, que estabeleceu a implantação do projeto de irrigação na região de Mocambinho (Mapa 8), que na época pertencia à zona rural de Manga, na margem direita do Rio São Francisco. Para a infraestrutura do projeto, o Governo de Minas elaborou um plano integrado de infraestrutura com energia elétrica, abertura de estradas e criação de núcleos de colonização. Esse plano recebeu financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo era ampliar a fronteira agrícola do estado, ocupando o “vazio econômico e demográfico representado pela região, com área de cerca de 110.000 km² de terras agrícolas irrigadas” (REIS & SILVEIRA, 2011, p.80) e buscar soluções para os problemas socioeconômicos da região. Ainda no ano de 1975, o Governo Federal através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF³⁵), passou a participar da gestão do Projeto Jaíba. Os primeiros assentamentos em áreas irrigadas se deram no ano de 1988, onde se priorizou assentar trabalhadores da agricultura familiar que eram nativos da região.

³² Fundado em 1902, é o mais conceituado Bureau dos EUA, responsável pela construção de represas, usinas hidrelétricas e canais em 17 estados do oeste americano, incluindo as legendárias represas Hoover (Colorado) e Grand Coulee (Columbia). Hoje é a maior distribuidora de águas dos EUA, para mais de 31 milhões de pessoas; irriga mais de 1 milhão de hectares, que produzem 60% dos hortigranjeiros e 25% das frutas e grãos daquele país. Possui 58 hidrelétricas que produzem mais de 40 bilhões de kilowatts, colocando-o como 2º produtor de energia dos EUA. Fonte: CODEVASF (1995).

³³ O projeto Jaíba foi inspirado no modelo dos belts ou cinturões norte-americanos, ou seja extensas áreas de terras ocupadas por monoculturas altamente mecanizadas, que eram estabelecidos de acordo com as necessidades do mercado consumidor. (OLIVEIRA, 2000)

³⁴ Criada em 1966, a Fundação Rural Mineira - Ruralminas é uma entidade pública estadual voltada para o desenvolvimento humano e estruturada para oferecer tecnologia e serviços de engenharia, motomecanização e gerenciamento de programas de melhoria geral da infra-estrutura e crescimento econômico do meio rural.

³⁵ A CODEVASF é um órgão público, vinculado ao Ministério da Integração Nacional, que visa o desenvolvimento sustentável da região. A CODEVASF atua nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, perfazendo 640.000 km² do Vale do São Francisco. Os objetivos, como colocados pela companhia, são: a “geração de emprego e renda; a redução dos fluxos migratórios dos efeitos econômicos e sociais de secas e inundações freqüentes e a preservação dos recursos naturais dos rios São Francisco e Parnaíba, visando melhorar a qualidade de vida dos habitantes dessas regiões”. O foco dos investimentos da Codevasf tem estado na construção de projetos de irrigação públicos. Fonte: CODEVASF. Disponível em: <<http://www2.codevasf.gov.br/osvales>> acesso em 24 Julho 2015.



Mapa 8. Trecho do Mapa Político do Norte de Minas Gerais, modificado pelo autor, onde destacou-se os municípios de Matias Cardoso e Jaíba, a localização do distrito de Mocambinho e as etapas do Projeto Jaíba. Fonte: IBGE (2014). Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais>> Acesso em 13 Maio 2016.

Até o ano de 2016, estão em operação as etapas I e II desse projeto, com uma área irrigada de 44.021 hectares (ha), sendo 9.120 ha para lotes familiares e 35.382 ha para lotes empresariais. As etapas III e IV estão em fase de estudos para implantação. A fruticultura irrigada é a principal cultura do Projeto que se estende pelos municípios de Jaíba e Matias Cardoso (figura 15), mas também se produzem verduras, grãos, sementes e cana-de-açúcar³⁶ (figura 16). O Projeto Jaíba, segundo a CODEVASF, gera cerca de 18.500 mil empregos diretos e indiretos na região³⁷. Dada a dimensão do Projeto, para Moura (2012), o Jaíba foi o responsável pelo crescimento demográfico, produtivo, territorial e econômico dos municípios por ele abrangidos, Jaíba e Matias Cardoso.

³⁶ Fonte: Distrito de Irrigação do Jaíba. Disponível em: <<http://www.projetojaiba.com.br/index.php/producao>> Acesso em 13 Maio 2016.

³⁷ Informação disponível em: <<http://www.crea-mg.org.br/publicacoes/Pages/os-bons-frutos-de-jaiba.aspx>> acesso em 24 Julho 2015.



Figura 15. Produção de frutas irrigadas. Fonte: DIJ, 2012. Disponível em: <<http://www.projetojaiba.com.br/index.php/eventos/detalhe/1#>> Acesso em: 13 Maio 2016.



Figura 16. Produção de feijão irrigado. Fonte: DIJ, 2012. Disponível em: <<http://www.projetojaiba.com.br/index.php/eventos/detalhe/1#>> Acesso em: 13 Maio 2016.

Um fato importante a ressaltar é que, a despeito da dimensão do Projeto Jaíba, não foram tomadas ações planejadas pelo governo para tentar mitigar os impactos urbanos que os investimentos desse projeto de irrigação trouxeram para os municípios de Jaíba e Matias Cardoso, sendo que este último, sofreu em menor grau esses impactos como veremos a seguir.

Em 1993, cinco anos após o início da operação do projeto Jaíba, os municípios de Matias Cardoso e Jaíba foram emancipados de Manga, ficando então, o Projeto dentro dos limites territoriais destes novos municípios. Como resultado dos impactos econômicos do Projeto, a população geral em sua área de abrangência quase duplicou em duas décadas, contudo esse aumento populacional não foi distribuído de maneira semelhante nos dois municípios. Em 1993, a população de Matias Cardoso, era de 11.494 habitantes em 1993 e, decresceu para 10.717 habitantes em 2014³⁸, já em Jaíba era de 18.446 habitantes e, em 2014, passou para 36.586 habitantes (IBGE, 2014). Com base nestes dados, surge a questão: porque a população Matias Cardoso diminuiu e a de Jaíba cresceu nesses 23 anos?

Historicamente, como afirma COSTA (2003, p.152), a cidade de Matias Cardoso sempre foi fornecedora de mão de obra sazonal para as colheitas de café e cana-de-açúcar nas regiões produtoras do sudeste. Nesse processo, muitos trabalhadores rurais acabaram migrando definitivamente para regiões mais desenvolvidas. Há também, entre os mais jovens, o deslocamento para centros maiores, como Montes Claros, Uberlândia e Belo Horizonte, ou para a cidade de Jaíba, à procura de oportunidades no setor da construção civil ou nas

³⁸ Embora a população total de Matias Cardoso tenha decrescido entre 1993 e 2014, houve um aumento significativo da sua população urbana. (IBGE, 2015)



agroindústrias. Outro fator relevante, é que com o início da operação das primeiras fases do Jaíba, a prioridade para distribuição dos lotes irrigados era para trabalhadores rurais da microrregião, então, houve também uma migração significativa de população do município de Matias Cardoso, para as áreas irrigadas que se localizam no município vizinho de Jaíba. É importante salientar aqui que, embora o Projeto Jaíba contemple os dois municípios, os lotes irrigados destinados aos colonos da agricultura familiar estão em sua grande parte localizados no município de Jaíba, com exceção da gleba agrícola "C2" que se localiza em território matiense, enquanto que em Matias Cardoso estão parte das grandes áreas rurais empresariais que compõem o projeto. Parte da força de trabalho rural do município de Matias Cardoso é empregada nessas grandes áreas empresariais, onde o carro chefe da produção é a fruticultura. São trabalhos pouco especializados, que absorvem trabalhadores com baixo ou nenhum grau de instrução, o que acarreta também em baixos salários pagos.

Cabe ainda destacar outro fator preponderante para a diminuição da população de um município e o aumento do outro: a ligação rodoviária para os grandes centros por onde escoar a produção agrícola passa pela cidade de Jaíba. Como a Rodovia MG 401, que faz a ligação entre o Projeto Jaíba e os centros compradores da produção passa dentro da área central da cidade de Jaíba, em função dessa rodovia, houve uma expansão urbana linear da cidade as margens de sua pista. A maioria dos serviços e comércios da cidade se encontram localizados nesse corredor linear por onde se estende a rodovia. Já a cidade de Matias Cardoso, limita-se ao norte com o Rio São Francisco, estando na outra margem a cidade de Manga. A ligação entre as duas cidades é feita através do transporte de passageiros e cargas em balsas que fazem a travessia do rio (figura 17), contudo, esse é um trajeto moroso, uma vez que a travessia entre um lado e outro ocorre aproximadamente de hora em hora além das dificuldades de travessia em dias chuvosos, pois as rampas de acesso as balsas, que não são pavimentadas, ficam escorregadias e é comum ocorrerem acidentes durante a descida dos veículos. Do lado de Manga, embora existam ligações rodoviárias com outras cidades de Minas, do Estado da Bahia e até para Brasília-DF, esses são trechos de rodovias não pavimentados, o que dificulta a escoação da produção agrícola.

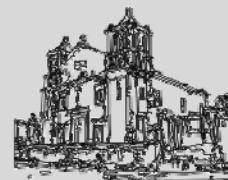


Figura 17. Travessia no "porto da balsa" entre Matias Cardoso e Manga.
Fonte: Luis Claudio Guedes, 2015.

É fato notório a se destacar neste contexto, que a finalização da pavimentação asfáltica da rodovia MG-401 que liga Matias Cardoso à Janaúba, em um trecho de 120 Km, ainda nos anos 2000, veio a contribuir para a maior integração desde município com o Norte de Minas. O asfaltamento desta via foi estratégica também para o escoamento da produção agrícola produzida no Projeto Jaíba.

Analizando os planos diretores da CODEVASF (1987,1989,1995) para o Projeto Jaíba, podemos concluir que a cidade de Matias Cardoso tem ficado preterida desse processo de planejamento regional, onde as principais realizações desse projeto tem beneficiado sobremaneira a população de Jaíba, que tem obtido junto ao crescimento urbano, a construção de uma rede mais complexa de serviços e outras atividades ligadas ao setor do agronegócio, ampliando as oportunidades de negócios e a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Uma das alternativas para uma maior participação de Matias Cardoso no sistema econômico do Projeto Jaíba, seria a construção da ponte que faria a travessia³⁹ do Rio São Francisco, ligando-a ao município à Manga. Essa ligação seria interessante porque facilitaria o acesso à BR 135, que passa por Manga e é uma rodovia que liga o Norte de Minas à Belo Horizonte e ao Nordeste brasileiro, e faz também um entroncamento para Brasília. Esta rodovia ainda conta com alguns trechos sem pavimentação, mas quando for concluída será um importante entroncamento rodoviário entre o Sudeste, o Nordeste e o Centro Oeste do Brasil. A construção da ponte entre Matias Cardoso e Manga deslocaria parte do sistema rodoviário de transportes do Projeto Jaíba para Matias Cardoso, o que atrairia para este município, uma rede de serviços especializados para dar suporte a esse fluxo de escoamento de produção.

³⁹ A construção da ponte é uma reivindicação de políticos locais e dos produtores rurais de Matias Cardoso, sendo a falta dela, um dos problemas diagnosticados na Leitura Técnica e Comunitária do novo Plano Diretor proposto (Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015).



Ao observarmos a posição marginal da cidade de Matias Cardoso e parte do seu município em uma microrregião em pleno desenvolvimento, cabe-nos fazer uma breve reflexão sobre o entendimento do que vem a ser periferia. A origem etimológica do termo periferia encontra-se no latim *peripheria*, embora esse termo tenha antecedentes na língua grega (MICHAELIS, 1998). O conceito refere-se àquilo que rodeia um determinado centro, como uma zona, um contorno ou um perímetro. Ou seja, os arredores. O uso mais frequente do termo está presente na geografia, onde se entende que a periferia é a região que está nos arredores de um determinado centro. Geralmente, essa periferia pode ser intramunicipal (bairros afastados do centro do município) ou extramunicipal (municípios de região metropolitana). Para Shörner (2011),

a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação.

SHÖRNER ainda acrescenta a esta definição a questão social, por acreditar que a periferia é formada por parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial. Utilizaremos aqui, o entendimento da Matias Cardoso como cidade periférica, tomando novamente emprestada essa expressão da geografia, não como uma cidade na periferia de uma grande metrópole ou de uma cidade média importante, mas como uma cidade que se encontra na periferia de um pólo de desenvolvimento do agronegócio. Ao estudarmos a distribuição geográfica e espacial do Projeto Jaíba e o seu entorno, percebemos neste estudo que a cidade vizinha de Jaíba, devido a sua localização privilegiada - por onde se escoia a produção - se constitui como principal centralidade comercial e de serviços, enquanto que Matias Cardoso, por sua localização menos privilegiada, encontra-se na periferia desse projeto agrícola.

Depois de apresentada a inserção microrregional de Matias Cardoso na região do Jaíba, onde destacamos o seu caráter periférico, vamos procurar entender o município, onde abordaremos suas características físicas, urbanizações, a sua articulação interna, suas relações entre cidade e campo, centro e periferias, dentre outras características, no sentido de compreender as dinâmicas socioeconômicas, espaciais e ambientais que imprimiram a atual conformação do seu espaço territorial.



*Do Arrayal novo dos Morrinhos de Domingos do Prado ha por estrada duas leguas e 1/4, e de distância hua legua e 3/4 bom caminho, a beyra do Rio de S. Franco. e Neste Arrayal há huá Igreja cuja estampa se acha no mapa vera effigia, como propriamte. he, de tijólo e cal, q se faz tudo ao pé da mesma Igreja, que he cercada a roda com seu muro, e suas escadas, que então para o adro, q he todo ladrilhado de tijollo, e terá de largura vinte palmos. &. Tem o d°. Arrayal seus vezinhos, e occupa o d°. enquadro alguns, cada face alguns trezentos passos, e he pertencente a este Arrayal, e o velho as geraes.
(Quaresma Delgado, 1737)*

ASPECTOS TERRITORIAIS, FÍSICOS, AMBIENTAIS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE MATIAS CARDOSO



CAPÍTULO 3. ASPECTOS TERRITORIAIS, FÍSICOS, AMBIENTAIS E LEGAIS DO MUNICÍPIO DE MATIAS CARDOSO

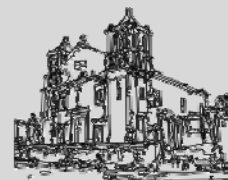
3.1 Aspectos territoriais urbanos e rurais do Município de Matias Cardoso

Apontados anteriormente os impactos do Projeto Jaíba no município de Matias Cardoso e a sua inserção microrregional na região do Jaíba, onde destacamos o seu caráter periférico dentro dessa microrregião, vamos procurar entender como este município se articula internamente, onde abordaremos suas características territoriais quais sejam: urbanização, relações entre cidade e campo, centro e periferias, dentre outras características, no sentido de compreender as dinâmicas espaciais, socioeconômicas e ambientais que imprimiram a atual conformação do seu espaço territorial.

O município de Matias Cardoso se localiza no extremo Norte de Minas, situado na margem direita do rio São Francisco e a margem esquerda do Rio Verde Grande, onde faz fronteira com os municípios de Malhada e Iuiú no estado da Bahia ao norte, e com os municípios mineiros de Gameleiras, Jaíba, Itacarambi, São João das Missões e Manga.

A sua formação administrativa se fez com a mudança do nome de Arraial de Morrinhos para Distrito de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos, por alvará de 1755. Em 1923, foi transferido do município de Januária para formar o novo município de Manga com a denominação de Distrito de Matias Cardoso. Matias Cardoso foi emancipado de Manga em 1992 através da lei 10.704 de 27/04/1992 sendo que se instalou administrativamente em 01/01/1993.

A partir de sua emancipação e impulsionado pelo início da operação do Projeto Jaíba, o então esquecido distrito de Matias Cardoso, que se tornara município (figura 18), passou por um processo de desenvolvimento urbano e rural - ainda que não tão expressivo como ocorreu em Jaíba (figura 19) - com a construção de edifícios públicos e institucionais, novos comércios, expansão da sua malha urbana para receber os novos moradores que retornaram de outras localidades e até de outros estados para investir ou trabalhar na agricultura irrigada e também a criação de infraestrutura agrícola, como a construção de canais de irrigação, iluminação rural, melhoramento do sistema viário municipal dentre outros para escoamento da produção agrícola. Nesses 20 anos, sua população rural decresceu, muito em virtude dos deslocamentos migratórios para as áreas irrigadas do Projeto Jaíba, contudo



sua população urbana apresentou crescimento (IBGE, 2000, 2006, 2010), que a partir daquele momento passou a encontrar maior diversidade de serviços oferecidos pela nova cidade, mormente oportunidades geradas pelo serviço público municipal, principal empregador do município junto com o setor agrícola.



Figura 18. Vista do centro de Matias Cardoso.
Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2015.



Figura 19. Vista do centro de Jaíba. Fonte: JN Notícias. Disponível em:
<<http://www.jnnoticias.com/assets/uploads/noticia/42048.JPG>> Acesso em 25 Jul. 2015.

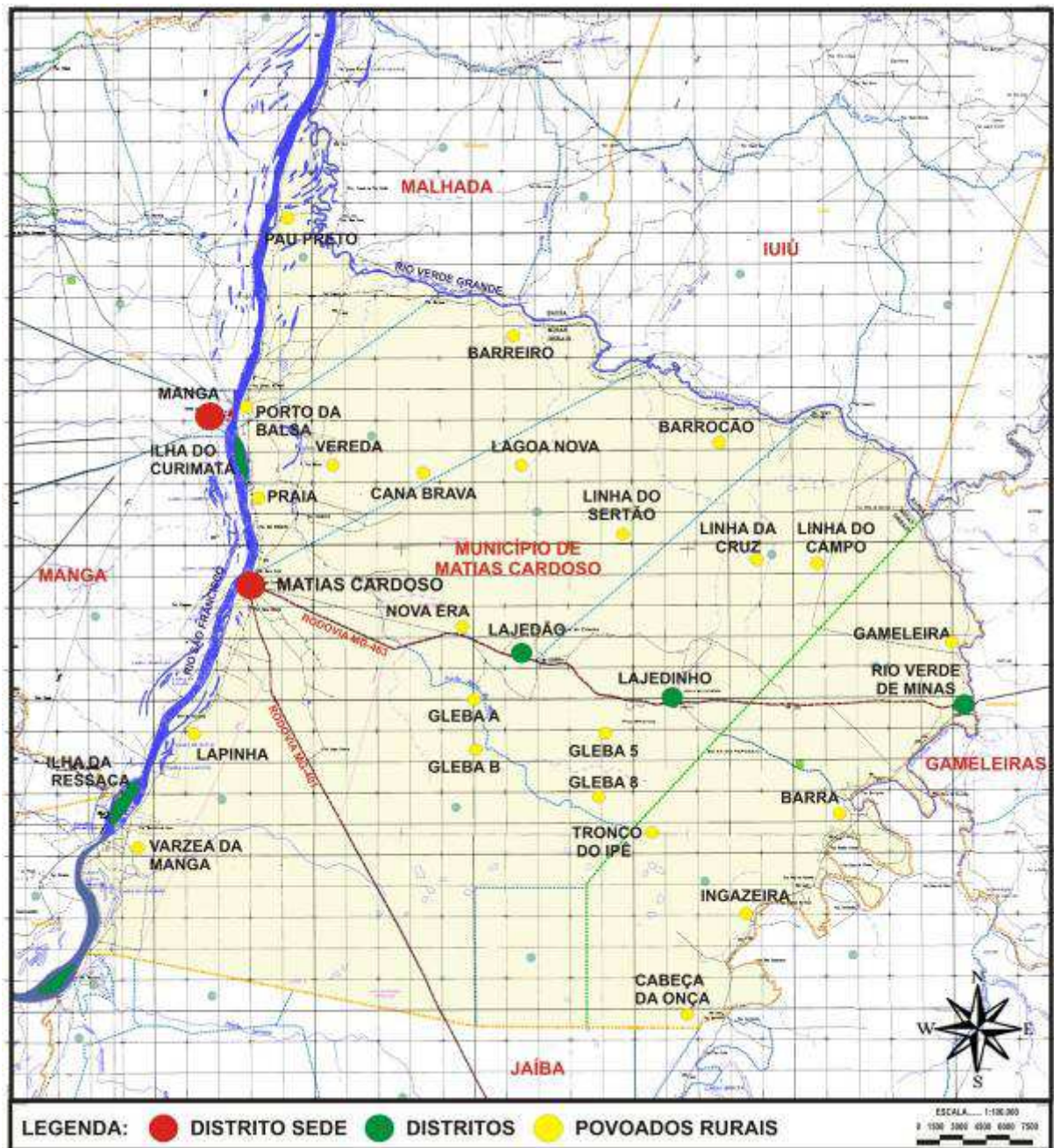
A sua atual divisão territorial (mapa 9), datada de 1997, segundo o IBGE, é composta por dois distritos, um deles é a sede urbana, e o outro denominado de Distrito de Rio Verde de Minas, que é mais conhecido pelo seu antigo nome, Gado Bravo. Contudo, conforme estabelecido pela Lei Orgânica Municipal de 1993, além dos distritos mencionados, os povoados de Lagedão e Lagedinho, também são considerados como distritos pelo município. Além desses distritos, o município possui diversas comunidades rurais dispersas, que são formadas por pequenos agricultores e comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas.

O território de Matias Cardoso possui extensão de 1.946,29 km², e a população, de acordo com a projeção para o ano de 2015 de 10.822 habitantes (IBGE, 2016). A densidade demográfica do município é de 5,13 hab/km.

Ainda segundo o IBGE (2010), cerca de 51,36% da população municipal é residente na área urbana, enquanto o restante divide-se em cerca de 20 comunidades localizadas na área rural. Entre as comunidades rurais, duas são consideradas projetos de assentamento federal (PA), o PA Lourival Boca da Caatinga e o PA Ipê, e outros quatro são projetos de assentamento em estudo (PE) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): PE Lagedão/Lagedinho, PE Gruna, PE Gleba 5 e 8 e PE Gado Bravo. Além desses, destaca-se também a presença de duas comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente



no município: o Quilombo da Lapinha e o Quilombo da Praia (Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015, p.13).



Mapa 9. Divisão territorial no município de Matias Cardoso - MG. Fonte: IBGE, 2010, modificado pelo autor.

3.2. Uso e Ocupação do Solo Municipal

Uso e ocupação do solo são mecanismos de planejamento urbano e regional, sendo definidos em função das normas relativas a densificação, regime de atividades, dispositivos de



controle das edificações e parcelamento do solo, que configuram o regime urbanístico e territorial.

Os termos "uso" e "ocupação" do solo, embora sejam parecidos, não possuem o mesmo significado. As suas definições podem variar conforme a aplicação (área do conhecimento) e a escala, entre as quais, a urbana, municipal, microrregional, dentre outras. Neste primeiro momento, trataremos da escala municipal do uso e ocupação do solo no território matiense.

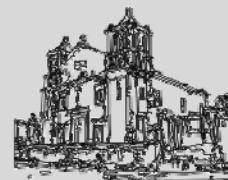
O conceito de uso do solo na escala do território é por si próprio, o emprego humano dado a uma determinada ocupação do solo (MALCZEWSKI, 2003 apud FERNANDES, 2006). Vai envolver a forma em que as características biofísicas do solo são manipuladas e a finalidade para a qual o solo é usado. De acordo com Turner et al (1995) a “ocupação do solo é o estado biofísico da superfície da terra e da subsuperfície imediata”, ou seja, descreve o estado físico da superfície como o tipo e a quantidade de vegetação, materiais terrestres, e as estruturas construídas pelo homem, como edifícios e urbanizações, assim como outros aspectos do meio físico como solos, biodiversidade e água.


O estudo das transformações do uso e ocupação do solo nos permite compreender a forma, o ritmo e a intensidade de como as atividades humanas estão se dando em um determinado território e como estão contribuindo para sua condição ambiental.



Conforme apontado por Takeda (2013), o estudo e aplicação do uso e ocupação do solo tem por finalidades:



- a) Organizar o território potencializando as aptidões, as compatibilidades, as contiguidades, as complementaridades, de atividades urbanas e rurais;
- b) Controlar a densidade populacional e a ocupação do solo pelas construções;
- c) Otimizar os deslocamentos e melhorar a mobilidade urbana e rural;
- d) Evitar as incompatibilidades entre funções urbanas e rurais;
- e) Eliminar possibilidades de desastres ambientais;
- f) Preservar o meio-ambiente e a qualidade de vida rural e urbana.

No município de Matias Cardoso, foi possível identificarmos preliminarmente pelo menos sete tipologias de uso e ocupação do solo em seu território, contemplando duas categorias de usos: antrópico e cobertura natural. No quadro a seguir (quadro 2) serão apresentadas as tipologias observadas do uso e ocupação do solo deste município:







USO ANTRÓPICO	
Aglomerado Urbano	Registro Fotográfico
	
Figura 20. Vista aérea da área central de Matias Cardoso. Fonte: Google Earth, 2016.	Figura 21. Trecho da área central de Matias Cardoso. Fonte: Arquivo do autor, 2015.
Caracteriza-se pelo arruamento bem definido, pela infraestrutura urbana e pela existência de edificações.	

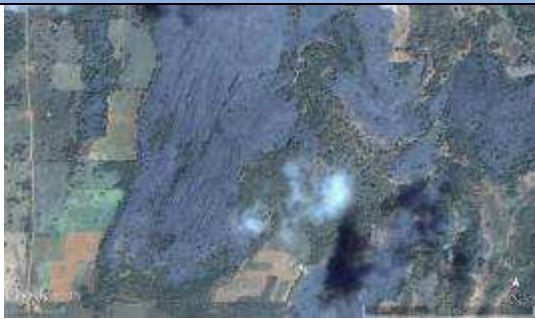

USO ANTRÓPICO	
Aglomerado Rural	Registro Fotográfico
	
Figura 22. Vista aérea da comunidade rural de Porto da Balsa. Fonte: Google Earth, 2016.	Figura 23. Vista de Porto da Balsa. Fonte: Arquivo do autor, 2015.
Caracteriza-se como área não definida legalmente como urbana e distinguida por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação.	

USO ANTRÓPICO	
Agricultura Irrigada	Registro Fotográfico
	
Figura 24. Vista aérea de área de fruticultura irrigada na zona rural de Matias Cardoso. Fonte: Google Earth, 2016.	Figura 25. Vista de sistema de irrigação. Fonte: DIJ. Disponível em: < http://www.projetojaiba.com.br > Acesso em 14 Maio 2016.
Caracteriza-se como área rural que se utiliza de sistema de irrigação, e uso de água por canais de irrigação ou captação de águas subterrâneas.	





USO ANTRÓPICO	
Agropecuária e áreas de sequeiro.	Registro Fotográfico
	
Figura 26. Vista aérea de fazenda na região de Lajedão, zona rural de Matias Cardoso. Fonte: Google Earth, 2016.	Figura 27. Vista de uma propriedade rural. Fonte: Arquivo do autor, 2015.
Compreende as áreas destinadas à culturas perenes ou anuais plantadas em áreas de sequeiro e pastos.	

COBERTURA NATURAL	
Massa d'água	Registro Fotográfico
	
Figura 28. Vista aérea do Rio São Francisco. Fonte: Google Earth, 2016.	Figura 29. Vista para o Rio São Francisco. Fonte: Panorâmico, 2016.
Caracteriza-se como áreas ocupadas por rios, lagoas e açudes com presença de água.	

COBERTURA NATURAL	
Afloramento rochoso	Registro Fotográfico
	
Figura 30. Vista aérea de afloramento rochoso na região de Lajedinho. Fonte: Google Earth, 2016.	Figura 31. Vista para os afloramentos rochosos em Matias Cardoso. Fonte: Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015
Caracteriza-se como áreas onde há afloramento rochoso em superfície.	



COBERTURA NATURAL	
Vegetação	Registro Fotográfico
	
Figura 32. Vista aérea de massa vegetal no Parque Estadual Verde Grande. Fonte: Google Earth, 2016.	Figura 33. Vista para mata do Parque Verde Grande. Fonte: IEF, 2013.
Caracteriza-se como áreas onde há afloramento rochoso em superfície.	

Quadro 2. Categorias de uso do solo no município de Matias Cardoso.

Conforme observamos no quadro 2, predomina no município de Matias Cardoso o uso agrícola - cerca de 60% do território municipal, sobretudo aquele ligado à pecuária e a fruticultura irrigada, que se caracteriza como a base da economia municipal. Merece destaque também as áreas dos parques estaduais e reservas biológicas que compreendem cerca de 36% do território. Essa quantidade expressiva de unidades de conservação caracteriza uma incomensurável riqueza ambiental e de grande potencial de exploração do turismo rural, ecológico, cultural e de aventuras. Também devemos mensurar a boa disponibilidade de recursos hídricos no município se comparado à realidade da maioria dos municípios do Norte de Minas. O município de Matias Cardoso é banhado pelos Rios São Francisco, Verde Grande e Córrego da Mula, além de um importante complexo lagunar e de boa disponibilidade de águas subterrâneas.

3.3. Uso e Ocupação do solo na Área Urbana

Uso e ocupação do solo urbano é o conjunto "das atividades de uma sociedade por sobre uma aglomeração urbana assentados sobre localizações individualizadas, combinadas com seus padrões ou tipos de assentamento, do ponto de vista da regulação espacial" (DÉAK, 2015). De forma mais resumida, o uso e ocupação do solo é o rebatimento da reprodução social no plano do espaço urbano.

A regulação do uso e ocupação do solo urbano através da elaboração de um planejamento urbano, representa a concretização das relações socioeconômicas nas cidades,



em função de condicionantes ambientais, legais e de características de infraestrutura existentes.

O aprofundamento do conhecimento sobre o uso e ocupação do solo urbano, trará a compreensão de como este território é utilizado pelos cidadãos de Matias Cardoso, o seu processo de ocupação pós-emancipação e quais são os usos predominantes. Será possível também identificar sua centralidade e os vetores responsáveis pela expansão da sua malha urbana.

O Município de Matias Cardoso, segundo o último Censo do IBGE (2010) possui a sua população municipal dividida de maneira praticamente igualitária entre a urbana (51,47%) e a rural (48,53%), enquanto que em Minas Gerais a população urbana é de 85,30% e no Brasil de 84% de acordo com o mesmo IBGE. Esta informação sobre a distribuição da população em Matias Cardoso, juntamente com dados de atividades econômicas fornecidas pelo Censo, demonstram a predominância das atividades agrícolas - 68% do Produto Interno Bruto (IBGE, 2013) - sobre a economia municipal.

Conforme comentamos anteriormente, a emancipação municipal se deu juntamente com o início da operação do projeto Jaíba na região. A partir da década de 1990, a agricultura irrigada veio a somar com a pecuária, como as principais atividades econômicas do município. Com a emancipação política e o impulso dado pelo setor agrícola, foram criadas novas infraestruturas para as necessidades da nova cidade, tais como urbanização de vias, construção de edifícios públicos, institucionais e de novos espaços públicos como praças, expansão da malha urbana, implantação de conjuntos habitacionais, dentre outras. Apesar da criação destas infraestruturas, a população urbana pouco cresceu (abaixo de 10%) nas duas últimas décadas (IBGE, 1996-2015).

Além da área urbana da sede do município, outras três áreas podem ser consideradas urbanizadas⁴⁰ (IBGE, 2016), embora estejam situadas na área rural do município, devido a concentração populacional, construtiva, e de equipamentos e serviços públicos. Essas áreas, correspondem ao distrito de Rio Verde de Minas (Gado Bravo), e as comunidades de Lagedão e Lagedinho. Contudo, devido a maior complexidade do uso do solo, analisaremos somente a cidade de Matias Cardoso.

⁴⁰ Área urbanizada de vila ou cidade - Setor urbano situado em áreas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana;



A cidade de Matias Cardoso é delimitada por um perímetro urbano (Lei Municipal nº 576/2015) bastante conciso com os seus atuais limites de área urbana, estando à leste limitado pelo Rio São Francisco, ao norte com as áreas agrícolas, e a expansão da sua malha urbana está condicionada a duas áreas de expansão previstas na Lei do perímetro: à oeste e ao sul da cidade (mapa 10). Este perímetro representa cerca de 0,11% do território municipal, e possui área de 209 hectares. A densidade demográfica da cidade é de cerca de 2.400 habitantes por km², considerado alto se comparado com o município como um todo, que tem densidade de apenas 5 habitantes por Km². A maior densidade populacional urbana se dá pela inexistência de recuos prediais em muitas das edificações (figura 34), permitindo a construção de um número maior de moradias em determinado espaço físico, e também pelo elevado número de moradores residindo na mesma residência, o que eleva sua densidade populacional.

A cidade é dividida em seis bairros, quais sejam: o Centro, Gameleiras, Alto Bonito, Cidade Nova, Cerâmica e Eldorado. Segundo dados levantados pelo Consórcio ARCADIS Logos/Agrar (2015, p.87) o uso que predomina na área urbana é o residencial, ocupando 40% da área total do território urbano, seguido pela existência de áreas de vazios urbanos, com 31% e as áreas verdes com 11%. Mesmo com a alta porcentagem de áreas verdes (figura 35), estas não estão bem distribuídas na cidade, sendo que alguns bairros sequer possuem praças. As principais áreas verdes que se destacam no território é o Morro dos Jesuítas e a orla do Rio São Francisco.



Figura 34. Edificações sem recuo na área central de Matias Cardoso. Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 35. Praça do cemitério da Saudade. Fonte: Acervo do autor, 2015.



Mapa 10. Delimitação do perímetro urbano de Matias Cardoso e divisão de bairros.



LEGENDA	
---	Perímetro Urbano
■ ■ ■ ■ ■	bairros



Com relação aos usos nos bairros (mapa 11), o Centro é o que possui a maior diversificação destes. A área mais comercial da cidade está localizada nas Avenidas Getúlio Vargas (figura 36) e Padre Antônio Tomás, onde estão presentes comércios diversificados, tais como supermercados, farmácias, lojas de móveis e eletrodomésticos, de confecções e calçados, padarias e também os prestadores de serviços. No entorno da Praça Cônego Maurício estão os usos religiosos, educacionais, hoteleiros - onde se encontram algumas pensões, bares e restaurantes, dentre outros comércios e habitações. Na região da orla a predominância é o uso habitacional de temporada, onde a maioria das residências são formadas por casas de veraneio. Nos bairros, predomina o uso habitacional, mas são encontrados estabelecimentos comerciais pontuais em todo o território. Os usos institucionais estão mais concentrados nas avenidas Hudson Chaves (figura 37) e Machado de Assis, próximas a bifurcação da MG-401, entre os Bairros Centro, Alto Bonito e Cidade Nova. Nesta região encontram-se a sede da Prefeitura, secretarias municipais, outros órgãos públicos e hospital.



Figura 36. Uso comercial da área central.
Fonte: Rômulo Henok, 2012.



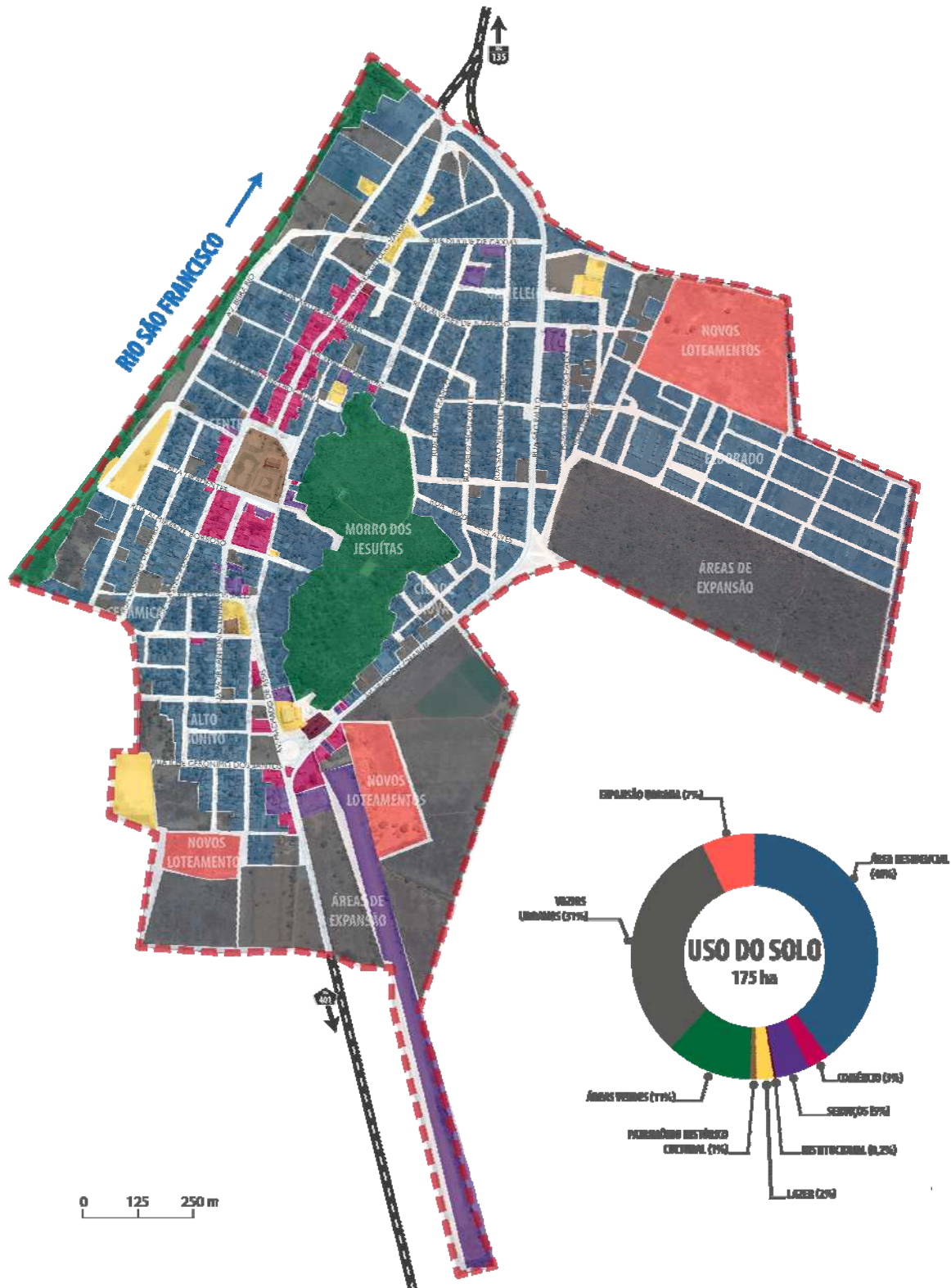
Figura 37. Uso comercial da área central. Fonte:
Rômulo Henok, 2012.

Percebemos ao analisar o Plano Diretor vigente (Lei nº 448/2006) e pelas observações *in loco*, que a ocupação urbana da cidade de Matias Cardoso parece ter ocorrido de maneira espontânea, sem um planejamento eficaz, pois o município não possui Lei de Uso e Ocupação do Solo específica, e a administração municipal ao longo dos anos não tem contado com quadro técnico permanente e especializado em fiscalização e gestão urbana. Contudo, os novos bairros, possuem um ordenamento regular das quadras, baseados em eixos ortogonais e lotes regulares, como é o caso do bairro Eldorado (mapa 10).

A cidade ainda é cortada por um eixo viário, no sentido sul - norte, que corresponde a MG-401, que faz a ligação entre Jaíba e Manga, passando por Matias Cardoso. À margem direita desta via, percebemos a maior tendência para a expansão urbana do município, onde já



surgem novos loteamentos de padrão habitacional mais popular. As edificações de melhor padrão construtivo, se encontram no bairro Alto Bonito (mapa 11), na zona sul da cidade, com tendência de expansão também ao sul, margeando a MG-401, no sentido de Jaíba.



Mapa 11. Uso e ocupação do solo na área urbana da sede municipal de Matias Cardoso. Fonte: Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015



Com relação à infraestrutura urbana, a cidade tem total cobertura de abastecimento de água e eletrificação, e cerca de 50% dos domicílios urbanos são servidos pela rede de tratamento de esgotos. A pavimentação urbana também contempla a maioria dos bairros, com exceção dos Bairros Eldorado e Cidade Nova, que não possuem nenhuma rua pavimentada. A rede de telefonia fixa e móvel cobre todo o perímetro urbano, existindo também sinal de internet na cidade. As maiores dificuldades encontradas se referem a falta de infraestrutura turística. Os serviços de hotelaria e alimentação na cidade são bastante precários, pois dentro do perímetro urbano só existem pensões com baixa qualidade de hospedagem e os restaurantes encontrados, também são bem simples. A melhor pousada do município se encontra na área rural de Praia, a cerca de 10 Km da cidade, e tem como foco principal a recepção ao turismo de pesca, que somente ocorre em temporada específica. A pouca oferta de estrutura para o turista dificulta uma melhor divulgação dos atrativos do patrimônio cultural e natural deste município, além dos atrativos do turismo pesqueiro, rural, ecológico e de aventuras que são possíveis de se explorar em Matias Cardoso.

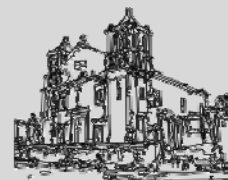
3.4. Características físicas e ambientais do município de Matias Cardoso

Objetivamos apresentar aqui os aspectos do meio físico do território de Matias Cardoso, cujas características vão distinguir as diferentes porções desse território. Cada característica física e ambiental apresentada tem moldado - devido as necessidades de adaptação humana no município - os modos de viver, os fazeres e a cultura das parcelas de população incidentes sobre cada fração territorial de Matias Cardoso.

3.4.1. Aspectos Climatológicos

De acordo com os dados levantados pela Leitura Técnica do Plano Diretor de Matias Cardoso (ARCADIS, 2015, p.45), este município, assim como a sua microrregião, se encontra em uma unidade climatológica de exceção em relação ao contexto da região sudeste. Esta microrregião, de clima tropical essencialmente quente e que possui seis meses secos, é definida como de clima semiárido.

O regime pluviométrico é bem definido, geralmente ocorre entre os meses de outubro a abril, com maior predominância de chuvas entre dezembro, janeiro e fevereiro. O caráter semiárido do clima da área é de pelo menos 6 meses secos, que ocorre entre o período de



maio a setembro, embora nos últimos anos esse período tem se estendido por até 9 meses do ano. Esta característica de clima semiárido ocasiona o fenômeno ecológico chamado de mata seca (figura 38), quando mesmo as florestas mais densas da região passam por um processo natural de desfolhamento, onde caem todas as folhas de suas árvores, para que as mesmas possam sobreviver gastando o mínimo de energia em um solo com poucos recursos de acumulação de água. Outro fenômeno cada vez mais intensificado com as mudanças climáticas na região é o da "seca verde", que na definição popular, é um tipo de estiagem na qual as chuvas ocorrem irregularmente, permitindo o florescimento das plantações, mas são insuficientes para permitir que haja colheita.



Figura 38. Mata seca em Matias Cardoso. Fonte: IEF (2014)

Embora o município de Matias Cardoso seja privilegiado por ser banhado por dois importantes e caudalosos rios - o São Francisco e o Verde Grande, devido ao grande período de estiagem ao qual o território é submetido durante o ano e a seca dele decorrente, os sistemas produtivos rurais e a economia municipal são prejudicados. Acentua-se dessa maneira a vulnerabilidade social de grupos e indivíduos, influenciando até mesmo a conservação ambiental das matas, à medida em que a falta de chuva aumenta também o risco de queimadas. A definição bastante clara entre estação chuvosa e estação seca, cria uma dualidade na paisagem matiense entre a beleza e exuberância da mata verde durante as chuvas e a aridez da mesma mata seca durante os meses de estiagem.

3.4.2. Recursos Hídricos e Acesso à Água

O município de Matias Cardoso está inserido parcialmente em duas unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos: a bacia do rio São Francisco e a sub-bacia do seu afluente, o rio Verde Grande, em seu trecho mais baixo. O município é banhado pelos rios



São Francisco, correndo de sul para norte, pelo Verde Grande, ao leste e ao norte do seu território e alguns pequenos riachos intermitentes espalhados pelo município. Durante o período chuvoso, em que as águas desses rios transbordam e formam alagadiços, também é formado um complexo sistema lagunar. Entre estas, se destaca a Lagoa do Cajueiro que se mantém perene durante todo o ano, (figura 39) e se localiza dentro do parque estadual de mesmo nome, em uma área de grande beleza cênica.



Figura 39. Lagoa do Cajueiro. Fonte: Fotógrafo Giscleimar, 2009. Disponível em: http://br.geoview.info/parque_estadual_lagoa_do_cajueiroimg,24188200p Acesso em: 8 Maio 2016.

O acesso à água no território matiense e as suas formas de captação, organizam o município em dois grandes espaços geográficos, diferenciando-se pela forma como os moradores se apropriam desse recurso natural.

O primeiro desses espaços é delimitado ao longo do rio São Francisco, que se configura territorialmente como uma faixa atrelada à disponibilidade e a facilidade de captação de água do rio, na qual se instalaram diversas propriedades rurais com produção agrícola diversificada através do uso da irrigação, assim como pequenos produtores familiares, como por exemplo, as comunidades quilombolas e os vazanteiros.

Na porção sul do território matiense, os produtores instalados dentro do perímetro irrigado do Jaíba também se beneficiam dos recursos hídricos do Rio São Francisco, mas utilizam de infraestrutura composta por canais de irrigação (figura 40) em pontos mais adentro desse território. Nessa região há o predomínio da atividade agrícola ligada à fruticultura irrigada. São comuns também pontos de irrigação de propriedades agrícolas próximos ao Rio Verde Grande, com captação direta de água no rio, através do uso de bombas de sucção.



O outro espaço geográfico que se diferencia pela forma de acesso à água é composto por quase todos os setores municipais que estão distantes dos rios São Francisco e Verde Grande. Nessas áreas predominam as grandes propriedades de gado (figura 41) e as áreas de pequenos produtores que plantam suas culturas na forma de sequeiro. Em muitas dessas propriedades é explorada a captação de águas subterrâneas através de poços artesianos e cisternas. Entre os usos se destacam o abastecimento humano e animal, irrigação de lavouras, dentre outros.



Figura40. Canal de irrigação dentro do Projeto Jaíba. Fonte: SNA, 2014. Disponível em: < <http://sna.agr.br/>> Acesso em: 8 Maio 2016.



Figura 41. Fazenda de Gado. Fonte: Arquivo do Autor, 2015.

O acesso à água no município, seja, pela captação direta dos rios, irrigação ou pelos poços artesianos, está relacionado ainda à melhor qualidade de vida daqueles que a possuem e, em contraponto, às condições de maior marginalidade e vulnerabilidade social de pequenos produtores rurais que não a tem e que só contam com as águas da chuva.

3.4.3. Áreas Ambientais protegidas no município

Apresentaremos neste item as principais áreas protegidas no município de Matias Cardoso, que são importantes para a caracterização ambiental desse território, dada a relevância destas áreas para a manutenção da biodiversidade da paisagem matiense e pelos cenários ecológicos de grande beleza cênica que a preservação destas áreas promovem.

De acordo com o Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais, (COSTA et al, 2005), o município de Matias Cardoso abrange parcialmente duas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade de importância extrema, quais sejam: Região do Jaíba; e Várzeas do Médio Rio São Francisco. A área Região do Jaíba é considerada por esta publicação como um



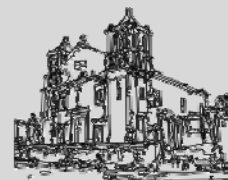
ambiente único no estado de Minas, com vários ecossistemas diferentes conectados (mata seca, caatinga arbórea, carrascal, caatinga hiperxerófila sobre afloramentos calcários), com alta riqueza de espécies endêmicas e ameaçadas. A área de Várzeas do Médio São Francisco, também é considerada como um ambiente único, com alta riqueza de espécies animais que vivem em ambiente aquático, e a existência de espécies endêmicas de peixes e aves (COSTA et al, 2005, p.173).

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais⁴¹ (2008) produziu mapeamento específico acerca das áreas prioritárias para conservação ambiental em Minas Gerais, e também aponta a região de Matias Cardoso como de "muita alta prioridade para conservação da biodiversidade". Dentro das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade neste município, se encontram quatro unidades de conservação estaduais: o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, o Parque Estadual Verde Grande, a Reserva Biológica Jaíba e a Área de Proteção Ambiental Lajedão. As demais áreas rurais do município são consideradas "Áreas Prioritárias para Conservação de Biodiversidade", com prioridade extremamente alta para preservação e com recomendação de proteção integral (Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015p.13). O conceito de Unidade de Conservação é definido pela Lei Federal nº 9.985/2000, art.2º, I, como,

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

A criação destas áreas protegidas refletiu o amadurecimento da preocupação ambiental pela sociedade nas últimas décadas no Brasil. Na região norte mineira, por ocasião da implantação da segunda etapa do Projeto Jaíba, no início da década de 1990, houve uma demanda de condicionantes ambientais do órgão ambiental competente pelo licenciamento do empreendimento, dentre as quais, a criação de áreas protegidas na região pela CODEVASF e a RURALMINAS, empreendedoras do Jaíba.

⁴¹ O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG) consiste na elaboração de um diagnóstico dos meios geo-biofísico e sócio-econômico-jurídico- institucional, gerando respectivamente duas cartas principais, a carta de Vulnerabilidade Ambiental e a Carta de Potencialidade Social, que sobrepostas irão conceber áreas com características próprias, determinando o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado. O ZEE-MG tem a coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, participação de todas as Secretarias de Estado de Minas, de outras entidades e da sociedade civil. Fonte: ZEE. Disponível em: < <http://www.zee.mg.gov.br> > Acesso em: 15 Maio 2016.



No território de Matias Cardoso (mapa 12) foram criadas, a partir de 1998 quatro unidades de conservação, sendo três de proteção integral⁴²: Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro, Parque Estadual Verde Grande e Reserva Biológica do Jaíba; e uma unidade de uso sustentável⁴³: Área de Proteção Ambiental do Lajedão; e uma reserva legal da CODEVASF atrelada ao Projeto Jaíba.



Mapa 12. Áreas Protegidas no Território do Município de Matias Cardoso.
Fonte: Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015.

⁴² De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), as Unidades de Proteção Integral são aquelas as quais a proteção da natureza é o principal objetivo, "por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou dano aos recursos naturais. Exemplos de atividades de uso indireto dos recursos naturais são: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras. As categorias de proteção integral são: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre". Fonte: MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>> Acesso em: 15 Maio 2016.

⁴³ Unidades de Uso Sustentável: "são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, mas desde que praticadas de uma forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada". Fonte: MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>> Acesso em: 15 Maio 2016



Somadas estas áreas perfazem o total de 36% do território matiense coberto por proteção ambiental (Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015, p.66). As áreas protegidas no território vão conferir algumas particularidades ao município, ao apresentar restrições no uso e ocupação do solo e na utilização dos seus recursos ambientais. Estas restrições influenciam diretamente nos sistemas socioeconômicos e na ordenação territorial do município.

A gestão das unidades de conservação em Matias Cardoso é de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF), através do Escritório Regional do Alto Médio São Francisco que se localiza no município de Januária.

Entre as unidades de proteção integral presentes no município de Matias Cardoso, procuremos distinguir as características que diferenciam as categorias "Parque Estadual" e "Reserva Biológica".

O Parque Estadual constitui unidades de terrestres e/ou aquáticas, geralmente de grande extensão, que se destinam à proteção de áreas representativas de ecossistemas, e podem também ser dotados de características naturais ou paisagísticas notáveis, sítios geológicos de interesse científico, educacional, recreativo ou turístico. O seu objetivo é resguardar características excepcionais da natureza, onde se procura conciliar a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos científicos, educacionais e recreativo. Com estas características, os parques são áreas que se destinam a conservação da natureza, pesquisa e turismo. Segundo a Lei nº 9.985/2000, a visitação pública estará "sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração" e as áreas particulares "incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei".

De acordo com o Artigo 10 da Lei nº 9.985/2000, a Reserva Biológica tem como objetivo,

a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Esta unidade de conservação é de posse e domínio públicos, e prevê a desapropriação de áreas particulares incluídas dentro de seus limites. Proíbe a visitação pública, com exceção daquela cujo objetivo seja educacional e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão competente.



Observadas as características que distinguem as duas unidades de conservação, em Matias Cardoso, no que diz respeito à categoria "parques" existe uma potencialidade maior de explorar os Parques Lagoa do Cajueiro e o Verde Grande, como alternativas para o desenvolvimento do município através de atividades de turismo ecológico, rural e cultural. Conforme apuramos em nossa pesquisa, estes parques apresentam atrativos naturais de grande relevância, com grande potencial de uso público.

Entre os atrativos naturais está um complexo sistema lacustre conformado por diversas lagoas dentro dos limites dos dois Parques, onde se destaca a lagoa do Cajueiro, dentro do parque de mesmo nome, que tem cerca de 3 km de extensão e conta com um mirante construído para observação desta paisagem. Outro destaque é o próprio Rio São Francisco e a ilha fluvial do Cajueiro. A complexidade deste sistema fluvio-lacustre apresenta significativa importância para manutenção da flora e fauna local e regional, e possui grande potencial paisagístico em função da beleza cênica, tal como ilustra a imagem abaixo (figura 42). Dentro dos limites dos parques, ainda é possível explorar trilhas ecológicas, avistamentos de animais, uso de praias fluviais e contato com comunidades tradicionais de populações vazanteiras, pescadores e pequenos produtores rurais através do turismo cultural e rural.



Figura 42. Vista aérea para a Ilha e a Lagoa do Cajueiro.
Fonte: Google Earth, 2016.

No Parque Verde Grande um outro atrativo ocorre no rio Verde Grande, que é a formação de um grande alagadiço, popularmente conhecido como "Pantanal Mineiro", onde pode-se encontrar grande diversidade de aves, plantas e peixes, muitos dos quais só ocorrem nesta região.



Além dos parques, merece destaque em Matias Cardoso a Área de Proteção Ambiental do Lajedão. A unidade de conservação de uso sustentável "Área de Proteção Ambiental (APA)", é definida como,

(..) uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000)

Esta categoria constitui-se por terras públicas ou privadas e deste modo não é alvo de desapropriações, contudo podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de propriedades privadas desde que respeitados os limites constitucionais.

Na APA do Lajedão destaca-se a ocorrência de "lageados e relevos residuais associados a afloramentos de calcários [...] constituindo verdadeiras áreas cársticas" (Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015, p.70). Estas formações rochosas possuem grande beleza cênica, onde se formam também algumas pequenas grutas e cavernas. A região possui elevado potencial para realização de pesquisas científicas e de visitação em alguns locais como na cavidade denominada Lapa do Zé Maria. Em algumas grutas e cavidades segundo os moradores locais, são encontradas ossadas e inscrições rupestres, demonstrando elevado potencial arqueológico.

3.4.4. Unidades Geoambientais - Geologia, Geomorfologia e Pedologia

Apresentaremos aqui as mais relevantes unidades geoambientais do município de Matias Cardoso. Para Santos (2004, p. 138),

Unidade geoambiental é uma outra denominação dada para identificar e delimitar uma porção territorial de características próprias. Ela é definida pela convergência de semelhanças entre litologia, estrutura, relevo, solo e água. São compartimentos morfoestruturais, onde se identificam associações morfopedológicas que se correlacionam às comunidades vegetais, designados por geossistemas. As geofácies seriam as menores unidades de mapeamento dentro do geossistema, com características homogêneas.

Para a delimitação e interpretação das unidades geoambientais do município de Matias Cardoso, bem como o reconhecimento de suas principais características, recorreremos a elaboração de uma síntese do trabalho realizado pelo Consórcio ARCADIS Logos/Agrar (2015), nossa única fonte de dados sobre este tema do município ao qual tivemos acesso.



3.4.4.1. Superfície de Aplainamento

De acordo com CETEC (1981) apud ARCADIS Logos/Agrar, (2015, p.52) esta unidade geoambiental se configura como "uma extensa superfície de aplainamento (figura 43) originada por processos de erosão areolares típicos de climas semiáridos onde predominaram severos processos erosivos mecânicos de desgaste das rochas pré-existentes em detrimento da alteração química destas". Está presente em grande parte do município de Matias Cardoso e geralmente está associada com atividades agrossilvopastoris. A sua morfologia constitui-se de terrenos rebaixados, com variações topográficas em torno de 10 metros e baixa declividade. O solo desta unidade é constituído principalmente por areias de diferentes frações granulométricas e argila em menor quantidade. Pela característica porosa do solo, o lençol freático é encontrado em profundidades baixas, entre 10 a 50 metros, e é muito utilizado pela população rural para o abastecimento de água.



Figura 43. Visada para o relevo plano da região de Lajedão.
Fonte: Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015.

3.4.4.2. Relevo Residual Associado ao Grupo Bambuí

Esta unidade geoambiental é pouco expressiva no território matiense com relação à sua área de abrangência. Configura-se como "feições residuais, ou seja, testemunhos que permaneceram na paisagem após ciclos de erosão e de dissolução de rochas pré-existentes" (ARCADIS LOGOS/AGRAR (2015, p.54).

A sua morfologia assemelha-se a serrotes e morrotes ligeiramente alongados (figura 44) com amplitudes em torno de 30 metros e vertentes com declives médias entre 10 e 20%.



Os afloramentos rochosos desta unidade são formados pela alternância de calcários eolíticos e pisolíticos, de cor cinza-escuro, com intercalações de siltitos e margas. Os lajeados formados nesta unidade, como é o caso das "Grunas do Lajedão", oferecem grande beleza cênica e elevado potencial paisagístico e turístico. Grande parte dessa área encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental - APA Lajedão, embora existam muitas propriedades rurais em seu entorno. Durante a visita *in loco*, foi possível perceber a extração de rochas nas bordas das grunas para a fabricação de paralelepípedos.



Figura 44. Formações Rochosas afloradas nas Grunas do Lajedão.

Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2013.

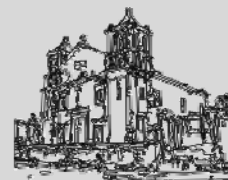
Disponível em: <<http://www.matiascardoso.mg.gov.br>>

Acesso em: 8 Maio 2016.

Durante a elaboração do diagnóstico do Plano Diretor de Matias Cardoso em 2015, foi constatado que esta unidade geoambiental apresenta elevada fragilidade ambiental, podendo ocorrer processos erosivos em seus trechos de maior declividade. Esta unidade, pela porosidade de seu solo configura-se como zona de recarga do Aquífero Bambuí, um importante reservatório de águas submersas do centro nordeste brasileiro.

3.4.4.3. Planícies Fluviais e Terraços

Esta unidade geoambiental ocorre ao longo dos rios São Francisco (figura 45) e Verde Grande, e inclui parte das áreas urbanas de Matias Cardoso e Barreiro do Rio Verde (Gado Bravo) na região de suas orlas fluviais. A morfologia desta unidade é formada por "planícies fluviais e várzeas e são caracterizadas como zonas de acumulação atual, sub-horizontais, compostas por depósitos areno-argilosos a argiloarenosos", (ARCADIS



LOGOS/AGRAR, 2015, p.55). Nessa área o relevo é predominantemente plano, com inclinação em direção aos rios de no máximo 2%.

Os solos desta unidade apresentam boa fertilidade natural, sendo renovada anualmente pelas inundações dos rios. O tipo de solo predominante é o neossolo flúvico, derivado de sedimentos fluviais. Na faixa de orla este solo é bastante utilizado pelas populações tradicionais (vazanteiros) em culturas agrícolas temporárias, também conhecida como agricultura de vazante.



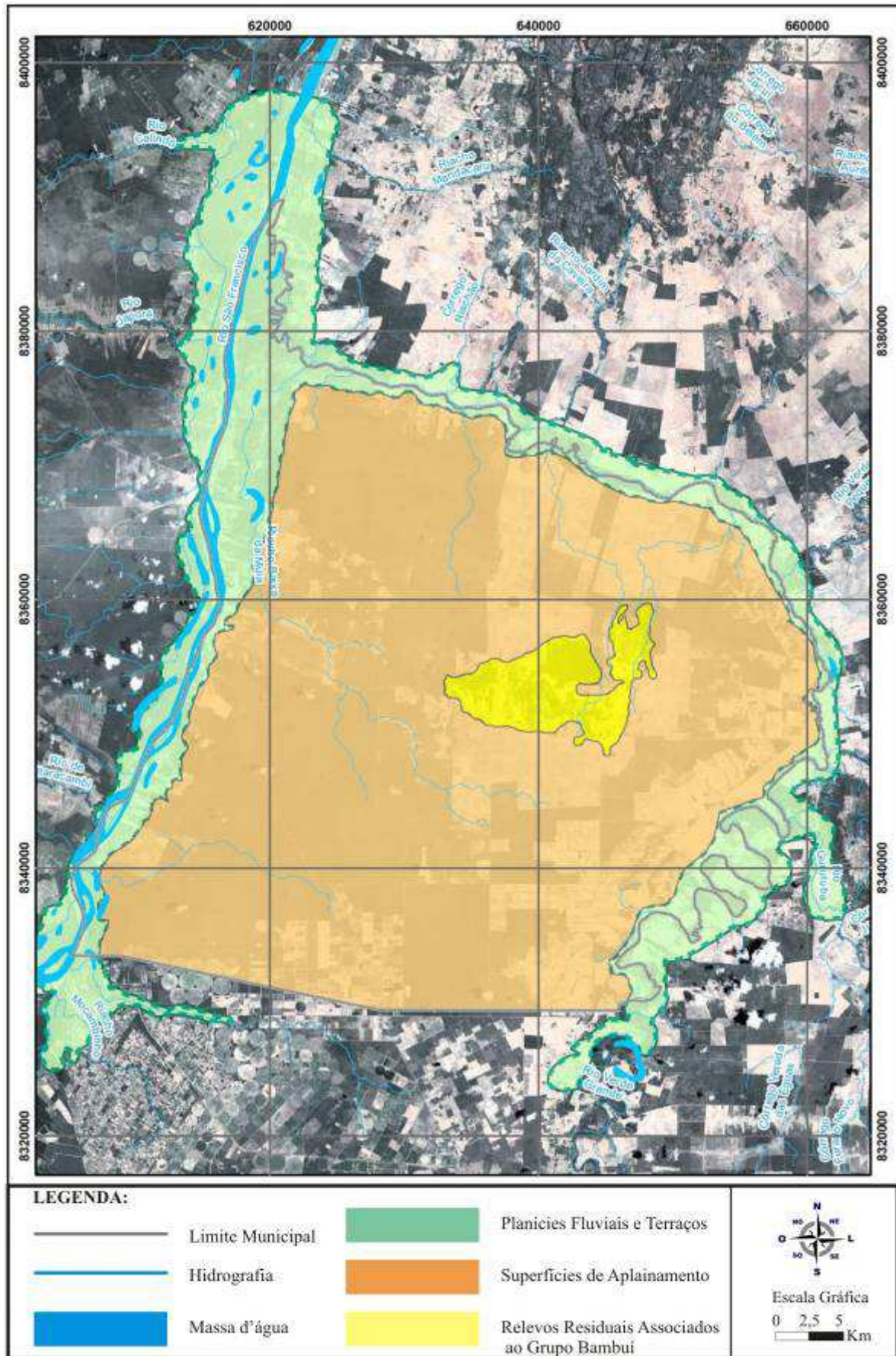
Figura 45. Planície fluvial do Rio São Francisco - trecho entre Matias Cardoso e Manga. Fonte: Blog Jornalista Luís Claudio Guedes, 2015. Disponível em:

< <http://www.luisclaudioguedes.com.br> > Acesso em: 8 Maio 2016.

Esta unidade geoambiental é também considerada de elevada fragilidade, pois em função da variação do nível d'água dos rios São Francisco e Verde Grande, as margens e barrancas se tornam áreas vulneráveis à ocorrência de solapamento e feições erosivas. É importante ressaltar nesta unidade a grande degradação ambiental devido à vegetação nativa de sua área de proteção ambiental ter sido quase que completamente suprimida ao longo do processo de ocupação do território matienso, o que tem contribuído para os processos erosivos das barrancas dos rios e o seu consequente alargamento.

Devemos destacar também a elevada relevância desta unidade para a biodiversidade do território em função de um rico repertório de espécies vegetais nativas e de animais, além da existência de importantes lagoas marginais. Esta unidade geoambiental se encontra parcialmente protegida pelos parques estaduais Verde Grande, ao norte, e do Cajueiro, ao sul do território.

Apresentaremos a seguir um mapa síntese (mapa 13) demarcando as unidades geoambientais no município de Matias Cardoso.



Mapa 13. Mapa com as Unidades Geoambientais do Município de Matias Cardoso. Fonte: Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015.



3.5. Análise da legislação municipal referente à proteção do patrimônio cultural do município de Matias Cardoso

O município de Matias Cardoso, conforme veremos a seguir, possui legislação de proteção do seu patrimônio cultural, implementada desde 1993. Foram criados também, o conselho municipal do patrimônio e um fundo para a alocação de recursos para a área cultural. Contudo, esses instrumentos legais criados pelo município não tem sido capazes de promover uma gestão adequada do seu patrimônio cultural. Procuraremos conhecer os aspectos mais relevantes dessa legislação patrimonial existente a nível municipal, buscando compreender os problemas e deficiências decorrentes da atual gestão patrimonial no município.

A primeira Lei municipal a trazer as definições sobre o patrimônio cultural matiense foi a sua Lei Orgânica Municipal de novembro de 1993. A Lei Orgânica em sua Seção 5 - "da Cultura" -, em seu artigo 137, reconhece o direito dos cidadãos aos bens culturais do município, onde a administração deverá apoiar todos os tipos de manifestações culturais presentes no seu território. No seu artigo 138, traz a mesma definição dos itens que constituem o patrimônio cultural presente no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), acrescentando ainda como patrimônio cultural do município "a imprensa escrita e outros meios de comunicação social". Assim, são reconhecidos como manifestações culturais no município: "o teatro de rua, a música por suas múltiplas formas e instrumentos, a dança, a expressão corporal, o folclore, as artes plásticas, as cantigas de roda, entre outras" (MATIAS CARDOSO, 1993).

No Artigo 139 da Lei Orgânica fica definido que o "Município, com a colaboração da comunidade, protegerá, por meio de plano permanente, o patrimônio histórico e cultural municipal". Os instrumentos utilizados para a proteção serão o inventário cultural, pesquisas, registro, vigilância, tombamento, desapropriação "além de outras formas de acautelamento e preservação" não definidas nesta lei. O artigo define ainda quais os bens serão a partir daquele momento tombados na esfera municipal:

Ficam tombados para o fim de preservação e declarados monumentos naturais, paisagísticos e históricos, além dos tombados pela União ou Estado na área do Município: a Matriz a igreja Nossa Senhora da Conceição, o sobrado onde residiu o Cônego Mauricio Campos na praça Cônego Mauricio, o morro denominado dos jesuítas, Cemitérios de Pedras, sobrado de João Jorge, Capela de Santo Antonio (G. B.), Capela de São Sebastião (Lajedão), Tanque de Joana e Virício (Lajedão),



Tanque de Pedro Fonseca (lajedinho), o Poder Executivo adotará instrumentos para a conservação dos bens tombados. (MATIAS CARDOSO, 1993)

A indicação do tombamento desses bens determinados pela Lei Orgânica não originou nenhum tipo de ratificação através de lei complementar, processo administrativo ou decreto municipal que fornecesse maiores detalhes acerca destes tombamentos. Apesar de apontar os bens tombados, não existe formulado no município ainda nenhum dossiê de tombamento municipal. Os inventários existentes foram realizados pelo IEPHA na década de 1980 sobre alguns bens materiais e mais recentemente em 2012 dos bens imateriais, sem contudo ter realizado o tombamento dos primeiros e o registro dos últimos. Um avanço na Lei Orgânica, é que naquele período (1993) já era demonstrada a intenção em se tombarem bens edificados e elementos da paisagem natural. Um outro fato, é que depois de menos de um ano, através de uma emenda modificativa à Lei Orgânica, o "Casarão dos Padres" e o "sobrado de João Jorge Capela" deixaram de ser considerados patrimônio do município (MATIAS CARDOSO, 1994).

A Lei nº 316/2001, estabelece a proteção do patrimônio cultural de Matias Cardoso. Esta Lei destaca a necessidade em se criar o conselho municipal do patrimônio cultural do município de Matias Cardoso, com o objetivo de assessorar a prefeitura e zelar pelo seu patrimônio cultural. Determina que o município deverá possuir "Livro do Tombo", sendo que os bens a serem tombados deverão aprovados pelo conselho do patrimônio. Até o momento, o Livro do Tombo municipal não existe. A Lei avança ainda em medidas de isenção fiscal para os bens tombados e medidas punitivas caso estes bens venham a ser demolidos ou modificados sem a autorização do conselho.

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Matias Cardoso, foi criado através da Lei Municipal nº 424/2005. A composição deste conselho é paritária, com representantes do poder público e sociedade civil, sendo composto por 7 membros efetivos e seus respectivos suplentes. Os conselheiros são designados pelo prefeito através de decreto, sem a indicação da sociedade civil - o que deixa claro a intenção de colocar pessoas do interesse da administração -, bem como estabelece que o presidente deste, deverá ser servidor municipal da Secretaria Municipal de Educação. Entre as competências do conselho estão: propor as bases da política de preservação patrimonial do município; fixar diretrizes para reformas, alterações na estrutura dos imóveis, publicidade comercial e mudança de usos; concessão de licenças para novas construções ou obras públicas que possam impactar visualmente os bens tombados; receber e analisar propostas de tombamento municipal que será decidido pelo próprio conselho, e proceder a análise de estudos de impacto de



vizinhança. Durante este estudo, também não foi possível constatar se o conselho tem sido atuante ou não.

Através da Lei nº 495 / 2009 e regulamentado pelo Decreto nº 039/2009, foi criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Matias Cardoso, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, que tem por objetivo financiar as ações de preservação e conservação dos bens culturais protegidos no município. É competência do Conselho do Patrimônio Cultural definir onde serão alocados os seus recursos financeiros. Conforme apuramos, os valores destinados na gestão municipal 2013-2016 ao Fundo, são insuficientes para se realizar ações mais efetivas em prol do patrimônio cultural do município.

O Decreto Municipal nº 027/2013 estabelece diretrizes para a preservação do centro histórico de Matias Cardoso, mas no documento não há uma planta definindo o seu perímetro. Conforme este decreto, qualquer intervenção a ser realizada nas edificações localizadas dentro do perímetro do centro histórico, deverão ter os seus projetos previamente aprovados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Matias Cardoso, e deverão respeitar aos seguintes parâmetros:

- a) Altimetria máxima de 9,0 metros, a contar do ponto médio da testada do terreno até a cumeeira do telhado;
- b) Continuidade dos panos de fachada existentes, para as novas intervenções que promovam alteração ou acréscimo ou que impliquem em uma construção nova, respeitando os atuais alinhamentos e inscrevendo-se nos limites do traçado dos quarteirões, evitando o estabelecimento de reentrâncias ou saliências nos volumes;
- c) Utilizar nos planos de coberturas de telhas tipo capa e canal ou francesas, com os planos paralelos à via, sendo vedada a construção de terraços superiores, com ou sem cobertura;
- d) Utilizar como materiais empregados nas fachadas das edificações os mesmos das edificações encontradas na área, com cores coerentes com o conjunto, esquadrias de madeira; (MATIAS CARDOSO, 2013)

Percebe-se nestes parâmetros a preocupação em se respeitar a altura do gabarito das edificações desse entorno, nunca superior à altura máxima da igreja de N. S. da Conceição, e também pela manutenção das características arquitetônicas que compõem esse núcleo histórico. São estabelecidas também no Decreto, diretrizes para a instalação de toldos, publicidade, antenas parabólicas e de telefonia na região, para que seja mantida a harmonia da paisagem urbana e as características arquitetônicas locais. Fica estabelecido ainda que, para a ampliação e instalação da rede de infraestrutura urbana, faz-se necessário a obrigatoriedade de realizar um estudo arqueológico da área a ser modificada pela instalação no centro histórico, e também a necessidade de compatibilizar de maneira harmônica essa nova infraestrutura com a paisagem urbana já existente. Com relação ao Morro dos Jesuítas, o decreto municipal



estabelece que só poderão ser desenvolvidas atividades que não envolvam consumo, coleta ou dano aos recursos naturais e paisagísticos deste elemento natural.

O Plano Plurianual – PPA - do município para o período de 2014 a 2017, que é um instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública, estabelece, entre suas ações, dotações orçamentárias para a área do patrimônio cultural e ambiental. O valor de recursos a serem investidos correspondente a menos de 0,6% do montante de recursos previstos para o município. Na prática, percebe-se que esses pequenos recursos são absorvidos em eventos festivos do município e na manutenção das estruturas das secretarias municipais de Cultura e de Meio Ambiente. Ações mais robustas só são possíveis através da firmação de convênios com os governos do Estado de Minas e com a União, mas os poucos convênios firmados até agora não garantiram ações efetivas na preservação do patrimônio cultural e natural do município.

O Plano Diretor vigente no município de Matias Cardoso (Lei Nº 448 / 2006) já possui 10 anos, e um novo Plano Diretor⁴⁴ já foi elaborado entre o ano passado e este ano, aguardando apenas a análise da Câmara de Vereadores para a sua aprovação. Quanto ao Plano Diretor vigente, à referências explícitas a situações específicas do Município de Porteirinha no Plano aprovado⁴⁵, o que sugere que este foi uma cópia descuidada do primeiro, situação que indica sua realização meramente para cumprir com determinações legais.

Sobre as ações de proteção do patrimônio cultural matiense, o Plano Diretor traz as seguintes diretrizes:

Em seu Artigo 13, sobre "a promoção do desenvolvimento urbano" propõem as seguintes medidas:

"A criação de condições para preservar a paisagem urbana e manter o patrimônio cultural; a valorização urbanística do Centro visando resgatar a sua habitabilidade e a sociabilidade do local; a criação de condições para a preservação do caráter histórico-cultural da área central; a preservação e a manutenção dos marcos urbanos de valor histórico, artístico e cultural;

⁴⁴ O novo Plano Diretor foi fornecido ao município pela CODEVASF, gestora do Projeto Jaíba. Para a realização deste plano foi contratada uma empresa consultora, que ficou encarregada de organizar as audiências públicas, a elaboração da Leitura Técnica (diagnóstico) e a versão do Plano Diretor entregue à Câmara de Vereadores. Pelo fato desse plano não ter sido ainda aprovado não tivemos acesso ao conteúdo dos seus artigos.

⁴⁵ Referências ao município de Porteirinha-MG: Em seu Artigo 26 sobre "a despoluição da lagoa do bairro União", bairro e lagoa estes que pertencem à referida cidade. No Artigo 46, sobre "promover o folclore do Município bem como a dança, a música, o artesanato, as artes plásticas, dentre outras expressões artísticas, com especial atenção para a festa de Serra Branca". Neste caso, Serra Branca é um distrito que pertence ao Município de Porteirinha. E no Artigo 23 sobre "efetivar gestões para o retorno do trem de passageiros", a linha férrea nem tampouco o trem de passageiros nunca passou por Matias Cardoso, mas o transporte de passageiros deixou de existir na Ferrovia Centro Atlântica, que passa por Porteirinha no ano de 1996.



Em seu Artigo 15 – sobre a "política de desenvolvimento econômico", destacamos àquelas diretrizes que, direta ou indiretamente, estão relacionadas com o fomento ao patrimônio cultural:

O asseguramento de critérios de multiplicidade de uso no território do Município; a instalação de estrutura hoteleira suficiente para permitir as atividades turísticas relativas ao Rio São Francisco; o incentivo e o desenvolvimento das atividades de turismo, integrando o Município as demais cidades do norte de Minas, notadamente aquelas que integram o circuito do Rio São Francisco e Rio Verde Grande e as ligadas ao turismo ecológico; o estímulo às iniciativas de produção e comercialização cooperativa, ao artesanato e as empresas ou as atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenas empresas, associações comunitárias e de estruturas familiares de produção;

No Artigo 16 - São estabelecidas as "diretrizes da política urbana":

Parágrafo Único - São diretrizes de intervenção pública na área central estabelecer instrumentos e incentivos urbanísticos e realizar obras que visem a: preservar os exemplares e os conjuntos arquitetônicos de valor histórico e cultural; delimitar espaços públicos que funcionem como pólos de atividades culturais, artísticas e educacionais, sem embaraçar o funcionamento de igrejas e locais de culto, escolas e órgãos públicos, nos termos da lei; criar condições para a preservação e a conservação de edificações particulares.

O Artigo 19 traz as diretrizes de proteção da memória e do patrimônio cultural do município:

São diretrizes de proteção da memória e do patrimônio cultural: criar o Centro Histórico Urbano; proteger os elementos paisagísticos; adotar medidas visando a manutenção dos terrenos vagos lindeiros a mirantes, mediante incentivo fiscal, desapropriação ou transferência do direito de construir; estimular ações que visem à recuperação de edifícios e conjuntos; proteger o patrimônio cultural, por meio de pesquisas, inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação definidas em lei; compensar os proprietários de bens protegidos; coibir a destruição de bens protegidos; manter atualizado o arquivo de imagem dos imóveis tombados; definir o mapeamento cultural para áreas históricas e de interesse de preservação da paisagem urbana, adotando critérios específicos de parcelamento, ocupação e uso do solo, considerando a harmonização das novas edificações com as do conjunto da área entorno.

O Artigo. 36 traz as medidas para "desenvolver projetos e buscar parcerias para viabilizar melhorias em pontos de interesse turístico, priorizando a restauração do Centro Histórico, a valorização da orla do Rio São Francisco, no trecho urbano e as atividades de ecoturismo", quais sejam:

Elaborar projetos específicos visando melhorias quanto ao Centro Histórico: a) restauração dos monumentos históricos e recuperação das fachadas dos casarios, da programação visual e normatização da publicidade do comércio; b) conscientização dos empresários e usuários quanto à limpeza e conservação do logradouro; c) preservação e conservação da volumetria e da forma externa das casarias e logradouros do Centro Histórico.

Sobre a política cultural, no Artigo 41 são definidas as seguintes diretrizes:

Promover o acesso aos bens da cultura e incentivar a produção cultural; promover a implantação de centros culturais e artísticos regionalizados; coibir, por meio da utilização de instrumentos previstos em lei, a destruição dos bens classificados como de interesse de preservação; fazer levantamento da produção cultural, detectando



suas carências; estabelecer programas de cooperação técnica e financeira com instituições públicas e privadas visando estimular as iniciativas culturais; estabelecer programa de divulgação e conhecimento das culturas tradicionais e populares; incentivar a publicação de livros; promover o folclore do Município bem como a dança, a música, o artesanato, as artes plásticas, dentre outras expressões artísticas, com especial atenção para a festa de Serra Branca.

No Artigo 52, sobre o zoneamento:

"Devem-se identificar áreas em que haja interesse público na proteção ambiental e na preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico. Parágrafo único - Devem ser fixadas, para as áreas previstas no caput critérios especiais que determinem a ocupação com baixa densidade e maior taxa de permeabilização;

Percebemos, com base na leitura da legislação municipal que são estabelecidas algumas diretrizes para a preservação e gestão do patrimônio cultural do município, onde se preveem ações de planejamento, a realização de inventários e tombamentos, a proposição de criação de leis, a destinação de recursos para o patrimônio e medidas administrativas, entre elas, a fiscalização e as sanções penais contra os infratores.

O maior problema observado em Matias Cardoso não está na ausência de leis municipais sobre o seu patrimônio cultural, embora acreditamos que o município possa avançar na legislação municipal com a inclusão de outros bens patrimoniais e também em considerar o seu território como patrimônio. Entre as dificuldades encontradas, está a pouca participação de sua comunidade na gestão do seu patrimônio cultural, o não cumprimento das leis existentes, a pequena disponibilidade de recursos públicos, os escassos projetos para as ações de preservação do patrimônio, a ausência de uma equipe técnica especializada e de uma fiscalização efetiva contra os crimes que atentam ao seu patrimônio, e a aplicação de medidas punitivas aos infratores.

Com o não cumprimento da legislação urbana e de preservação do patrimônio cultural em Matias Cardoso e a falta efetiva da fiscalização municipal, tem-se assistido a demolição ou descaracterização dos edifícios mais antigos de valor patrimonial - mesmo que muitos já tenham sido inventariados pelo IEPHA ou que já tivessem tido a indicação de tombamento em nível municipal conforme observamos na Lei Orgânica do município. O caso mais recente ocorreu em 2013 com a demolição de uma residência construída no século XIX e localizada na Praça Cônego Maurício nº 536, que consta como bem tombado pelo município (figuras 46 e 47).



Figura46. Residência do Século XIX, antes da demolição. Fonte: IPAC/IEPHA (1985)



Figura47. Imagem após a demolição da residência. Fonte: Arquivo do autor (2015)

O município de Matias Cardoso forneceu no ano de 2013 à Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do Estado de Minas Gerais, a seguinte lista de bens materiais tombados e os imateriais registrados pelo município. Esta informação consta do Laudo Técnico nº 59/2013 elaborado, por essa promotoria:

Patrimônio Imaterial	Patrimônio Material
Festa de Nossa Senhora da Conceição	Residência/Sobrado – Praça Cônego Maurício, nº65
	Residência – Rua Joaquim Tolentino, s/nº
	Residência – Praça Cônego Maurício, nº536
Festa do Divino	Residência – Praça Cônego Maurício, nº 534
	Residência – Praça Cônego Maurício, nº 556
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Imagem de Nossa Senhora da Conceição – Igreja Matriz
	Imagem de São Sebastião – Igreja Matriz
	Imagem de São Benedito – Igreja Matriz
Festa de São Benedito	Imagem de São Vicente de Paula – Igreja Matriz
	Imagem do Sagrado Coração de Jesus – Igreja Matriz

Quadro 3. Bens classificados como patrimônio imaterial e material no município de Matias Cardoso. Fonte: Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico - MG, 2015. Elaboração: Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015

Apesar da indicação de quais bens foram tombados e registrados pelo município, não conseguimos acesso as fichas de inventários desses bens e os seus respectivos dossiês de tombamento, sendo que a existência desses é desconhecida da atual administração.

A partir da legislação analisada e no quadro apresentado (quadro 3), percebemos a intenção por parte do município em se criar um centro histórico tombado, representado pelas edificações mais antigas que se encontram na Praça Cônego Maurício. Também é ressaltada a importância dada ao patrimônio imaterial, constituído pelas manifestações religiosas mais tradicionais da cidade. As demais manifestações culturais, - que não as religiosas, não foram contempladas, e ainda pouca importância foi dada ao patrimônio natural e paisagístico



municipal, principalmente àquele ligado à paisagem fluvial urbana e as comunidades tradicionais ribeirinhas.

Aqui devemos considerar também as ações patrimoniais empregadas a partir da participação do município no ICMS Patrimônio Cultural (Lei Estadual nº 12.040 / 1995). Em Matias Cardoso, foi elaborado em 2013 pela administração municipal, um inventário de proteção do seu acervo cultural. Apesar do título, este documento não possui nenhum inventário de bens, traz apenas descrito a intenção em se realizar este trabalho nas suas próximas etapas, onde é apresentado um cronograma para a realização dos inventários para os anos seguintes. Desde a apresentação deste documento para o IEPHA em 2013, não houve continuidade no trabalho, estando o município desde então sem pontuar no programa. Neste documento não foram identificados nenhum bem patrimonial tombado pelo município, nem a existência de bens materiais e imateriais que tivessem sido inventariados pelo mesmo. Neste inventário foi apresentada a relação de bens que se pretendia serem inventariados pelo município para os próximos anos (quadro 4):

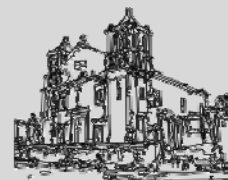
Denominação	Endereço/localidade
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Praça Cônego Maurício
Casarão dos Normanhas (dos Padres)	Praça Cônego Maurício
Sobrado nº 65	Praça Cônego Maurício nº 65
Casarão de D. Aparecida	Praça Cônego Maurício nº 655

Quadro 4. Relação de bens a serem inventariados pelo Município de Matias Cardoso. Fonte: MATIAS CARDOSO, 2013, p.7.

No inventário é feita a menção em se inventariar o patrimônio imaterial e o paisagístico do município. São identificadas as manifestações culturais matienses quais sejam: o aniversário da cidade que ocorre na Praça Cônego Maurício em 8 de dezembro; a festa de Nossa Senhora do Rosário, a festa de Santo Antônio, a festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e a festa do Divino que ocorrem na igreja de N. Senhora da Conceição e seu entorno. Com relação ao patrimônio paisagístico, apenas indica-se os bens de interesse, como o Rio São Francisco, os parques estaduais e a região das Grunas. Nenhuma menção é feita aqui ao Morro dos Jesuítas.

Durante a elaboração do novo Plano Diretor - ainda não aprovado pela Câmara Municipal-, foram realizadas diversas oficinas culturais no ano de 2015, onde levantou-se pela população as seguintes demandas:

Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; fomentar a restauração e preservação dos bens tombados com a utilização do ICMS cultural; criar a casa da cultura e edifício tombado; preservação do patrimônio histórico e natural e valorizar as iniciativas culturais; criar o centro histórico, protegendo os



seus bens de interesse histórico e cultural; construção de orla / cais nas margens do rio São Francisco: arborização, mobiliário, palco para realização de eventos; incentivo ao turismo ecológico e cultural; fortalecer a identidade cultural. (Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015, p. 238-246)

A realização dessas oficinas foram importantes para aproximar o planejamento municipal das reais demandas da população matiense. Contudo, é imprescindível que o novo Plano Diretor, quando aprovado, não seja apenas um plano de gaveta, e que possa transformar em plano de ação as metas propostas para a área do patrimônio cultural. Mas para que a construção de uma gestão do patrimônio cultural possa ser mais efetiva no município, a participação popular precisará ocorrer da forma mais inclusiva e democrática possível através de sua representação em um conselho do patrimônio cultural atuante e independente.



*É tão grande o arraial de Januário Cardoso
[Morrinhos], que bem merecia o caráter de
vila, porque o interesse do negócio faz
conservar nele muitas casas de lojas de
fazendas secas e outras de viveres, além de
muitos oficiais de artes fabris, o que tudo
forma maior aumento para vista e para a
comunicação.
(LEME, 1784)*

O PATRIMÔNIO CULTURAL E A PAISAGEM EM MATIAS CARDOSO



CAPÍTULO 4. O PATRIMÔNIO CULTURAL E A PAISAGEM EM MATIAS CARDOSO

4.1. Um breve contexto acerca do patrimônio cultural e natural no Norte de Minas

No Capítulo 2 discutimos a formação histórica do Norte de Minas Gerais e o protagonismo de Matias Cardoso nos primeiros tempos da colonização portuguesa nesta região de Minas. Paulatinamente, no decurso dessa história, foram surgindo novos núcleos urbanos que passaram a ser protagonistas desse processo, enquanto que a pequena Matias Cardoso (Morrinhos) amargava o enfraquecimento de sua importância como pólo irradiador dos currais do São Francisco, até ser levada quase ao esquecimento dentro de sua própria região. Procuramos entender também o isolamento pelo qual passou o território norte mineiro em relação às Minas, os seus rearranjos e as novas relações estabelecidas com outros territórios, principalmente com o Nordeste brasileiro. Ao se isolar de Minas, a região norte mineira criou uma cultura própria e peculiar ao restante do estado, conforme afirma Costa (2007, p.34):

É vivendo que os norte mineiros sabem que compartilham um *modus vivendi* próprio, que é refletido na maneira de se comunicarem; na linguagem pela diferença de sotaque e por expressões regionais; nos simbolismos tirados de sua conduta rude, solidária e cordial oposta à conduta polida, contida e individualista do homem que lhe é seu contraponto, o mineiro.

Esta peculiaridade cultural do Norte de Minas, também foi descrita pelo sociólogo Rudá Ricci⁴⁶, que percorreu essa região no desenvolvimento de seus trabalhos sociológicos, sendo assim compreendida por ele:

Uma porção mineira das mais ricas culturalmente, que alguns afirmam que dali nasce o real espírito mineiro, pertence ao semiárido brasileiro. [...] Ali o tempo tem outro ritmo e, como no nordeste, as populações são fortes, sofridas e festivas. [...] É uma porção nordestina do sudeste do país, rodeada pelos mercados centrais que vendem variações da farinha de mandioca, carne de sereno e famosas cachaças. O sotaque é nordestino e a pele é curtida pelo sol. Há movimentos culturais desconhecidos até mesmo do grande público mineiro, como o movimento *catrumano*, que valoriza os *geraes* - o outro pólo do Estado, aquele não tão popular como o das minas (RICCI, 2010).

A formação cultural do Norte de Minas congregou baianos e pernambucanos - os primeiros colonizadores, índios, africanos, bandeirantes paulistas e cristãos novos (MOURA,

⁴⁶ Sociólogo, doutor em Ciências Sociais, diretor geral do Instituto Cultiva e da coordenação nacional do Fórum Brasil do Orçamento. Possui diversos livros publicados e é um dos principais cientistas políticos do Brasil. Prestou consultoria ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) no programa de alfabetização de adultos "Cidadão Nota Dez".



2002). Esta diversidade de povos aglutinados contribuiu para a formação de uma rica cultura regional, apresentando manifestações culturais marcantes em praticamente todas as cidades norte mineiras. A região conta com um importante patrimônio cultural material e imaterial fruto dessa miscigenação cultural e também muitas paisagens naturais de beleza cênica e outras de grande importância ambiental para Minas Gerais, conforme ilustramos nas figuras a seguir (figuras 48 a 59).



Figura 48. Sítio Arqueológico Cemitério Caixa D'água em Buritizeiro. Fonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1760/4.shtm>> Acesso 22 novembro 2014



Figura 49. Círculos de pedras feitos por populações pré-colombianas em São Romão. Fonte: UFMG, 2014.



Figura 50. Ruínas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos – Final do séc. XVII – Localização: Distrito de Barra do Guaicuí – Várzea da Palma. Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 51. Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Final do Séc. XVII – Localização: Distrito do Brejo do Amparo - Januária. Fonte: Acervo do autor, 2016.



Figura 52. Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Séc. XVIII – Localização: São Romão. Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 53. Igreja matriz de Santo Antônio – Séc. XVIII – Localização: Itacambira. Fonte: Acervo do autor, 2015.

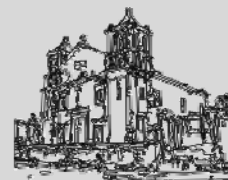


Figura 54. Casarão da Rua Visconde de Ouro Preto— Séc. XIX – Localização: Januária. Fonte: Mirandes F. Pinheiro, 2007. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/3306817> > Acesso em: 14 Março 2016.



Figura 55. Antiga Escola de Aprendizes Marinheiros (1905) - Localização: Buritizeiro. Fonte: Arquivo do autor, 2014.



Figura 56. Vapor Benjamin Guimarães (1913) - Localização: Pirapora. Fonte: Hotel Mundial, 2016. Disponível em: <http://hotelmundial.com.br/pirapora> > Acesso em: 14 Março 2016.



Figura 57. Ponte Marechal Hermes de Paula (1913) – Localização: Pirapora e Buritizeiro. Fonte: Arquivo do autor, 2013.



Figura 58. Paisagem Sãofranciscana - Localização: Januária. Fonte: Mirandes F. Pinheiro, 2007. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/50064731> > Acesso em: 14 Março 2016.



Figura 59. Artesanto de santos e carrancas em madeira. Fonte: Grupo Beiradeiros, 2016. Disponível em: <http://grupobeiradeiros.blogspot.com.br> > Acesso em: 14 Março 2016.

Apesar da relevância do patrimônio cultural e natural norte mineiro, muitos dos bens patrimoniais da região tem sofrido com a falta de manutenção adequada, o mau uso, a fiscalização muitas vezes ineficiente e o manejo inadequado no caso dos bens naturais. No que se refere ao patrimônio construído, apesar de alguns bens possuírem tombamentos nas



esferas federal, estadual ou municipal, muitos destes se encontram em péssimas condições de conservação, sendo que parte desses foram descaracterizados por reformas sem critérios e pelas transformações urbanas dos seus entornos.

Um dos exemplos recentes da falta de conservação do patrimônio cultural norte mineiro, foi o desabamento de parte do teto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (figuras 60 e 61), em Brejo do Amparo, no município de Januária, em fevereiro de 2016. Este é um dos templos religiosos mais antigos de Minas Gerais, datado de 1688 e construído por integrantes da Bandeira de Matias Cardoso. A igreja foi tombada pelo IEPHA em 1989, e desde o seu tombamento nunca recebeu recursos para a sua restauração, sendo que população local está impedida de tomar medidas preventivas para a conservação do referido bem.



Figura 60. Situação de abandono da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1688) em Brejo do Amparo, Januária. Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 61. Imagem do desabamento de parte do telhado da Igreja de N. Senhora do Rosário em Brejo do Amparo. Fonte: Jornalista Luís Cláudio Guedes (2016). Disponível em: <http://www.luisclaudioguedes.com.br/index.php/politica/245-destaques/4429-cronica-de-um-desabamento-anunciado> Acesso em: 14 Março 2016.

O cuidado dispensado pelas autoridades públicas competentes com relação ao patrimônio cultural norte mineiro, aliados a falta de políticas públicas que promovam a restauração e conservação destes bens e de seus entornos, e ainda a falta de divulgação e a acessibilidade a estes bens, são os principais problemas encontrados na gestão patrimonial de uma forma geral no Norte de Minas. Faz-se necessário também uma maior conscientização da população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural para a comunidade, conforme comenta Albuquerque (2012, p.4),

A forma de se garantir a preservação dos valores culturais da sociedade e a inserção do patrimônio cultural no cotidiano das comunidades passa necessariamente por ações voltadas para a sensibilização dos cidadãos, sujeitos da transformação social e importantes agentes para se alcançar o desenvolvimento sociocultural.

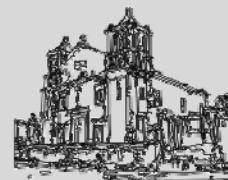


Um exemplo disso, conforme constatamos durante a realização deste trabalho, é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso que, embora reconhecida por sua população local, a sua importância histórica e cultural é desconhecida da maior parte da população norte mineira residente em outras cidades.

Uma consulta à lista de bens tombados pelo IPHAN (2016) e IEPHA (2014), demonstra que ao longo de sua história, o Norte de Minas tem se desenvolvido à margem das políticas públicas de fomento, valorização e preservação do patrimônio cultural em relação à outras regiões de Minas Gerais. Em nível federal, há apenas três bens tombados, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso e duas edificações na cidade de Lassance, a Casa de Saúde Carlos Chagas e a Estação Ferroviária. Apesar da quantidade maior de bens tombados pelo IEPHA no Norte de Minas, assim como no caso do IPHAN, não são realizadas outras ações efetivas - além do ato de se tombarem, para a conservação do patrimônio cultural norte mineiro.

Durante esta pesquisa, podemos constatar também, que são poucos os trabalhos ou programas em nível municipal que desenvolvem ações continuadas de valorização do patrimônio cultural no Norte de Minas. Entre as ações que poderiam ser melhor desenvolvidas, podemos citar, os programas de educação patrimonial nas escolas e comunidades tradicionais e uma maior divulgação para o público em geral sobre a importância do patrimônio cultural da região. O reconhecimento do patrimônio cultural pela sua população - que em muitos casos o desconhece - seria um passo importante para uma maior valorização da cultura norte mineira, e teria como resultado a construção de laços de identidade regional mais sólidos entre o seu povo.

Com relação ao patrimônio natural no Norte de Minas, boas ações de conservação e manejo tem sido desenvolvidas através da criação de unidades de conservação ambiental, tais como parques nacionais e estaduais. Exemplos disso, é o Parque Estadual da Lapa Grande em Montes Claros (figura 62), e o Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu (figura 63) em Januária, que além de garantir a proteção do meio ambiente, são abertos à visitação pública através de vistas guiadas e desenvolvem paralelamente atividades de conscientização ambiental entre os visitantes e estudantes. Estes dois parques oferecem a oportunidade de se conhecer um rico patrimônio espeleológico e arqueológico, com muitas cavernas e lapas que possuem pinturas rupestres, além de belas paisagens naturais. Conforme mostramos anteriormente, a região de Matias Cardoso possui dois parques estaduais com grande



potencial para visitação pública, que apesar de suas belezas naturais, ainda não possuem infraestrutura para oferecer este serviço.



Figura 62. Caverna no Parque Estadual da Lapa Grande. Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 63. Gruta do Janelão no Parque do Peruaçu. Fonte: Prefeitura de Januária, 2014.

Como parte importante do patrimônio cultural norte mineiro, procuraremos, a seguir, compreender a atual política patrimonial no município de Matias Cardoso, que como veremos, esta política pouco avançou desde o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em 1954. Demonstraremos também como se deu o processo de tombamento desta igreja, e as posteriores constatações por parte de técnicos ligados aos órgãos de proteção, da necessidade em se ampliar a visão preservacionista neste município.

4.2. O tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a constatação da existência de outros bens de interesse do patrimônio cultural em Matias Cardoso

A cidade de Matias Cardoso é detentora de um bem arquitetônico com reconhecido valor cultural, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (figuras 64 a 71), tombada pelo IPHAN em 1954. A antiga igreja matriz é o marco principal da cidade e da conquista do território norte mineiro pelos bandeirantes paulistas. Um templo que sobreviveu a tri-secular odisséia do esquecimento graças à ação de seus devotos, que como sustentáculos invisíveis, mantiveram-na como testemunha anciã de suas raízes históricas. No transcorrer de mais de sessenta anos de tombamento desse templo, sua população assistiu à demasiadas promessas políticas de restauração desse importante bem patrimonial.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição é um templo católico, cuja matriz está situada em um grande largo descampado - atual Praça Cônego Maurício, a 300 metros da margem direita do Rio São Francisco. A igreja, guarda características da arquitetura produzida na região nordestina entre finais do Século XVII e princípios do XVIII e segundo as lendas locais teria sido inspirada pela estética dos padres jesuítas que estiveram em missão



no local à época de sua construção. Apesar da necessidade de sua restauração⁴⁷, a igreja apresenta uma edificação com boa qualidade construtiva, em alvenaria de tijolos requemados, com 33 metros de comprimento, 20 metros de largura e com duas torres de 20 metros de altura e coberto com telhado cerâmico em duas águas. Nas laterais, a igreja apresenta uma sucessão de arcos semicirculares, formando um avarandado no térreo, sob os corredores superiores. Para Burton⁴⁸ que visitou o local em 1867 este templo era,

[...] um delumbrum mirae magnitudinis⁴⁹, que goza de grande fama, o que leva o forasteiro a perguntar como isso veio parar aqui. Ele deve sua origem à piedade de certo Matias Cardoso [...] Ele, e depois seu filho, Januário, construíram, naturalmente com o suor dos índios, o santuário. O último chegou a mandar vir da Bahia pedreiros e carpinteiros. (BURTON, 1867 apud FAGUNDES; MARTINS, 2002, p.54).

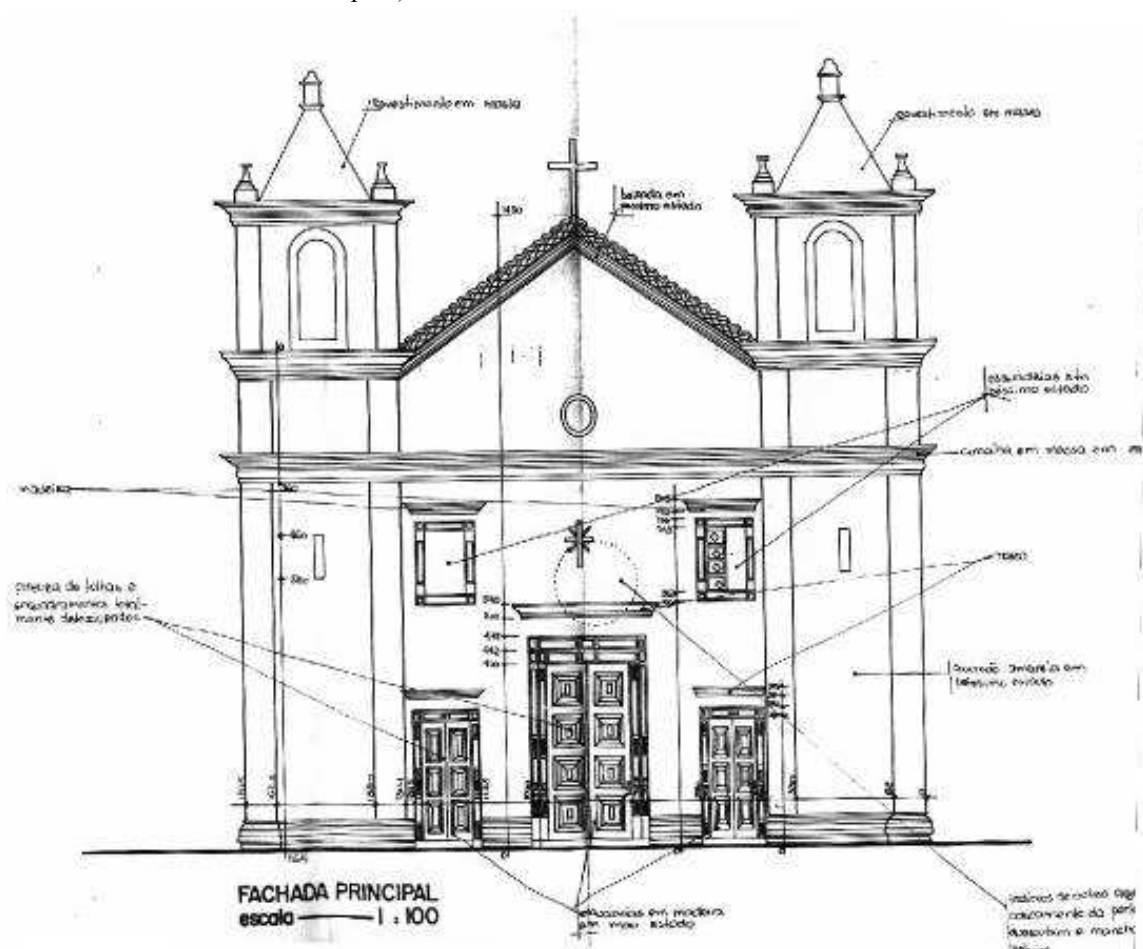


Figura 64. Levantamento Arquitetônico da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos.

Fonte: acervo do IEPHA, 1981.

⁴⁷ A última grande intervenção ocorrida na igreja, segundo relatos dos moradores locais, ocorreu em 1912, quando teria sido reconstruído parte do telhado, reforma de altares, rebocamento interno das paredes, realização de pintura externa e interna e a decoração com afrescos nas paredes internas com desenhos que lembram motivos indígenas. Desde o seu tombamento em 1954, nunca foram feitas grandes intervenções de restauro, a não ser aquelas pequenas que garantissem a segurança estrutural do edifício, iluminação interna e pinturas em suas paredes exteriores.

⁴⁸ BURTON, Richard. Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico, 1867.

⁴⁹ Significa "Templo espantoso pelo tamanho."

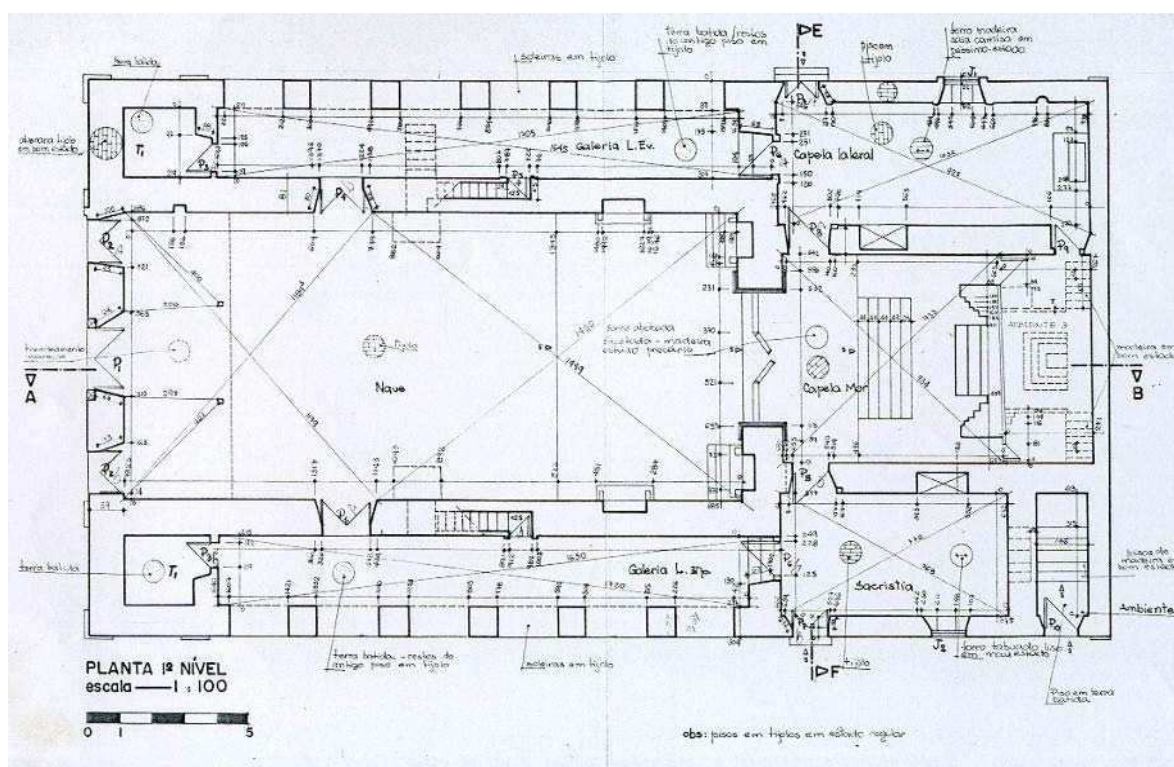


Figura 65. Levantamento Arquitetônico da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos. Fonte: acervo do IEPHA, 1981.



Figura 66. Vista para a Igreja de N. S. da Conceição a partir da Praça Cônego Maurício. Fonte: Arquivo do Autor, 2015.



Figura 67. Vista para a Igreja de N. S. da Conceição a partir da Praça Cônego Maurício. Fonte: Arquivo do Autor, 2015.

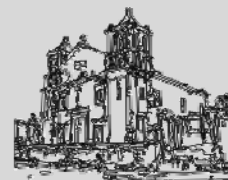


Figura 68. Vista para a Igreja de N. S. da Conceição a partir da Praça Cônego Maurício.
Fonte: Arquivo do Autor, 2015.



Figura 69. Vista para a Igreja de N. S. da Conceição a partir da Av. Machado de Assis.
Fonte: Arquivo do Autor, 2015.



Figura 70. Vista interna da Igreja de N. S. da Conceição, com detalhe para o coro ao fundo.
Fonte: Arquivo do Autor, 2015.



Figura 71. Vista para o altar da Igreja de N. S. da Conceição. Fonte: Arquivo do Autor, 2015.

Ao analisarmos o processo de tombamento da igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso no contexto brasileiro, à época do seu tombamento (1954), constatamos que, dentro da visão preservacionista do patrimônio do DPHAN, foi atribuída à igreja, uma intocável sacralização dentro de seu perímetro de tombamento. Este perímetro que se encerra nos limites da própria edificação, privilegia apenas o caráter edificado deste patrimônio, isolando-o do restante da cidade. O tombamento não tem garantido a conservação adequada da igreja (figuras 72 a 73) e não respondeu as dinâmicas de transformação de seu entorno, que gradualmente imprimiram as marcas do progresso, principalmente nos últimos 23 anos – marco da emancipação política da cidade - substituindo as antigas permanências, sobretudo os casarios, marcas legítimas da evolução histórica do núcleo inicial da cidade.



Figura 72. Detalhe para a má conservação dos elementos internos em madeira que compõem o altar mor da igreja. Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2013.



Figura 73. Forros em madeira apresentando problemas com cupins e infiltrações. Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2013.

Com relação ao processo de tombamento da igreja, remontamos a 11 de janeiro de 1954, quando o Pároco Cônego Luis Gonzaga Passos, que residia em Januária, mas era responsável pela paróquia de Matias Cardoso, endossado por apelos do Bispo de Montes Claros, Dom Luís Victor Sartori, encaminhou carta endereçada à Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do DPHAN, onde externou a sua preocupação com as más condições de conservação da igreja de Nossa Senhora da Conceição, solicitando intervenção urgente ao Órgão para a restauração deste templo. Aqui se encontra transcrito um trecho desta carta:

O tri-secular templo católico, que remonta à época das “bandeiras”, ora se acha, podemos atestá-lo, em estado lamentável, digamos mesmo, de ruína. Ainda recentemente, quando ali estivemos, no desempenho do nosso ministério sacerdotal, tivemos receio de celebrar os atos religiosos dentro na igreja em apreço, dada a sua situação precária do ponto de vista da segurança. (PASSOS, 1954)

A carta, prontamente respondida por Rodrigo M. F. de Andrade em 12 de fevereiro do mesmo ano, justificou que o plano de serviços do DPHAN para aquele ano já havia sido elaborado não sendo mais possível a inclusão da restauração da igreja no exercício de 1954, mas que faria esforços para a tomada de medidas mais urgentes em prazo ainda corrente naquele ano.

Em 15 de fevereiro daquele ano, tendo atendido o pedido de Rodrigo M. F. de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, então chefe da Seção de História do DPHAN, encaminhou memorando à Seção de Arte deste órgão, para que se pronunciasse sobre a conveniência do tombamento da igreja. Solicitou ainda a esta seção que fosse colhida “documentação mais ampla sobre os aspectos internos” da mesma, “pois os existentes no arquivo não são satisfatórios, em contraste com as boas fotografias do exterior.” Fez ainda no memorando, o seguinte comentário sobre o interesse em se tomba a igreja:



Do ponto de vista histórico, a medida se justifica plenamente. A edificação em apreço lembra ao vivo a fase de desbravamento e povoamento da região por paulistas e bahianos, ainda ao findar do século XVII. Sua ancianidade incontestável (é, sem dúvida alguma, um dos templos mais antigos de Minas) – e sua vinculação a êsse período da formação nacional conferem-lhe, a nosso ver, evidente interesse histórico, que pode ser estendido ainda às características arquitetônicas por ela apresentadas. Segundo informa o Dr. Salomão de Vasconcellos, é tradição que ao pé do altar-mor se acha sepultado o seu edificador, o sertanista Januário Cardoso. (ANDRADE, 1954)

Em 19 de fevereiro, Rodrigo M. F. de Andrade solicitou a Drummond que inscrevesse a Igreja no Livro do Tombo Histórico, conforme parecer que foi elaborado por Lúcio Costa em resposta ao memorando. Assim, Carlos D. de Andrade procedeu a inscrição no mesmo dia, sob o nº 300, fls.50 do Livro nº2.

Em 23 de fevereiro de 1954, o diretor do SPHAN encaminhou ofício ao Bispo de Montes Claros informando que, em 19 de Fevereiro a Igreja de Nossa Senhora da Conceição havia sido inscrita no Livro do Tombo Histórico, sob o número de inscrição 300.

Apesar do tombamento em nível federal, e da elaboração de estudos, projetos e inventários⁵⁰ realizados pelo IPHAN e IEPHA ao longo dos seus 62 anos de reconhecimento como bem patrimonial da nação, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição nunca foi contemplada com a sua restauração, prometida por políticos de várias gerações.

Com a evolução das políticas patrimoniais no Brasil, outros bens foram sendo identificados como de valor histórico e cultural por técnicos ligados ao IEPHA que estiveram em Matias Cardoso a partir da década de 1980, demonstrando também a mudança de visão dos órgãos de preservação, que passaram a identificar bens patrimoniais mais modestos e também os saberes e fazeres da população.

Em visita técnica realizada em Matias Cardoso em 1981⁵¹, a arquiteta do IEPHA Selma Melo Miranda Silva, responsável por um levantamento da Igreja de N. S. da Conceição, encaminhou memorando endereçada à chefia deste órgão, informando a identificação de outros edifícios de interesse histórico do distrito de Matias Cardoso, então pertencente à Manga, e solicitou que fossem feitos estudos mais apurados no sentido de tentar salvaguardar também esses bens. Sobre a importância da sua preservação, a arquiteta comenta:

⁵⁰ O último projeto de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi realizado em 2013, tendo sido contratada pelo IPHAN a empresa URBANACON do Rio de Janeiro. A restauração seria patrocinada por uma empresa do ramo da mineração de propriedade do empresário Eike Batista, mas com a falência da mesma a obra ficou sem previsão para ser realizada.

⁵¹ Neste ano o IEPHA com o aval do IPHAN realizou uma intervenção de urgência no telhado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Também foram realizados inventários de várias edificações no então distrito de Matias Cardoso.



Isto se evidencia se consideramos que ali registraram-se remotas penetrações procedentes dos sertões bahianos, colocando a região entre as mais antigas do território mineiro, e que, ainda hoje permanece praticamente desconhecida sob os aspectos de suas manifestações culturais e de formação histórica [...] as manifestações arquitetônicas encontradas não apresentam um caráter excepcional, se comparadas ao acervo de determinadas regiões do Estado, sendo, porém, extremamente importantes como referências culturais da área” (SILVA, 1981).

Transcorridos quase 35 anos dessa visita, em 2016, foi apresentado pelo IEPHA em parceria com a UNIMONTES, um inventário dos bens imateriais do rio São Francisco em sua porção norte mineira. Foi realizado um levantamento dos lugares, celebrações, formas de expressão, saberes e fazeres mais representativos das comunidades ribeirinhas, sendo percorridas 17 cidades que margeiam o curso navegável do São Francisco em Minas Gerais, partindo de Pirapora com destino a Manga. Em Matias Cardoso os bens inventariados foram: a Cantiga de Roda, a Festa do Divino Espírito Santo, a Festa de Nossa Senhora da Conceição, o Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Comunidade Pau de Léguas e a Reza da Chuva (IEPHA, 2016, p.825).

Analisando o Dossiê de Tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde constam os documentos anteriormente citados, e mais recentemente o Inventário Cultural do Rio São Francisco, podemos traçar algumas observações:

À época do tombamento da Igreja de N. S. da Conceição, no memorando em que Rodrigo de M. F. de Andrade solicitou a Drummond que fosse registrado o tombamento da igreja, seguiu-se o parecer de Lúcio Costa (1954) no qual esse arquiteto recomendou que se restringisse o seu tombamento ao Livro do Tombo Histórico, embora reconhecesse “as características arquitetônicas de interesse” da igreja. Com base na documentação analisada, não foi possível afirmarmos com certeza os motivos pelos quais a igreja foi tombada apenas nesse livro. Podemos supor que a não inscrição do bem no Livro do Tombo das “Belas Artes” deu-se devido à visão preservacionista da época, que apenas considerava como bens dignos de serem inscritos neste livro àqueles bens referentes ao estilo barroco, fortes militares e “Casas Grandes”, conforme já afirmado anteriormente por autores como Fernandes (2010, p.12). No tombamento da igreja, o seu perímetro de proteção se referia à sua área edificada, sem considerar a sua inserção no núcleo histórico inicial do distrito, que possuía outros edifícios significativos. Outro aspecto identificado diz respeito à precariedade com que foi feito o levantamento da documentação referente ao bem em questão. Identificamos apenas um inventário datado de 1946 de autoria do DPHAN, contando apenas com informações sobre a igreja e nenhuma referência ou descrição de seu entorno. A contextualização histórica do bem



e parte do acervo fotográfico levantado foram fornecidos pelo historiador Salomão de Vasconcellos, que visitou Matias Cardoso em 1939.

Outra observação vem do trabalho realizado pela equipe do IEPHA, em 1981, ao realizar o estudo arquitetônico para a intervenção no telhado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. A preocupação levantada pelos técnicos do IEPHA em se preservar também os edifícios do entorno da igreja que conformavam aquele importante conjunto arquitetônico, que era composto por edifícios contemporâneos à igreja e dos séculos posteriores, os quais, apesar de seu valor histórico e cultural, não se encontravam legalmente protegidos, sendo importantes para a caracterização do local.

Apesar da identificação de outros bens patrimoniais relevantes no município de Matias Cardoso, entre bens materiais, imateriais e até um espaço urbano (Largo da Igreja / Praça Cônego Maurício), sendo realizados inventários destes por parte do IEPHA nos anos de 1980 e recentemente em 2012, não se procedeu ao tombamento ou o registro de nenhum bem até o momento. Apesar do tombamento não garantir a efetiva proteção destes bens, como o exemplo da Igreja de N. S. da Conceição, a sua instituição seria uma maneira de inibir as mutilações, modificações e demolições que vem ocorrendo em diversas edificações históricas. Já o registro, seria uma forma de documentar as manifestações culturais que estão ameaçadas de desaparecerem. Os bens não reconhecidos pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural em Matias Cardoso serão aqui apresentados, onde procuraremos destacar a inserção destes no contexto da paisagem, dando importância também para os bens que compõem o patrimônio natural do município.

4.3. O patrimônio cultural e natural de Matias Cardoso não reconhecidos pelos órgãos de proteção patrimonial

Conforme comentamos anteriormente, o único bem tombado em Matias Cardoso é a Igreja de N. S. da Conceição, que conta com proteção federal. No entanto, o patrimônio municipal que pode ser apontando como portador de importância cultural é muito mais amplo e diversificado. O patrimônio material é formado por edifícios, equipamentos urbanos e bens móveis ainda sem a tutela da preservação patrimonial, e que ao longo dos anos contribuíram para imprimir as marcas da história no município. Além deste, é de extrema importância o seu patrimônio imaterial, representado pelos saberes e fazeres da população matiense, povo este formado por ribeirinhos, vazanteiros, quilombolas e caatingueiros. No município destaca-se o



seu rico folclore e as suas celebrações religiosas, ainda vivenciadas em meio a todas as recentes transformações em nossa sociedade. Devida importância deve ser dada também às múltiplas paisagens que conformam o município, com destaques para a paisagem fluvial São franciscana, a paisagem agropastoril e a dos parques ecológicos existentes em seu território, além daquelas paisagens interioranas formadas pela intervenção humana no processo de ocupação do seu distrito sede, distritos rurais e povoações vazanteiras, quilombolas e ruralistas. Acreditamos que todos esses elementos patrimoniais conformam uma rica paisagem cultural que precisa receber maior valorização por parte dos órgãos públicos competentes, conforme discutiremos no Capítulo 5 desta dissertação.

Na metodologia utilizada a seguir, para a descrição do patrimônio cultural em Matias Cardoso, buscamos apresentar parte desse patrimônio sobre a perspectiva do vivenciamento do pesquisador *in loco* e a percepção desses elementos inseridos no contexto da paisagem municipal. Procuramos compreender a percepção dos elementos naturais e daqueles frutos da ação do homem, que conformam a proposta de uma paisagem cultural matiense. A revelação progressiva das imagens que foram emergindo em nosso percurso criaram uma sensação de descoberta em função da malha de relações entre os diversos elementos e as suas características e qualidades. Essa metodologia de percepção da paisagem é interessante pois aproxima-se das sensações vivenciadas por um observador comum, sob a perspectiva em que o mesmo se coloca durante o seu percurso. O poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867) desenvolveu um significado para essa experiência, na qual a chamou de *flâneur*, que significa uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la (BAUDELAIRE, 2012).

4.3.1. O *Flâneur* e o território: Vivenciando o patrimônio cultural matiense e a percepção sua paisagem

No intuito de buscarmos identificar o patrimônio cultural não reconhecido em Matias Cardoso *lançamo-nos* quão um *flâneur* a percorrer a cidade e parte do seu território municipal, para compreendermos o seu ritmo urbano e o *modus vivendi* de suas comunidades rurais, as surpresas que vão se revelando pelo caminho e as visões da paisagem, metodologia esta que nos remete também as visões da paisagem de Gordon Cullen (1973). Para Cullen a visão serial é uma forma de leitura da paisagem urbana que procura identificar os campos visuais ao longo de um percurso sob o ponto de vista do usuário. Panerai (2006, p.26) relaciona esse tipo de visão à "representação que delas nos dão o cinema e a fotografia, isto é,



pela associação da imagem e do percurso, da imagem e do tempo". Em nosso trabalho, atemo-nos na percepção da paisagem urbana e de parte do município de Matias Cardoso, cujo termo "percepção da paisagem" é aqui definida por Machado (2012) como o,

[...] aspecto visível do espaço, sempre definida de onde é observada e está o observador. Como condição para sua existência, ela envolve uma atividade de quem a observa. Através dos órgãos sensoriais (visão, audição, olfato, tato, paladar) e de nossos deslocamentos, as informações são captadas, organizadas ativamente e trabalhadas no cérebro, onde lhes são atribuídos significados diversos. Os acontecimentos nos chegam diretamente, por meio dos sentidos, ou podem ser adquiridos de maneira indireta, ou seja, transmitidos pela escola, pessoas, livros, meios de comunicação, palavras escritas e verbais. (MACHADO, 2012, p. 49)

Nesse percorrer, assim como fez Costa (2003) em sua *flaneurie* entre o caminho que liga Belo Horizonte à Matias Cardoso, atemo-nos aqui na percepção da paisagem municipal sob o ponto de vista de um arquiteto, este, um norte mineiro, que mesmo imbuído de certo senso crítico para com essa percepção, por vezes tentou não se deixar levar pela emoção quando do seu encontro ou da revelação de certos elementos do passado ancestral de sua região até então desconhecidos. Contudo, na função de *flâneur*, importante lacuna foi deixada com relação à percepção dos atores que constroem a realidade matiense, sendo preciso, para a observação das suas manifestações culturais, dada a indisponibilidade de acompanhar todo o calendário de eventos festivos do município, recorreremos à consulta de arquivos da prefeitura, conversas informais com moradores e agentes culturais, pesquisa bibliográfica de autores regionais e consulta ao inventário realizado pelo IEPHA (2016) acerca dos bens imateriais neste município. Em parte dessa trajetória, fomos conduzidos por um jovem guia, agente cultural local e grande conhecedor da realidade cultural matiense, o Sr. João Montalvão, filho da terra e vazanteiro de origem.

O percurso sugerido por esse *flâneur* começa pela entrada sul da cidade, que se confundiria com a de qualquer cidade pequena do interior. Não há na chegada em Matias Cardoso nenhuma informação de que ali se encontra a parte mais antiga das gerais, tampouco do seu patrimônio cultural existente. No trevo da entrada da cidade, uma avenida, com pista dupla (Av. Machado de Assis) e canteiro central, leva ao centro da cidade, e outra (Av. Hudson Chaves) dá acesso ao porto de travessia da balsa para a cidade de Manga, que dista cerca de 13 quilômetros dali. A Avenida Machado de Assis, que dá acesso ao centro, é ladeada em grande parte por casas pequenas e antigas, alinhadas ao nível da calçada, mas também são vistas novas residências - estas muradas, e pequenos comércios. Descendo esta avenida em sentido ao centro, a cerca de 250 metros do trevo deparamo-nos com o antigo cemitério municipal (figura 74 e mapa 14). Em frente a este, existe uma pequena praça muito degradada, conhecida como Praça do Cemitério da Saudade, esta sem nenhum mobiliário ou



tratamento paisagístico. O muro do cemitério é todo construído com uma mistura de alvenaria de tijolos cerâmicos e pedras. Adentrando ao cemitério, é possível identificar túmulos datados a partir de finais do Século XVIII, embora não exista uma datação precisa de quando este teria sido construído. O cemitério consta da lista do bens a serem inventariados no Plano de Inventário do Patrimônio Histórico e Artístico do Município - para o ICMS Cultural, mas ainda não foram iniciados os estudos acerca de seu inventário.

Continuando o percurso, à direita começa-se a apresentar a visão de uma formação rochosa, o "Morro dos Jesuítas", também conhecido como "morrinhos" que no passado dera denominação à cidade. Nesse morro avistam-se primeiramente as torres de celular e televisão, marcas do progresso recente a conflitarem com a paisagem interiorana, e logo depois, muito timidamente, o seu antigo cruzeiro, um pouco abaixo das torres. A cerca de 200 metros do cemitério, adentra-se ao grande largo, hoje Praça Cônego Maurício (mapa 14), marco inicial dessa comunidade, onde destaca-se a imponente visão da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Nesta praça se encontram as edificações mais antigas da cidade. Entre o casario antigo, destaca-se um casarão de dois pavimentos, conhecido como "Casa dos Padres" ou ainda "Sobrado dos Maurício" (figura 21), que apesar de ter sido reestilizado, sua construção original seria contemporânea à igreja de Nossa Senhora da Conceição, e segundo contos locais, teria abrigado os padres jesuítas que ali estiveram à época da fundação do arraial. Em outra versão contada pelos moradores, este seria o casarão da família de Matias Cardoso.



Figura 74. Antigo cemitério. Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 75. Casarão conhecido como "Casa dos Padres". Fonte: Acervo do autor, 2015.



Existem na praça alguns casarões datados do Século XIX, como o de nº 556, que apresenta datação na fachada do ano de 1818 (figura 76), e outro de esquina, sem número (figura 77), construções, que apresentam semelhanças estilísticas que mesclam o eclético e o neoclássico, características estas bem parecidas ao que foi produzido em outras cidades da região são franciscana nesse período. Importante ressaltar, que mesmo possuindo edifícios construídos em tempos diferentes, estes criam um conjunto arquitetônico harmônico na praça Cônego Maurício (figura 78) e testemunham a evolução urbana desta ao longo de quatro séculos. As construções à direita e ao fundo da igreja são mais recentes, sendo a parcela desse entorno, a que mais tem passado por transformações arquitetônicas. Predominam no conjunto arquitetônico da praça, edificações construídas no alinhamento desse logradouro público, onde é comum ver as pessoas sentadas às portas de suas casas durante todo o dia e parte da noite, sempre a observarem o ir e vir de moradores e forasteiros e muito dispostas a bater um "dedo de prosa", seja com os moradores locais e também com os visitantes. Observamos que nessa praça, é onde ocorre os principais acontecimentos da vida social da cidade.



Figura 76. Antigo casarão de 1818. Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 77. Antigo casarão do século XIX. Fonte: Acervo do autor, 2015.

A Praça Cônego Maurício, no ano de 2007, passou por uma reforma urbanística (figura 79), pois antes desta data só existia um grande largo descampado e sem pavimentação. O projeto original foi elaborado pelo IPHAN⁵², contudo este foi bastante descaracterizado em sua execução pela prefeitura, com a inserção de elementos não previstos, principalmente no excesso de cores do piso e no mobiliário urbano, que não dialogam com a sobriedade e ancianidade do edifício religioso. Um outro elemento que causa desconforto visual na paisagem urbana do núcleo central foi a instalação da torre de telefonia celular (figura 80) no

⁵² O projeto original de reforma da praça Cônego Maurício se encontra nos arquivos do IPHAN em Belo Horizonte, aos quais tivemos acesso em visita à este órgão em 2015.



ano de 2010, bem atrás da igreja. O Ministério Público Estadual já acionou a justiça pedindo a retirada dessa antena, por entender que a mesma descaracteriza e interfere no bem tombado pelo IPHAN, mas o processo ainda corre na justiça sem possuir um veredito final. As ruas adjacentes à praça possuem diversas construções centenárias construídas no alinhamento da rua, onde a maioria delas têm a função de pequenos comércios.



Figura 78. Conjunto urbano do núcleo histórico de Matias Cardoso. Fonte: Fotógrafo Luís Mário, 2016.



Figura 79. Vista para a paginação de piso da praça. Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 80. Antenas ao fundo da igreja. Fonte: Acervo do autor, 2015.

Da praça, tomando a esquina da Casa dos Padres à direita, seguimos em direção a Avenida Presidente Getúlio Vargas, principal via comercial da cidade, paisagem urbana esta, que continua marcada por casas antigas no alinhamento da rua, e outras construções novas, a maioria delas com função de pequenos comércios. Duas quadras à frente viramos a esquerda e caminhamos por um percurso de cerca de 190 metros até encontramos com o Rio São Francisco e a avenida que recebe o mesmo nome deste.



Mapa 14. Parte da cidade de Matias Cardoso com o percurso do flaneur, com detalhe para o centro histórico, o Rio São Francisco e o Morro dos Jesuítas. Fonte da imagem: Google Earth (2016), modificado pelo autor.



A primeira impressão observada no trecho urbano da orla matiense é do pouco tratamento urbanístico dado ao local, devido o estado de degradação em que esta área se encontra (figuras 81 A 82). A não ser a via pavimentada em pedras ladrilhadas, não há nenhum tipo de tratamento urbanístico e paisagístico dado a paisagem da borda do rio e que possam promover um diálogo mais aprazível entre a cidade e o rio. Faltam ainda iluminação pública e mobiliário urbano.



Figura 81. Vista da orla em Matias Cardoso.
Fonte: Acervo do autor, 2015.



Figura 82. Vista da orla em Matias Cardoso.
Fonte: Acervo do autor, 2015.

A falta de iluminação pública torna a orla matiense ainda mais inóspita durante a noite. As edificações existentes no local se restringem a residências de veraneio de pescadores esportivos, que são de outras cidades e só vêm a Matias Cardoso nas temporadas de pesca. Na maior parte do ano estas residências se encontram fechadas, o que torna a região da orla ainda mais vazia. Há apenas um bar no local, construído em um elevado logo acima das barrancas do rio. Este funciona durante o dia e a noite, sendo responsável pela única movimentação comercial dessa região.

Um dos poucos usos coletivos do rio neste trecho urbano são as praias que se formam nas suas margens e que servem para o lazer e o ócio da população que as utilizam, principalmente para os banhos de sol e à prática do nado. Também há a utilização para os que ali praticam os seus ofícios, como os pescadores e as lavadeiras.

A administração municipal justifica a ausência de um melhor tratamento dessa paisagem de borda devido a falta de recursos financeiros. Já existe inclusive um projeto de requalificação desta área pronto, intitulado de "Projeto Beira Rio"⁵³, onde propõem-se revitalizar a área para práticas esportivas e o uso comercial, onde serão implantados quiosques

⁵³ Trata-se de um projeto urbanístico de revitalização da orla, elaborado pela administração municipal.



e pequenos restaurantes. Também serão propostos usos, como o cultural, através da instalação de um palco onde poderão ser realizados eventos e festas comemorativas.

A paisagem urbana de borda de rio em Matias Cardoso pouco se alterou ao longo dos seus quatro séculos de existência. No entanto, apesar de visualmente a paisagem fluvial urbana parecer não valorizar a relação cultural que a cidade tem historicamente com o rio, diariamente a população se utiliza desse rio para o ócio, a pesca e para com os seus cultos com as entidades mitológicas que habitam a imaginação popular local.

Da orla, retornamos para a Praça Cônego Maurício, e dali, seguimos para o trecho que compreende a subida do Morro dos Jesuítas. Esta elevação rochosa, também conhecida como "Morrinhos" deu a denominação ao antigo arraial. Esta formação rochosa é, juntamente com o rio, o outro elemento natural marcante na paisagem urbana matiense. O Morro dos Jesuítas foi no passado um marco referencial para os viajantes que ali chegavam por terra ou pelo rio.

O morro é utilizado também como local de peregrinação durante alguns eventos festivos religiosos, onde as pessoas costumam subir essa elevação para fazerem orações e depositarem velas em seu cruzeiro. O acesso a este se dá por um caminho atrás da igreja, passando por uma rua de terra batida. A subida é bastante suave para um sobrenível, em relação à Praça Cônego Maurício, de cerca de 40 a 45 metros. De cima do morro (figura 83) tem-se a melhor vista para a cidade e sua paisagem urbana, que se emoldura com o rio São Francisco e o verde da mata da sua outra borda. O que podemos observar vendo a cidade de cima, é que o formato do seu desenho se configura, em sua quase totalidade, como malha em forma de grelha, com algumas variações de seu desenho urbano devido à presença do rio e do próprio morro. A maior parte das vias recebem pavimentação em pedras ladrilhadas que são retiradas em jazidas existentes no município.

Em cima do morro, ao lado do seu cruzeiro, existe um buraco com cerca de 6 metros de profundidade (figura 84) que segundo os moradores locais seria a entrada de um túnel que levaria até a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Este túnel seria utilizado, no passado, pelos primeiros moradores caso houvesse necessidade de fuga em um eventual ataque de índios. Outro fato relatado, é que na igreja, logo abaixo do assoalho do altar, também existiria um acesso de fuga, que daria acesso ao morro, fato que não pode ser comprovado pois esse aceso se encontra obstruído por terra.

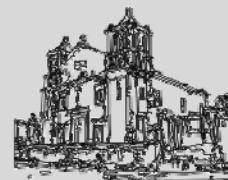


Figura 83. Vista do centro de Matias Cardoso a partir do Morro dos Jesuítas.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 84. Vista para a possível entrada do túnel que ligaria a igreja ao morro.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.

Além da lenda da existência do túnel, várias outras histórias e lendas permeiam a memória coletiva matiense. Mesmo não podendo confirmar a sua veracidade, o conhecimento prévio dessa lenda tornou ainda mais interessante a nossa subida até o morro. A subida do morro foi o ponto final desse percurso urbano, de onde se pode contemplar a paisagem são franciscana, sobretudo pelo seu belo por do sol, talvez a mais bela imagem que será guardada como recordação desse local.

A seguir é apresentado resumidamente através de uma sequência de imagens (figura 85), as percepções do *flâneur* sobre os elementos da paisagem durante o nosso percurso urbano na cidade de Matias Cardoso.



Figura 85. Sequência de imagens do trajeto pela cidade de Matias Cardoso: 1. Entrada da cidade; 2. Trevo; 3. Av. Machado de Assis; 4. Vista para o antigo cemitério; 5. Vista para antena de telefonia nos morrinhos; 6. Vista para a entrada da praça Cônego Maurício; 7. Construções à direita da igreja de N. S. da Conceição; 8. Casarões em frente à igreja; 9. Vista para a rua Castro Alves; 10. Vista para a igreja de N. S. da Conceição e a praça. 11. Vista para a Av. Pres. Getúlio Vargas. 12. Vista para a orla; 13. Subida da orla para a praça; 14. Vista para os morrinhos; 15. Rua de acesso à subida dos morrinhos; 16. Trilha de acesso aos morrinhos; 17. Vista para o cruzeiro dos morrinhos; 18. Vista do alto do morro.



A sequência de imagens anteriormente apresentada, permite-nos fazer uma leitura dos elementos que compõem a paisagem urbana da cidade de Matias Cardoso. Entre esses elementos, estão os padrões construtivos que ainda apresentam muitas técnicas vernaculares, os estilos arquitetônicos variados e que são comuns à outras cidades são franciscanas na sua porção mineira e nordestina, a morfologia urbana que nos permite leituras entre o traçado original do arraial e suas modificações e acréscimos ao longo do tempo, os elementos naturais tais como o rio e o Morro dos Jesuítas, a intervenção humana na paisagem, as visadas de curtas e longas perspectivas, as barreiras naturais e construídas pelo caminho, a topografia constituída entre o rio e o morro, dentre outros.

Cabe aqui destacar a impossibilidade de se fazer o percurso de percepção dos elementos da paisagem matiense navegando pelos rios São Francisco e Verde Grande, o que, certamente, ofereceria contribuições relevantes para a compreensão dos elementos dessa paisagem vistos sob outra perspectiva, embora, a princípio, tenha sido intenção do autor fazê-lo, faltou-nos disponibilidade de recursos para tal. Recordamos no entanto, Calvino (1972), ao comentar sob as diferentes formas de se perceber uma paisagem, dada a posição ou contexto em que um observador se insere:

Há duas maneiras de se alcançar Despina: de navio ou de camelo. A cidade se apresenta de forma diferente para quem chega por terra ou por mar. [...] Cada cidade recebe a forma do deserto a que se opõe, é assim que o camaleiro e o marinheiro vêem Despina, cidade de confim entre dois desertos. (CALVINO, 2003, p. 23-24)

Conforme nos demonstrou Calvino (2003), na observação da paisagem, devemos estar atentos às mudanças mais extremas da perspectiva ou em suas nuances mais singelas que os diversos pontos de vista geram na percepção do observador. Sob a ótica do arquiteto, nos acostumamos a olhar a cidade de cima de uma prancheta, através de seus mapas e aerofotografias, ou andando pelas ruas, elaborando croquis e tentando abstrair da imagem observada o nosso ponto de vista técnico e artístico. A perspectiva a partir do rio (figura 86) parece-nos algo novo, mas é um ponto de vista bastante vivenciado por aqueles que usufruem dessa via aquática. A percepção da paisagem a partir do rio é aquela vivenciada principalmente pelos pescadores e pelos usuários que se utilizaram da navegação nos tempos passados em que esse modal de transportes foi utilizado.

Para o objeto em análise, a cidade de Matias Cardoso, dada a sua relação com o rio São Francisco, torna-se imperativo - nesse momento em que se busca um referencial para nos guiar acerca das proposições deste trabalho - discutir também o conceito de um tipo de paisagem bastante específica, que vem imbuída de um apelo cultural muito forte para o povo



da região são franciscana, que é a paisagem fluvial consolidada ao longo de vários séculos, ou seja, dada pela relação das comunidades ribeirinhas com o Rio São Francisco.



Figura 86. GORHAM, Reginald. **Morrinhos, 40.** Matias Cardoso, MG: [s.n.], [ca.1927]. 1 foto, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 8,3 x 14 em Cartão-suporte: 15,8 x 22,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon669862/icon669862.jpg>. Acesso em: 8 jan. 2016.

Segundo Prichoa et al (2014), "a paisagem fluvial é definida como uma paisagem em cuja origem e dinâmica o rio é o elemento principal". Em Matias Cardoso há uma forte relação de intimidade com o rio, reconhecido pela sua população como marco e referência para diversas atividades citadinas, dentre elas o lazer, a pesca, o ócio e o turismo. Para Costa (2006), esta relação de intimidade estabelecida entre as cidades brasileiras e os rios são muito antigas. A autora descreve que muitas cidades coloniais surgiram às margens desses rios. "Os rios tinham muito a oferecer além da água: controle do território, alimentos, possibilidade de circulação de pessoas e bens, energia hidráulica, lazer, entre tantos outros". (COSTA, 2006, pág. 10) Para a autora, "reconhecer o rio como paisagem, portanto, é habitar o rio". (COSTA, 2006, pág. 11)

A paisagem fluvial do rio São Francisco possui grande valor como patrimônio cultural, ambiental e paisagístico para as regiões norte mineira e Nordeste brasileira. Foi através desse rio que se possibilitou a ocupação do Norte de Minas, do início de sua economia agropastoril, onde o Arraial de Morrinhos esteve no epicentro desse processo. Essa paisagem fluvial é muitas vezes comprometida pela ausência de um planejamento urbano mais efetivo, que considere a relação das cidades norte mineiras com o rio, sendo perceptível em algumas delas a falta de visibilidade para a paisagem da orla, que muitas vezes é suprimida por edificações ou por um traçado urbano que faz com que as cidades deem as costas para o rio, como ocorre em Matias Cardoso. Nesse sentido, ao olhar para o rio, Costa (2006) vai tratar, daquilo que ela chama de "espaços livres de edificações", e das possibilidades que este elemento natural cria para a fruição da paisagem da cidade:

O desenho da paisagem fluvial urbana na escala do pedestre que favorece esta fruição inclui possibilidades de caminhar ao longo do rio e de ter acesso físico a



água. Permite ainda atravessar para a outra margem, onde as pontes que trazem um outro ritmo ao seu percurso são também como terraços que permitem observar os horizontes urbanos estando sobre a água. (COSTA, 2006, pág. 11)

Ressaltada a importância dessa paisagem fluvial, recorremos novamente ao trabalho do explorador e naturalista Richard Burton (1983) que foi um dos primeiros⁵⁴ *flâneur's* a descrever os elementos da paisagem fluvial do rio São Francisco e do território de Matias Cardoso, ainda em finais do século XIX, sob o ponto de vista de um navegante, que ali aportou e a partir do seu desembarque no cais, realizou a sua descrição sobre o arraial. A descrição de Burton sobre as paisagens vivenciadas em sua exploração pelo rio São Francisco nos oferece a narrativa de um momento no passado onde conseguimos nos imaginar ali, através da visão desse explorador. Assim o fez em Matias Cardoso, onde seguiu descrevendo a arquitetura da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o acesso ao morro e a vista da paisagem são franciscana lá de cima.

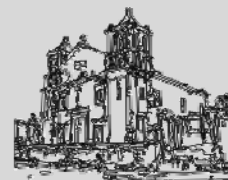
Retomando a posição de *flâneur*, percorremos agora os distritos e povoados da zona rural de Matias Cardoso, a fim de nos aproximarmos de sua realidade cultural ainda mais velada, e onde acreditamos se encontrarem as manifestações culturais menos influenciadas pelo contato com outras culturas. Sem a presença de uma guia local, no entanto, seria impossível tomar conhecimento destas comunidades, pois muito pouco se tem de informação disponível sobre estes locais.

Da cidade de Matias Cardoso nos deslocamos para o povoado de Porto da Balsa que se localiza na porção norte do território matiense. Esse trajeto teve que ser realizado através da utilização de um veículo devido a distância de 13 quilômetros a ser percorrida. Durante o percurso, ao sairmos dos limites urbanos da cidade, a paisagem que se revelou foram de pequenas propriedades de criação de gado que vão se alternando com áreas irrigadas de banana. Notamos ali, o confronto de duas matrizes econômicas que predominam no município, a criação de gado (figura 87) e a fruticultura irrigada (figura 88), sendo que a primeira tem perdido espaço para a segunda, por esta ser mais rentável à medida que o Projeto Jaíba avança pelas terras matienses.

A cerca de 9 quilômetros de Matias Cardoso, chega-se ao Quilombo de Praia⁵⁵, comunidade de remanescentes quilombolas reconhecida pelas autoridades federais desde o

⁵⁴ Antes de Burton, a paisagem matiense havia sido descrita pelo explorador Henrique Halfeld (1860, p. 16) entre os anos de 1852 a 1854. O Relatório de Halfeld pode ser acessado no site do Senado Federal através do link: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185636>> Acesso em: 11 Março 2016.

⁵⁵ Segundo a Fundação Palmares (2016), "quilombolas são os descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos". Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> Acesso em 29 de Fevereiro 2016.



ano de 2005. Esta comunidade consta de cerca de 45 famílias cujas habitações se encontram localadas, em sua grande maioria, em uma faixa de cerca de 1,5 quilômetros ao longo da rodovia MG-401. Esta comunidade sobrevive da agricultura, artesanato e da pesca de subsistência, além de receber alguns programas governamentais voltados para comunidades quilombolas. As edificações da comunidade possuem padrão construtivo similar ao da periferia de Matias Cardoso, construídas em alvenaria de tijolos cerâmicos e telhados em duas águas. A maioria das edificações não aparenta ter mais de 40 anos, e existem poucos exemplares edificados mais antigos construídos em adobe ou taipa de mão. O único espaço de uso público da comunidade é um centro comunitário, onde também são comercializados artigos do artesanato local.



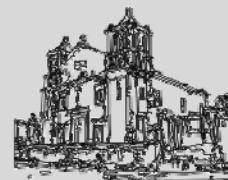
Figura 87. Fazenda de criação de gado. Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 88. Área de fruticultura irrigada. Fonte: Acervo do Autor, 2016.

Um pouco mais à frente dessa comunidade, existe uma área de invasão de trabalhadores sem terras, que também se intitulam quilombolas, sendo que alguns são moradores do Quilombo de Praia, e reivindicam a desapropriação de uma porção de terras entre a rodovia e o Rio São Francisco, para a expansão das áreas de plantio da comunidade de Praia. Quando chegamos ao local fomos recebidos com certa desconfiança, esta sendo quebrada logo que explicamos o objetivo da visita. Ali, se amontoavam alguns barracos de lona em situação bastante precária, com falta de qualquer infraestrutura, sem água e sem energia elétrica. Neste local, foi possível observar o trabalho coletivo daqueles agricultores, que estavam debulhando o feijão colhido recentemente (figura 89).

Depois do assentamento chega-se a comunidade de Porto da Balsa (figuras 90 e 91), às margens do Rio São Francisco. A pequena comunidade se limita a pouco mais de duas dezenas de construções localadas nas duas margens da rodovia MG-401, que vai de encontro às margens do rio. Nesta comunidade se encontram diversos bares que servem como local de aconchego para aqueles que aguardam o horário da travessia da balsa, que acontece de hora



em hora. Ali os que aguardam, à sombra e protegidos do escaldante sol norte mineiro, podem apreciar uma bebida gelada e se deliciar com os tira-gostos à base de peixe frito. O padrão das edificações da comunidade é bastante simples, construídas em alvenaria e cobertas com telhas cerâmicas. As construções mais próximas das balsas são de uso misto, possuem um bar na frente e residência nos fundos.



Figura 89. Quilombolas sem-terra em ofício de debulhar feijão. Acervo do autor, 2016.



Figura 90. Comunidade de Porto da Balsa, local de travessia para a cidade de Manga. Acervo do autor, 2016.



Figura 91. Imagem de satélite da comunidade de Porto da Balsa. Fonte: Google Earth, 2016.

De Porto da Balsa, bifurca-se uma estrada de terra batida que margeia o rio São Francisco no sentido norte, onde se encontram diversas propriedades rurais, entre pequenos e grandes latifúndios. A paisagem rural do trajeto que vai até bem próximo à foz do Rio Verde Grande, é alternada entre pequenas áreas irrigadas de fruticultura, pastos e casas rodeadas por pomares. A paisagem geográfica observada é de uma planura infinita aos olhos do observador, sendo delineada pelo rio São Francisco à esquerda e por uma grande massa de vegetação à direita. Este trajeto é interrompido após percorrido cerca de 14 quilômetros, pois nas proximidades da foz do Rio Verde Grande, existe o Parque Estadual Verde Grande, que consiste em uma área de preservação ambiental de proteção integral.



Durante o trajeto entre Matias Cardoso e o Porto da Balsa podemos perceber em determinados trechos um processo de urbanização difusa⁵⁶, posto que, dado a proximidade entre essas comunidades e a cidade de Matias Cardoso, bem como a rede de infraestrutura existente, dotada de pavimentação asfáltica no trecho da rodovia MG 401, energia elétrica, redes de telefonia fixa e móvel e água encanada, além da pequena proximidade entre uma habitação e outra, traz características urbanas a essas áreas que se encontram fora do perímetro urbano de Matias Cardoso. As comunidades de Praia e Porto da Balsa, com isso, se tornaram uma espécie de subúrbio no processo de urbanização de Matias Cardoso.

Do lado sul do território matiense, visitamos o Quilombo da Lapinha⁵⁷, que dista cerca de 15 quilômetros da sede do município. Durante o percurso, feito em boa estrada de terra, nos chamou a atenção a sequência de pequenas propriedades rurais pelo caminho e de muitas áreas irrigadas das culturas de banana e limão. Em todo o trajeto até o quilombo, fomos margeando o rio São Francisco à distância de cerca de quinhentos a mil metros de suas margens.

Ao chegarmos à comunidade, encontra-se uma placa amarela que identifica o Quilombo (figura 92) e, ao mesmo, tempo expõem o orgulho desta por ser certificada pelo governo federal como uma autêntica comunidade de remanescentes quilombolas. Dentro da comunidade fomos recebidos pelos moradores locais. O que nos chamou a atenção naquela comunidade foi a forma da disposição das casas no local. Existem dois arruamentos que se abrem para um grande terreiro. As casas não seguem o alinhamento desses dois arruamentos, sendo que muitas delas estão dispostas ao redor do terreiro, como se configurasse este espaço como uma praça. No centro do terreiro (figura 93) encontra-se um pequeno centro comunitário e um grande umbuzeiro⁵⁸. O terreiro é o centro da vida social da comunidade, onde são celebradas as reuniões e as manifestações culturais dessa gente. O centro cultural é a única edificação em formato circular, onde são realizadas reuniões, e são celebradas missas, cultos e pequenas apresentações. A maior parte das casas se encontram voltadas para o centro desse terreiro, sem diferenciação social, como é o propósito dessa população. Apesar de cada residência ser considerada propriedade privada de cada uma família, o terreno é tido como

⁵⁶ Segundo a American Planning Association, entende-se por urbanização difusa (ou crescimento urbano descontrolado): um processo de crescimento e de desenvolvimento de conjuntos urbanos de forma pouco controlada, normalmente de baixa densidade em áreas anteriormente rurais e com uma relativa proximidade a áreas urbanas, equipamentos e infra-estruturas. (BARBOSA, 2005, p.2)

⁵⁷ Essa comunidade passou a ser reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, registrada no livro de cadastro geral número 003, registro número 232, folha 38. O certificado foi emitido em 02 de junho de 2005.

⁵⁸ O umbuzeiro é uma árvore frutífera bastante comum na caatinga. O seu fruto o umbú é bastante apreciado pelo sertanejo, tanto para a degustação, como para se fazer sucos, licores e doces. As raízes do umbuzeiro tem uma espécie de cacimba de água, que em determinadas épocas de seca, são utilizadas para saciar a sede humana.



propriedade da comunidade e o trabalho é desenvolvido de forma coletiva, sendo que as áreas plantadas são compartilhadas pela comunidade. Ali ainda existe uma padaria comunitária, única edificação dotada de energia elétrica no local.



Figura 92. Entrada da Comunidade da Lapinha.
Fonte: Acervo do autor, 2016.

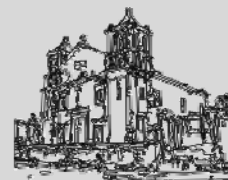


Figura 93. Terreiro central da Comunidade da Lapinha. Fonte: Acervo do autor, 2016.

As edificações da Lapinha, em sua grande maioria, são construídas com a tradicional técnica da alvenaria de tijolo de adobe assentados sobre argamassa de barro. As casas são cobertas com engradamento de madeira roliça e telhas cerâmicas. Muitas casas não possuem reboco e o piso interno é de terra batida. Segundo os moradores locais, ainda hoje muitas dessas habitações são construídas com essa técnica secular, embora a maioria das casas mais recentes sejam feitas de tijolos industrializados. Geralmente os filhos, à medida em que vão se casando, constroem suas casas nos arredores das casas dos pais, formando pequenos clãs familiares.

Ao pesquisarmos um pouco mais sobre essa comunidade, descobrimos que anteriormente esta era conhecida como Tapera, e, segundo informações coletadas no Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES, o quilombo existe ali desde o final do Século XVII, formado a partir de negros rebelados, fugitivos das fazendas da Bahia, sendo, portanto, contemporânea ou até mesmo anterior à fundação de Matias Cardoso. A comunidade de Quilombo da Lapinha é constituída por cerca de setenta famílias e é composta pelas comunidades de Vargem da Manga, Lapinha, Saco, ocupação Rio São Francisco e Ilha da Ressaca, esta última uma ilha fluvial de pescadores e vazanteiros, onde a maioria deles são remanescentes quilombolas.

Da Lapinha retornamos pela mesma estrada da vinda e, passando pela cidade de Matias Cardoso, avançamos em sentido leste para as comunidades rurais de Lajedão, Lajedinho e Gado Bravo (Rio Verde de Minas). Lajedão foi a primeira comunidade do nosso



roteiro, que dista cerca de 20 Km da sede do município, também por boa estrada de terra. Nesse primeiro trecho somos acompanhados em ambos os lados da pista pelo Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro, também conhecido como Parque da Mata Seca. No período em que realizamos a visita fomos agraciados pela bela vista da mata verde deste parque, posto que choveu na região durante quinze dias ininterruptos no mês anterior, em janeiro. Pelo caminho, várias lagoas empoçadas pela chuva serviam como palco para a apresentação de um panapaná de borboletas amarelas e de passarinhos dos mais variados a cantarolar, embelezando ainda mais a paisagem. Parecia uma sinfonia de sabiás, sôfres, tico-ticos, cardeais, lavadeiras e periquitos, dentre outros vários cujas espécies não conseguimos identificar (Figura 94).



Figura 94. Imagens de pássaros do Parque Lagoa do Cajueiro. Fonte: Fotógrafo Manoel de Freitas, 2014. Disponível em: <<https://segredinhosdadedeb.wordpress.com/2015/03/30/manoel-freitas-o-fotografo-do-sertao-de-minas-gerais/>> Acesso em 26 Fevereiro 2016.

Nos meses secos do ano, que ocorre geralmente de maio a outubro, essa paisagem natural se transforma completamente: o verde dá lugar ao acinzentado, e as flores e folhas são substituídas por gravetos retorcidos e espinhos (figuras 95 e 96).



Figura 95. Vista para a mata verde (período das chuvas), com detalhe para duas paineiras rosas, árvores símbolo da caatinga. Fonte: Acervo do autor, 2016.



Figura 96. Vista para a mata seca. Fonte: Consórcio Logos/Agrar, 2015.



Depois de percorrida a estrada quase que em linha reta, chegamos à comunidade de Lajedão (figura 97). A primeira impressão que se tem é de que este distrito parece ter sido tirado do poema "Cidadezinha Qualquer", de Carlos Drummond de Andrade (1978, p.34):

Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.
Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.
Eta vida besta, meu Deus.

Na chegada, uma rua reta leva a uma grande praça em formato de trapézio, ladeada por casas e pequenos comércios, todos no alinhamento das vias (figura 98). Pelas ruas, pequenas janelas anunciam olhares curiosos para com o forasteiro. À frente de algumas casas existem bancos de madeira, onde os moradores "batem os seus dedos de prosa" e de onde também observam o tempo passar bem devagar. Ainda pelas ruas, algumas motos, bicicletas, carroças, muares a vaguear e pouquíssimos carros. Lá, onde a violência urbana parece inexistir, existem poucos muros a cercar as casas, e os fundos dos quintais ainda são separados por cercas de arame, madeira ou cercas vivas. Em localidades como esta, existe uma transição suave entre o espaço de uso público e o privado, as construções dialogam com a paisagem natural e com o espaço público construído, e passam a fazer parte destes. As casas com suas janelas, bancos e pessoas são o pano de fundo dessa paisagem interiorana. A impressão que tivemos ao caminhar por suas ruas, é que ali as pessoas ainda vivem em um modelo de sociedade que conserva as relações de vizinhança e aonde todos zelam pelo bem de todo mundo.



Figura 97. Imagem de satélite do Distrito de Lajedão. Fonte: Google Earth, 2016. Legenda: 1. praça do distrito; 2. Campo de futebol; 3 escola.

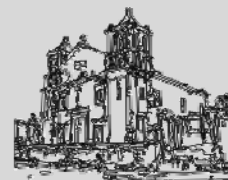


Figura 98. Vista para a praça de Lajedão. Fonte: Acervo do autor, 2016.

Em Lajedão, foi-nos disponibilizado por um vereador da comunidade um segundo guia que nos conduziu a partir dali para o principal atrativo da localidade, as "Grunas do Lajedão" (figura 99), uma grande formação rochosa de peculiar beleza cênica. Da comunidade até esse local são cerca de dois quilômetros por uma estrada de terra bem estreita e cheia de pedras pontiagudas pelo caminho, passando por dentro de algumas fazendas de gado. Ao chegarmos ao local onde foi deixado o carro, dali caminhamos cerca de 500 metros passando por debaixo de cercas de arame farpado e por dentro de pastagens cheias de gado solto. Ao longe, a grande mancha petrificada se destacava na paisagem.

Chegando ao local das Grunas, depara-se com uma imensa formação rochosa tão extensa que foi difícil mensurar o seu tamanho, que parecia se estender por alguns quilômetros. As pedras ali eram extremamente pontiagudas e cortavam como navalhas. Por cima das pedras, a pouca vegetação existente são alguns arbustos que cresciam na areia acumulada sobre as rochas. Desta vegetação se destaca um tipo de cacto pequeno, com uma cabeça vermelha (figura 100), que é comestível e do qual é feito um delicioso doce, ou "cocada" segundo nos informou os moradores de Lajedão.



Figura 99. Grunas de Lajedão. Fonte: Arquivo do autor (2016)



Figura 100. Vegetação das grunas- cacto. Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso (2014)



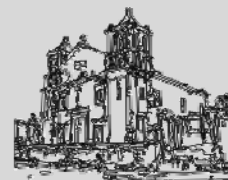
A impressão ao se adentrar mais ao centro das grunas é a de estar no meio de uma floresta petrificada. Foi possível observar algumas piscinas naturais formadas pela água da chuva empossada, e em outro local um pequeno labirinto entre as pedras mais altas. O potencial turístico dessa região foi apontado em 2015, pela equipe responsável pela elaboração do novo Plano Diretor de Matias Cardoso, sendo assim descrito:

a APA do Lajedão, como citado anteriormente nos aspectos físicos do município, apresenta uma paisagem única, sendo composta por afloramentos de calcário, uma flora extremamente peculiar e diversas formações cársticas, inclusive cavidades, tornando-se um diferencial entre as outras paisagens do município, podendo atrair turistas interessados em atividades de trekking, espeleologia, dentre outras. Em algumas destas cavidades foram diagnósticas ossadas e pintura rupestre e demonstrando elevado potencial arqueológico. (ARCADIS Logos/Agrar, 2015, p.147)

De Lajedão, deixamos o guia local e partimos para Lajedinho, distante cerca de sete quilômetros desse distrito. Passando pela estrada, assistimos uma paisagem rural constituída por várias fazendas de criação de gado margeando as duas margens da pista. Em Lajedinho (figura 101), a sua forma urbana é do tipo linear, sendo que predomina a disposição das casas ao longo da sua via principal. Muitas casas são construídas no alinhamento dessa via, mas foi possível notar uma maior incidência de habitações cercadas por muros e recuadas da frente do lote. Tratam-se das construções mais novas. A partir dessa via principal, se articulam vias secundárias e duas ruas paralelas de cada lado da via principal.



Figura 101. Imagem de satélite do Distrito de Lajedinho. Fonte: Google Earth, 2016. Legenda: 1. Praça da igreja.; 2. Campo de futebol; 3. Morro do Lajedinho.



Os espaços públicos existentes em Lajedinho, que são a praça da sua pequena capela e um campo de futebol se encontram incrustados no meio de suas quadras e cujo único acesso se faz pela sua via principal. O que nos chamou a atenção em sua paisagem é uma pequena afloração rochosa - o Morro do Lajedinho, do lado direito da comunidade, já na saída para Gado Bravo, cuja elevação tem cerca de 25 metros de altura, e que dá nome ao lugar.

Saindo de Lajedinho até o distrito de Rio Verde de Minas, mais conhecido como Gado Bravo, são dezessete quilômetros. Pelo caminho existem muitas fazendas de gado e alguns trechos de mata preservada. Rio Verde de Minas (figura 102) é o maior distrito de Matias Cardoso, com cerca de 1.064 pessoas vivendo em sua área urbana (IBGE, 2010).



Figura 102. Imagem de satélite do Distrito de Rio Verde de Minas. Fonte: Google Earth, 2016. Legenda: 1. Parque de Vaquejada; 2. Rio Verde Grande; 3. campo de futebol; 4. escola; 5. praça.

Na entrada desse distrito destaca-se, à direita, um parque de vaquejada. A vaquejada é uma das práticas esportivas mais apreciadas pelos norte mineiros, e existe inclusive um circuito regional (campeonato) que passa por diversas cidades e distritos da região. O esporte leva pequenas multidões a esses parques e consiste em uma dupla de cavaleiros a derrubarem um boi pelo rabo, o mais próximo possível de uma linha pré-estabelecida. No final das competições começam os tradicionais forrós que se estendem por toda a noite. Além da tradicional vaquejada são realizadas outras modalidades esportivas, em Gado Bravo como as competições de argolas (figura 103). O distrito de Rio Verde possui a melhor infraestrutura urbana, com arruamento e quadras já definidos em forma de grelha. Conta ainda com algumas vias pavimentadas, escola, posto de saúde, pequenos comércios e sinal de telefonia celular. O



padrão construtivo também é similar aos outros dois distritos visitados, com predominância de edificações construídas no alinhamento das vias. Este distrito é banhado pelo Rio Verde Grande, sendo que neste trecho, o rio limita os municípios de Matias Cardoso e Gameleiras. O Rio Verde Grande, serve como fonte de abastecimento de água para a população, animais e pequenas áreas irrigadas, e como meio de trabalho para pescadores e lavadeiras, sendo muito procurado também para o lazer de sua população, contando com pequenas praias onde seus moradores buscam se refrescar do calor em seus momentos de ócio (figura 104).



Figura 103. Competição de argolas em Gado Bravo. Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2014.



Figura 104. Área de lazer no Rio Verde Grande. Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2014.

Durante o nosso percurso pelo território matiense, encontramos um mosaico de paisagens diversificadas, fruto da apropriação mais intensa do homem durante quatro séculos nesse espaço e também devido às transformações sociais e econômicas por que tem passado o município. As paisagens que sofreram a interferência humana e consideradas tradicionais para a região, como as das fazendas de gado (figura 105), vão dando lugar a uma nova paisagem, a da fruticultura irrigada. No lugar de campos de capim pontilhados por rezes brancas - pois por lá predomina a criação do gado nelore - vão surgindo plantações densas de banana e limão. O capim dos pastos durante o ano apresenta duas matizes de cores bem definidas, o verde nas chuvas e o dourado nas secas. Já a fruticultura irrigada se mantém verde o ano todo. Mudam-se também os cheiros, as sensações de secura e umidade, a especialização da mão de obra, a tecnologia implantada na agricultura. Existem plantações irrigadas no município que podem ser gerenciadas à distância, pelo próprio *smartfone* do dono ou do engenheiro agrônomo responsável. Essa nova forma de apropriação do espaço agrícola também cria novas relações culturais urbanas e rurais, como a celebrada Festa do Limão em Matias Cardoso, que já ocorre há mais de dez anos, sendo hoje em dia a principal festa pagã do município e que atrai multidões de todo o Norte de Minas e sul da Bahia.



As fazendas de gado trazem a essência da sociedade pastoril que caracterizou a região norte mineira como região dos currais. Muitas dessas fazendas são seculares (figura 106), e seus nomes são mantidos até hoje desde a época dos primeiros povoadores dessa sociedade pastoril, conforme pesquisamos em documentos do Século XVIII, como o Roteiro de Quaresma e Roteiro Antonil (VIANNA, 1935).



Figura 105. Por do Sol em uma fazenda em Matias Cardoso. Fonte: Comunidade Rio Verde de Minas. (2015) Disponível em: <<https://www.facebook.com/Rio-Verde-de-Minas>> Acesso em 02 Fevereiro 2016.



Figura 106. Fazenda centenária na zona rural de Matias Cardoso. Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2013.

Entre as paisagens tradicionais também estão as das ilhas e as beiras de rio onde vivem populações vazanteiras (figura 107), que promovem ali uma agricultura de subsistência, tirando partido da fertilidade e umidade das margens do rio São Francisco. Nesses locais são cultivadas culturas como o milho, o feijão e a mandioca. Do milho, além do alimento, se faz a ração para as aves e os suínos. Da mandioca, a farinha e a fécula, esta última, base para a produção dos biscoitos.

Nas comunidades vazanteiras se encontram muitos pescadores (figura 108), que tem no pescado um complemento para a sua dieta e também uma atividade comercial para garantir a compra de produtos não produzidos em suas pequenas propriedades. Esta sociedade de vazanteiros, juntamente com a dos criadores de gado e os quilombolas, são os remanescentes mais antigos do processo de ocupação da região são franciscana.

Em nosso percurso observamos também os diversos tipos de técnicas construtivas tradicionais no município. Entre as construções mais antigas apenas a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a Casa dos Padres foram construídas com alvenaria de tijolos queimados, utilizando-se de argamassa com cal. Para a construção destas, conforme os dizeres locais, foram trazidos pedreiros e carpinteiros da Bahia. No núcleo urbano são mais comuns as casas em alvenaria de tijolos queimados, que se referem as construções mais novas. Entre



as construções mais antigas da cidade, nas propriedades rurais e nas comunidades de remanescentes quilombolas ainda se encontram construções edificadas em tijolo cru de adobe ou de pau a pique, técnicas construtivas que são remanescentes dos primeiros povoadores.



Figura 107. “Vazanteiros” em Matias Cardoso plantando junto as margens do Rio São Francisco.
Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2015.



Figura 108. Pescador ribeirinho em Matias Cardoso.
Fonte: Portal Giro de Notícias. Disponível em : < http://www.girodenoticias.com/userfiles/image/cc_rio.jpg > acesso em 28 jul. 2015.

Procuramos anteriormente descrever os elementos da paisagem matiense a partir das impressões vivenciadas por um *flâneur* que percorreu a cidade e parte do município procurando identificar esses elementos, bem como a observação das surpresas e descobertas que só podem ser descritas em uma experiência vivenciada *in loco*. A percepção da paisagem, a partir da *flânerie* pode variar de pessoa para pessoa dependendo da sensibilidade do olhar, do conhecimento pré-estabelecido e da disposição que o observador ou *flâneur* emprega em seu trabalho de campo. Partiremos agora para uma leitura mais técnica acerca da percepção desta paisagem, cujo objetivo é a apresentação de uma análise acerca dos elementos marcantes nessa paisagem matiense.

4.3.2. Os elementos simbólicos da paisagem matiense

O próximo passo objetivado, partindo das nossas observações de campo e com base na metodologia de Lynch (1999) - utilizada por ele para se reconhecer os elementos marcantes e simbólicos da cidade - será aqui adaptada buscando-se identificar estes elementos e sua interação na paisagem natural, construída ou modificada no território de Matias Cardoso.

Ghilard & Duarte (2006) comentam que “autores de diversas disciplinas vêm estudando a presença da paisagem natural nas cidades não só do ponto de vista ecológico, mas principalmente através da experiência humana com estes espaços”. Isto vem de encontro com o que Lynch (1999) descreveu em seu livro como paisagem e percepção. Para Lynch (1999), a



paisagem é algo que está sempre além do que a vista alcança, impregnada de memórias e significações. Ainda segundo o autor, a imagem da cidade – bem como sua legibilidade – é importante, na medida em que a cidade não deve ser tratada como algo em si mesmo, mas sim como objeto da percepção de seus habitantes e base da memória coletiva e da comunicação entre os grupos que nela habitam.

Em sua metodologia, Lynch identificou que os elementos que as pessoas utilizam para estruturar sua imagem da cidade, podem ser agrupados em cinco grandes tipos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Estes cinco elementos serão aqui descritos com sua respectiva análise voltada para compreensão do espaço urbano de Matias Cardoso (mapa 14):

“Os caminhos são canais ao longo dos quais o observador costumeiramente, ocasionalmente, ou potencialmente se move”. (LYNCH, 1999, p. 52) Nesta análise, os caminhos são as vias principais que estruturam o fluxo viário na cidade. Em Matias Cardoso corre um eixo perimetral que vem no sentido norte sul, fazendo a ligação rodoviária entre Jaíba e Porto da Balsa e de lá para Manga. Esse eixo, que no trecho urbano recebe o nome de Avenida Udon Chaves, ainda encontra uma bifurcação que dá acesso aos três distritos do município e aos municípios de Gameleiras, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa. O outro eixo viário também se desenvolve no sentido norte sul, e é aquele que dá acesso à área central e à orla da cidade. O acesso para quem vem do sentido de Jaíba é pela Avenida Machado de Assis, e de quem vem no sentido de Manga, pela Avenida Getúlio Vargas. Essas duas vias possuem a maior quantidade de usos comerciais e institucionais na cidade. Para se chegar à orla, o trajeto mais comum por quem vem por estas duas vias é passar pela Praça Cônego Maurício e dali descer por uma das vias perpendiculares à esta, para a Avenida Beira Rio.

“Os limites são elementos lineares constituídos pelas bordas de duas regiões distintas, configurando quebras lineares na continuidade”. (LYNCH, 1999, p. 52). Em Matias Cardoso estes limites são a própria margem do Rio São Francisco, o Morro dos Jesuítas, a Lagoa das Piranhas e duas propriedades rurais incrustadas nas bordas do perímetro urbano.

“Os bairros são partes razoavelmente grandes da cidade na qual o observador “entra”, e que são percebidas como possuindo alguma característica comum, identificadora”. (LYNCH, 1999, p. 52) Em Matias Cardoso existem cinco bairros e o centro. O centro é a área com a maior diversificação de usos da cidade, onde se encontram a maior parte dos comércios, serviços, pensões e restaurantes. Nele estão também os edifícios de valor cultural no município. No centro tem-se como via predominantemente comercial a Avenida Getúlio Vargas. Na Praça Cônego Maurício tem-se comércios, pensões, bares, restaurantes e edifícios



institucionais e religiosos, e também algumas residências. As demais vias são em sua maioria residenciais, e na orla predominam as casas de veraneio. Os demais bairros são residenciais, sendo o bairro Alto Bonito, na zona sul da cidade, onde se encontram as famílias de maior poder aquisitivo, e no Bairro Eldorado, na zona leste, de padrão mais popular. Os bairros Cidade Nova e Gameleiras, por serem cortados pela Rodovia MG-401, possuem alguns comércios e edifícios institucionais ao longo dessa via.

“Os pontos nodais são pontos estratégicos na cidade, onde o observador pode entrar, e que são importantes focos para onde se vai e de onde se vem”. (LYNCH, 1999, p. 52) Em Matias Cardoso, o principal ponto nodal é a rotatória que liga a Rodovia MG-401 - no sentido de quem chega de Jaíba- ao centro e pela sua continuação até Porto da Balsa. Outro ponto nodal é a rotatória em sentido contrário, ou seja, de quem vem de Porto da Balsa, que se liga ao centro e à continuação da MG-401. Por fim, o outro nó dá-se no acesso aos distritos do município.

“Os marcos são elementos pontuais nos quais o observador não entra. Podem ser de diversas escalas, tais como torres, domos, edifícios, esculturas, etc”. (LYNCH, 1999, p. 53). O principal marco dessa paisagem urbana é o Morro dos Jesuítas. O morro é um elemento natural que se destaca nessa paisagem, que deu a denominação ao antigo arraial e ponto de referência para os que chegavam pelo rio ou pelas estradas boiadeiras. Existem dois acessos ao morro: um por trilha entre as matas e suas pedras afloradas e, outro, por uma pequena estrada construída por uma operadora de telefonia para dar manutenção em sua torre locada no alto do morro. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Casa dos Padres e o antigo cemitério são os marcos edificados que se destacam nesta comunidade pela sua importância histórica e pelo seu valor arquitetônico, cultural e religioso para essa sociedade. A seguir está representado um mapa (mapa 15) síntese da análise da paisagem urbana de Matias Cardoso, onde procuramos destacar todos os elementos acima identificados:



Mapa 15. Representação dos elementos da paisagem urbana em Matias Cardoso.

LEGENDA

1. Rio São Francisco		limites
2. Morro dos Jesuítas		caminhos
3. Igreja de N. S. da Conceição		marcos
4. Casa dos Padres		pontos nodais
5. Cemitério		bairros
6. Lagoa das Piranhas		



Com base na metodologia de Lynch (1999), identificamos os elementos que constituem a paisagem urbana matienense, entendendo as relações espaciais que conformam este ambiente urbano. Esta metodologia nos permite enxergar a cidade de cima, onde os elementos marcantes e simbólicos da paisagem urbana foram revelados e inter-relacionados. Neste espaço urbano, se destacam como elementos naturais o rio São Francisco e o Morro dos Jesuítas, que delimitam e direcionam o crescimento urbano da cidade. A delimitação entre o perímetro urbano e rural também direciona os fluxos de crescimento da malha urbana, pois a cidade delimita-se com algumas áreas rurais irrigadas, que são muito mais valorizadas e lucrativas enquanto área rural do que como área urbana, dado o valor agregado dos produtos agrícolas produzidos. Nesse embate, a cidade tende a crescer ocupando o espaço de áreas agrícolas não irrigadas, cujo valor da terra é muito mais inferior do que essas áreas irrigadas. Os marcos edificados e reconhecidos por sua população se encontram todos na área central da cidade e formam o seu núcleo histórico. A forma urbana apresenta características de crescimento linear, acompanhando a Rodovia MG-401, onde, conforme já dissemos anteriormente, entre Matias Cardoso e Porto da Balsa, já começa a configurar-se um processo de suburbanização dessa área rural.

A metodologia de Lynch, embora tenha sido desenvolvida para uma análise urbana, pode nos ajudar também a compreender os elementos da macro paisagem do município de Matias Cardoso. A grande dificuldade aqui é de se ampliar este estudo para o contexto do município, dada a quantidade de elementos que compõem a paisagem do seu território, onde procuraremos relacionar àqueles que são mais significativos do ponto de vista patrimonial (cultural e ambiental), assim como os que estruturam e delimitam o seu espaço territorial (mapa 16).

Os limites territoriais aqui identificados são aqueles que demarcam fortemente a paisagem em suas fronteiras com outros municípios. O principal limite deste território é o rio São Francisco, que faz a demarcação entre os municípios de Matias Cardoso e Manga à Noroeste, e São João das Missões e Itacarambi à Sudoeste. O Rio Verde Grande é o elemento limítrofe desse município com os municípios de Malhada e Iuiú, no Estado da Bahia, e Gameleiras, em Minas Gerais. Os demais limites identificados estão incrustados no interior do território municipal, e são os que delimitam os parques estaduais - áreas de preservação ambiental e reserva legal - que restringem, limitam ou direcionam o crescimento urbano e a expansão da agricultura e pecuária no município.

Os caminhos - que no contexto do território são as estradas rurais de Matias Cardoso - conectam os principais pontos de interesse patrimonial no município e se desenvolvem no



sentido sul / norte, margeando o rio São Francisco em direção à sede do município, o principal ponto nodal deste território. Da sede municipal, se articula uma outra via em sentido à leste, na direção dos outros três distritos, dos parques estaduais e áreas de preservação ambiental.

Os principais marcos desta abordagem municipal são o Quilombo da Lapinha (figura 119), a Ilha da Ressaca (figura 110) e a Lagoa do Cajueiro (figura 111), esta última dentro do parque estadual do mesmo nome, que se encontram na região sul do município. Em sentido norte, os marcos identificados foram a Ilha do Curimatá, que é próxima ao Quilombo de Praia (figura 112) e a área do Rio Verde Grande que forma um alagadiço, conhecida como "Pantanal de Minas", de grande beleza cênica e importância ambiental (figura 113). Da sede do município em direção à leste, os marcos identificados nessa paisagem foram o conjunto arquitetônico do povoado de Lajedão (figura 114), as Grunas (figura 115) e o conjunto formado pelo rio Verde Grande de Minas e suas praias ribeirinhas (figura 116).

Finalizando esta análise, como a metodologia de Lynch é aplicada ao estudo urbano, e como não temos a divisão de "bairros" no contexto do município, e sim regiões, que no caso de Matias Cardoso só são duas regiões territoriais, a do distrito sede e a do distrito de Rio Verde de Minas, optamos por analisar os usos do solo - que são mais diversificados- e que melhor caracterizam as porções deste território. No território matiense foram identificados os usos do solo municipal a partir dos dados levantados pela "Leitura Técnica" da revisão do novo Plano Diretor do município (Consórcio ACADIS Logus / Agrar, 2015, p.67).

Na porção mais a leste, e limitando-se com o Rio Verde, encontram-se os usos mais ligados à agricultura e pecuária, e, nas margens dos dois rios Verde e São Francisco, as atividades extrativistas, a pesca e as plantações nas vazantes dos rios. Os usos ligados às áreas de preservação ambiental possuem grande relevância, pois consistem em quase 49% do município (36% só em áreas de parques estaduais e APA's). Há ainda duas áreas federais destinadas ao assentamento de trabalhadores sem terra. Os assentamentos humanos estão distribuídos de forma bastante dispersa no município, em grandes latifúndios de criação de gado, em áreas de fruticultura, em pequenas aglomerações rurais, em povoados remanescentes quilombolas e em povoados próximos às margens dos rios onde vivem os vazanteiros. As principais aglomerações urbanas, sendo a sede e os três distritos se distribuem na direção leste / oeste do território. No mapa a seguir (mapa 16), podemos compreender melhor como se articulam no território os elementos simbólicos componentes da paisagem municipal matiense que conseguimos identificar.



Figura 112. Ilha Fluvial do Curimatá.

Disponível em: <

http://www.panoramio.com/photo_explorer#user=1281413&with_photo_id=30785749&order=date_desc> Acesso em 14 Março 2016.



Figura 109. Comunidade Quilombola da Lapinha. Fonte: Acervo do autor, 2016.



Figura 110. Ilha fluvial da Ressaca. Fonte: Google Earth, 2016.



Figura 111. Mirante da Ilha Fluvial da Ressaca. Disponível em:

<<http://www.panoramio.com/photo/71840441?source=wapi&referrer=kh.google.com>> Acesso em 14 Março 2016.



Figura 113. Rio Verde Grande, pequeno pantanal de Minas em Matias Cardoso. Fonte: Google Earth, 2016.



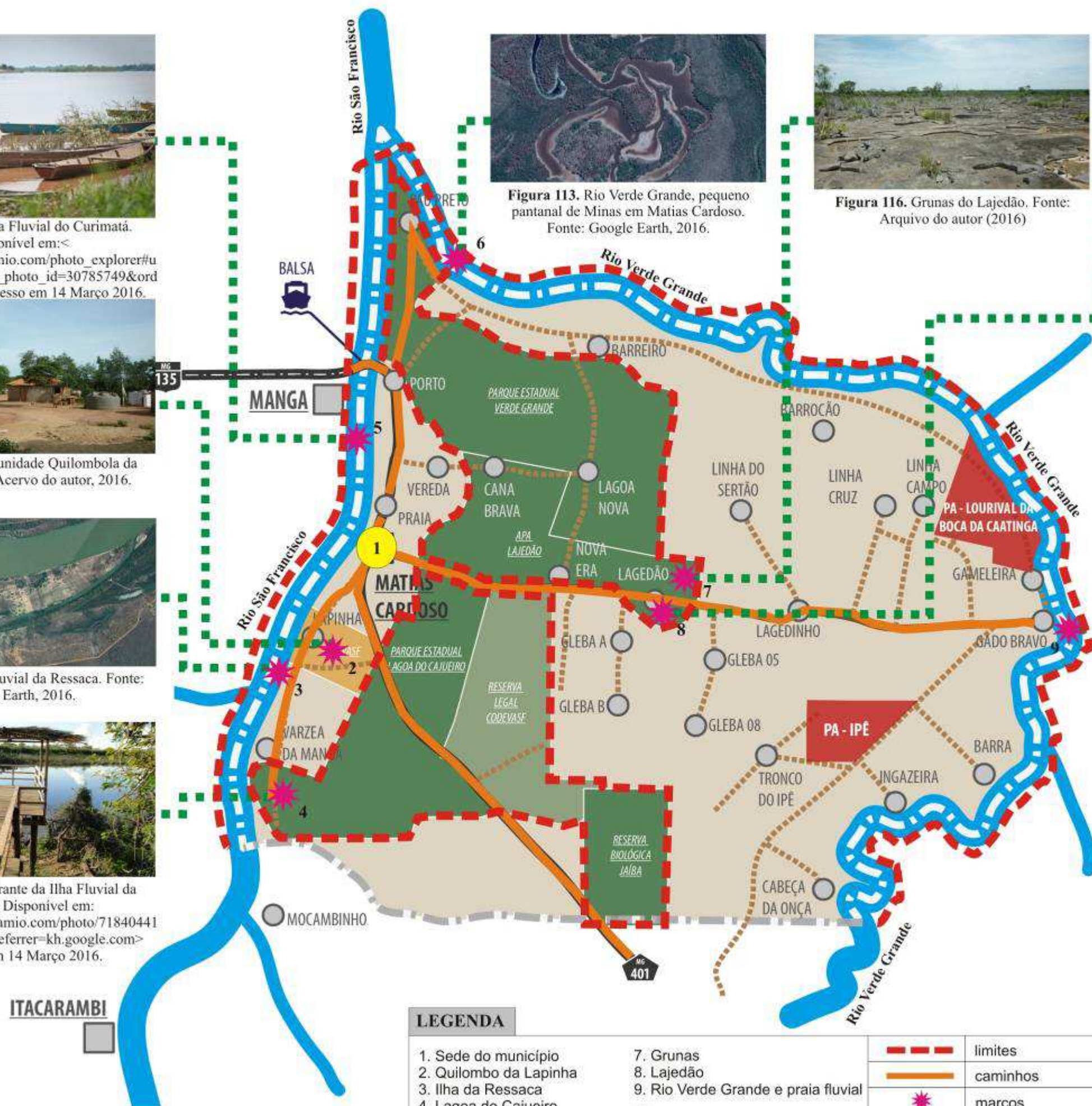
Figura 116. Grunhas do Lajedão. Fonte: Arquivo do autor (2016)



Figura 114. Povoado de Lajedão. Fonte: Acervo do autor, 2016.



Figura 115. Rio Verde Grande. Disponível em: <<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/74575920.jpg>> Acesso em 14 Março 2016.



LEGENDA

- | | |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Sede do município | 7. Grunhas |
| 2. Quilombo da Lapinha | 8. Lajedão |
| 3. Ilha da Ressaca | 9. Rio Verde Grande e praia fluvial |
| 4. Lagoa do Cajueiro | |
| 5. Ilha Fluvial | ● Povoados rurais |
| 6. Pantanal de Matias Cardoso | |

	limites
	caminhos
✱	marcos
●	pontos nodais
 	usos

Usos	
	agricultura e pecuária
	Áreas de proteção ambiental
	Reserva Legal CODEVASF
	Assentamentos reforma agrária

Mapa 16. Representação dos elementos da paisagem em Matias Cardoso. Adaptado de Consórcio ACADIS Logus / Agrar, 2015.



Com base nas análises aqui empregadas, foi possível identificarmos os elementos que compõem a paisagem urbana, cultural e natural do município de Matias Cardoso. Além da observação do patrimônio material e da paisagem natural, construída ou modificada pelo homem nesse território, é também, de extrema riqueza as manifestações culturais do povo matiense. Por isso, atemo-nos agora na percepção dos atores que constroem a realidade cultural deste município.

4.3.3. O patrimônio imaterial em Matias Cardoso

As manifestações culturais do povo matiense são de grande importância para a cultura norte mineira, pois muitas dessas manifestações só ocorrem neste território. Recentemente, parte desse patrimônio imaterial foi inventariado pelo IEPHA (IEPHA, 2016), cuja publicação já se encontra disponível no site desta instituição. Dentre o patrimônio cultural imaterial em Matias Cardoso destacam-se:

O artesanato, através da feitura de bordados, peças de decoração, bonecas de pano e utensílios de cerâmica e madeira, que são comuns a todo o município. Na comunidade de remanescentes quilombolas de Praia, existe uma associação cultural de mulheres artesãs (figuras 117 e 118) que produzem e comercializam os seus produtos no local, mas a maior parte da produção artesanal é mandada para outras cidades e em feiras culturais devido ao pequeno fluxo de turistas na cidade. "A falta de um mercado para venda de produtos resultantes da agricultura familiar, como doces e artesanato, acaba dificultando a comercialização dos mesmos, o que por sua vez acaba comprometendo e até inibindo a produção desses produtos" (Consórcio ARCADIS logos - Agrar, 2015, p.32).

Segundo informações da prefeitura, através do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do município, são oferecidos cursos de capacitação em diversas técnicas de artesanato. Também estão presentes ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do projeto "Reciclando Oportunidades - Gerando Trabalho e Renda", que atua nos municípios da região norte mineira, tendo como principal objetivo fomentar a rede de artesanato local e promover sua incorporação ao mercado, de modo a fomentar desenvolvimento humano, social e econômico das famílias artesãs (RECICLANDO OPORTUNIDADES, 2015 apud CONSÓRCIO ARCADIS LOGOS - AGRAR, 2015, p.32).

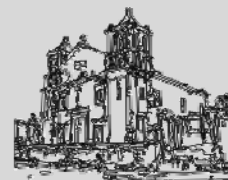


Figura 117. Artesãs na Comunidade de Praia.
Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2015.



Figura 118. Artesanato em cerâmica. Fonte:
Prefeitura de Matias Cardoso, 2015.

Os rituais e celebrações que ocorrem no município estão, em sua grande parte, ligados às tradições religiosas e ao sincretismo existente na fusão das culturas brancas, indígenas e africanas. Esses rituais cristãos são realizados no município durante todo o ano. São festas, celebrações e procissões que seguem o calendário de festividades religiosas onde se destacam a festa do Divino Espírito Santo, que ocorre em setembro (figura 119); a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, em 08 de dezembro (figura 120); a festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada na segunda quinzena de outubro, e festa de Santo Antônio, no dia 13 de junho. Todas essas festas são tradicionais e realizadas desde o início da povoação no século XVII, segundo consta do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Matias Cardoso (MATIAS CARDOSO, 2013).



Figura 119. Procissão durante a Festa do Divino.
Fonte: IEPHA, 2016.



Figura 120. Missa durante a Festa de Nossa Senhora da Conceição. Fonte: IEPHA, 2016.

A reza da chuva é outra prática religiosa que é realizada por duas irmãs gêmeas, Maria e Simiana, de idade já bastante avançada. Este ritual começa a ser celebrado em outubro e vai até o início das chuvas no mês de novembro. O mesmo consiste na realização de



orações aos santos católicos São Francisco, São Sebastião, o Divino Espírito Santo, São José, Virgem Maria, Jesus de Nazaré e Nossa Senhora de Santana. Durante as orações são lavados com água os cruzeiros da igreja de Nossa da Conceição, do cemitério e o cruzeiro do Morro dos Jesuítas. A celebração encerra-se com orações dentro da igreja de N. S. da Conceição. Esse ritual foi inventariado pelo IEPHA em 2012, cuja recomendação foi para que se registrasse o ritual em áudio e vídeo, pelo risco de se perderem, dada a idade avançada das duas irmãs.

Há entre os matienses a celebração de um ritual pagão, a "caretagem" (figura 121) evento profano que ocorre no Sábado de Aleluia, a partir da meia noite, durante a passagem de sexta para o sábado. Nesse ritual, homens vestindo máscaras de seres assustadores (demônios, caveiras e monstros) saem pelas ruas na madrugada assustando as pessoas e fazendo travessuras. Durante o dia, é realizada uma espécie de inquisição, onde são julgados aqueles cidadãos que tiveram algum desvio de conduta durante o ano. Sempre é escolhido um entre estes para ser queimado, simbolicamente, através da figura do Judas Scariotes. O ritual pagão demonstra uma sociedade com grande controle social sobre os seus cidadãos, onde no final, apesar das repreensões, todos os julgados são perdoados e tudo termina em uma grande festa. Segundo os moradores, tal acontecimento pagão só é possível, porque a data marca o período em que Jesus Cristo foi morto e desceu aos infernos, sendo permitido tais travessuras, segundo a crença cristã local.

Há também a prática de muitas danças tradicionais no município. A Cantiga de roda é uma das manifestações culturais mais antigas em Matias Cardoso. Existe no município um grupo de senhoras (figura 122) que apresentam a dança sempre em datas comemorativas do calendário municipal. Nas cantigas de rodas em Matias Cardoso, há sempre uma pessoa responsável para lançar o refrão que todos cantam juntos, onde depois, outras pessoas jogam versos que são cantados na mesma melodia do refrão. No município, esta é uma tradição marcadamente feminina, no sentido de sua organização e preservação. Esta tradição cultural foi inventariada pelo IEPHA no ano de 2012 (IEPHA, 2016).

Na zona rural são comemoradas a festa de Santo Antônio no Porto de Matias, a folia de Reis da comunidade da Praia, a festa de Santa Luzia e as cavalgadas (figura 123) no distrito de Gado Bravo. São celebradas, ainda, as festas juninas entre os dias santos de São João e São Pedro.



Figura 121. Caretagem em Matias Cardoso.
Fonte: Acervo do autor, 2016.



Figura 122. Grupo de Cantiga de Roda. Fonte:
IEPHA, 2016.

Outra tradição importante diz respeito às lendas que permeiam o universo cultural matiense. Entre elas, a crença em seres míticos, entidades ligadas ao rio e à natureza, onde se destaca a figura do "compadre d'água", um ser mitológico defensor do rio e que vive em suas águas. Os pescadores locais, sempre antes de entrarem em suas embarcações, oferecem ao "compadre" pedaços de fumo e cachaça para garantirem proteção e boa pesca. As "carrancas", imagens assustadoras de madeira colocadas nas proas das embarcações de alguns desses pescadores, tem como objetivo espantar os maus espíritos. Nas conversas entre moradores, são muito comuns os relatos ligados à aparição de assombrações e do uso da magia, praticada entre alguns moradores, cuja crença nesses poderes mágicos são inspirados principalmente no uso do livro de São Cipriano⁵⁹. Conforme comenta COSTA (2003, p. 165), em Matias Cardoso", é através da utilização de meios mágicos que muitas questões são resolvidas entre as pessoas, não apenas os desafetos."

Nas comunidades quilombolas da Lapinha e a de Praia destacam-se as manifestações culturais ligadas ao sincretismo religioso, mescla do catolicismo com as crenças africanas. São comuns as danças coletivas (figura 124) "os batuques" que são celebrados nos terreiros, em espaços comunitários e em apresentações na município e fora dele, onde são comemoradas as colheitas, as conquistas, as homenagens à figuras santificadas, bem como a celebração de novenas e rituais em busca de boa colheita, proteção, para a recepção de visitantes, dentre outros.

⁵⁹ São Cipriano foi um feiticeiro nascido em 250 d.c na Antioquia, região situada entre a Síria e a Arábia, e depois foi convertido ao catolicismo. Escreveu um famoso livro de magia antes de sua conversão. Segundo os matienses, este livro é utilizado em diversos tipos de magias na região fins benignos e malignos.

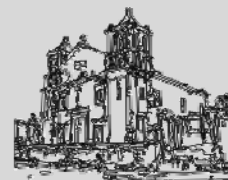


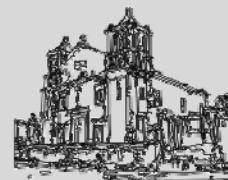
Figura 123. Cavalgada em Gado Bravo. Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso, 2015.



Figura 124. Dança do batuque na Comunidade da Lapinha. Fonte: Acervo do autor, 2016.

Há também a influência da cultura indígena no município, devido a proximidade da Reserva Indígena dos Xacriabás, tribo essa, pacificada pela Bandeira de Matias Cardoso ainda em princípios da colonização da região. Essa reserva indígena encontra-se localizada na margem esquerda do rio São Francisco. Conforme nos afirmaram os moradores locais, é bastante comum casamentos entre mulheres matienses com índios Xacriabás. Parte da população de Matias desloca-se em romaria, durante o mês de junho, na tricentenária Festa de São João, na cidade de São João das Missões, município onde se encontra a reserva indígena e onde grande parte de sua população intitula-se como indígenas ou seus descendentes.

Um outro aspecto não tão peculiar ao município, mas comum a boa parte do Norte de Minas e ao Médio São Francisco é a culinária. Em Matias Cardoso, a culinária segue a tipicidade norte mineira, baseada nas matérias-primas encontradas na região, tais como a mandioca e o milho, onde destacando-se pratos como o cuscuz e o beiju. Outro prato bastante apreciado no município é o peixe seco com abóbora, a carne de sol - uma peça de carne bovina salgada e curtida uma noite no sereno e um dia ao sol -, o peixe fresco, a moqueca de surubim - um peixe sem escamas característico do Rio São Francisco -, o baião de dois e a coalhada, entre outros. A agricultura irrigada na região oferece diversos produtos e sabores ao cardápio matiense, proveniente do umbu, tamarindo, manga, ciriguela, goiaba, uva, banana, jenipapo e outros frutos. Existem também alguns alambiques artesanais que produzem a cachaça para consumo próprio ou para o mercado local. Apesar das possibilidades que a culinária matiense oferece, a falta de bons restaurantes na cidade, leva ao desconhecimento deste interessante cardápio aos seus visitantes. Nos poucos bares e restaurantes existentes na cidade, da culinária local, apenas se encontra o peixe frito. Os pratos típicos podem ser servidos aos visitantes mediante a contratação de uma cozinheira



local, que atende a domicílio nas casas de veraneio ou na única pousada pesqueira existente no município.

Embora algumas características culturais aqui levantadas sejam comuns a outras comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco, o que de certa forma tiraria o caráter de excepcionalidade da paisagem cultural, em Matias Cardoso ainda se preservam muitas dessas características e tradições quase que intactas à pasteurização das culturas, fruto das transformações econômicas e sociais que vem ocorrendo em nossa sociedade. Na sociedade matiense, podemos encontrar convivendo em certa harmonia⁶⁰, a cultura dos remanescentes quilombolas, o indígena, o vazanteiro, o pescador, o vaqueiro, o cidadão provinciano urbano e o rural. Todo esse conjunto de tipos sociais, conformam a representação mais ampla da sociedade norte mineira, na precedência de suas raízes de formação. A iniciativa do IEPHA em inventariar parte do patrimônio cultural imaterial de Matias Cardoso foi um primeiro passo para a mudança da visão preservacionista com relação ao município, mas outras ações de preservação precisam ser tomadas para a efetiva proteção do seu patrimônio cultural, conforme discutiremos no Capítulo 5.

⁶⁰ Embora existam conflitos ligados principalmente à questão da posse da terra rural em áreas próximas as comunidades quilombolas, que são reivindicadas por estes como seus legítimos proprietários. Há também o progressivo avanço de áreas agrícolas irrigadas, sobretudo da fruticultura, em substituição às antigas culturas agrícolas tradicionais, como a pecuária e a agricultura de sequeiro.



*Não pode me entender
Quem nunca sentiu o cheiro
De terra molhada
Quando a chuvarada
Molha as terras do gerais
Não pode entender
Quem nunca matou a fome
Com raiz de macaxeira
E a fruta ananás*

*E a minha terra
Fica na ponta dessa estrada
Uma picada vara o verde e leva lá
Não chega a ser um pontinho preto no mapa
Mais quando a gente se afasta
Coração pede para voltar
E pra lá chegar você tem que atravessar
Sete cancelas, treze porteiras
Uma pinguela sobre o ribeirão
(Grupo Agreste)*

**REFLEXÕES E PERSPECTIVAS ACERCA DA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
EM MATIAS CARDOSO**



CAPÍTULO 5. REFLEXÕES E PERSPECTIVAS ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MATIAS CARDOSO

Procuraremos no presente capítulo levantar as reflexões e possibilidades acerca da preservação do patrimônio cultural em Matias Cardoso, a partir dos novos conceitos de preservação patrimonial apresentados no Capítulo I, sobretudo a paisagem cultural. Buscamos, desta forma, ampliar a visão preservacionista da atual política patrimonial deste município. Acreditamos que essa ampliação possa se dar através do trato conjunto dos bens culturais materiais, imateriais e paisagísticos que encontram, na conceituação da paisagem cultural, uma possibilidade mais ampla e aglutinadora para uma melhor gestão do patrimônio cultural matiense. Esperamos que as reflexões aqui apresentadas, possam contribuir com a construção de novas possibilidades para a gestão do patrimônio cultural, bem como para futuros estudos sobre os importantes elementos culturais e paisagísticos que ainda não contam com o reconhecimento oficial dos órgãos de proteção patrimonial em Matias Cardoso.

Entendemos porém, dado o caráter acadêmico, as nossas limitações e os objetivos do presente estudo, que uma definição mais abrangente dessa paisagem cultural, envolveria a atuação de uma equipe multidisciplinar de profissionais e a realização de estudos mais complexos para a elaboração de um "Plano de Gestão da Paisagem Cultural de Matias Cardoso", conforme é definido na Portaria nº 127/2009 que institui a Chancela da Paisagem Cultural, o que não cabe no escopo deste trabalho.

Em seguida será realizada uma discussão sobre uma possível gestão da paisagem cultural matiense, e por fim, a exposição de uma proposta de definição e de delimitação desta paisagem, bem como o apontamento dos fatores que acreditamos que podem ser limitantes a sua implantação.

5.1. A gestão da paisagem cultural no município de Matias Cardoso

Trataremos a partir deste momento, de introduzir um debate a respeito de uma proposta de gestão do patrimônio cultural em Matias Cardoso, cujo objetivo é ampliar a atual visão preservacionista no município, que conforme comentamos anteriormente, possui apenas como bem tombado, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



O conceito de gestão relaciona-se com a ação de gerir ou de administrar algum bem. Gerir consiste em realizar diligências que possam conduzir à realização de um negócio ou de um objetivo qualquer. Administrar, por outro lado, consiste em governar, dirigir, ordenar e organizar. Como veremos mais adiante, um dos objetivos da gestão da paisagem cultural é a de promover a gestão compartilhada da paisagem chancelada. Por isso, entendemos a gestão compartilhada como um modelo pelo qual são definidas entre os participantes, as ações, os esforços e os recursos necessários, buscando-se atingir fins comuns e integrados, evitando ações isoladas, paralelismo e sobreposições.

A gestão do patrimônio cultural a partir da proposta de se trabalhar o conceito de paisagem cultural, deve envolver todo um conjunto de trâmites que serão conduzidos de forma compartilhada entre os seus entes participantes, cujo objetivo é transformar as propostas em ações concretas e condizentes com o planejamento realizado. O município de Matias Cardoso apresenta diversas dificuldades na gestão do seu patrimônio cultural e natural, onde procuramos destacar as principais dificuldades encontradas, os problemas gerados e algumas possíveis soluções para estes problemas.

A primeira diz respeito à pequena estrutura física da secretaria de cultura local, o seu reduzido quadro de servidores e a ausência de técnicos especializados na gestão do patrimônio cultural do município, o que dificulta a gestão interna, a proposição de políticas culturais e a fiscalização dos bens patrimoniais tombados. Por se tratar de um município pequeno, a gestão cultural poderia ser melhor planejada com uma maior atuação do conselho do patrimônio cultural do município, a capacitação dos agentes de fiscalização da secretaria de obras para combater os crimes contra o patrimônio edificado e a contratação de um arquiteto - profissional que não existe hoje no quadro de servidores da prefeitura - através de concurso público. Algumas ações na área do patrimônio cultural poderiam ser compartilhadas com a participação das secretarias de educação, obras e meio ambiente, o que envolveria outros profissionais especializados.

Outro problema encontrado, é a insuficiente dotação de recursos financeiros na Lei de Diretrizes Orçamentárias municipal para as ações de educação, manutenção e proteção do patrimônio cultural. Com o pouco recurso disponível, a Secretaria de Cultura fica impossibilitada de realizar um planejamento mais efetivo para as suas ações institucionais. A não continuidade da participação do município, desde o ano de 2013, no Programa ICMS Patrimônio Cultural é um dos fatores que dificulta a aplicação de recursos para o patrimônio cultural matiense. O programa estadual de incentivo ao patrimônio denominado ICMS



Patrimônio Cultural é uma das alternativas para os municípios captarem recursos do estado para a sua gestão patrimonial. Para que isso ocorra, é necessário que o município desenvolva atividades na área do patrimônio cultural, que são reunidas em um relatório anual e encaminhado ao IEPHA. Essas atividades são pontuadas e os municípios recebem recursos do estado de acordo com a pontuação obtida. Matias Cardoso participou desse programa apenas em 2013, pontuando neste ano, mas não dando continuidade às atividades necessárias nos anos seguintes. Outra possibilidade de se conseguir recursos, está na elaboração de projetos (culturais, arquitetônicos, urbanísticos, de infraestrutura) remetidos aos diversos órgãos estaduais e federais (secretarias estaduais e ministérios). Para isso, faz-se necessária a existência no município de uma equipe técnica para a elaboração desses projetos, ou a assessoria externa de empresas especializadas.

Destacamos, também, a falta do efetivo funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Esse conselho, apesar de ser constituído de forma paritária, conforme foi apurado, não tem desenvolvido suas atividades de forma constante e ativa no município. As reuniões desse conselho são necessárias para a decisão de pautas importantes da gestão do patrimônio cultural, tais como a análise de processos de tombamento de bens em nível municipal, estabelecimento de recomendações, decisões deliberativas, dentre outras funções. Para uma melhor atuação do conselho, é preciso que ocorram capacitações constantes dos seus conselheiros sobre os temas ligados ao patrimônio cultural.

Com relação aos bens tombados em nível municipal, apontamos a necessidade da realização de novos inventários, pois muitos bens sofreram modificações e outros não existem mais desde o inventário realizado pelo IEPHA na década de 1980. Também não conseguimos informações com a atual gestão municipal sobre a existência dos dossiês de tombamento dos imóveis na esfera municipal, apesar de existirem leis municipais que atestam o tombamento destes imóveis, o que levaria a necessidade da elaboração de novos dossiês. Faz-se preciso a realização de um inventário municipal da cultura imaterial, posto que o inventário realizado pelo IEPHA em 2012 sobre o patrimônio imaterial no município só contemplou pequena parcela das manifestações da cultura matiense. É necessário também que se realize o registro dos saberes e fazeres, pois muitos deles correm o risco de desaparecerem, dada a idade avançada de muitos dos seus praticantes e a não perpetuação destas manifestações para as populações mais jovens.

Destacamos a necessidade urgente da restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que se encontra, internamente, em péssimas condições de conservação. O projeto



executivo de restauração desta já está pronto, restando a disponibilização de recursos financeiros para a execução das obras por parte do IPHAN. Também se faz necessário o monitoramento deste bem patrimonial para se evitar furtos de objetos e utensílios - como já ocorreu recentemente, ou para se evitar danos ao seu patrimônio, através da instalação de um sistema de segurança e vigilância interno e no seu entorno.

A administração municipal deve proceder à criação de um perímetro de tombamento do núcleo histórico da cidade de Matias Cardoso que possa contemplar outros edifícios e os espaços urbanos. A proposta desse perímetro de tombamento preservaria o conjunto edificado e urbano do entorno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que corresponde ao núcleo inicial da cidade. Estabeleceria normativas para as novas construções e proposições de alterações nas edificações existentes e no espaço urbano, que possam preservar o caráter pluriestilístico de suas edificações e a historicidade do seu conjunto urbano.

Na cidade há também uma fraca integração da mancha urbana com a orla e o rio São Francisco, conforme discutimos anteriormente. Isto se deve a pouca infraestrutura urbana na orla da cidade. Na orla, faltam muitos equipamentos públicos e mobiliário urbano, tais como a inexistência de um calçadão às margens do rio, de escadaria para descida até a área de embarque das embarcações, de equipamentos de lazer e ócio, como quiosques, equipamentos de ginástica, dentre outros. Existem, ainda, os serviços públicos deficitários, tal como a iluminação pública do local. Esses problemas fazem com que esta área da cidade seja pouco frequentada e valorizada por sua população. A orla urbana de Matias Cardoso apresenta grande potencial em se transformar em um equipamento urbano que ofereça diversos usos, tal como já é explorado nas orlas de algumas cidades norte mineiras que são banhadas pelo São Francisco, como Januária e Pirapora. Além da valorização dessa região, uma intervenção urbana na área supriria a pouca oferta de equipamentos urbanos para o lazer, o ócio, as práticas esportivas e culturais da cidade. A administração municipal atual já possui um projeto de revitalização de parte da orla, mas até o momento não conseguiu os recursos necessários para a sua realização.

Percebemos também o potencial como equipamento urbano da área de entorno da Lagoa das Piranhas, localizada na porção sul da cidade. Essa área oferece a possibilidade de criação de um parque municipal urbano. A cidade conta com poucas áreas verdes, sendo a mais estruturada a praça Cônego Maurício. As poucas praças existentes nos bairros encontram-se bastante degradadas e não oferecem condições adequadas de uso público. A



criação de um parque municipal seria uma opção para suprir esta necessidade de uso. Até este momento, não existem propostas de intervenção pública para o local.

Ainda com relação à disponibilidade de áreas verdes no município, destacamos o fechamento dos parques estaduais para a visitação pública. O fechamento desses lugares restringe a oferta de atividades ambientais, culturais e turísticas em Matias Cardoso. Constatamos que estes parques não oferecem o serviço de visitação pública por não possuírem infraestrutura necessária para este tipo de atividade e ainda por falta de pessoal - os guias de parque. A administração municipal deveria melhor se articular com o governo estadual para viabilizar a abertura desses parques ao público, pelo potencial que os mesmos oferecem para o aumento da oferta turística no município.

A visitação pública externa ao município ainda é dificultada pela pouca infraestrutura de oferta turística, onde podemos destacar a baixa qualidade dos serviços de hospedagem e de alimentação na cidade. Na zona rural existe uma única pousada que oferece seus serviços na temporada de pesca, que vai de abril a outubro e geralmente só recebe pescadores. Devido a pouca qualidade da estrutura receptiva em Matias Cardoso, muitos turistas que vem ao município, optam em se hospedarem nas cidades vizinhas de Manga e Jaíba. Para melhorar a estrutura receptiva, a administração municipal precisa incentivar os investimentos privados no município, o que passa por investimentos públicos em infraestrutura urbana, na revitalização do seu patrimônio cultural edificado, na valorização do seu patrimônio cultural e na ampliação e na maior divulgação do seu calendário de eventos culturais. Esses investimentos públicos aumentariam a demanda turística no município e, conseqüentemente, o interesse do investimento do setor privado. A ampliação do agronegócio também apresenta-se com grande potencial de expansão deste setor, como já ocorre no município vizinho de Jaíba.

Há ainda a pouca difusão da importância histórica e cultural do município de Matias Cardoso em Minas Gerais, apesar desse município ser reconhecido pelo governo do estado como capital simbólica das Gerais. O dia 8 de dezembro, que é conhecido como "Dia das Gerais", marca a transferência simbólica da capital do estado para Matias Cardoso em reconhecimento a sua ancianidade. Com relação à celebração que é comemorada todo ano no município, é entregue a medalha "Matias Cardoso e Maria da Cruz" como um reconhecimento aos que prestaram serviços que contribuíram para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Norte de Minas. Este evento deveria ter maior repercussão regional, com a participação mais efetiva de autoridades de outros municípios, do governo do estado e da Assembleia Legislativa Estadual e da população norte mineira em geral. Para isso, seria necessário fazer uma maior divulgação das atrações da cultura matiense e dotar a praça



Cônego Maurício - onde ocorre o evento, da montagem de estruturas temporárias de alimentação, já que a cidade não possui a estrutura necessária de atendimento em seus pequenos restaurantes. É preciso também realizar uma melhor divulgação da importância histórica e cultural de Matias Cardoso nos veículos de comunicação e no meio acadêmico. Para esta última, a administração municipal poderia firmar parcerias com as instituições de ensino superior no Norte de Minas para a realização de estudos, atividades de pesquisa e extensão e a realização de seminários culturais no município.

Por fim, faz-se necessário melhorar a estrutura viária para se criar novas conexões regionais e interestaduais. O único acesso à Matias Cardoso por estrada pavimentada dá-se pela rodovia MG-401, que liga o município à Jaíba e à parte da região norte mineira. Como comentamos anteriormente, a construção da ponte entre Matias Cardoso e Manga, e a finalização das conexões por rodovias pavimentadas a partir desta última com outras regiões de Minas, do Nordeste e Centro Oeste brasileiros, conforme já é previsto no planejamento rodoviário estadual e federal, aumentariam o fluxo de pessoas e mercadorias passando por Matias Cardoso, o que demandaria novos investimentos privados no município, entre eles o turístico, o hoteleiro e o de alimentação.

5.1.1. O Pacto de Gestão da Paisagem

Diagnosticados os principais problemas na atual gestão do patrimônio cultural em Matias Cardoso e constatado que este modelo não tem sido efetivo em garantir a preservação dos bens de interesse histórico e cultural no município, retomemos a nossa hipótese levantada na introdução deste trabalho: que um novo modelo de gestão patrimonial com foco na paisagem cultural, poderá ultrapassar os limites da legislação patrimonial adotada, estabelecendo novos valores que considerem a interação entre os bens patrimoniais materiais e imateriais com os seus marcos paisagísticos, além dos atores sociais detentores da cultura local, estabelecidos dentro desse território cultural complexo e peculiar.

Entendemos que o primeiro passo para se trabalhar a paisagem cultural em Matias Cardoso deveria ser a submissão de pedido de chancela junto ao IPHAN, que poderia ser solicitado por qualquer cidadão, conforme comentamos no Capítulo 1. Contudo, neste momento os pedidos encontram-se sobrestados e a Portaria que institui a chancela deverá passar por uma revisão ainda este ano. Mas, independente do município conseguir de imediato ou não, a aprovação do pedido de chancela da paisagem cultural pelo IPHAN, este novo



modelo de gestão proposto, que é um dos requisitos obrigatórios para a execução pós-chancelamento, já poderia ser trabalhado, pois muitas metas propostas demandariam médio e longo prazos para serem executadas. Para ser implantada a gestão sob a ótica da paisagem cultural em Matias Cardoso, acreditamos ser necessário seguir os seguintes passos: a redefinição da estrutura técnica e administrativa do órgão gestor - no caso a Secretaria Municipal de Cultura, a revisão das leis específicas na área patrimonial - que possam incluir a proteção do patrimônio cultural e natural do município, o apoio de um conselho municipal do patrimônio cultural comprometido e capacitado, a participação da população detentora da cultura.

Para o estabelecimento da gestão da paisagem cultural no município, faz-se necessária a realização de um "Pacto de Gestão da Paisagem" entre os diversos agentes municipais envolvidos na gestão do patrimônio cultural que, segundo o Art. 4º da Portaria nº 187/2009, deve envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida (IPHAN, 2009). O pacto é o documento onde estarão estabelecidos todos os compromissos, metas, deveres e obrigações dos participantes que estariam envolvidos na gestão da paisagem cultural matiense.

Em Matias Cardoso, a meta de criação de uma paisagem cultural e do seu respectivo pacto de gestão poderiam estar definidas na próxima revisão do Plano Diretor Democrático do município. Esta estratégia integrar-se-ia a outras metas de desenvolvimento municipal e poderiam ser implementadas dentro de um contexto mais amplo de planejamento. Durante as leituras que fizemos do atual plano diretor e do diagnóstico do novo plano que está sendo proposto, a valorização e a preservação do patrimônio cultural no município recebe especial destaque entre as metas propostas, apesar de que, com relação ao plano vigente, a maior parte dessas metas não foram colocadas em prática. Poderíamos ousar ainda mais, e propor a criação de um Plano Municipal de Cultura, que definisse entre as suas propostas a meta de criação de uma paisagem cultural e a articulação desse conceito juntamente com as demais ações culturais previstas para o município.

5.1.2. Agentes a serem envolvidos no Pacto de Gestão

Conforme comentado anteriormente, para a implementação do pacto de gestão, faz-se necessária a participação dos diversos agentes públicos, institucionais e civis que compõe a



municipalidade. Em Matias Cardoso, identificamos os possíveis integrantes em uma eventual proposição de um pacto de gestão da paisagem. São eles:

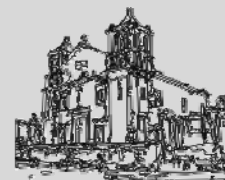
- a) a prefeitura municipal, através das Secretarias de Assistência Social, Cultura, Educação, Esporte e lazer e Meio Ambiente. A administração municipal é o principal órgão gestor do município, responsável pela sua administração, manutenção, proposição de projetos e execução de ações de melhoria em diversos setores e atividades do seu território. Apesar da proposta da criação de uma eventual chancela da paisagem poder ser solicitada por qualquer entidade ou cidadão, não poderia haver um pacto de gestão da paisagem sem a participação desse órgão. A participação das diversas secretarias existentes hoje no município garantiria um debate mais amplo e rico durante as discussões para o estabelecimento das metas e obrigações a serem cumpridas durante o período de vigência do pacto;
- b) órgãos e autarquias públicas com presença no município: o IEF, que é responsável pela gestão dos parques estaduais no município; a Polícia Militar Florestal, responsável pelas ações de fiscalização ambiental nas matas protegidas e nos rios; CODEVASF e RURALMINAS, que são as gestoras do Projeto Jaíba, sendo que a CODEVASF ainda tem fornecido os recursos para a elaboração dos planos diretores do município; o INCRA, que tem realizado assentamentos rurais no município; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), que tem trabalhos de extensão rural e cursos voltados para a sustentabilidade agrícola junto às comunidades rurais tradicionais em Matias Cardoso; o Ministério Público Estadual que é parceiro importante de fiscalização e denúncia de crimes contra o patrimônio cultural e meio ambiente no município;
- c) conselhos municipais, tais como o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMA), e o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que podem ter papel preponderante na proposição de ações voltadas à promoção da paisagem cultural matiense, além de deliberar portarias e por seu caráter consultivo no caso da proposição de projetos e ações por parte da administração municipal e ou de terceiros;
- d) associações de comerciantes, de produtores rurais, quilombolas, culturais e de bairros, entre outras, pois são os principais interessados na valorização cultural



do seu território e dos bônus a serem colhidos com a ampliação da divulgação do município - que afeta diretamente a economia e a melhoria da qualidade de vida da população. A importância dessas associações se dá, porque é esta população a detentora da riqueza imaterial deste município, representadas através de suas manifestações culturais e religiosas. Faz-se necessária, também, a participação da igreja católica, pela importância do seu bem patrimonial no município - a Igreja de Nossa Senhora da Conceição - e também as igrejas evangélicas, centros espíritas e de outros cultos, pelo poder de mobilização e conscientização social que esses estabelecimentos religiosos tem com a população;

- e) participação de instituições de ensino presentes no município, como as escolas públicas do ensino fundamental e médio, e de instituições de ensino superior com atuação na região norte mineira, tais como a UNIMONTES e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e as faculdades particulares;
- f) instituições de preservação do patrimônio, tais como o IEPHA e o IPHAN, pois são os responsáveis pela gestão dos seus bens tombados e inventariados no município, além da possibilidade de parceria do município com estes órgãos para o fornecimento de assistência técnica especializada para diversas finalidades patrimoniais. No Caso específico do IPHAN, este sendo o concessionário do selo da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, o mesmo será o responsável pela fiscalização da execução dos objetivos do Pacto de Gestão, bem como pela aplicação de sanções no caso de não cumprimento dos itens acordados no pacto;

Depois de definidos os agentes participantes do pacto, faz-se necessário traçar os planos de ação para implementação, execução e monitoramento das metas de curto, médio e longo prazos estabelecidas no Pacto de Gestão da Paisagem Cultural. No caso específico do Município de Matias Cardoso, estamos propondo as seguintes medidas que poderiam ser implantadas nesse eventual pacto de gestão de sua paisagem cultural:



5.1.3. Medidas propostas

Medidas que podem ser implantadas a curto prazo:
Constar a gestão da paisagem cultural na legislação urbanística municipal, Plano Diretor, Lei do Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e outras Leis ambientais que venham a ser criadas no município, além da criação de uma lei municipal específica que regulamente a Gestão da Paisagem Cultural do Município de Matias Cardoso.
Proceder ao inventário de todos os bens materiais e imateriais de interesse patrimonial no município, com a elaboração de seus respectivos dossiês e proceder ao tombamento e registro pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural, quer seja a nível municipal, estadual ou até mesmo federal.
Buscar recursos para a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Apesar das dificuldades financeiras por que passa o país, essa medida é de caráter urgente, dado o estado de degradação que se encontram diversos objetos no interior e exterior deste edifício.
Ampliar a área de tombamento do perímetro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição para o centro histórico de Matias Cardoso, cujo perímetro tombado deverá ser redefinido com base em estudos técnicos de profissionais especializados do patrimônio cultural.
Criar uma política permanente de educação patrimonial e ambiental, que possa fazer parte do planejamento escolar, englobando também as comunidades tradicionais, entre as quais os vazanteiros, quilombolas, criadores de gado e pescadores, além das associações comerciais e de bairros.
Dar maior apoio institucional às manifestações da cultura popular e religiosa, fortalecendo institucionalmente as associações culturais e quilombolas presentes no município. Promover o intercâmbio do artesanato e das expressões culturais dos povos tradicionais em outras localidades, através da participação destes em feiras, exposições e festivais culturais.
Retomar os trabalhos do ICMS Patrimônio Cultural no município e o estabelecimento de novas parcerias com órgãos públicos e empresas que patrocinam a cultura, para a manutenção do fundo do patrimônio cultural do município.
Dar melhores condições para que os conselhos municipais do Patrimônio Cultural e do Desenvolvimento do Meio Ambiente possam ser atuantes, e que seus conselheiros possam se capacitar através da realização de cursos e oficinas sobre a gestão do patrimônio e da paisagem cultural. Promover o intercâmbio entre os dois conselhos para que haja nivelamento entre as decisões tomadas nas áreas de patrimônio cultural e meio ambiente.
Divulgação dos bens do patrimônio cultural (material e imaterial) e natural de Matias Cardoso, através de meios digitais, impressos, audiovisuais dentre outros, de modo a ressaltar a importância histórica e cultural deste município como paisagem cultural norte mineira.



Buscar parceria com instituições de ensino superior e outros órgãos da cultura para a realização de novos estudos, pesquisas, inventários, documentários e registros a fim de contemplar todo o patrimônio cultural e natural do município.
Incentivar a realização de eventos culturais em Matias Cardoso e de projetos de extensão universitária em parcerias com instituições de ensino superior, com o objetivo de obter maior apoio técnico especializado na realização de projetos culturais importantes para o município.
Medidas que podem ser implantadas a médio prazo:
Dotar de melhor infraestrutura física e funcional a Secretaria Municipal de Cultura, através da capacitação constante de seus servidores e a contratação de um quadro efetivo mínimo especializado em patrimônio cultural. Esta medida é necessária para que o município possa elaborar projetos e propostas buscando a captação de recursos para a gestão do patrimônio em editais dos governos Estadual e Federal e em organizações que apoiam a cultura.
Incentivar a implantação de novas infraestruturas de apoio ao turismo cultural, ecológico e esportivo no município, tais como hotéis, pousadas, bares, restaurantes e similares.
Implantar projetos de revitalização urbana e da criação de novas infraestruturas, tais como o projeto de revitalização da orla da cidade, sinalização turística e de identificação e acesso aos principais bens patrimoniais, construção de um ponto de apoio ao turista, melhoria do estado de conservação de vias urbanas e rurais.
Dotar os parques estaduais de infraestrutura para o recebimento de visitantes e da realização de ações de educação ambiental nessas áreas com escolas municipais e turistas.
Apoiar a instalação de empresas e capacitação de guias para a realização de passeios culturais e ecológicos no território municipal, seja por terra ou pela água.
Medidas que podem ser implantadas a longo prazo:
Buscar parcerias público-privadas para a restauração de casarões do núcleo histórico da cidade, além da necessidade da administração municipal procurar adquirir alguns desses bens para transformá-los em edifícios culturais ou a serviço do município, garantido assim, um maior controle público sobre a preservação desses bens.
Promover a integração regional com outros municípios, com a interligação rodoviária entre outras áreas de Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, a fim de fomentar o desenvolvimento da indústria do turismo sustentável que contemple o patrimônio cultural, o turismo ecológico, esportivo e de aventura no município.
Desenvolver um roteiro cultural da Região do Médio São Francisco em um contexto mais amplo, que possa contemplar outras cidades próximas, a fim de fortalecer um possível circuito turístico e cultural, dotado de atrativos variados, entre os quais, o patrimônio cultural edificado e imaterial, sítios arqueológicos, paisagens de considerável beleza cênica, parques estaduais, dentre outros.

Quadro 5. Medidas propostas para a gestão da paisagem cultural de Matias Cardoso.



5.2. Uma proposta para a delimitação da paisagem cultural matiense

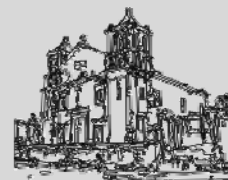
5.2.1. A paisagem cultural matiense



















Utilizando-nos de metodologia similar à utilizada para se reconhecer a paisagem cultural da Foz do Rio São Francisco⁶¹ (IPHAN, 2014), procuramos por começar a definir a paisagem cultural matiense a partir de dois grandes grupos: as paisagens nativas e as paisagens domesticadas. A paisagem nativa ou natural é aquela sem artificios, espontânea e não modificada pelo homem. A paisagem domesticada é aquela que foi dominada ou adaptada pelo homem para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência.

A partir da metodologia do IPHAN (2014) para a classificação tipológica da paisagem, as paisagens matienses foram primeiramente divididas entre aquelas mais próximas daquilo que seria o seu ambiente natural - as nativas, e as que sofreram maior influência da intervenção do homem - as domesticadas. Em seguida, procuramos destacar os diferentes níveis de interferência do homem nesta paisagem. Para isso, recorreremos em classificar a primeira tipologia - a nativa a partir do impacto da antropização, e em subdividi-la em três subgrupos, de acordo com o grau de interferência desse impacto, em fraco, médio e forte. Para Rennó et al (2014, p. 7) por nível de antropização "entende-se os diferentes efeitos das intervenções humanas, sobretudo de ordem direta sobre as paisagens".

As paisagens domesticadas foram avaliadas de acordo com o nível de artificialização da mesma, também subdivida em três subgrupos: fraco, médio e forte. Ainda segundo Rennó et al (2014, p.8) "a artificialização seria como uma ideia de intervenção direta e, principalmente, de técnicas colocadas em prática pela atividade humana. Nesse modelo de classificação tipológica, o último nível são os próprios tipos de paisagens que puderam ser identificados neste estudo (quadro 6), a partir de observações em campo e em referências bibliográficas, tais como cartas geográficas do IBGE e do diagnóstico do novo Plano Diretor de Matias Cardoso.

⁶¹ Estudo realizado pelo IPHAN e finalizado em 2014, sobre a proposição de uma paisagem cultural na foz do rio São Francisco, que inclui dois municípios, Brejo Grande em Sergipe e Piaçabuçu em Alagoas.



Paisagens Nativas - Nível de Antropização		
Fraco	Fraco	Fraco
Complexo alagadiço (pântanos) Rio Verde Grande	Grunas	Parque Verde Grande
		
Médio	Médio	Médio
Lagoa do Cajueiro	Margens do Rio São Francisco	Praias
		
Forte	Forte	Forte
Rio São Francisco	Trecho urbano do Rio Verde	Morro dos Jesuítas
		
Paisagens Domesticadas - Nível de Artificialização		
Fraco	Fraco	Fraco
Ilhas Fluviais	Plantação em Vazantes	Pontos pesqueiros
		
Médio	Médio	Médio
Roças e pastagens	Fruticultura irrigada	Currais
		
Médio	Alto	Alto
Barramentos Rio Verde	porto da balsa	Núcleos urbanos
		

Quadro 6. Conjunto de paisagens nativas e domesticadas que poderiam formar a paisagem cultural de Matias Cardoso.



Com base na observação desses dois grupos - nativas e domesticadas, identificamos a diversidade de paisagens existentes no território matiense e os seus usos naturais ou aqueles que em menor ou maior grau sofreram a intervenção humana.

A partir da identificação dessas paisagens, procedemos a uma proposição de um recorte territorial da paisagem cultural em Matias Cardoso. O recorte territorial visa estabelecer os limites físicos conceitualmente propostos para essa paisagem cultural, posto que a sua delimitação não é necessariamente a mesma delimitação política do território municipal, mas uma interpretação das leituras e análises sobre aquelas frações do território que possuam relações interessantes entre os seus elementos culturais e os naturais.

5.2.2. O recorte territorial da paisagem cultural de Matias Cardoso

O recorte territorial é a porção do território onde será trabalhada a paisagem cultural. O recorte pode ser uma área com características peculiares dentro do próprio território municipal ou compor uma área mais abrangente em mais de um município. A dimensão da proposta de um recorte dar-se-á de acordo com as características de cada paisagem cultural. Seus limites podem dizer respeito a uma paisagem específica, tal como a relação de uma comunidade com um elemento natural, como o exemplo do Monte Fuji no Japão, transformado em paisagem cultural da humanidade em 2013, até áreas mais amplas, como é a proposta do IPHAN para a criação da paisagem cultural dos Roteiros dos Imigrantes em Santa Catarina que envolve diversas comunidades tradicionais. Quando se define um recorte territorial para uma paisagem cultural, pode-se encontrar dentro deste recorte frações de território distintas e que, em seu conjunto, caracterizam a peculiaridade da paisagem cultural de um determinado território. Essas frações de território são conhecidas como unidades de paisagem.

Conforme vimos no capítulo 1, o conceito de paisagem resulta de uma sucessão de eventos de ordem natural e ou antrópica sobre um determinado espaço (SILVA, 2012, p.2), sendo um sistema passível de transformações, que é composto por elementos topográficos, pela fauna, flora e pela ação do homem no decorrer do tempo. Esse sistema, quando mais amplo, pode ser subdividido em unidades de paisagem, que para Afonso (1999),

São como as regiões homogêneas da geografia, espaços que apresentam características semelhantes entre si, no caso determinadas por fatores físicos (naturais ou antrópicos) e culturais. Entre as características marcantes dessas



unidades de paisagem, encontram-se os padrões de relevo, as malhas viárias e espaços públicos e os tecidos gerados pelas diferentes formas de apropriação do solo. (AFONSO, 1999, p. 99).

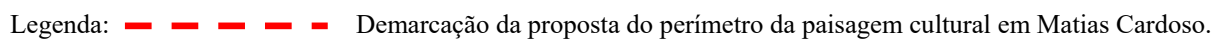
As Unidades de Paisagens caracterizam-se pelas semelhanças do relevo, clima, cobertura vegetal, solos, arranjo estrutural e o tipo de litologia ou exclusivamente por um desses elementos (ROSS, 1992).

As unidades de paisagem são formadas a partir de áreas com relativa homogeneidade, onde é possível perceber a estreita relação entre as características ecológicas de uma região / território e as atividades que neles se desenvolvem. Agrupa um conjunto de fatores, elegidos de acordo com os objetivos do planejamento ambiental e paisagístico de um território e a adoção de medidas e estratégias de intervenção específica para cada unidade de paisagem. Portanto, o estudo das unidades de paisagem relaciona-se diretamente com uma interpretação do território que deve implicar em uma proposta de ação / intervenção em que os seus objetivos haviam sido determinantes para o recorte espacial realizado, e também influenciado pela demarcação dos limites da área de intervenção.

Como a paisagem é um sistema extremamente dinâmico, a demarcação das unidades de paisagem encontra nos contextos ecológico e topográfico a sua base de delimitação, por serem esses fatores que definem, devido à complexidade de sua interação, a estrutura fundamental da paisagem. Esta estrutura é determinante para a sustentabilidade dos usos humanos que deveriam realizar as suas intervenções dentro de um limite sustentável. Os usos antrópicos da paisagem ao longo do tempo criam componentes históricas e culturais, que somadas às características ecológicas de um território, vão caracterizar uma paisagem culturalmente peculiar dentro de uma determinada porção territorial.

Vimos anteriormente, o conceito de paisagem cultural como "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem como seu meio cultural, a qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (IPHAN, 2009). A partir deste conceito, a paisagem cultural que é passível de salvaguarda é aquela em que a adequação entre as componentes ecológicas, históricas e as culturais é mais efetiva e proeminente. Por isso, foram consideradas no estudo da paisagem cultural de Matias Cardoso e na delimitação das unidades de paisagem, as três componentes – ecológica, histórica e cultural – uma vez que estas estão profundamente relacionadas e concorrem para a sua caracterização. Em nossa pesquisa, identificamos e denominamos conceitualmente sete possíveis unidades de paisagem, quais sejam: Núcleo Urbano, Lapinha / Rio São Francisco,

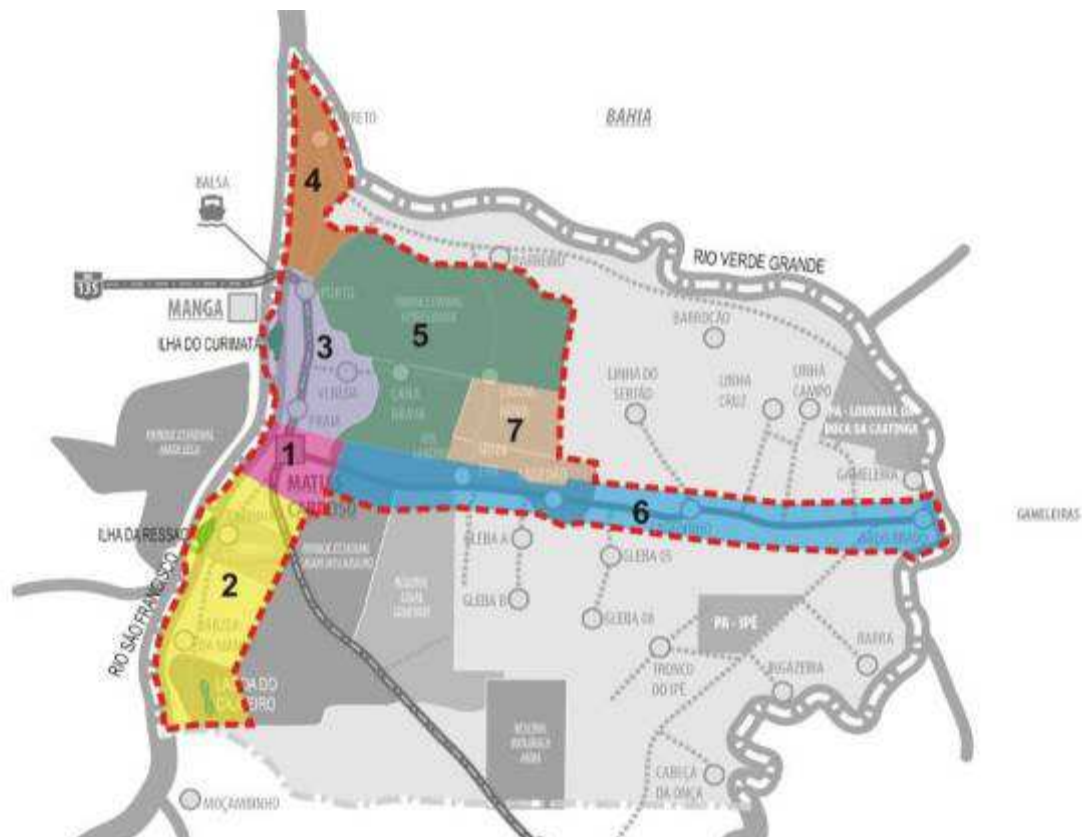
A paisagem cultural de Matias Cardoso dentro do seu recorte territorial (perímetro) estabelecido neste trabalho (mapa 17), apresenta limites que são em algumas situações mais expressivos, como é o caso da transição terra/rio que sustenta a definição das unidades de paisagem "Núcleo Urbano", "Lapinha" e "Praia", que se estabeleceram pela relação e cumplicidade existente entre esses dois meios. Em outros casos, a linha de delimitação entre unidades, pode não ser tão perceptiva pelo fato de seus limites darem-se em áreas de transição entre parques e fazendas, ou que ainda estão em processo de recuperação ambiental ou possuem populações tradicionais fazendo uso daquele território, como é o caso das unidades de paisagem que cortam os Parques Verde Grande e APA Lajedão.



Mapa 17. Proposta de um perímetro para a paisagem cultural de Matias Cardoso.

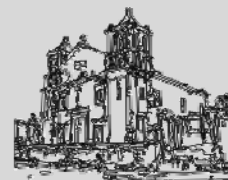


Para delimitarmos as unidades de paisagem, mesmo que de forma preliminar e acadêmica, em nosso trabalho, foram consideradas as seguintes componentes ecológicas, históricas e culturais: Geologia-Litologia; Morfologia do Terreno; Séries de Vegetação; Vegetação Natural com interesse para a conservação; Solos; Tipologias Funcionais do Espaço Rural; Espaço Edificado e Infraestruturas Viárias; Patrimônio Natural e Cultural. Para o estabelecimento do recorte territorial da paisagem cultural em Matias Cardoso, foram consideradas as unidades de paisagem que se relacionam com as primeiras porções do território ocupadas pelas fazendas de gado, quilombos e dos núcleos populacionais e, ainda, áreas de interesse ambiental e paisagístico do município. A seguir são descritas e caracterizadas as unidades de paisagem (UP) identificadas (mapa 18) dentro do recorte territorial da paisagem cultural de Matias Cardoso:

**Legenda****Unidades de Paisagem propostas:**

1. Núcleo urbano / 2. Lapinha / 3. Praia / 4. São Francisco - Verde Grande / 5. Parque Estadual Verde Grande / 6. Caminho do Gado / 7. Grunhas do Lajedão

Mapa 18. Síntese das unidades de paisagens propostas para o recorte espacial da paisagem cultural de Matias Cardoso.



a) Unidade de paisagem (UP) Núcleo Urbano:

Esta unidade de paisagem caracteriza-se pela ação antrópica nesta fração de território, onde se estabeleceu o núcleo urbano de Matias Cardoso. No passado, este sítio foi escolhido por seus fundadores por ser um ponto estratégico, um pequeno platô elevado em relação às margens do rio São Francisco (figura 125), que livraria a povoação de possíveis enchentes, e ainda, devido a existência de um morro nos fundos - o Morro dos Jesuítas, de onde se extraia pedras para a construção civil, salitre e como ponto de vigilância contra ataques indígenas, de onde podia-se avistar todo o vale em seu entorno. Desse sítio, destacam-se construções de valor histórico e cultural inestimáveis, que contam a evolução histórica em seus mais de quatro séculos de fundação. A cidade ainda guarda suas características provincianas, com diversas manifestações culturais ligadas à religiosidade e ao rio, conforme foi exposto no capítulo 4.



Figura 125. Vista aérea de parte da área urbana de Matias Cardoso. Disponível em:

<http://www.citybrazil.com.br/arquivos/imagens/galfotos/gfu_800_00005344.jpg> Acesso em: 08 Maio 2016.

Os valores históricos e culturais de sua população tornaram a cidade de Matias Cardoso culturalmente peculiar em Minas Gerais, mas também por sua anciandade e por ser, a partir dela, o ponto de origem de onde se ramifica o processo de ocupação regional e desenvolvimento da sociedade norte mineira. Nesta unidade de paisagem, há ainda uma relação muito forte entre a população, o rio São Francisco e o Morro dos Jesuítas, tanto pela sobrevivência - como é o caso do rio, ou como objetos de lendas e manifestações culturais, onde ambos são utilizados para fins religiosos e culturais (figuras 126 e 127).

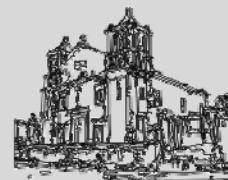


Figura 126. Pescador e violeiro no Rio São Francisco. Disponível em: http://www.panoramio.com/photo_explorer#user=424164&with_photo_id=7717309&order=date_desc Acesso em: 08 Maio 2016.



Figura 127. Vista para o cruzeiro do Morro dos Jesuítas, importante local simbólico e de peregrinação religiosa. Fonte: Acervo do autor, 2016.

Esta unidade de paisagem encontra-se dentro da unidade geoambiental de Planícies Fluviais e Terraços, possuindo as mesmas características de solo, os neossolos flúvicos (areno-argilosos e argilo-arenosos) e morfologia topográfica com baixa declividade, cujo fluxo de drenagem fluvial corre em direção ao rio São Francisco. O platô, onde se assenta o núcleo histórico da cidade, é a porção plana mais elevada do perímetro urbano, elevando-se cerca de 10 metros em relação ao leito do rio São Francisco.

Nas áreas mais próximas à orla, são comuns as planícies de inundação ou várzeas, que, em períodos de grande volume chuvoso, é comum que as águas do São Francisco inundem a área urbana imediata à orla de Matias Cardoso. Em nosso levantamento de campo, percebemos a preferência dos moradores locais em construir suas casas em áreas menos susceptíveis à inundações, enquanto que na região da orla, predominam as residências de veraneio dos forasteiros. Dentro da área urbana da cidade, em uma área de planície inundável, existe uma lagoa conhecida como Lagoa das Piranhas, de considerável beleza cênica, onde vislumbramos a possibilidade de ali se criar um parque urbano, como foi descrito anteriormente.

O Morro do Jesuítas, uma formação rochosa residual, é a estrutura física que possui a maior elevação na área urbana, com amplitude de cerca de 30 metros de altura em relação à Praça Cônego Maurício. No mapa a seguir (mapa 19) demonstramos os elementos dessa unidade de paisagem aqui destacados, quais sejam, o núcleo histórico, o Rio São Francisco, o Morro dos Jesuítas e a Lagoa das Piranhas.



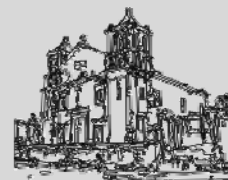
Mapa 19. Elementos da paisagem urbana de Matias Cardoso. Fonte: Google Earth, 2015, modificado pelo autor.

b) Unidade de paisagem (UP) Lapinha / Rio São Francisco:

Esta unidade de paisagem também se encontra dentro da unidade geoambiental de Planícies Fluviais e Terraços. Localizada na porção sul do território matiense, a morfologia do terreno caracteriza-se por uma grande planície, com usos do solo predominantemente agrícola, onde se destacam a bovinocultura, a fruticultura irrigada, a plantação de hortaliças e a agricultura de subsistência de populações vazanteiras.

Em uma extensa faixa de terras desta área encontram-se dezenas de famílias de remanescentes quilombolas, que formam a tradicional comunidade do Quilombo da Lapinha (figura 128). Na unidade também se localiza a Ilha da Ressaca, uma ilha fluvial onde residem populações vazanteiras (figura 129) que vivem da pesca e das plantações nas margens férteis e úmidas do rio São Francisco.

Esta área caracteriza-se ecologicamente pela existência do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro e a sua exuberante lagoa de mesmo nome, que é importante elemento paisagístico e ambiental desta unidade. Por esse motivo, oferece grande potencial para se explorar o turismo ecológico controlado dentro da área do parque. Um problema identificado é que fora da área



do parque a vegetação da sua Área de Preservação Permanente (APP) que se encontrava nas margens do rio São Francisco, foi quase que totalmente suprimida devido ao avanço de propriedades agrícolas até próximo do leito do rio, o que tem aumentado o processo erosivo de suas barrancas e o seu consequente alargamento.



Figura 128. Comunidade quilombola da Lapinha.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 129. Estudantes em travessia no Rio São Francisco da Ilha da Ressaca para a escola.
Disponível em: <www.fepeg.unimontes.br>
Acesso em: 08 Maio 2016.

Entre os tipos humanos residentes nesta unidade de paisagem, encontram-se fazendeiros, sitiantes, populações quilombolas, e em áreas próximas aos rios, os vazanteiros e pescadores.

c) Unidade de paisagem (UP) Praia / Rio São Francisco:

Localizada na porção noroeste do território matiense, a área desta unidade é caracterizada pela contínua ocupação humana entre a cidade de Matias Cardoso e o Porto da Balsa. Forma-se neste território o princípio de uma suburbanização linear no trajeto. A área é dotada de boa infraestrutura urbana, como pavimentação asfáltica, energia elétrica, água tratada e telefonia.

A unidade também encontra-se inserida dentro da unidade geoambiental de Planícies Fluviais e Terraços e a morfologia de sua paisagem é predominantemente plana, mas com algumas áreas alagadiças, onde se formam lagoas ou brejos. Os usos do solo aqui são mais diversificados, onde estão implantadas moradias em pequenas chácaras e sítios, pousadas, a comunidade de Praia (figuras 130 e 131), áreas pesqueiras, usos agrícolas irrigados, em sequeiro e em vazantes, área portuária de travessia de barcos e de bares em Porto da Balsa. As



populações ali residentes são compostas por quilombolas, vazanteiros, moradores da ilha do Curimatá, comerciantes, sitiantes, chacareiros e fazendeiros.



Figura 130. Porção de área agrícola privada reivindicada pelos remanescentes quilombolas de Praia. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br> > Acesso em 08 Maio 2016.



Figura 131. Celebração de procissão católica na comunidade de Praia. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br> > Acesso em 08 Maio 2016

Nota-se na unidade, grande devastação de mata ciliar, onde áreas agrícolas avançam até as margens do rio São Francisco. Há também o uso indiscriminado da água fluvial, que na maioria dos casos, sem outorga do órgão ambiental competente, é retirada do rio através do uso de bombas para a irrigação de plantações.

d) Unidade de paisagem (UP) São Francisco / Verde Grande

Esta unidade de paisagem localiza-se no extremo norte do território de Matias Cardoso, sendo delimitada a oeste pelo rio São Francisco e ao norte pelo rio Verde Grande. Apesar de encontrar-se inserida dentro da unidade geoambiental de Planícies Fluviais e Terraços, a morfologia de sua paisagem predominantemente plana, conta com diversas áreas de depressão que formam um importante complexo lagunar. Toda a unidade encontra-se locada dentro do Parque Estadual Verde Grande, importante reserva ambiental da flora e fauna locais, e berçário de várias espécies nativas. Nesta unidade, encontra-se uma grande área alagadiça próxima à foz do rio Verde Grande, de importante e frágil sistema ecológico. Neste local, muitas espécies de aves e peixes a utilizam para a sua reprodução.

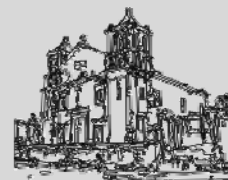


Figura 132. Complexo lagunar do Parque Estadual Verde Grande. Fonte: Google Earth (2016), modificado pelo autor.

Apesar do parque, existem muitas áreas de fazendas de gado de ocupação ancestral que remontam a criação do Arraial de Morrinhos, inclusive muitos nomes atribuídos a essas propriedades em mapas do Século XVIII, ainda existem até os dias atuais.

Esta unidade apresenta também grande potencial arqueológico, pois segundo alguns historiadores, conforme discutido no Capítulo 2, atribuem à área a localização dos primeiros arraiais de Matias Cardoso, hoje perdidos em meio à pastagens e matas.

e) Unidade de paisagem (UP) Parque Estadual Verde Grande:

A referida unidade de paisagem é caracterizada pela área de maior cobertura vegetal preservada no município de Matias Cardoso. Esta densa floresta está localizada dentro do Parque Estadual Verde Grande, e possui grande diversidade de espécies vegetais e animais preservadas. O relevo é caracterizado pela predominância de superfícies de aplanamento de baixa declividade. Os solos predominantes são os Neossolos Quartizarênicos com características mais arenosas.

Uma outra característica da área diz respeito à climatologia, pois nessa área é mais visível o fenômeno de formação da mata seca durante o período de estiagem de chuvas. Por



esse motivo, em períodos secos, torna-se um ambiente ecológico extremamente frágil, devido às ameaças constantes de queimadas criminosas (figuras 133 e 134).



Figura 133. Incêndio em área do Parque Estadual Verde Grande. Fonte: IEF (sem data).



Figura 134. Torre de monitoramento de incêndios no Parque Estadual Verde Grande. Fonte: Consórcio ARCADIS Logos/Agrar, 2015.

f) Unidade de paisagem (UP) Caminho do Gado

Esta unidade de paisagem de característica linear e de grande faixa de extensão, percorre o caminho de acesso aos distritos de Lajedão, Lajedinho e Rio Verde de Minas (Gado Bravo). Assim como na unidade de paisagem anterior, o relevo aqui é formado predominantemente por superfícies de aplanamento de baixa declividade e os solos mais característicos são os Neossolos Quartzarênicos Arenosos.

Os usos do solo na unidade são marcados pela presença dos Parques Estaduais Verde Grande e Lagoa do Cajueiro, da Reserva Legal da CODEVASF, e de propriedades agrícolas onde se destacam as pastagens e a criação de gado. A uniformidade desta área, apesar de extensa, dá-se tanto pela semelhança do seu relevo e vegetação (figura 135), quanto pelos usos agrícolas ao longo do caminho. Da mesma forma, os distritos de Lajedão, Lajedinho e Rio Verde de Minas (Gado Bravo), conforme comentado no Capítulo 4, guardam muitas semelhanças em suas morfologias urbanas e nas manifestações culturais de sua gente (figura 136), tendo os três distritos ainda em comum a utilização das mesmas atividades econômicas para sobrevivência, que encontram na pecuária a sua principal fonte de renda.



Figura 135. Vegetação de caatinga durante o período da seca na região de Rio Verde de Minas. Fonte: Comunidade de Rio Verde de Minas, 2014.



Figura 136. Cavalgada anula realizada em Rio Verde de Minas. Fonte: Comunidade de Rio Verde de Minas, 2014.

g) Unidade de paisagem (UP) Grunas do Lajedão

Esta é a menor unidade de paisagem identificada no território e caracteriza-se pelo seu relevo mais acidentado e irregular e os seus afloramentos rochosos que conformam uma paisagem de considerável beleza cênica e de grande importância ambiental por ser uma área de recarga do aquífero Bambuí. A unidade encontra-se inserida dentro dos limites da APA Lajedão, contudo, o acesso às grunas (figuras 137 e 138), seu principal elemento paisagístico, não possui controle de entrada de visitantes por parte do IEF.

A vegetação predominante é do tipo arbustiva, mas são encontradas também muitas gramíneas e cactos. A unidade é de grande fragilidade ambiental, posto que identificamos algumas áreas em sua borda onde eram extraídas rochas para a fabricação de paralelepípedos.



Figura 137. Formações rochosas afloradas nas grunas de Lajedão. Fonte: Prefeitura de Matias Cardoso (2015)



Figura 138. Vista aérea de parte da região das grunas, que possui mais de 1 milhão de metros quadrados. Fonte: Google Earth (2016).



5.2.3. Abordagem que será dada ao recorte espacial da Paisagem Cultural de Matias Cardoso

A Portaria nº 127 / 2009, que estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, recomenda que, depois de definido o recorte espacial, deve-se proceder a abordagem que será dada à paisagem cultural a ser chancelada. A abordagem seria a justificativa, ou o motivo pelo qual o solicitante acredita que determinada paisagem cultural seja peculiar e, por isso, merecedora da chancela.

A abordagem aqui proposta para a paisagem cultural de Matias Cardoso levou em consideração os aspectos históricos, culturais e naturais que tornam a paisagem deste município singular no estado de Minas Gerais. Embora o *modus vivendi* e a cultura das populações ribeirinhas do rio São Francisco em toda a sua extensão guardem muitas semelhanças entre si, o município de Matias Cardoso torna-se peculiar em Minas Gerais por ser o berço da colonização no estado, tendo em seu núcleo urbano o processo de ocupação contínuo mais antigo de Minas (COSTA, 2003). No município, também se encontram as primeiras fazendas de gado da região, sendo que algumas delas ainda conservam os seus nomes desde o final do Século XVII. A partir do seu arraial, o bandeirante Matias Cardoso distribuiu terras aos seus parentes, paulistas e baianos, ampliando-se as fazendas de gado pelas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes, onde foram surgindo outros povoados durante o século XVIII.

Durante o processo de conquista do território norte mineiro pelos colonizadores, na região do município de Matias Cardoso se formou uma sociedade embrionária a partir de paulistas, baianos, pernambucanos, negros quilombolas e indígenas. É a partir dessa mistura de raças que vai surgir a sociedade norte mineira, onde podemos encontrar no município de Matias Cardoso, parcela considerável das matrizes raciais e culturais que deram origem a essa sociedade.

O valor histórico do território matiense no contexto de Minas Gerais, associado à riqueza cultural de sua gente, somam-se aos valores ecológicos da sua paisagem municipal, que conserva cerca de 48% da sua porção territorial em áreas de reservas ecológicas e parques estaduais, ainda intactas ou em processo de recuperação ambiental, contando com belas e raras paisagens cênicas, como as lagoas e as grunas, e tipos de espécies animais e vegetais só encontradas naquele município. Acrescenta-se a essa paisagem, ainda, o encontro neste



território de dois rios, o São Francisco e o Verde Grande, que banham e delimitam parte considerável do município. Esses rios foram as principais vias de desenvolvimento, conquista e expansão do povoamento norte mineiro no período colonial, e possuem grande importância econômica, ecológica e cultural para a construção da paisagem cultural matiense.

Portanto, a abordagem proposta, ancora-se nos três pilares - histórico, cultural e natural, e embasa-se nos elementos culturais e naturais representativos levantados neste trabalho, onde podemos afirmar com convicção, o valor deste município enquanto paisagem cultural, e que melhor representa a sociedade norte mineira. Sociedade essa, que carece de maior reconhecimento no contexto estadual em Minas Gerais, da importância que a mesma teve no processo formador da sociedade mineira.

5.2.4. Fatores que podem ser limitantes a uma eventual implementação da chancela da paisagem cultural em Matias Cardoso

Discutimos no Capítulo I as fragilidades da Portaria nº 127/2009, a qual, não possuindo força de Lei, não tem o efetivo poder como instrumento que ampare a fiscalização do IPHAN, no caso do descumprimento de algum item acordado no pacto, em uma eventual concessão de chancela da paisagem cultural em Matias Cardoso.

Outro fator que poderia ser limitante a este eventual chancelamento, diz respeito à própria estrutura institucional da administração pública. A administração municipal não possui a estrutura operacional necessária para gerir um "Plano de Gestão da Paisagem". Faltam técnicos especializados, tais como arquitetos, geógrafos, biólogos, dentre outros. Mesmo se esta estrutura operacional viesse a ser implantada, preocupa-nos também a continuidade desse trabalho devido à questões políticas envolvidas. Em cidades pequenas, quando outro grupo político assume a gestão municipal, costuma-se trocar parte dos servidores - aqueles que não são efetivos, ou remanejar os efetivos para outros setores. Ocorre também do gestor não querer dar continuidade ao trabalho iniciado por seu antecessor. Então, a falta de um planejamento municipal contínuo, é um dos principais entraves e desafios para se manter o cumprimento acordado em um eventual chancelamento da paisagem cultural matiense.



A carência de técnicos no IPHAN e no IEPHA, em quantidade suficiente para atender a demanda de municípios e seus bens tombados por estes órgãos é outro entrave que só poderia ser resolvido com a realização de concurso público por parte desses órgãos. Matias Cardoso ainda possui o agravante da grande distância dos escritórios do IPHAN ou do IEPHA, sendo que esses técnicos precisariam deslocar-se de Belo Horizonte, que está a mais de 700 Km de distância, em caso de uma eventual necessidade.

As questões territoriais e ambientais também foram consideradas como capazes de gerar possíveis entraves. A delimitação do perímetro da paisagem cultural que propomos é bem extensa e abarca diversos usos e interesses particulares, institucionais e difusos. O município apresenta grandes áreas empresariais agrícolas cujo carro chefe é a fruticultura irrigada, e esta tem se expandido neste território, devido a grande rentabilidade econômica frente aos outros modos de produção agrícolas tradicionais. Este modelo de agricultura mercantil tende a expulsar os usos tradicionais de determinadas frações do território, além de possuir grande força política no município. São interesses que, no nosso entender, são divergentes daqueles ligados à preservação ambiental e manutenção de sua paisagem tradicional. Há ainda as porções territoriais de proteção ambientais ligadas aos parques estaduais e reservas legais da CODEVASF. Estes são regidos por rigorosas e restritivas Leis ambientais, e uma inclusão dessas áreas dentro de um perímetro de paisagem cultural demandaria esforços e pessoal envolvido, que extrapolam a jurisdição da administração municipal. Essas áreas são fechadas à visitação pública por não possuírem a infraestrutura necessária para receber esses visitantes. Nesse sentido, duas questões nos veem em mente: será que os órgãos responsáveis pela gestão dessas áreas, o IEF e a CODEVASF, teriam interesse de compor o pacto da paisagem cultural matienense? E, se em caso afirmativo, esses órgãos teriam estrutura operacional para abrirem essas áreas para visitação pública? Esses são entraves que, para serem resolvidos, dependem da articulação com outros entes federados, no caso, o estado de Minas e a União.

Em partes do perímetro proposto para a delimitação da paisagem cultural, ocorrem também conflitos pela posse da terra, reivindicadas por populações quilombolas e associações de trabalhadores-sem-terra. Algumas dessas áreas localizam-se em áreas de parque estadual ou de fragilidade ambiental, como áreas de APP próximas ao leito do rio São Francisco. Esses são entraves que podem comprometer a pactuação de alguns setores ligados à produção agrícola e à população de quilombolas.



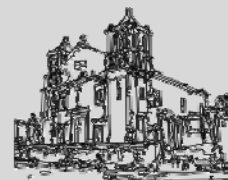
Os entraves ligados à ordem social também precisam ser considerados, onde a falta de um trabalho institucional de valorização da cultura matiense junto àqueles que a produzem - os seus moradores -, seria um empecilho para a gestão de uma paisagem cultural, posto que a população deve ser a parte mais interessada em uma eventual chancela e aquela que mais se beneficiaria com este reconhecimento cultural. Os trabalhos de educação patrimonial hoje são realizados de forma esporádica no município, e a não continuidade dessas ações cria empecilhos no próprio reconhecimento da população da importância de sua cultura, principalmente a imaterial, posto que a falta dessas ações contribuem para a não perpetuação de determinadas manifestações culturais para as populações mais jovens.

Uma possível implantação de uma chancela da paisagem cultural em Matias Cardoso, para ser bem sucedida, precisaria ser abraçada por todas as parcelas representantes de sua sociedade, o que demandaria uma delicada costura política, embasada em proposições consistentes, e que possa demonstrar os benefícios que a chancela desta paisagem traria para esta sociedade como um todo.

Conhecidos todos os problemas e dificuldades para a implantação da chancela, as motivações para tal devem superar as desconfianças geradas pelas discordâncias políticas e o descrédito de parte da população com relação às iniciativas que envolvam a participação do poder público. Conforme a Portaria nº 127/2009, o pedido de chancela pode ser realizado por qualquer cidadão ou entidade, mas sem a participação efetiva de pelo menos dois atores sociais, a gestão municipal e a população, este pacto seria impossível de ser realizado, embora que, em uma situação ideal, a pactuação precisaria ser construída a partir da participação de vários setores da sociedade.

A proposta acadêmica desta paisagem cultural levou em consideração, ainda, os fatores econômicos envolvidos no processo de desenvolvimento do município nos últimos anos. A expansão do Projeto Jaíba pelo território matiense tem promovido mudanças de uso do solo, incremento de novas atividades e serviços de alta tecnologia ligados ao plantio irrigado, a vinda de forasteiros, necessidade de novas infraestruturas urbanas, rodoviárias, rurais e logísticas que vão interferir diretamente no *modus vivendi* da sociedade matiense.

A valorização da cultura local, através de políticas públicas na área da educação, cultura e turismo, são os meios mais efetivos para a resistência, manutenção e enfrentamento da cultura matiense frente às mudanças econômicas e sociais - diga-se de passagem, que são benéficas para a melhoria da qualidade de vida da população - que estão ocorrendo de forma



acelerada no município nas últimas duas décadas. A instituição de uma chancela da paisagem em Matias Cardoso daria à municipalidade um novo impulso para a valorização de sua cultura, uma vez que passaria a ter o reconhecimento a nível nacional de sua importância para o patrimônio cultural brasileiro. A partir da insígnia de paisagem certificada, poder-se-ia explorar novas possibilidades a partir do segmento turístico e cultural no município, além de justificar a implantação de novas políticas voltadas para a valorização da cultura e manutenção do patrimônio cultural e da paisagem, que hoje se encontram em constante estado de ameaça.



Certamente, desconhecemos nossa própria nação. Por prepotência, olhamos para ela - e para aqueles que vivem em seus campos mais distantes - com um olhar de superioridade, de estrangeiro e colonizador. Mera ilusão de óptica que não nos permite enxergar as nuances mais fortes que embelezam e tornam únicas nossa terra e nossa gente. Civilizada miopia que nos faz ver atraso e ignorância onde há, na verdade, a diferença, a originalidade apaixonante do que não é aquilo que somos nós. Diante do mundo pulsante que é o Brasil que desconhecemos, sentimo-nos ameaçados e reagimos erguendo nossa barreira de princípios racionais e valores civilizatórios. Mas tais escudos de mentira e preconceito se desmancham no ar, como névoa de um sonho, diante da verdade viva e arrebatadora que invade nossos sentidos. Estrangeiros somos em todo o lugar e a todo momento em que nos deparamos com o mundo. Contudo, é apenas quando nos lançamos em direção ao desconhecido, despidos de nossos preconceitos e medos, que podemos, de fato, conhecer a nós mesmos. O resultado desta incrível experiência é a vida.
(Srbek, 2012)

CONCILIAÇÃO



5. CONCLUSÃO

A visão da preservação do patrimônio cultural no Brasil, durante um bom tempo, privilegiou apenas as obras arquitetônicas de cunho religioso ligado ao seu passado colonial, sobretudo, valorizando o estilo barroco e os monumentos históricos que exaltavam a pátria. Funari (2001), ao criticar a forma como era feita a gestão do patrimônio histórico brasileiro, privilegiando determinados bens patrimoniais e preterindo outros, resume sua reflexão citando Antônio Augusto Arantes (1990):

O patrimônio brasileiro preservado oficialmente mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não fosse o fato de que os grupos sociais o reelaboram de maneira simbólica. Esses estratos são os excluídos do poder e, assim, da preservação do patrimônio. (ARANTES, 1990, p.4 apud FUNARI, 2001, p.24)

Contudo, essa visão foi sendo ampliada e revista ao longo do tempo, incluindo novos bens, sobretudo os de natureza imaterial e, mais recentemente, a paisagem. A leitura das Cartas Patrimoniais demonstra a evolução desse conceito, cujo marco inicial deu-se a partir da Carta de Atenas (1931), onde cabe ainda destacar a Carta de Veneza (1964), a Recomendação de Paris (1989) e a Recomendação Europa (1995). Leonardo Castriota (2009), ao analisar a ampliação do conceito de patrimônio, afirma que “não apenas os monumentos consagrados, mas diversas paisagens, tradições, expressões de arte, saberes populares e documentos, passaram a ser reconhecidos como patrimônio nacional, acompanhando a tendência mundial de expansão do conceito” (CASTRIOTA, 2009, p. 12). Nesta evolução de pensamento, procurou-se relacionar as intervenções que promoviam a inserção da paisagem e a conservação do *genius loci*⁶², preservando-se a cultura e a população local. Contudo, como vimos no caso de Matias Cardoso, essa visão preservacionista ultrapassada ainda persiste, mesmo com a identificação de outros bens patrimoniais relevantes e do contexto histórico e cultural que permeiam o estudo proposto.

O município de Matias Cardoso representa o ponto de partida da colonização do Estado de Minas Gerais, conforme apresentado anteriormente, mas, sobretudo, caracterizou-se, ainda em princípios de sua ocupação, por demarcar a nossa peculiaridade cultural geraizeira frente às Minas Gerais dos mineiros da região central do estado. Sem querer estabelecer comparações valorativas entre estas expressões culturais, tratamos aqui, de duas

⁶² A expressão *genius loci* diz respeito ao conjunto de características socioculturais, arquitetônicas, de linguagem, de hábitos, que caracterizam um lugar, um ambiente, uma cidade. Indica o "caráter" do lugar. O termo é utilizado por Aldo Rossi quando se refere à preocupação com o local e o entorno do terreno das suas futuras construções.



características que, trazem à Minas Gerais uma riqueza cultural que aflora tanto em sua região das minas, quanto na região de seus currais.

A perspectiva em se ampliar a visão do patrimônio cultural em Matias Cardoso é o reconhecimento e a afirmação de sua importância no contexto histórico e cultural mineiro. Para isso, discutimos e propomos uma visão patrimonialista sob a ótica da paisagem cultural nesse município, embora entendamos que da proposição teórica à realização prática da candidatura à uma eventual chancela da paisagem existe um longo caminho a percorrer, com a imprescindível necessidade de envolver atores políticos, técnicos e sociais para a construção de um projeto cultural mais inclusivo.

Nos últimos anos, tem surgido por parte de movimentos organizados da sociedade civil norte mineira, diversas ações de valorização e resgate dessa cultura geraizeira, cujo objetivo é dar-lhe maior importância e reconhecimento no contexto do Estado de Minas Gerais.

Uma nova geração de pesquisadores e intelectuais norte mineiros, sobretudo ligados à Universidade Estadual de Montes Claros, ao Instituto Federal de Educação do Norte de Minas e demais instituições particulares de ensino superior presentes neste território, tem se empenhado em buscar, através de suas pesquisas, resgatar as raízes históricas, culturais, sociais e antropológicas da formação desta porção de terras das Minas Gerais. Cabe ressaltar a importância dada à tese de doutorado do antropólogo João Batista de Almeida Costa, tão precisa no sentido de expor e diferenciar o *modus vivendi* do mineiro da região das "minas" (região central do estado) e do mineiro da região norte mineira dos "gerais" (Norte de Minas). O primeiro, formado a partir da sociedade mineradora, e o segundo e mais antigo, pela sociedade agropastoril. A tese do professor João Batista foi a ignição para a formação do Movimento Catrumamo⁶³, que reúne intelectuais, políticos, artistas e mobilizadores culturais, movimento este, que desde o ano de 2005 empenha-se em resgatar os valores culturais e históricos da região norte mineira.

A partir da mobilização do Movimento Catrumano, no ano de 2011, o governo mineiro, através do Decreto Estadual nº 45.649, instituiu o "Dia das Gerais", na data de 08 de dezembro, dia em que simbolicamente o Governo do Estado é transferido para a cidade de Matias Cardoso, em reconhecimento pela sua importância histórica como o primeiro povoado

⁶³ O Movimento Catrumano se formou em Montes Claros, a partir da reunião de intelectuais, políticos, artistas e agentes culturais, cujo objetivo é criar um plano de desenvolvimento para essa região, identificando e aproveitando todas as suas potencialidades nos campos da: agricultura, pecuária, indústria, turismo e cultura.



de Minas Gerais. Esta data refere-se à instituição da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos em 8 de dezembro de 1695, por ato do Arcebispo de Salvador, Dom Frei Manuel da Ressurreição.

A mobilização dos grupos culturais e acadêmicos em prol da valorização da cultura do Norte de Minas, tem encontrado em localidades como Matias Cardoso, importantes referências históricas e culturais para pleitear junto ao governo estadual um maior reconhecimento da importância da região como parte protagonista na formação do território mineiro. A reivindicação deste protagonismo, tem apontado para a obtenção de uma maior valorização da cultura norte mineira no contexto do estado de Minas Gerais, que possa integrá-la com outras políticas de desenvolvimento regional, entre elas o fomento ao turismo cultural que poderá gerar emprego e renda para as populações tradicionais e contribuir para a preservação do patrimônio cultural norte mineiro.

Alguns setores da sociedade matiense já têm se organizado em busca do reconhecimento e valorização do seu passado e de sua cultura, a partir da criação de grupos culturais ligados à religiosidade e a forte presença das populações negras na comunidade. Mas muitas ações ainda são necessárias para a valorização da cultura local, principalmente a realização de um trabalho de conscientização e aumento da autoestima de populações tradicionais locais, tais como os quilombolas e os ribeirinhos. Dentro desse contexto, abrem-se demasiadas possibilidades de exploração de uma economia cultural, aproveitando-se o potencial econômico que o agronegócio tem trazido para a região. Para tanto, recorreremos à necessidade da formulação de políticas públicas integradas, que vejam o potencial apresentado pela cultura dessa gente e o seu importante patrimônio cultural e natural, que possa se agregar às demais políticas vigentes e em implantação, como é o caso do turismo e o agronegócio no município.

Dadas as possibilidades de desenvolvimento econômico e social que se apresentam, reiteramos novamente a necessidade de se valorizar o patrimônio cultural e natural de Matias Cardoso através de uma gestão patrimonial mais efetiva e inclusiva. Neste trabalho, procuramos apontar a atual situação de preservação e gestão do patrimônio cultural no município, de onde partimos para as nossas reflexões e perspectivas a partir da consideração de uma nova visão patrimonial - a paisagem cultural, que poderá trazer novas contribuições para a preservação desse patrimônio cultural. Vislumbramos, através da perspectiva de uma eventual implantação da chancela da paisagem cultural em Matias Cardoso, os subsídios necessários para garantir um melhor desenvolvimento econômico e social para este território e



sua gente, promovendo a preservação de sua cultura e de seus recursos naturais. Ação que contribuiria ainda, dentro de um contexto regional para se reforçar e reconhecer o valor cultural da sociedade norte mineira, que encontra em Matias Cardoso o ponto de partida de suas raízes históricas e culturais.

Contudo, um trabalho visando um pedido de chancela da paisagem cultural envolveria maiores investimentos públicos da gestão municipal caso ocorresse o chancelamento. Mas quais ações patrimoniais podemos esperar da administração pública matienense, dada a sua atual estrutura administrativa e os poucos recursos disponíveis para a preservação do patrimônio cultural local? Que tipo de ação efetiva está sendo realizada pela Prefeitura, pelo IEPHA e pelo IPHAN para a preservação deste patrimônio? Estas foram perguntas cujas respostas procuramos demonstrar nesta dissertação, sobre o quão pouco foi realizado para a preservação do patrimônio cultural de Matias Cardoso.

Uma primeira ação possível, ou um gesto de boa vontade administrativa, poderia ser a realização dos inventários e a efetivação de tombamentos e registros dos bens patrimoniais de elevada importância histórica e cultural presentes nesse município. Mas, o que de fato tem existido por parte do poder público local, são atos simpáticos e vagos para com aqueles que buscam realizar contribuições para o patrimônio cultural local. Com relação a contribuição desses agentes externos, é de suma importância a ampla divulgação e conhecimento do valor cultural do município de Matias Cardoso, para que surjam novas iniciativas de trabalhos de pesquisa e extensão por parte dos pesquisadores e de suas instituições de ensino e pesquisa.

A este trabalho, esperamos que possa fornecer uma pequena contribuição enquanto proposta acadêmica, incitando novas discussões sobre este tema que não se encerra aqui, e sobre as possibilidades que se descortinam a partir do entendimento e valorização do legado cultural em Matias Cardoso, mas sobretudo, que possa despertar em novos autores o interesse em se pesquisar esse vastíssimo campo de investigação que é o Norte de Minas, que ainda reserva vários capítulos em branco sobre a sua história, o seu território, a sua formação social e seu importante patrimônio cultural e natural.

Esperamos inclusive, conforme os nossos primeiros contatos com a gestão municipal de Matias Cardoso já bem sinalizaram, e se assim tivermos apoio dessa administração municipal e da instituição de ensino à qual estamos vinculados, em transformar o tema proposto da dissertação em uma ação concreta de pedido de chancela de paisagem cultural. Em nosso contato com os técnicos do IPHAN, apresentada a proposição, os mesmos se dispuseram a prestar-nos assistência para o esclarecimento de dúvidas quanto a sua



formulação. Essa ação seria mais uma tentativa de buscar reconhecer a importância histórica e cultural deste ainda pouco valorizado território, que tanto contribuiu no passado para a formação da sociedade norte mineira.



REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS CITADAS NO TEXTO

Livros, artigos e textos acadêmicos

AFONSO, S. **Urbanização de encostas: crises e possibilidades – o Morro da Cruz como um referencial de projeto de arquitetura da paisagem**. 1999. 645 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALBUQUERQUE, U. P. **Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania**. Casa do Patrimônio de João Pessoa, 2012.

ALMEIDA, A.C. Paisagens: um património e um recurso. In: JACINTO, R.; BENTO, V. (Org) **O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios**. Lisboa: Campo das Letras, 2006. P. 31-42.

ANASTASIA, C. M. J. **Vassalos Rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANAYA, F.C.; BARBOSA, R.S.; SAMPAIO, C.A. Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira. **Revista UNIMONTES Científica**, Montes Claros, v.8, n.1, p. 35-41, janeiro / junho 2006.

ANDRADE, C. D. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

BARBOSA, W. A. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 1995

BLEY, L. **Morretes, estudo de paisagem valorizada**. 1990. 215f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro, São Paulo, 1990.

BIONDINI, I. V. F.; STARLING, M. B. L.; CARSALADE, F. L. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte , v.16, n.25, p. 133-179, janeiro / julho 2014

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONAMIM, G. **Elites intelectuais e nation building: conflitos na organização e funcionamento do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o Estado Novo**. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

BOTELHO, A. V; ANASTASIA, C. D. **Maria da Cruz e a Sedição de 1736**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BURTON, R. F. **Viagens aos planaltos do Brasil**. Tomo III. O Rio São Francisco. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.



CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CARRARA, A. A. **Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros**. **Revista Varia História**, UFMG, Belo Horizonte, v. 23, p. 574-596, 2007.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. (org.). **Paisagem Cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; IEDS, 2009.

CERÁVOLO, A.N. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, 1930-1960**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

_____. **As questões do Patrimônio**: Antologia para um combate. Coimbra: Edições 70, 2011.

CLAVAL, P. A. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA R. L. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

COSTA, C. M. R et al. (Org.). **Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

COSTA, L. M. S. A. (org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: ed. PROURB, 2006.

COSTA, J. B. A. **Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência**. 2003, 335f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

_____. **Movimento Catrumano: o Norte de Minas como berço de Minas Gerais**. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 1, n. 4, p. 24-36, novembro / dezembro 2007.

_____. Os Berços de Minas Gerais. In: IEPHA. **Termo de Referência para elaboração de projeto executivo de revitalização externa (paisagismo) e iluminação externa da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Matias Cardoso-MG**. Belo Horizonte, IEPHA, 2013.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1973.

DÉAK, C. **Verbetes de economia política e urbanismo**. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/index.html> Acesso em: 17 Maio 2016.



DAYRELL, C. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais : la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. 1998, 214f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidad Internacinal de Andalucía, Espanha, 1998.

FAGUNDES, G; MARTINS, N. **Capítulos sertanejos**. Montes Claros: Formato, 2002.

_____. (org) **Motins do Sertão: Documentos do Arquivo Público Mineiro (1736-1738)**. Montes Claros: Formato, 2011.

FERNANDES, J. R. O. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais do Seminário Internacional de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicacultural/casaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89RICARDO-ORI%C3%81FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em 27 julho 2015.

FERNANDES, S. **Análise da evolução da ocupação e uso do solo: aplicação com base num SIG para o Parque Nacional Peneda-Gerês**. 2006. 137 f. Monografia (Licenciatura em Engenharia do Ambiente e dos Recursos Rurais) - Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 2006.

FIGUEIREDO, V. G. B. As zonas especiais na preservação do patrimônio e no desenvolvimento sustentável: questões sobre a experiência de São Paulo e Santo André. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 15., 2013, Recife. **Anais do XV ENANPUR**. Recife: UFPE, 2013. p.1-18.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FUNARI, P.P.A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, 41, p. 23-32, 2001.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GHILARD, A. S; DUARTE, C. R. S. Ribeirão Preto: os valores naturais e culturais de suas paisagens. In COSTA, L. M. S. A. (org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: ed. PROURB, 2006.

LACERDA, C. **Desafio e promessa/ o rio São Francisco** . Rio de Janeiro: Record, 1964.

LEMOES, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



MACHADO, L. M. C. P. **Percepção da paisagem, conceituação, observação, descrição, vivência** - volume 9. São Paulo: Unesp/UNIVESP, 2012.

MATA-MACHADO, B. N. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MEDEIROS, A. Isto é o sertão. **Revista Verde Grande**, UNIMONTES, Montes Claros, MG., v1, n5, p.6-9, janeiro 2008.

MELO, A. S. A entrada da Geografia Humanista na ciência geográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009, São Paulo. **Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**. São Paulo, SP: Departamento de Geografia, USP, 2009. Disponível em: <<https://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/aline-de-souza-melo.pdf>> Acesso em 12 abril 2016.

MELO, K. C.. Estratégias de proteção e valorização das paisagens culturais no brasil. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 4., 2014, São Paulo. **Anais VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo, SP: PPGH, USP, 2014.

MONTIBELLER F. G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, jan. 1993. ISSN 2175-8085. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645>>. Acesso em: 24 maio 2016.

MOURA, A. C. Modernização agrícola como discurso político a serviço do capital: O caso do Projeto Jaíba-MG. **Revista Tempos Históricos**, EDUNIOESTE, Marechal Cândido Rondon v.18, n.2, p.217-233, 2014.

_____. Público, porém privado: capital, trabalho e trabalhadores do projeto Jaíba. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 7., 2012, Uberlândia. **Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil**. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p.1-10.

MOURA, A. P. **Norte de minas: dos primórdios à revolução de 1930**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em:<<http://www.asminasgerais.com.br>> Acesso em 22 julho 2015.

NARDI, L.;CASTELLS, A. N. G. Contexto urbano como paisagem cultural: reflexões a partir do centro histórico de Paranaguá-PR. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais do Colóquio Ibero-Americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte, MG: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010, p.1-22.

NEVES, Z. **Navegantes da integração: os remeiros do São Francisco**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

NUÑEZ, T. Entre cultura y territorio. Nuevas miradas del ordenamiento territorial desde los paisajes culturales. In: ICOMOS Argentina (Org.). **Paisajes culturales en Argentina**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2007. p. 74-87.



OLENDER, M. C. H. L.; OLENDER, M. O Programa brasileiro 'ICMS Patrimônio Cultural': eficácia e limitações. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITECTÓNICO E EDIFICADO, 11., 2012, Cascais. **Anais do XI Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado**. Cascais, Portugal: Fundação CICOP, 2012. p. 852-865.

PIRES, S. R. **Raízes de Minas**. Montes Claros, MG: [s. n.], 1979.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRICHOA, C. E.; HOLGADO MOLINA, P.; RIBEIRO, S. R. A. Metodologia para identificação e caracterização de paisagens fluviais do Brasil mediante critérios europeus. In: JORNADAS LUSÓFONAS, 1., 2014, Coimbra. **Anais da I Jornadas Lusófonas CTIG**. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2014, p.151-156.

QUERINO, A. J. O norte de Minas: Conexão à rede urbana desestruturação/reestruturação e apagamento do conhecimento local. **Revista Eletrônica da Comunidade Virtual de Antropologia**, Florianópolis, n.32, 2006. Disponível em: < <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a32-aquerino.pdf> > Acesso em 02 setembro 2015.

RANGEL, C. H. Matias Cardoso, o bandeirante esquecido. in IEPHA (Org.) **Patrimônio em Textos**. Belo Horizonte: IEPHA, 2012, p.115-127.

RANGEL, M. M. A Municipalização da Proteção do Patrimônio Cultural em Minas Gerais. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, Belo Horizonte, v.2 , n. 1, janeiro / abril 2008.

REIS, P. R. C; SILVEIRA, S. F. R. Impactos da Política Nacional de Irrigação sobre o desenvolvimento socioeconômico do norte de Minas Gerais. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XX, n 3, julho 2011.

RENNÓ, F.; TEIXEIRA, R.; BORIM, A. Análise da paisagem cultural da foz do Rio São Francisco: premissas para o planejamento e proteção. In: Colóquio Ibero Americano - Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 3., 2014, Belo Horizonte. **Anais do 3º Colóquio Ibero Americano - Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte: UFMG/IEDS, 2014, p.1-17.

RIBEIRO, R.W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

_____. Os ídolos da Paisagem. Caminhos e Descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. In: Congresso de Organização Espacial, 1., 2010, Rio Claro. **Anais do I Congresso de Organização Espacial**. Rio Claro: UNESP, 2010, p. 4103-4117.

RICCI, R. **Minas são muitas**. Instituto Humanitas Unisinos, 2010. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/30339-minas-sao-muitas> > Acesso em 03 agosto 2015.



SANTOS, C. H. G. R. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.02, p. 43-48, 2001.

SANTOS, M. R. A. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental. Teoria e Prática**. São Paulo, Oficina de Textos, 2004.

SILVA, F. B. Caminhos do Real: Guimarães Rosa, as Minas e os Gerais. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 1, n. 4, p. 10-17, 2007.

SHÖRNER, A. **Periferia: pensando um conceito**. Blog ecos da periferia. Disponível em: <<http://ecos-periferia.blogspot.com.br/2011/09/periferia-pensando-um-conceito.html>> Acesso em 26 julho 2015.

TAKEDA, T. O. **Uso e ocupação do solo urbano**. Jurisway, 2013. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12363> Acesso em 16 maio 2016.

TORELLY, L. P. **Paisagem cultural: uma contribuição ao debate**. Minha Cidade, São Paulo, ano 09, n. 100.02, Vitruvius, nov. 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.100/1869>>. Acesso em: 23 maio 2016.

TURNER, B., et al. **Land-Use and Land-Cover Change Science – Research Plan**. International Human Dimensions Programme On Global Environmental Change, 1995. Disponível em: <<http://www.ihdp.unibonn.de/html/publications/reports/report07/luccsp.htm#toc>> Acesso em: 17 maio 2016.

VASCONCELLOS, S. **Bandeirismo**. Belo Horizonte: O. Costa, 1944.

VASCONCELOS, M.C.A. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. **Revista CPC**, São Paulo, n.13, p. 51-73, novembro 2011/abril 2012.

WEISSHEIMER, M.R. A chancela da Paisagem Cultural: uma estratégia para o futuro. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 7, n. 62, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1102:catid=28&Itemid=23> acesso em: 06 de Outubro de 2015.

_____. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática. **Revista Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 5, n.2, 2012.

Documentos, legislações e dados

ÁLVARES, M. **Denúncia contra o capitão Estevão Raposo Bocarro**. In: Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania da Bahia. ANTT. Lisboa. Ref: PT-TT-TSO-IL-028-CX-1576-13609. Projeto Resgate. cx. 28. doc.2513, 1732.

ANDRADE. C.D. [memorando] 15 fev. 1954, Rio de Janeiro [para] COSTA, L. Rio de Janeiro. 1f. Colher documentação Igreja da Conceição, em Matias Cardoso. In: Ministério da Educação e Saúde – DPHAN/D.E.T – Seção de História. Processo nº 493-T-54. 1954.



ANDRADE, M. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 30, p.271-287, 2002.

BRASIL. **Constituição** (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF, Senado, 1934.

_____. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 6 de dezembro 1937. Seção 1, p. 24.056.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. **Lex: Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, v. 7, p. 4917, 2000.

CODEVASF. **Contribuição do Projeto Jaíba para o desenvolvimento da região norte de Minas Gerais**. [S.l.]: s.n, 1995.

_____. **Estudo técnico: etapas de implantação do projeto Jaíba 28.200 ha**. [S.l.: s.n.], 1987.

_____. **Plano Diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco - PLANVASF**. Relatório Final. Brasília: PLANVASF, 1989.

_____. **CONSÓRCIO. Estudos de viabilidade técnico-econômica e projeto básico para implantação do sistema de irrigação e drenagem da 1ª etapa do perímetro irrigado do Jaíba/MG**. Relatório de consultoria. Manga, Consórcio Ecoplan-Magna-Coba, 1987.

CONSÓRCIO ARCADIS LOGOS - AGRAR. **Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Matias Cardoso – MG**: Leitura Técnica e Comunitária. Brasília, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco Multidimensional de estatística**. Disponível em: <<http://www.bme.ibge.gov.br>> Acesso em: 16 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br>> Acesso em 09 Julho 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br>> Acesso em 09 julho 2015.

_____. **Censo Demográfico Rural 2006**. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br>> Acesso em 09 julho 2015.



_____. **Estimativas de população, 2014.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/nota_metodologica_2014.pdf> Acesso em: 09 julho 2015.

_____. **Produto interno bruto dos municípios - 2013.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=314085&idtema=152&search=minas-gerais|matias-cardoso|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013>> Acesso em: 16 maio 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES - ICOMOS. **Carta de Florença:** Carta dos Jardins Históricos. Florença, 1981. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br>>. Acesso em: 10 dezembro 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. Ficha Técnica. 1981. In: IPHAN. **Arquivo Permanente: Série I. Cidade: Matias Cardoso. Monumento: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.** Rio de Janeiro: DPAN, 1946-1987, 427.p.

_____. **ICMS Critério do Patrimônio Cultural:** Lei Estadual nº 18.030/2009. pontuação definitiva – exercício 2016. Belo Horizonte: IEPHA, 2015. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2016-publicacao-revisada-11-11-2015.pdf>> Acesso em: 05 junho 2016.

_____. **Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco.** Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 924 p.

_____. **Relação de Bens Protegidos em Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Bens tombados e processos de tombamento em andamento.** Brasília, DF: IPHAN, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf> Acesso em 23 junho 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Carta ao cidadão.** Brasília, DF : IPHAN, 2014.

_____. **Carta de Bagé ou Carta Da Paisagem Cultural.** Bagé, 2007. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_Paisagem_Cultural.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2014.

_____. **Cartas Patrimoniais:** Títulos de referência sobre preservação de bens culturais. Brasília, DF: IPHAN, 2000.

_____. **Levantamento de subsídios técnicos para elaboração de Dossiê com vistas ao estabelecimento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira:** Foz do Rio São Francisco. Volume 2. Produto IV. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

_____. **Portaria n.º 127 - 30 abr. 2009.** Estabelece a chancela de Paisagem Cultural Brasileira. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 julho 2015.



IPHAN. **Processo de Tombamento nº 493-T-54**: Inscrição nº 300, Livro Histórico, Volume 1. Rio De Janeiro: DPAN, 1954.

_____. **Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira**. Brasília, DF: IPHAN, 2011.

_____. / DEPAN. **Memorando nº 384/2015**: solicita a exclusão do serviço “Estabelecer a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira” da Carta de Serviços ao Cidadão. DEPAN, 2015.

MATIAS CARDOSO. Decreto Municipal nº 027/2013. **Estabelece diretrizes para a preservação do centro histórico de Matias Cardoso**. Matias Cardoso: Poder Executivo, 2013.

_____. Decreto nº 039/2009. **Cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Matias Cardoso**. Matias Cardoso: Poder Executivo, 2009.

_____. Emenda de 17 de Outubro de 1994. Modificativa à **Lei nº (--) de Novembro de 1993**. Matias Cardoso: Poder Legislativo, 1994.

_____. **Inventário de proteção do acervo cultural de Matias Cardoso/MG**. Matias Cardoso: Prefeitura Municipal, 2013.

_____. Lei nº (--) de Novembro de 1993. **Lei Orgânica do Município de Matias Cardoso**. Matias Cardoso, Poder Legislativo, 1993.

_____. Lei n 316, de 14 de novembro de 2001. **Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural de Matias Cardoso**. Matias Cardoso: Poder Legislativo, 2001.

_____. Lei Municipal nº 424/2005. **Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Matias Cardoso e seu respectivo procedimento**. Matias Cardoso: Poder Legislativo, 2005.

_____. Lei Nº 448 / 2006. **Dispõe sobre o Plano Diretor, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento e ordenamento do Município de Matias Cardoso**. Matias Cardoso: Poder Legislativo, 2006.

_____. Lei nº 495 / 2009. **Cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade de Matias Cardoso – MG, e dá outras providências**. Matias Cardoso: Poder Legislativo, 2009.

_____. **Lei Municipal nº 576/2015**. Delimita o perímetro urbano da Sede de Matias Cardoso-MG. Matias Cardoso: Poder Legislativo, 2015.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 12.040 de 28 dezembro de 1995. Dispõe sobre o novo critério de rateio da cota municipal do ICMS aos municípios mineiros. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, MG, 29 dezembro, 1995.

_____. Decreto-Lei n 45.649 de 18 julho de 2011. Cria a Medalha dos Gerais - Matias Cardoso e Maria da Cruz. Minas Gerais, **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, MG, 19 julho,



2011.

PASSOS, C.L.G. [Carta] 11 jan. 1954, Januária [para] ANDRADE, R.M.F. Rio de Janeiro. 1f. Solicita providências urgentes para a conservação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso. In: Ministério da Educação e Saúde – DPHAN/D.E.T – Seção de História. Processo nº 493-T-54. 1954.

SILVA, S. M. M. [memorando] 06 nov. 1981, Belo Horizonte [para] ANDRADE, R. Belo Horizonte. 1f. Demais monumentos de interesse da região de Manga. In: MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN. Arquivo Permanente: Série I. Cidade: Matias Cardoso. Monumento: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. (1946-1987).

UNESCO. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial**. UNESCO. Lisboa, 2012. Disponível em: < <https://www.unescoportugal.mne.pt/>> acesso em 20 mai. 2015.

_____. **Convenção de Bruxelas sobre a conservação da natureza e a proteção das paisagens, 1982**. UNESCO, 1982.

Entrevistas

MONGELLI, M. M. **Entrevista I**. [Abr. 2016]. Entrevistador: Anderson Ricardo dos Anjos. Brasília, 2016. 1 arquivo .mp3 (122 min.).

Audiovisuais

GRUPO AGRESTE. **Ponte Cigana**. In: Grupo Agreste. São Paulo: Bandeirantes Discos, 1980. 1 LP. Lado A. Faixa 3.

OBRAS CONSULTADAS

ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ANJOS, A.R. **À Matias Cardoso** (poema). Matias Cardoso, 2000. Arquivo pessoal do autor.
AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARBOSA, C. Segunda residência e cidade difusa. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 10. A GEOGRAFIA IBÉRICA NO CONTEXTO EUROPEU, 2005, Évora. **Anais do X Colóquio Ibérico de Geografia**. Évora: Associação Portuguesa de Geógrafos, 2005. Disponível em: <http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/069.pdf> Acesso em: 10 março 2016.

BAUDELAIRE, C. **As flores do mal**. Tradução: Ivan Junqueira. - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2012.

BRAZ, B. **São Francisco nos Caminhos da História**. São Francisco: Lemi, 1977.



CAMPOS, L. A. S. **O homem na Pré-História do Norte de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio e colecionismo: algumas considerações. **Revista Magistro**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.16-24, 2010. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1056>> Acesso em 22 agosto 2015.

CASTELLANOS-SOLÁ, M.E. Arqueologia. In: IEPHA. **Projeto de Pesquisa Ruínas de Mocambinho** – Relatório Preliminar. Convênio IEPHA / CODEVASF. Belo Horizonte, julho de 1991. p.33-75. (Relatório).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY PEREIRA DA SILVA - CEDEFES. **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no Século XXI – História e Resistência**. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

COUTO, J. V. Descrição dos Sertões de Minas, despovoação, suas causas e meios de os fazer florentes (1801). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 25, p.430-437, 1862.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALFELD, H. G. F. **Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio São Francisco desde a cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico Levantado por Ordem do Governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II**. Rio de Janeiro: Litographia Imperial, 1860. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185636>> Acesso em: 11 março 2016.

IANNI, O. **A sociedade global**. 8. ed . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LEME, P. T. A. **Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica (1784)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

NOGUÉ, J.. **Territorios sin discurso, paisajes sin imaginario**. Retos y dilemas. ERÍA, 2007.

OLIVEIRA, M. F. M. O Processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da Sudene. In: OLIVEIRA, M. F. M. RODRIGUES, L. (Org.). **Formação econômica e social do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.



OLIVEIRA, S. M. **Os Geraizeiros**. Rede Educadora de Cidadania - Recid. 2008. Disponível em: <<http://recid.redelivre.org.br/2008/01/13/os-geraizeiros/>> acesso em 29 julho 2015.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: Ed. UnB, 2006.

PROUS, A.; BAGGIO, H.; RODET M.J. O homem de Buritizeiro. **Revista Minas faz Ciência**, Belo Horizonte, n. 31, p.26-29, 2007.

RESENDE, M.E.L. Itinerários e interditos na territorialização das gerais. In: RESENDE, M.E.L.; VILLATA, L.C. (Org.). **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica / Companhia do tempo, 2007, Vol. I.

ROSA, J. G. **Ave Palavra**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. **Grande Sertão: Veredas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. **Sagarana**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia, ambiente e planejamento**. São Paulo:Contexto, 1990.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, R.L., ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 p. 12-74.

SILVA, M. W. **A Geografia e o estudo do passado**. Terra Brasilis (Nova Série), 2012. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/246>>. Acesso em: 19 março de 2015.

SRBEK, W. **Estórias gerais**. São Paulo: Nemo, 2012.

TAUNAY, A. **História Geral das Bandeiras Paulistas, 10 v.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1924-1950.

TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século XXI**. Editora Sextante: Rio de Janeiro, 2005.

VASCONCELOS, D. **História antiga das Minas Gerais**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

_____. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Nacional, 1935.



**DOCUMENTOS REFERENTES AO
TOMBAMENTO DA IGREJA DE
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

ANEXOS



Januária, 11 de Janeiro de 1884.

Exmo. Sr.
Diretor da Divisão do Patrimônio
Histórico e Geográfico Nacional
RIO DE JANEIRO - RJ.

Senhor Diretor:

Vimos, desta vênia, trazer a V. Excia., em nome da população da vila de Matias Cardoso, (antigo Morrinhos), Município de Manga, Minas Gerais, um instantâneo apêlo no sentido de que sejam tomadas urgentes e prontas providências a fim de conservar a histórica e adiantada igreja daquela localidade, monumento que conta três séculos de existência.

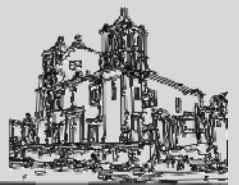
Como vigário encarregado da referida igreja, vimos significar ao Ilustre Diretor do Patrimônio Histórico e Geográfico Nacional nossa plena confiança em suas providências, inspiradas no seu nobre espírito de brasilidade e de amor às preciosas relíquias do nosso passado.

O tri-sécular templo católico, que remonta à época das "bandeiras", ora se acha, podemos atestá-lo, em estado lamentável, digamos mesmo, de ruína. Ainda recentemente, quando ali estivemos, no desempenho do nosso ministério sacerdotal, tivemos receio de celebrar os atos religiosos dentro na igreja em aprego, dada a sua situação precária do ponto de vista da segurança.

Isto posto, aguardamos, olhos fitos em Deus, que o patriotismo de V. Excia. acuda, pressuroso ao reclamo da ordeira e laboriosa população de Matias Cardoso, reclamação justa e procedente, que fazemos nossa.

Com o melhor aprego, subscrevemo-nos,

Pe. Luís Gonzaga Passos
(Padre Luís Gonzaga Passos, Vigário)



Exmo. Sr.

Diretor da Divisão de Patrimônio Histórico
e Geográfico Nacional.

Secundamos, de modo pleno, o apêlo do nosso vigário, Padre
Luís Gonzaga Passos, em favor da nossa querida e histórica igreja de
Morrinhos, monumento nacional.

Ameça ruir essa preciosa relíquia do passado. Urgem provi-
dências. Confiantes, aguardamos as medidas de V. Excia.

Com a melhor apreço subscrevemo-nos,

Diogo Antonio de Aguiar - Prefeito
Padre Costa - Vigário de Morrinhos de guatirua
João Francisco dos Santos - Juiz de Paz
Procurador Teófilo dos Santos - Escrivão de Paz
José Antonio de Lima Sub. Delegado de Polícia
João Cardoso do Amaral Zin. e For. Municipal
Manoelino Pereira Machado Funcionario Publico
Pris Arlindo do Valle.
Patrocínio da Silva Exmto. Agente do Correio
Maria José Diamantino Lima, professora
Helena Diamantino Lima.
Rita Diamantino Lima.
Adélia Adalgisa Pinto, professora

REPUBLICA MONTES CLAROS
CASA DO GOVERNO

Montes Claros, 11 de Janeiro de 1954.

Ilmo. Sr. Diretor da Divisão do Patrimônio
Histórico e Geográfico Nacional

D.S.

11.2.54

Tenho o prazer de recomendar, vivamente, a V. Excia. a
apela que lhe dirige o Revmo. Sr. Vigário e a população da Vila de Ma-
tias Cardoso, antiga Morrinhos, no sentido ser restaurada a velha e his-
tórica Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que faz parte do tombo das
as Patrimônio.

O velho templo está em estado, verdadeiramente, lamenta-
vel, ameaçando ruínas, que serão fatais se não forem tomadas medidas ur-
gentes. Por outro lado a população que vive na vila e redondezas daque-
le recanto abandonado do sertão do Norte de Minas, castigado pela seca,
é pauperrima e de forma alguma está em condições de enfrentar as des-
pesas de conservação que, dada a vastidão do templo, serão vultosas.

Há ainda um motivo particular para que este ano sejam
levadas a efeito as obras de restauração e conservação da Igreja, que,
certamente, será tomado com particular atenção por V.S. que sem dúvida
é astólio. Estamos no Ano Jubilar Mariano, solenemente proclamado por
S. Santidade o Papa Pio XII, comemorativo do 1º centenário da proclama-
ção do Dogma da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, à qual há quase
tres séculos dedicada a velha e histórica Igreja de Matias Cardoso.

Agradeço, antecipadamente, a V.S. a atenção que dará a
este pedido, e com a mais elevada consideração, subscrevo-me,
atenciosamente,

*+ Luiz Victor Sortori, Bispo de Montes Claros*

+Luiz Victor Sortori, Bispo de Montes Claros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Of. 96/54

12 de fevereiro de 1954.

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

xS. Exa. D. Luís Victor Sartori e D. Bispo de Monte Claros

Restauração Matriz N. S. da Conceição de Morrinhos.-

Exmo. Senhor Bispo:

Tomando no alto apreço merecido a recomendação transmitida por V. Exa. a esta Diretoria, por intermédio do Revdo. Vigário de Vila de Matias Cardoso, no sentido de ser restaurada a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos, tenho o prazer de levar a seu conhecimento que diligenciarei por fazer o que esteja ao alcance desta repartição em proveito daquele venerando templo.

Tal como tive oportunidade de esclarecer de viva voz ao Revdo. Cônego Luís Gonzaga Passos, o plano de serviços desta Diretoria para o ano corrente já foi elaborado, tornando-se portanto impraticável incluir o referido templo entre os que deverão ser beneficiados no exercício de 1954. Entretanto, - à vista dos elementos de informação e fotografias que solicitei ao mesmo Revdo. Vigário-, verificaremos a possibilidade de tomar, ainda no atual exercício, as medidas mais urgentes porventura reclamadas para a preservação da integridade da referida matriz.

Prevaleço-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os protestos de meu elevado apreço.

Rodrigo M. F. de Andrade
Diretor

RMFA/ESB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DIPHAN
D.E.T.
Seção de História
I - IV

Igreja da Conceição, em
Matias Cardoso

O Sr. Diretor Geral recomenda à S.E. que se pronuncie sobre a conveniência do tombamento da Igreja de N. Sa. da Conceição, matriz da Vila de Matias Cardoso, no município de Mauro, Estado de Minas Gerais.

Do ponto de vista histórico, a medida se justifica plenamente. A edificação em apreço lembra ao vivo a fase de desbravamento e povoamento da região por paulistas e bahianos, ainda no final do século XVII. Sua antiguidade incontestável (é, sem dúvida alguma, um dos templos mais antigos de Minas) e sua vinculação a esse período de formação nacional conferem-lhe, a nosso ver, evidente interesse histórico, que pode ser estendido ainda às características arquitetônicas por ela apresentadas. Segundo informa o Dr. Salomão de Vasconcellos, é tradição que no pé do altar-mor se acha sepultado o seu edificador, o sertanista Jenário Cardoso.

Neste ansejo, a S. H. sugere que se colha documentação mais ampla sobre os aspectos internos da Igreja, pois as existentes no Arquivo não são satisfatórias, em contraste com as boas fotografias do exterior.

Passe à Seção de Arte.

Rm 15.VI.1954

Carlos Drummond de Andrade
Carlos Drummond Andrade
Chefe da S.H.

Cópia de uma informação de 4.XII.53
Mauro

46) Igreja matriz de N. S. da Conceição - Matias Cardoso

Parceira de interesse o interior, sendo que o edifício, a não ser as arcadas laterais, e o portal do frontispício, não apresenta outras características. Construção do séc. XVIII? É preciso apurar esta informação.

Falta o levantamento geral do edifício, e melhorar a documentação do interior.

Em 17.XII.54
Leandro de Brito



O monumento apresenta características arquitetônicas de interesse, mas sou de parecer que se restrinja o tombamento. Tomb. Histórico.

Em 19.II.1954

(a) Lucio Costa

A arte é iniciativa da autoridade diocesana competente e, do outro lado, atendendo ao manifesto valor histórico da igreja, inscreva-se no Livro do Tomb. n.º 2, de acordo com o parecer do D.E.T., independentemente de notificação.

Em 19.2.1954

Pol. n.º 1.º de 1954

Inscrito nesta data, sob n.º 280,
e R. 50 do Livro n.º 2.

Em 19.II.1954

Dr. [illegible]
Chefe do D.E.T.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

DPHAN

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro
de 1954

Of. nº 119

Director do PHAN

Sr. Bispo de Montes Claros

Exmo. Sr. Bispo:

Em aditamento ao ofício nº 96, de 12 de fevereiro corrente, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exc. Revma., para os devidos fins, que foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, sob nº 300, em data de 12 deste mesmo mês, a Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Matias Cardoso, no município de Manga, e pertencente a essa Diocese.

Neste ensejo, renovo a V. Exc. Revma. os protestos de meu elevado apreço.

Rodrigo M. P. de Andrade
Director

A S. Exc. Revma.
D. Luís Victor Bertoni
Bispo Diocesano de
MONTES CLAROS - Minas Gerais

c/c



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Rio de Janeiro,

23 de fevereiro de 1964

Of. nº 20

Director do PHAN

Chefe do 3º Distrito

: Tombamento

Sr. Chefe do Distrito:

Para conhecimento desse Distrito, comunico-vos que em data de 19 do corrente foi feita a seguinte inscrição no Livro do Tombo Histórico:

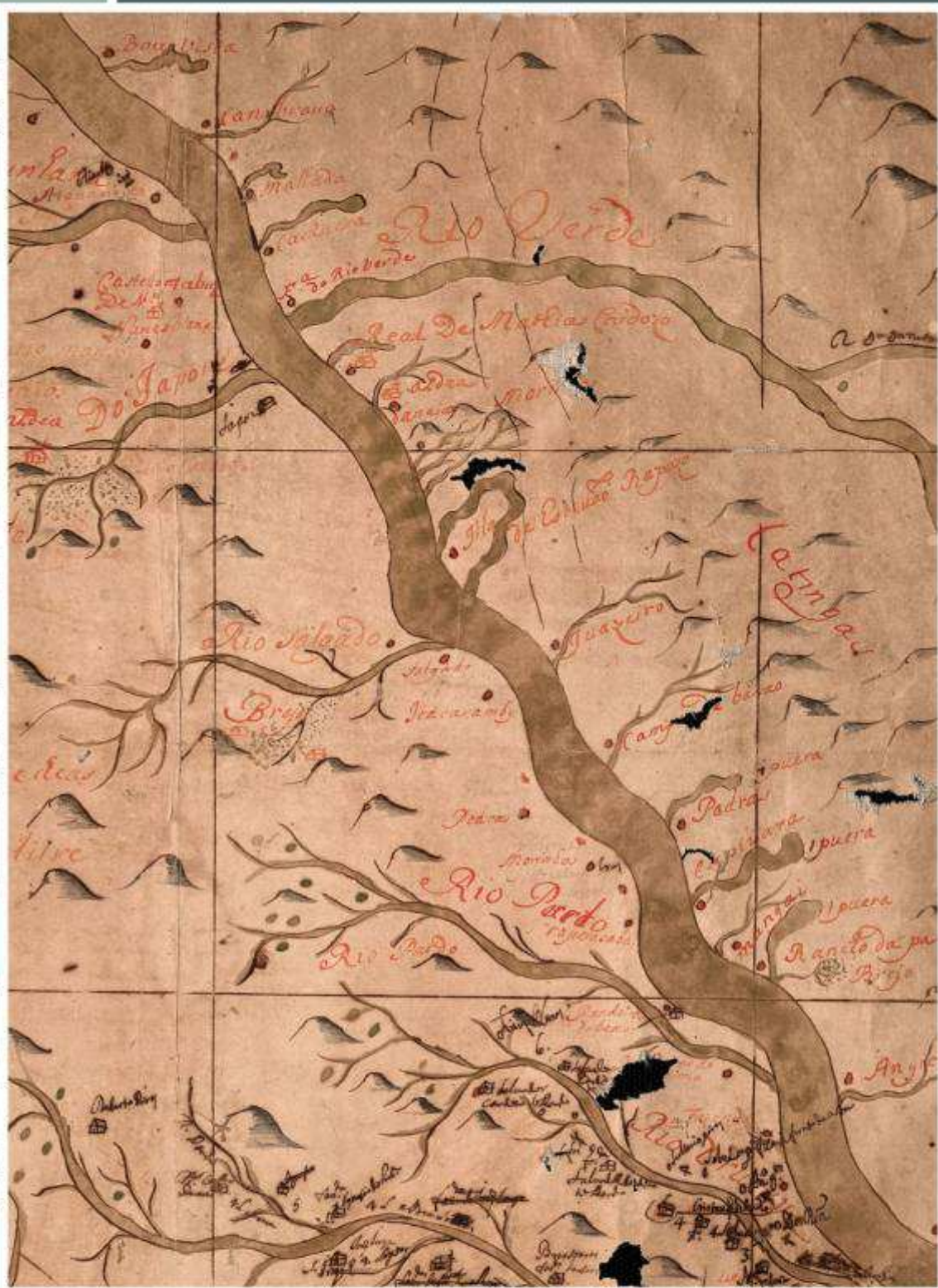
no 303, a folha 2: Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Matias Cardoso, município de Nanga, Estado de Minas Gerais.

Saudações atenciosas.

Rodrigo M. S. de Andrade
Director

Ao Sr. Dr. Sylvio de Vasconcellos
Chefe do 3º Distrito do PHAN
Rua Solís, 74
Belo Horizonte - Minas Gerais

c/r



Em princípios de povoação d'esta capitania os mineiros corriam como atonitos e se arranchavam sobre os barrancos das suas minas; outros chamados roceiros, menos sofregos, porém mais atilados seus companheiros, esperando arrancar-lhes das mãos o ouro, se arranchavam também nas suas vizinhanças; outros porém em muito menor numero em cujos corações reinava um amor para outros generos de riquezas mais pacíficas e mais conformes á natureza, se apossavam das vastas campinas d'estes sertões. Um espirito de grandeza se diffundia entre esses roceiros, como moradores com os mineiros: grandes casarias n'aquelles engenhos, um grande território isto formava a habitação de um roceiro: ao contrario um espirito de pequenez notava-se nos habitantes dos sertões, umas baixas casinhas quasi sempre de palhoça era a habitação de um senhor de 20 ou 50 léguas de bellas terras e que colhia 10 ou 12 mil bezerros. (COUTO, 1801, p.431)